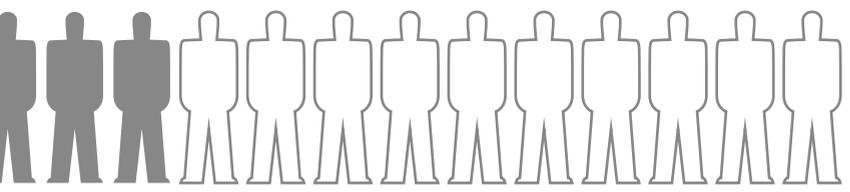
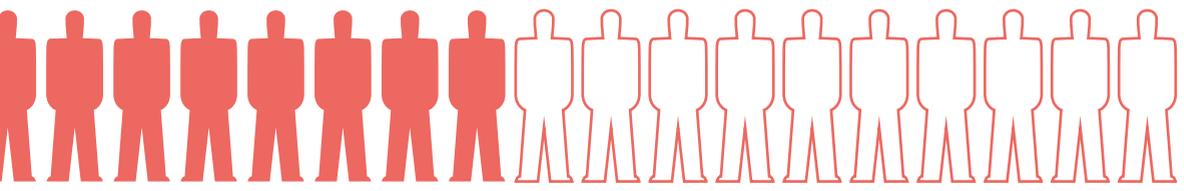
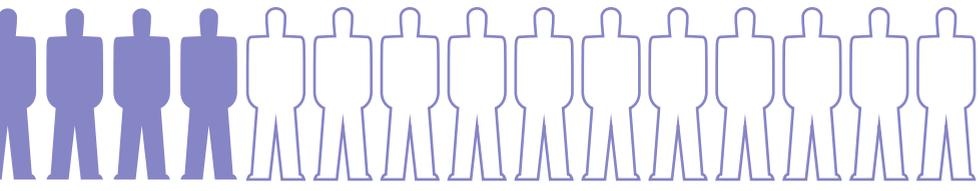
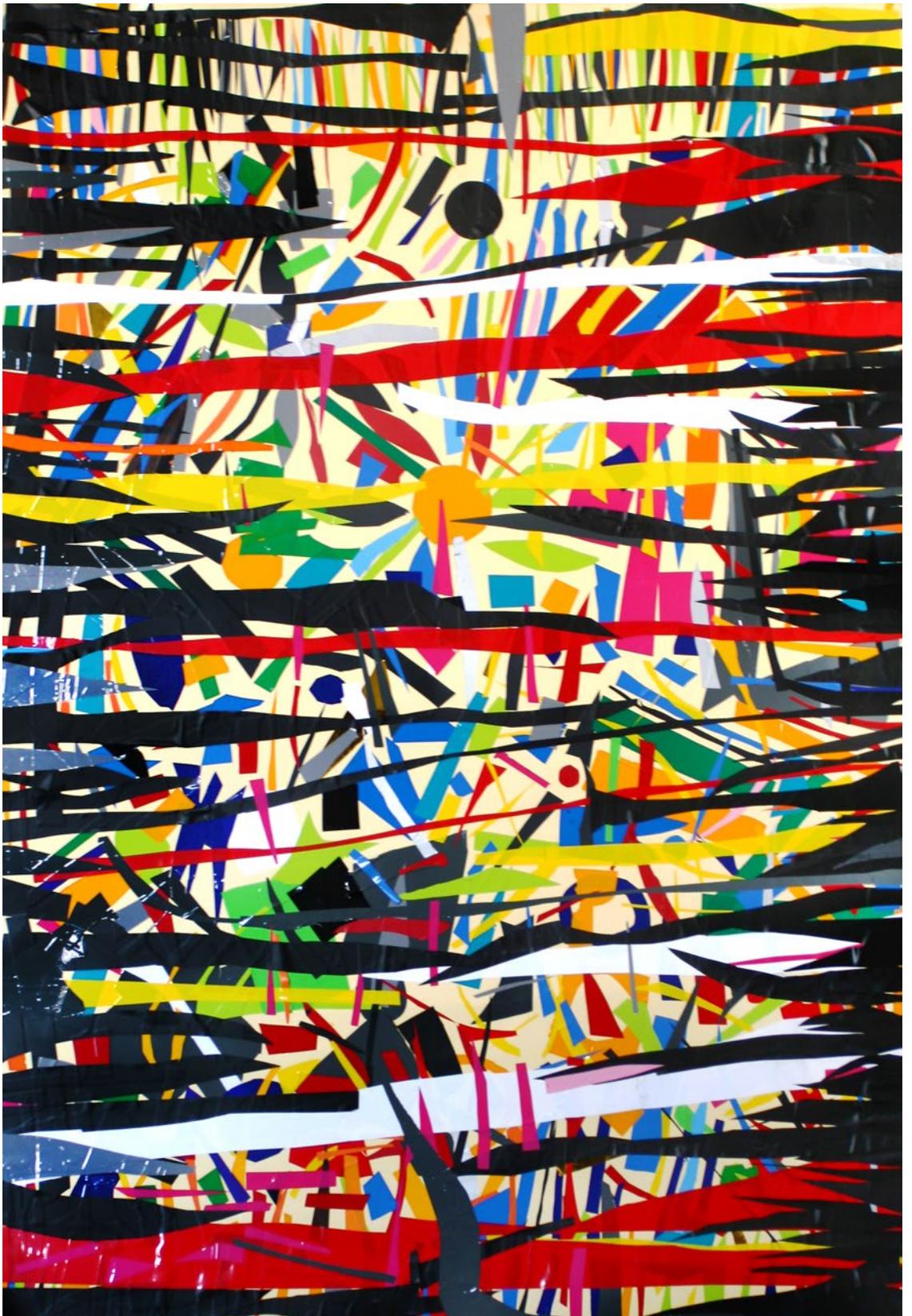


A Economia Social em Portugal

Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento





A Economia Social em Portugal

Necessidades, perspetivas e fontes
de financiamento



FICHA TÉCNICA

AUTOR, COORDENADOR E EDITOR José Manuel Fernandes

COAUTORES Eduardo Graça, Jorge Sá, Filipe Simões dos Santos, Carlos Azevedo, Filipa Pires de Almeida, Manuel Lemos, Lino Maia, Miguel Alves Martins, Luís Alberto Silva

PRODUÇÃO Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu

DESIGN GRÁFICO Gen Design Studio

IMPRESSÃO Minhografe – Artes Gráficas

TIRAGEM 3.000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

DATA DA EDIÇÃO Junho 2016

ISBN 978-989-99525-4-6

Índice

Prefácio	4
Introdução	7
1. O Setor da Economia Social	9
1.1 A evolução da Economia Social	10
1.2 Economia Social: algumas precisões	32
1.3 Financiamento da Economia Social em Portugal	38
1.4 As necessidades de adaptação, profissionalismo e financiamento	51
2. Financiamento, inovação e novas perspetivas	57
2.1 Razões para a falta de financiamento da Economia Social	58
2.2 Combater as dificuldades de financiamento	64
2.3 Novos instrumentos e novas práticas de financiamento da inovação social: o caminho para maior impacto	73
3. As fontes de financiamento da Economia Social em Portugal	81
3.1 Fundos e programas europeus	83
3.2 Fontes de financiamento nacionais	116
3.3 Outros financiamentos externos	151
3.4 Como elaborar uma boa candidatura	175
4. Perspetivas dos vários players do setor	181
4.1 CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social)	182
4.2 CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade)	185
4.3 União das Misericórdias Portuguesas	188
4.4 IES – Social	195
4.5 União das Mutualidades	198
5. Anexo: Respostas sociais	205

Prefácio

texto por Agostinho Branquinho

A Economia Social tem assumido, ao longo dos últimos anos, um especial destaque enquanto área de elevada importância estratégica para Portugal.

A forte heterogeneidade das organizações que a compõem é reflexo de um trabalho que, para além da área social, abrange outros domínios fundamentais na Economia Nacional.

Num dos períodos mais difíceis da nossa história democrática, de um profundo ajustamento económico e financeiro, as organizações da Economia Social desempenharam um papel determinante para que, hoje, fosse possível construir pontes de esperança para o futuro, assentes num crescimento económico sustentável, na criação de mais e melhor emprego e na manutenção da coesão social.

Para a construção destas mesmas pontes, foi necessário que o Estado olhasse para este setor com uma nova visão, privilegiando as políticas de proximidade e de parceria. Assim, foi possível, durante os quatro anos passados, desenvolver um trabalho em profundo diálogo, nomeadamente ao nível do Conselho Nacional para a Economia Social, da Comissão Permanente do Setor Social e da Comissão para a Deficiência e implementar reformas concretas que dinamizassem e modernizassem este relevante setor.

Desta forma, é da mais elementar justiça destacar o trabalho desenvolvido por Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, IPSS, Fundações e Associações, sejam elas recreativas, desportivas ou culturais, organizações não-governamentais, entre outras.

No entanto, se tínhamos noção, até de forma intuitiva, da importância deste setor, era determinante quantificar, estatisticamente, o seu impacto na Economia Nacional.

Assim, lançámos, em 2013, a elaboração da primeira conta satélite para a Economia Social que constitui um precioso instrumento que nos permite aferir, de forma quantitativa e até qualitativa, a caracterização deste setor, os seus indicadores mais relevantes.

De acordo com os dados recolhidos, foi possível saber que há, em Portugal, mais de 55 mil instituições e que as mesmas contribuem para 2,8% do Valor Acrescentado Bruto, superior a setores de atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás ou telecomunicações.

No que diz respeito ao emprego, as instituições eram responsáveis por 5,5% do emprego remunerado em Portugal, superando outros relevantes setores de atividade, como a saúde ou a área financeira e de seguros. Ou seja, mais de 226 mil postos de trabalho em todo o território nacional, a que temos que somar os 46 mil novos empregos criados nestes últimos quatro anos. Aliás, em muitos territórios, nomeadamente de baixa densidade, as instituições da Economia Social são, já hoje, os maiores empregadores.

De forma a acompanhar este crescimento, foi possível implementar um conjunto de reformas legislativas, atualizando muita da legislação e de normativos, com dezenas de anos de existência, que regulam o funcionamento das principais instituições, bem como determinar as bases da cooperação entre o Estado e as instituições.

O primeiro passo foi a aprovação, por unanimidade, no Parlamento, da Lei de Bases para a Economia Social. Com esta aprovação, foi possível lançar as bases para a atualização do novo estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a alteração do Código das Cooperativas, bem como a revisão do Código das Mutualidades. Em todas essas iniciativas legislativas, esteve presente a necessidade de um maior rigor e transparência na gestão, a limitação de mandatos dos órgãos sociais, a par da criação de mecanismos que procuram assegurar as condições de sustentabilidade dessas instituições.

De elevado relevo, foi a aprovação de legislação específica que estabelece e define as bases de cooperação entre o Estado, a administração pública central e descentralizada e o setor social e solidário. Com este diploma, alargamos a nossa parceria a todas as áreas do domínio social do Estado, como sejam a educação, a saúde e o emprego, para além da Segurança Social.

Todo este mesmo conjunto de reformas legislativas levadas a cabo permite uma maior modernização e inovação, assentes nos princípios de subsidiariedade, da proporcionalidade, da solidariedade e da participação. Mas, porque queremos uma Economia Social cada vez mais forte, na sua capacidade de inovação, criámos mecanismos de apoio concreto para a sua modernização, preparando-a para os novos desafios do futuro.

Com o novo quadro comunitário “Portugal 2020”, destacamos um programa exclusivo para a inclusão social e o emprego. O “Programa Operacional Inclusão Social e Emprego” pretende, assim, ser um instrumento dinamizador de inovação e de empreendedorismo, potenciando o crescimento económico sustentável, a criação de emprego, a coesão social, a par da introdução de mecanismos de monitorização e avaliação de resultados. No que diz respeito à Economia Social, dotámos este programa com medidas tendo em atenção a capacitação dos membros das organizações que compõem este setor, preparando-os para uma gestão mais rigorosa e para um melhor aperfeiçoamento para estes mesmos desafios.

Porque queremos que este crescimento esteja sustentado nas áreas da inovação e do empreendedorismo social, criámos a iniciativa “Portugal Inovação Social”. Com uma dotação de 150 milhões de euros, esta iniciativa disponibilizará, às instituições e às pessoas, novos instrumentos de financiamento, tendo em vista melhorar e inovar a capacidade das suas respostas sociais.

Assim, a iniciativa “Portugal Inovação Social” está dividida em quatro programas de financiamento: capacitação para o investimento social, parcerias para o impacto, títulos de impacto social e fundo para a inovação social. Somos, desde já, pioneiros nas novas formas de financiamento, com reconhecimento internacional e, também, evidenciado no seio da própria Comissão Europeia.

Este é um caminho, estruturado e concreto, que releva ainda mais o setor da Economia Social para um futuro sustentável, assente no seu crescimento e no seu desenvolvimento.

Esta obra coordenada pelo Eurodeputado Engenheiro José Manuel Fernandes constituirá, por isso, um importante contributo, na abordagem desta temática, enquanto instrumento de leitura para um conhecimento, com mais detalhe, da sua história, da sua organização, das formas de financiamento e dos mecanismos necessários à formalização das candidaturas aos fundos comunitários e nacionais ao dispor.

O papel fundamental que a Economia Social tem, hoje, na Economia Nacional faz-nos prospectivar que este setor continue em forte expansão e seja determinante para o futuro de Portugal e de todos os Portugueses, sobretudo pela importância que tem na concretização das políticas de proximidade, aplicando o nobre princípio da subsidiariedade, eixos centrais das modernas políticas públicas.

Agostinho Branquinho

Ex-Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social

Introdução

texto por José Manuel Fernandes

Desde o primeiro momento em que surgiu o desafio de escrever esta obra, com a ambição de ser útil para as entidades da Economia Social em Portugal, tive o privilégio de congregar os mais empenhados e valorizados nomes no setor. Constatando o esforço e a excelência de todos os autores dos textos publicados, surgindo assim uma obra que, com espírito solidário, pretende servir os interesses da Economia Social e das suas entidades em Portugal.

Agradeço ao ex-secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Agostinho Branquinho, pelo seu apoio, receptividade e interesse, que muito valorizam esta publicação, permitindo a sua divulgação junto de tantas entidades e interessados da Economia Social em Portugal.

Agradeço a todos os que tornaram possível e enriqueceram a realização deste trabalho: ao Dr. Eduardo Graça e à Dr^a Carla Pinto da CASES, ao Professor Jorge Sá da CIRIEC Portugal, ao Professor Filipe Santos do Portugal Inovação Social, ao Professor Carlos Azevedo, ao Dr. Miguel Alves Martins e à Dr^a. Isabel Lopo de Carvalho da IES – Social Business School.

Agradeço ao Dr. Manuel Lemos da União das Misericórdias, que sempre me desafiou para a elaboração desta obra, ao Padre Lino Maia da CNIS e ao Dr. Luís Alberto Silva da União das Mutualidades, que generosamente partilham connosco a sua visão do setor.

Aos membros da Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Montepio, Fundação EDP, CASES, Fundação Mais, IES – Social Business School, TESE, Programas BPI Capacitar, BPI Seniors, Acredita Portugal, que connosco colaboraram na partilha de informações sobre a adequação ao financiamento em Portugal, o meu obrigado.

Vinco ainda um agradecimento especial à Filipa Pires de Almeida, pelo trabalho árduo e persistente, pelo estabelecimento das pontes e contactos para que este trabalho se tornasse realidade.

É evidente que a opinião dos autores é independente e não tem qualquer conexão com o Grupo do Partido Popular Europeu que financia esta publicação

É com alegria que vejo surgir uma obra conjunta da Economia Social, para a Economia Social. Procura informar, mostrar o panorama deste setor, mas também lançar pistas sobre o caminho a seguir, algumas em tom provocador, como a de se avançar para uma Plataforma Nacional Social, tendo em vista a conciliação e a articulação dos fundos do Portugal 2020 com o novo instrumento financeiro denominado Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, também conhecido como Plano Juncker.

É obviamente incompleta, desafiando a existência de trabalhos complementares. Mas é seguramente um contributo para o reforço da Economia Social em Portugal.

José Manuel Fernandes

Deputado ao Parlamento Europeu

01

O SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

-
- 1.1 A evolução da Economia Social
 - 1.2 Economia Social: algumas precisões
 - 1.3 Financiamento da Economia Social em Portugal
 - 1.4 As necessidades de adaptação, profissionalismo e financiamento

1.1

A evolução da Economia Social

Século XV

Em Portugal, como em muitos outros países europeus, aquilo que hoje chamamos economia social remonta a tempos distantes, tendo o movimento iniciado a sua formalização com o início do funcionamento das Misericórdias no século XV, impulsionadas pela Rainha D. Leonor, sua fundadora. A primeira Misericórdia remonta a 1498.

Desde a sua fundação, estas organizações tiveram uma expansão notável pelas Colónias Portuguesas tendo chegado a terras remotas da Ásia, Brasil e a todo o Ocidente e Oriente português.

Século XIX

No século XIX, assistimos ao emergir dos movimentos e ideais do associativismo: o sindicalismo, o mutualismo e cooperativismo. Mais do que uma lógica apenas assistencialista, começamos a ter uma maior pro-atividade dos próprios cidadãos na construção das soluções sociais.

É nesta altura que surgem as primeiras associações de socorros mútuos (dedicadas a serviços fúnebres e de previdência em situações de sobrevivência e doença), de que são exemplo a Associação dos Artistas Lisbonenses, fundada em 1807, ou a Caixa Económica do Montepio Geral, criada em 1844e que permanece hoje como instituição mutualista em Portugal (Ferreira da Costa, 1991)¹. A primeira cooperativa foi a Fraternal dos Fabricantes de Tecidos e Artes Correlativas, que surgiu em 1858.

¹ Parente, Cristina (2014). Empreendedorismo social em Portugal, pág. 22

Mutualismo

Definição

A primeira referência a Mutualismo aparece em 1918, no primeiro volume do Grande Dicionário Contemporâneo de Francês-Português, de Domingos de Azevedo, com a seguinte explicação: “Mutualisme. s.m. mutualismo, systema que preconiza os socorros mútuos; regimen de mutualidade”

Mutualismo trata-se de um “sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo em situações de carência ou de melhoria das condições de vida dos associados, como forma voluntária de realização do ideal da solidariedade. Estes objetivos genéricos de proteção social solidarista são promovidos por instituições mutualistas, de tipo associativo e inscrição facultativa, ditas Mutualidades ou Associações de Socorros Mútuos, que se especializam consoante as modalidades de proteção a realizar. Este sistema é fundamentalmente caracterizado pela ausência de espírito lucrativo”

O Mutualismo, como movimento associativista por excelência, pode-se definir, em síntese, como um movimento de solidariedade e de previdência, livre, responsável e democrático, que tem por objetivo proteger o homem (e a família) na integridade do seu desenvolvimento, como ser humano e social. É um sistema de proteção social que visa o auxílio recíproco das pessoas em situação de carência ou a melhoria das suas condições de vida, como forma voluntária da realização do ideal da solidariedade.

O movimento mutualista, que nos termos da Constituição da República Portuguesa está inserido do Setor da Economia Cooperativa e Social, surgiu, historicamente, como forma dos cidadãos se organizarem coletivamente para fazerem face a uma série de riscos e inseguranças.

Antecedentes históricos do Mutualismo

Remontam à mais longínqua antiguidade as raízes históricas do Mutualismo. Podemos mesmo afirmar que a necessidade humana da entreatajuda nasce com os primórdios do sedentarismo, desenvolvendo embriões de verdadeiras práticas mutualistas, especialmente na defesa dos seus burgos contra os ataques de outras tribos ou de outros animais fisicamente mais poderosos.

No entanto, somente existe conhecimento de formas de organização com carácter mutualista na Grécia Antiga e no Império Romano, não obstante se narrarem situações anteriores, certamente envolvidas num manto lendário, como exemplos de mutualismo. Assim, referem certos autores que os operários que tomaram parte na construção do Templo de Salomão de Jerusalém, 950 anos antes de Cristo, e que tinham a designação de “Kassideanos”, se associaram e agruparam para se protegerem dos riscos que os ameaçavam no decorrer da dantesca obra. De igual modo, têm sido citadas experiências idênticas na construção das Pirâmides do Egito.

Depois da antiguidade, isto é, a partir da Idade Média, começam a demarcar-se e a definir-se mais pronunciadamente os princípios da Mutualidade (entreatajuda, solidariedade, oposição aos poderes estabelecidos), concretizados, na prática, através de três formas principais:

- » As “Ghildas”, modalidade de associativismo com origem nos países escandinavos e introduzida pelos Francos por volta do século VIII, praticando a solidariedade perante a insegurança pecuniária e tendo por objetivo a entreatajuda entre os seus membros, constituídos principalmente por mercadores e camponeses. Teve particular influência no norte de França.
- » As confrarias, que resultam dos esforços do Cristianismo para assimilar as correntes associativas da Antiguidade e as dos povos pagãos, incitavam o homem da Idade Média a praticar atos de previdência para salvação da sua alma. Através de associações, criadas sob égide do Clero, tinham o cuidado de manter ritos e cerimónias religiosas, e, suplementarmente, impunham como deveres de caridade, auxiliar os doentes, viúvas, órfãos e idosos. Constituíram agrupamentos característicos da Idade Média e sobreviveram durante muito tempo, mantendo sempre de forma dominante o carácter religioso. Havia três tipos de confrarias: as confrarias das profissões, em que se encontravam reunidos mestres e aprendizes; confrarias

gerais de caridade, tendo uma base social diversificada, mas profundamente dominadas pelo poder religioso, pelo que a sua ação no campo da solidariedade e entreajuda foi relegada para plano secundário; confrarias com finalidades diversas e que, a título acessório, praticavam a entreajuda.

- » Associações de companheiros (compagnonnage): forma de associativismo iniciada com a construção de catedrais no século XII, em que o convívio prolongado de artesãos, empregados e companheiros de vários misteres conduziu à necessidade de se agruparem numa base social próxima da organização mutualista de solidariedade, estabelecendo como dever a entreajuda em caso de doença, velhice e morte.

A evolução do Mutualismo em Portugal

Exemplos de entreajuda e solidariedade entre os homens são-nos veiculados pelas mais ancestrais civilizações. No entanto, em Portugal, uma das primeiras identificações da ideia de socorro mútuo, enquanto forma organizada de apoio aos membros de uma organização, surge na Idade Média e no feudalismo, com as antigas irmandades e confrarias, merecendo especial menção uma confraria laica instituída em 1297, em Beja, autorizada pelo Rei D. Dinis.

Formavam essa confraria todos os homens bons de Beja que, querendo pertencer à sociedade, contribuíssem com donativos para o cumprimento dos encargos que a instituição se propunha fazer e que eram, entre outros, os seguintes:

- » Morrendo o cavalo a algum confrade, o dono do cavalo receberia, da sociedade, uma quantia pecuniária para comprar outro, devendo restituir a diferença se o comprasse por menos do que recebera da confraria;
- » Adoecendo um confrade, velariam pela sua vida; se a velhice ou a doença o invalidava, ou se caía em grande pobreza, deviam mantê-lo entre si, de modo que não descesse da sua condição.
- » Assim, mercê do espírito solidário e de entreajuda inerente à própria natureza humana e à ausência de um sistema público de segurança social, alicerçadas no livre associativismo, durante o século XIX surgem inúmeras Associações de Socorros Mútuos, sendo que algumas delas ainda hoje existem com o mesmo espírito e missão.

Com características de socorro mútuo, e na área agrícola, surgiram em Évora e Beja, por volta de 1570, os denominados “celeiros comuns”, instituições de crédito agrícola que, mediante fundos comuns dos constituídos por coletas lançadas sobre os lavradores, faziam face às dificuldades dos agricultores, vítimas de crises financeiras. Curiosamente, só dois séculos depois foi criada na Alemanha a primeira Caixa de Crédito Agrícola Rural, com objetivos semelhantes.

Já no final do século XVIII, começam a surgir as primeiras Associações de Socorros Mútuos que passaram a ter um vasto campo de atuação na área da assistência médica e medicamentosa e na previdência pecuniária ou de benefícios diferidos, atribuindo pensões de sobrevivência, reforma, invalidez e, muito especialmente, subsídios de Funeral e Luto.

Muitas destas associações soçobraram ao longo dos tempos, umas porque as suas débeis estruturas não suportaram as várias vicissitudes que tiveram que enfrentar, outras porque os seus objetivos foram ultrapassados pela criação da Segurança Social. Contudo, muitas outras conseguiram vencer problemas de toda a ordem e perdurar ainda hoje, sendo mais que centenárias, mas dando um extraordinário contributo à ação da previdência oficial na sua função de complementaridade.

Na 1.ª metade do Século XIX, talvez como resposta a alguma inquietação popular, é publicado (1836) um diploma que reconhece as vantagens públicas e particulares que resultam dos estabelecimentos conhecidos pelas denominações de Montes de Piedade e Caixas Económicas.

Durante o Século XIX, especialmente a partir da sua segunda metade, deu-se o aparecimento de inúmeras associações deste tipo e que proliferaram rapidamente.

Em 1807, criou-se, em Lisboa, o Montepio do Senhor Jesus do Bonfim, que é considerado, pela sua estrutura, a primeira Associação Mutualista Portuguesa, com aspetos híbridos de confraria, visto que era obrigatório o culto religioso. No entanto, a maioria dos Montepios eram associações de classe, à semelhança das associações corporativas de artes e ofícios, que foram suprimidas por Decreto de 7 de maio de 1834 e que procuravam abranger apenas os membros da mesma profissão.

As Associações de Socorros Mútuos passaram a ter um vasto campo de atuação na assistência médica e medicamentosa e na atribuição de pensões de sobrevivência e subsídios de funeral.

É nessa época (1840) que Álvaro Botelho, antigo professor do Colégio dos Nobres, num congregar de esforços e vontades, promove a fundação Montepio Geral, instituição que viria a prestar auxílio a tantas famílias em risco de soçobrar quando desaparecia o “homem da casa”. E os fundadores da associação bem sabiam das dificuldades em subsistir se não conseguissem autorização para fundar uma Caixa Económica. E foi necessário aguardar quatro anos para obter autorização Régia de instalação da primeira Caixa Económica em Portugal (24/03/1844), instrumento inovador que granjeou um capital de confiança e simpatia junto das populações, criando hábitos de poupança.

Hoje, como naquela data, o mutualismo também necessita de urgente autorização para proceder à abertura de mais Caixas Económicas, que constituam o instrumento capaz de impulsionar o desenvolvimento e modernização das modalidades de benefícios das associações mutualistas, potenciando o crescimento da autoproteção, em todos os setores.

As Associações Mutualistas, considerando os fins que prosseguem e a forma como se organizam, podem ser a resposta necessária para alguns dos problemas diagnosticados nos diferentes setores de atividade. Por isso, urge dotar o movimento mutualista de mais ferramentas, como é o caso das caixas económicas, que possibilitem a maximização dos benefícios que podem ser concedidos aos seus associados e respetivas famílias.

Século XX

O movimento cooperativo português foi, até à implantação da República, essencialmente um movimento de cooperativas de consumo. Logo depois da referida implantação, Brito Camacho, em 1911, faz publicar um diploma sobre o crédito agrícola, setor que antecede, em mais de uma década, a introdução das cooperativas agrícolas.

Dos vários autores que escreveram sobre a temática cooperativa, entre os quais José Ulrich, José Emygdio da Silva ou Raul Tamagnini Barbosa, destaca-se a figura de António Sérgio. Vindo da Seara Nova, que nos anos 20 já defendia o cooperativismo, Sérgio contacta, no seu exílio forçado em França, com os principais teóricos cooperativos. De regresso a Portugal, dá coerência a um programa de desenvolvimento cooperativo que paulatinamente consegue transmitir, primeiro, aos dirigentes das cooperativas de consumo e, mais tarde, aos restantes tipos de cooperativas, quer através do Boletim Cooperativista que fundou, quer depois no Ateneu Cooperativo, onde era transmitido o conhecimento do cooperativismo na sua prática e teoria. Aí se organizavam viagens de estudo a cooperativas, analisavam as experiências estrangeiras, realizavam reuniões de discussão, conferências e colóquios, e divulgavam as obras escritas sobre a temática das cooperativas, nomeadamente as do próprio António Sérgio (Santos, 2009)².

Em 1900 havia cerca de 17 cooperativas em Portugal, mas nos anos 20 estas já totalizavam cerca de 338. Cria-se mesmo, no virar da década, a primeira Federação Nacional das Cooperativas de Consumo.

O Estado Novo (1933–1974) criou barreiras ao desenvolvimento destes movimentos, restringindo as liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, da sua livre união e concentração.

Neste período da história, o sistema económico era menos participado e controlado de forma corporativa e, se necessário, controlado pela repressão e força³. O mesmo não sucedeu em muitos países europeus onde o desenvolvimento destes movimentos foi muito mais pronunciado. Mas, ao mesmo tempo que cortava o livre desenvolvimento das cooperativas existentes, o Estado criava muitas outras através dos planos nacionais de implantação das adegas, das leitarias, dos lagares ou das destilarias cooperativas.

Nesta altura foi suprimida a liberdade de associação, havendo repressão do cooperativismo e das mutualidades, que foram em parte absorvidas pela atividade corporativa, que a si chamava ou tentava controlar muitas atividades cobertas por cooperativas,

² Parente, Cristina (2014). Empreendedorismo social em Portugal, pág. 22

³ Parente, Cristina (2014). Empreendedorismo social em Portugal, pág. 22

associações e mutualidades. Neste período, e tendo em conta a repressão anunciada, o Estado influenciou a criação de um terceiro setor com carácter muito caritativo e assistencialista, desprovido de uma missão e ação política concreta e sem comprometimento com a real melhoria das condições de vida e proteção social da população.

Após II Guerra Mundial

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa viveu uma época de recuperação e prosperidade, em que o Estado desempenhou um papel muito relevante de prestador e regulador das atividades de prestação de serviços de utilidade pública, desenvolvimento de políticas sociais e compensação da atividade do mercado.

O fim da guerra obrigou os estados a intervirem de uma forma mais ativa na promoção do bem-estar dos cidadãos, o que afetou de forma significativa este setor. Neste contexto, configura-se um modelo de desenvolvimento assente numa conceção de divisão entre a ação económica (do mercado, assente numa lógica económica de lucratividade) e a ação social (do Estado, por vezes apelidada de não mercado, assente numa lógica de redistribuição dos recursos públicos)⁴.

Esta lógica institucionalizou-se de certa forma, mas tem vindo aos poucos, e até à atualidade, a sofrer algumas modificações, afirmando-se cada vez mais uma tendência daquilo a que chamamos economia convergente (o desenvolvimento económico integrador e sustentável, emergente da confluência entre as sinergias do setor da economia social, setor público e privado).

4 O Terceiro Setor e a sua renovação em Portugal., Uma abordagem preliminar, Carla Quintão, pág. 10

Década de 60

Na década de 60, vimos a emergência da reforma da previdência social que permitiu a partilha, entre o Estado e algumas organizações da sociedade civil, de serviços generalizados de proteção e serviço social, desde a saúde à assistência social.

Em Portugal, a Igreja Católica teve um papel de grande relevância neste processo, reforçando o seu papel na área da saúde, nomeadamente com a sua atuação nas unidades hospitalares das Misericórdias e no desenvolvimento de atividades de assistência social, das quais resultam muitas

das IPSS. Foi o movimento mutualista que mais viu reduzir a sua atividade nesta altura. Seguindo a tendência do contexto europeu, as mutualidades passaram a ter um papel facultativo e complementar aos seguros sociais obrigatórios, vendo o seu número decair em Portugal de 552 em 1931 para 160 em 1973.

Como já referido, as cooperativas viram a sua atividade ser de certa forma mais controlada ou mesmo reprimida e severamente regulamentada em áreas como a cultura, consumo, produção e agricultura. Estas viram, no entanto, o seu número aumentar de cerca de 338 nos anos 20 para cerca de 900 na década de 60-70.

O pós-74

Após a Revolução do 25 de abril, muito mudou no contexto português. No entanto, permaneceu uma grande dependência das organizações do setor da economia social em relação ao Estado, especialmente no seu financiamento e num certo monitoramento das mesmas.

Muitos serviços continuaram a depender das atividades desenvolvidas por instituições da Igreja Católica e sistemas de previdência social, apoiados em regimes contributivos do trabalho que assentavam em corporações de base empresarial ou profissional (que o Estado foi progressivamente incorporando e chamando a si).

No que às cooperativas diz respeito, porém, esse financiamento não foi continuado, e o monitoramento nunca chegou a existir, já que se entendeu ser livre o desenvolvimento das cooperativas e, como tal, o INSCOOP (Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo), criado na Presidência do Conselho de Ministros, nunca interferiu na sua vida interna, apenas as credenciou para efeitos da concessão de apoios públicos.

Muitas das unidades de saúde pertencentes às Misericórdias foram nacionalizadas e integradas no sistema nacional de saúde, o que levou estas instituições a sofrerem um reposicionamento no campo da prestação de serviços sociais à população, perdendo a centralidade que assumiram durante séculos na área da saúde.

Foi neste período que se criou a União das Misericórdias e das Mutualidades, às quais se seguiu mais tarde a união das IPSS (que hoje se constitui como a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade).

Após a Revolução surgiram muitas iniciativas com o objetivo de responder a necessidades sociais básicas (habitação,

saúde, trabalho, alfabetização). Surgiram as associações de moradores, de educação popular, iniciativas de desenvolvimento comunitário de base local (que ainda hoje são promovidas), bem como iniciativas de resposta a públicos específicos, como as pessoas com deficiência, e um número muito elevado de novas cooperativas⁵.

Em 1976, a Constituição Portuguesa⁶ reconhece o setor cooperativo a par do Estado e do setor lucrativo (setor privado). Na revisão de 1989, o setor assume a denominação de setor cooperativo e social, que se mantém até aos dias de hoje.

No mesmo ano, o Estado cria o Instituto António Sérgio para o Setor Cooperativo (INSCOOP), especificamente para trabalhar as questões do cooperativismo, herdeiro da Comissão de Apoio às Cooperativas, criada em 1975. Houve, a partir desta altura, uma grande expansão das cooperativas, que cresceram até à década de 90, altura em que começaram de novo um processo de decréscimo, essencialmente pela prevalência do ideal individualista sobre o coletivista.

Em 1983 foi criado o **estatuto específico das IPSS** (Instituições Privadas de Solidariedade Social). Este estatuto permite às organizações privadas estabelecerem “acordos de cooperação” com o Estado para a prestação de serviços sociais à população mais vulnerável e carenciada, englobando atualmente atividades como⁷:

- a. Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- b. Apoio à família;
- c. Apoio às pessoas idosas;
- d. Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- e. Apoio à integração social e comunitária;
- f. Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- g. Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- h. Educação e formação profissional dos cidadãos;
- i. Resolução dos problemas habitacionais das populações;
- j. Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

5 O Terceiro Setor e a sua renovação em Portugal, Uma abordagem preliminar, Carla Quintão

6 www.parlamento.pt/Parlamento/.../CRP1976.pdf (Nota: A CRP de 1976 determinava, no seu Art.º 88, os setores de propriedade dos meios de produção: “setor público”, “setor cooperativo” e “setor privado”)

7 Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro (http://novo.cnis.pt/images_ok/DL_172A_14_Nov_2014.pdf)

Dentro do conceito de IPSS englobam-se diversas entidades que se orientam segundo os fins da utilidade pública e solidariedade social, tais como:

- a. Associações de solidariedade social;
- b. Associações mutualistas ou de socorros mútuos;
- c. Fundações de solidariedade social;
- d. Irmandades da misericórdia
- e. Para além das formas referidas no número anterior, podem as instituições, nos termos da Concordata celebrada entre a Santa Sé e a República Portuguesa em 18 de maio de 2004, assumir a forma de Institutos de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, designadamente os Centros Sociais Paroquiais e as Caritas Diocesanas e Paroquiais.

Em 1998, o número de IPSS era de cerca de 2.992. Atualmente, existem aproximadamente 5.000 IPSS a nível nacional. De referir a possibilidade de equiparação a IPSS de outras formas jurídicas de organização socioeconómica, por exemplo, as cooperativas de solidariedade social, nas quais se inclui o movimento das CERCI, iniciado em 1975 com a Cerci de Lisboa.

8 http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/CentroDocumentacao/Lei_66-1998-ongd.pdf

Em 1985, surge a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI) e, em 1988, a Confederação Cooperativa Portuguesa (CONFECOOP).

Década de 90

Em 1998, é estabelecida a regulamentação das organizações humanitárias e de cooperação para o desenvolvimento, sendo criado um estatuto específico de Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e para o Ambiente (ONGA)⁸.

Neste período e desde a adesão de Portugal à CEE em 1986, a expansão das Organizações da Economia Social foi mais manifesta. Novas motivações, além das tradicionais, levaram ao surgimento de algumas iniciativas para defender os direitos da mulher, do ambiente, do consumo, dos imigrantes, dos sem-abrigo, etc. Na década de 90, o setor começa cada vez mais a ser exposto e falado na Europa e no nosso país, apesar de estar ainda bastante disperso e com pouca monitorização estatística.

Também fruto da atenção europeia ao desenvolvimento local, cresceram com destaque as iniciativas de desenvolvimento local e regional, inicialmente de âmbito rural, mas com franca

expansão. À medida que o país se foi abrindo ao exterior, também recebeu muitas entidades e organizações que trabalham com âmbito internacional na área da intervenção social, associações de cooperação internacional, ajuda humanitária, comércio justo, etc.⁹

Em meados dos anos 90, e seguindo parte da dinâmica internacional, foram criados novos enquadramentos jurídicos para entidades específicas da economia social. Destas são exemplo as empresas de inserção.

Em 1993, surge o Centro Português de Fundações (CPF) e é nesta década, bem como na seguinte, que emergem plataformas de diferentes ramos e organizações, como a delegação portuguesa da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN – Portugal) em 1991, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR) em 1993 e a MINHA TERRA (2000), que procuram novas respostas no combate à pobreza e à exclusão social e incidem a sua atuação sobre o desenvolvimento local.

A partir dos anos 2000

Os anos 2000 vêm traçar o início da mudança em relação ao passado de alguma limitação das iniciativas da sociedade civil e de mobilização comunitária, bem como de um certo domínio político e partidário da mobilização da sociedade na (re)construção da democracia portuguesa. Este período testemunhou um crescimento significativo do setor da economia social em Portugal, com muitas iniciativas e organizações a emergir.

Em 2001, surge a CNIS, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, substituindo a União das IPSS.

De forma a criar um órgão de diálogo entre os agregadores da sociedade civil e o Estado, em 2009 o INSCOOP (criado em 1976) é convertido na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES). Assim emerge a primeira plataforma institucional estável representativa do Estado e das entidades do setor social (União das Misericórdias Portuguesas, União das Mutualidades Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS, Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL – CONFECOOP, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR e Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL – CONFAGRI).

Com a missão de promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico do País¹⁰, a CASES pretende promover um diálogo aberto entre os vários players do setor da economia social em Portugal, com o objetivo de o fortalecer e de fortificar o seu potencial de transformação positiva da sociedade portuguesa.

A CASES e os seus membros integram ainda o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), que agrega igualmente entidades tais como a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) e o Centro Português de Fundações (CPF)¹¹.

O CNES, criado em 2011, é um órgão consultivo, de avaliação e de acompanhamento ao nível das estratégias e das propostas políticas, presidido pelo Primeiro-ministro.

Em 2013, publicou-se a primeira conta satélite da economia social, elaborada entre o INE e a CASES (com dados de 2010) e aprovou-se a Lei de Bases da Economia Social (LBES).

“Pretendemos que o terceiro setor tenha dignidade jurídica própria, tenha uma lei de bases e tenha um enquadramento jurídico adequado, que se desenvolva sob o ponto de vista operacional naquilo que tem de mais importante, que é a liberdade de funcionamento na sociedade” – Marco António Costa, Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, em 12/09/2011.¹²

Em 2014, Portugal foi o primeiro país europeu a usar os fundos comunitários para a catalisação de um ecossistema de inovação social, lançando a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social e o correspondente Fundo Portugal Inovação Social (que demonstra uma clara aposta do Governo neste setor)¹³. Nesse ano, lançou-se o novo Estatuto das IPSS (Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro)¹⁴.

Em 2015, surgiu o primeiro Título de Impacto Social, operação levada a cabo pelo Laboratório de Inovação Social (Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Empreendedorismo Social) em Parceria com a Câmara Municipal de Lisboa.

Verifica-se o lançamento oficial do Projeto MIES (Mapa da Inovação e Empreendedorismo Social em Portugal), com mapeamento das iniciativas de inovação social no território nacional¹⁵.

10 <http://www.cases.pt/sobre-nos/quem-somos/membros-da-cases>

11 A Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) não integra o CNES.)

12 <http://expresso.sapo.pt/solidariedade-setor-da-economia-social-precisa-de-enquadramento-juridico-secretario-de-estado-f673403#ixzz3UVAY1SIB>

13 Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014, 16 de dezembro de 2014

14 http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_news&id=445 (Estas alterações têm como objetivo responder a uma nova realidade social e a novos modelos de organização, por forma a dotar o movimento associativo de um suporte jurídico que permita aprofundar a sua modernização e desenvolvimento)

15 <http://www.mies.pt/index.php/en/>

Nesse mesmo ano, surgem os programas operacionais financiados no acordo de parceria Portugal 2020 e é publicada a Lei de 3 de março de 2015, Lei n.º18/2015 que estabelece o Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado. Esta Lei transpõe várias Diretivas e Regulamentos da UE, estabelecendo o novo regime jurídico do exercício da atividade de investimento em capital de risco, bem como da atividade de investimento em empreendedorismo social e investimento alternativo especializado.

O Lançamento da Task Force Governamental para a Inovação Social em Portugal ocorre no dia 26 de junho de 2015 (em consulta no website no Laboratório de Investimento Social¹⁶).

No dia 30 de junho de 2015 é publicado o Decreto-Lei n.º 120/2015, que estabelece os princípios gerais da cooperação entre as IPSS e os departamentos do Estado que intervêm na definição e no desenvolvimento das políticas sociais.¹⁷

Em 2016, estão em execução os Programas Operacionais do Portugal 2020 para o setor, a entrada em vigor e expansão nas iniciativas anteriormente referidas para o ano de 2015 e o lançamento da nova Conta Satélite para a Economia Social. Esta apresentará dados mais atualizados do setor (referentes a 2013) e, sendo um trabalho novamente empreendido pela CASES e Instituto Nacional de Estatística, permitirá analisar como toda a economia social reagiu e qual o seu papel no período de crise económica.

O país tem vindo a demonstrar empenho e dinamismo no desenvolvimento de um setor da economia social vivo, inovador, ao serviço do seu principal objetivo: a produção de um impacto social positivo e crescente.

Desta forma, pretende-se para Portugal uma cultura de inovação social em que seja possível fazer face aos problemas sociais mais graves, de forma inovadora, disruptiva, geradora de valor para a sociedade, para investidores, para o setor público e privado e para o setor da economia social. Há ainda o objetivo de se promover uma nova economia, de interesse geral, capaz de configurar respostas inovadoras e sustentáveis, criadoras de riqueza e emprego, numa altura em que a recuperação económica exige soluções integradas, inclusivas e capazes de resgatar o potencial de crescimento económico da nossa economia.

16 <http://investimentosocial.pt/wp-content/uploads/2015/06/Preview-Relat%C3%B3rio-GT-PT.pdf>

17 <http://www.solidariedade.pt/site/detalhe/12419>

A conta Satélite da Economia Social: origem e desenvolvimentos recentes

A Conta Satélite da Economia Social (CSES) e sua origem

A Conta Satélite da Economia Social (CSES) foi, em Portugal, um movimento de vanguarda e grande relevância na afirmação do setor da economia social. Foi fulcral para a perceção da representatividade do setor da economia social e na sua contribuição para a economia portuguesa.

A LBES portuguesa, antecedida pela aprovação de lei homóloga em Espanha, antecipou a iniciativa legislativa francesa (viveiro dos movimentos inaugurais da economia social) e a do Canadá (Quebeque), integrando no seu articulado (art.º 6.º, n.º 2) a obrigatoriedade da elaboração de uma Conta Satélite da Economia Social (CSES) nos seguintes termos: “Deverá ainda ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a Economia Social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional”.

A CASES suscitou, e incluiu no seu plano de ação, logo em 2010, a criação de uma CSES, correspondendo, aliás, a um desafio contido em diversos documentos da UE, como, por exemplo, na Resolução do Parlamento Europeu de 19 de março de 2009, sobre Economia Social, publicada em 25 de março de 2010 em que, nos seus pontos 15 e 16, faz menção explícita ao “reconhecimento estatístico” nos seguintes termos:

15. Convida a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem a criação de registos estatísticos nacionais das empresas da economia social, a estabelecer contas satélite nacionais por setor institucional e por ramo de atividade, e a permitir a utilização desses dados pelo Eurostat, recorrendo também às competências disponíveis nas universidades;

16. Salienta que a medição da economia social é complementar à medição das organizações sem fins lucrativos (OSFL), convida a Comissão e os Estados-Membros a promoverem a utilização do Manual da ONU sobre as organizações sem fins lucrativos e a prepararem contas satélite que permitam melhorar a visibilidade das OSFL e das organizações da economia social;

A conceção e criação deste instrumento estatístico competiriam sempre à autoridade estatística nacional (Instituto Nacional de Estatística – INE) que, desde logo, aderiu à proposta, tendo sido celebrado um protocolo entre as duas instituições (CASES e INE), em 14 de abril de 2011, tendo em vista a concretização, em parceria, do projeto.

Não será arriscado afirmar que a CSES portuguesa é original e única, a nível mundial, embora carecendo de aperfeiçoamentos, distinguindo-se de todas as restantes contas satélites por abarcar, no seu universo de estudo, um perímetro no qual cabem todas as entidades da economia social, consideradas quer no conceito americano quer no conceito europeu. Acresce que foi concebida como um agregado de subcontas nas quais são tratadas as realidades dos diversos grupos da economia social, quer sejam cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações e outras entidades da economia social, a que acresce o conjunto eclético, em termos da configuração jurídico-formal, das organizações com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Trata-se, pois, de uma conta satélite de “vasto espetro”, cuidadosamente apelidada de “conta piloto”, pela inovação que comporta e os riscos inerentes à metodologia adotada numa experiência de congregação de informação estatística de organizações tão próximas, pelos princípios e valores que encerram e, ao mesmo tempo, tão diversas, nos planos económico e sociológico, nunca antes estudadas de forma tão vasta e abrangente, em particular no que respeita ao setor associativo.

Revisão da Conta Satélite em 2016

Sendo consensual, entre o Instituto Nacional de Estatística e a CASES, CIPRL, que a elaboração e divulgação de uma nova Conta Satélite da Economia Social com informação atualizada para 2013 seja concretizada até final de 2016, estão já em curso as ações conducentes ao planeamento e execução das diferentes atividades a desenvolver entre o INE e a CASES.

Na elaboração desta nova Conta Satélite da Economia Social (CSES) com dados de 2013, e tendo em consideração a mudança de base efetuada nas Contas Nacionais (SEC2010), é provável que, face ao objetivo de analisar a evolução da Economia Social entre 2010 e 2013, se tenham de apurar alguns agregados da Economia Social em 2010 na nova Base.

A realização da nova CSES para 2013, além de permitir melhorar a definição, no plano estatístico, do setor da economia social, permitirá apurar também qual a resiliência e importância socioeconómica deste setor num período tão conturbado economicamente, quanto foi o que se viveu em Portugal, na Europa e no Mundo entre 2010 e 2013.

Até ao final de 2016, com as diferentes ações que se perspetivam desenvolver no âmbito da CSES de 2013, ter-se-ão presentes as recomendações europeias de conferir cada vez maior reconhecimento à Economia Social, para além de consolidar a manutenção de um instrumento estatístico como estipula a LBES de 2013.

A política europeia na área da economia social e inovação social

A Europa define atualmente a aposta na inovação social e no setor da economia social como um claro vetor do desenvolvimento económico e inclusão. Tem, aliás, uma visão já muito vanguardista e inclusiva entre os vários setores (privado, social e público), o que está bem retratado nestas palavras de Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia 2004-2014:

“Os negócios sociais podem ser de facto uma agenda muito poderosa para a mudança. Um meio de conseguir melhores resultados para o bem comum, para mostrar que é possível fazer as coisas de forma mais responsável e mais justa, continuando assim mesmo a ser um sucesso no mercado. Estes podem ser um verdadeiro motor do crescimento na UE e a Europa não deve ser apenas parte destas mudanças, mas deve estar na liderança.”

18 <http://www.mies.pt/index.php/en/>

http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/promoting-entrepreneurship/social-economy/index_en.htm

Este setor representa já 10% do PIB da UE e mais de 11 milhões de pessoas empregadas (4,5% da população ativa da UE), mas a tendência é crescente e, a cada ano, uma em cada quatro novas empresas criadas na UE já são negócios sociais.

Do emprego no setor social, cerca de 70% dos empregados estão em associações não lucrativas, 26% em cooperativas e 3% em mutualidades. As atividades de negócio estão concentradas nas áreas da banca, seguros, agricultura, saúde, comércio e serviços sociais, envolvendo membros a si afiliados de cerca de 160 milhões de pessoas.¹⁸

19 A União Europeia divulga ainda a sua definição de Inovação e Empreendedorismo Social:

“O que é a inovação social? Definição o site da DG Indústria da Comissão Europeia:

“Inovações sociais são novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendam simultaneamente às necessidades sociais (de forma mais eficaz do que as alternativas) e que criem novas relações ou colaborações sociais.

(Livro Aberto de Inovação Social, Murray, Caulier-Grice e Mulgan, março de 2010)

Estas soluções são tanto sociais nas suas extremidades e nos seus meios. Podem assumir a forma de inovações genuínas ou de soluções melhoradas. Em algumas partes da Europa, o termo “inovação social” refere-se ao que a Comissão Europeia chama a inovação no local de trabalho”.

O que é o empreendedorismo social? Definição no site “O Mercado Único” da Comissão Europeia:

“As empresas sociais procuram servir os interesses (objetivos sociais e ambientais) da comunidade, em vez de maximização do lucro. Estas têm, frequentemente, um carácter inovador, através dos bens ou serviços que oferecem, e através da organização ou métodos de produção a que recorrerem. Muitas vezes empregam membros mais frágeis da sociedade (pessoas socialmente excluídas). Contribuem, assim, para a coesão social, para o emprego e para a redução das desigualdades”.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Desde 1989, quando a Comissão adotou a comunicação “Negócio no setor da economia social”, vários projetos e atividades no âmbito da economia social têm vindo a ser financiados.

Foi nesta altura, na década de 80, que o primeiro comissário português, Cardoso e Cunha, na Comissão Delors, fez publicamente o primeiro discurso vinculando a Comissão Europeia na matéria.

Em 2000, foi criada a CEP-CMAF (Conferência Europeia Permanente – CEP das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações), que foi substituída em 2008 pela Economia Social Europa.

Nos finais da década de 2000, a UE reconhece o conceito de economia social e integra na mesma um conjunto diversificado de organizações, tais como as cooperativas, as associações, as mutualidades e as fundações (Resolução do Parlamento Europeu 2008/2250 [INI]).

Em 2008 a UE reconhece a importância da economia social e a sua potencialidade e impacto social:

“Ao aliar a rentabilidade e solidariedade, [a economia social] desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania ativa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica” (Resolução do Parlamento Europeu, 2008, p.19) ¹⁹

Em 2011 é proposto pela Comissão Europeia a Iniciativa de Empreendedorismo Social (SIB – Social Business Initiative) com o objetivo de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos negócios sociais e da economia social na Europa.

Este programa tem três objetivos principais:

1. Melhorar o acesso a financiamento do setor;
2. Dar maior visibilidade aos negócios e iniciativas de impacto social;
3. Otimizar o ambiente legal.

No âmbito deste programa, foram ainda apontadas 11 linhas estratégicas ao desenvolvimento da inovação social da Europa:

1. Regulação sobre os Fundos de Empreendedorismo Social (Regulamento relativo aos Fundos de Empreendedorismo Social – EuSEF [22.07.2013] e dos “Fundos de Capital” para o setor social)
2. Estratégias para o desenvolvimento do microcrédito na Europa (Microcrédito, Código europeu de boa conduta para concessão de microcrédito), desenvolvimento do “Crowdfunding” e bolsas de valores sociais²⁰
3. Instrumento financeiro europeu para o emprego e inclusão social (Instrumento Financeiro Europeu de 90M € – EASI)
4. Prioridade de investimento em empresas sociais na Europa (Prioridade de investimento para as empresas sociais nos fundos estruturais – adotado pela Comissão a 06.10.2011)
5. Mapa das empresas sociais e seu ecossistema na Europa (Um mapa das empresas sociais e os seus ecossistemas na Europa)
6. Bases de dados sobre certificações no setor (Banco de Dados de rótulos e certificações)
7. Os sistemas nacionais e regionais de promoção de aprendizagem e capacitação do setor (Guia de Inovação Social)
8. Plataforma Europeia de Inovação Social (Plataforma de intercâmbio eletrónico de dados para investidores e empreendedores sociais – Plataforma Europeia de Inovação Social) e de acesso à educação (Acesso à educação da Europa – Programas de formação)
9. Harmonização legislativa (Simplificação do regulamento cooperativo europeu – cf. Relatório da comissão 23.02.2012; Proposta de regulamento relativo ao Estatuto da Fundação Europeia (adotado pela Comissão 08.02.2012); Estudo sobre a situação das mutualidades, e as suas atividades transfronteiras (recebido pela comissão a 12.10.2012)
10. Modernização do Sistema de compras públicas (Valorização do elemento de qualidade na adjudicação de contratos no âmbito da reforma dos contratos públicos [adotado pela Comissão 20.12.2011], Procuração Pública – PPT Comissão Europeia, junho)
11. Aplicação da Lei europeia no setor (A simplificação da aplicação das regras relativas aos auxílios estatais aos serviços sociais e locais (adotado pela Comissão a 20.12.2011); Comissão Documento de trabalho: Guia para a aplicação das regras comunitárias em matéria de auxílios estatais, contratos públicos e do mercado interno aos SIEG, e, em especial, aos serviços sociais de interesse geral;

²⁰ http://ec.europa.eu/internal_market/social_business/index_en.htm

21 <http://socialeconomy.rome.it/>

22 http://ec.europa.eu/growth/single-market/public-procurement/modernising-rules/reform-proposals/index_en.htm

23 A Publicação: "Inovação Social, uma década de mudanças" compila com grande qualidade informação sobre o desenvolvimento do setor (passado e perspetivas futuras) e salienta as prioridades europeias na área da economia e inovação social na europa: <http://espas.eu/orbis/document/social-innovation-decade-changes>

24 Área na qual o ESN (Rede Social Europeia) – financiado pela UE – faz um ótimo trabalho de partilha de conhecimento e networking.

Em **2012**, foi criado o CEGES (Grupo Especialista em Empreendedorismo Social), com o objetivo de examinar o progresso das medidas do Iniciativa Negócio Social durante 6 anos, até 2017.

Foi lançado o Intergrupo da Economia Social, no Parlamento Europeu, com o objetivo de promover o diálogo entre os membros do Parlamento Europeu e todos os atores da economia social na Europa.

Em **2014**, foi organizada pela Presidência Italiana a conferência "Desbloquear a agenda europeia para a economia social", precedida de uma consulta pública sobre o tema e com o objetivo de trazer esta temática para o centro das discussões e prioridades da política europeia – de que resultaram recomendações de política europeia na área.²¹

A 26 de novembro de 2014, a Comissão anunciou o financiamento dos projetos da economia social através de um novo instrumento para projetos viáveis, com valor acrescentado para o mercado da economia social na Europa: o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – FEIE, cujo regulamento foi publicado em 1 de julho de 2015 (ver página 114).

Foi ainda lançado o "Pacote de reforma dos contratos públicos" que veio encorajar e permitir às autoridades públicas considerar nas suas decisões de compra públicas toda a vida do produto que estão a angariar, tendo em conta critérios sociais ligados ao processo de produção.²²

Em **2015**, realizou-se em Lisboa, nos dias 15-18 de julho, o 5º Congresso do CIRIEC: Conferência de investigação internacional sobre a economia social: "A economia social num mundo globalizado".

Além dos pontos focados, a União Europeia tem atuado nesta área com muitas medidas, das quais destacamos²³:

- » Estudo do uso de fundos dormentes dos bancos para investir na inovação social
- » Desenvolvimento de uma rede virtual de Inovação Social na Europa: Intercâmbio inovação social (<http://www.socialinnovationexchange.org/home>)
- » Promoção da inovação e empreendedorismo social junto das populações mais seniores (Silver economy – <http://europa.eu/ey2012>)

- » Promoção do desenvolvimento de bases de dados sobre o setor na Europa (Portugal iniciou já o processo de construção da conta Satélite da Economia Social)
- » Discussão do conceito de “empresa social”
- » Partilha de melhores práticas do setor na Europa²⁴

Muita da legislação e a evolução da política portuguesa no setor da economia social em Portugal seguem também a par e passo com a evolução europeia, que acredita profundamente na evolução e na mudança social centrada numa economia mais efetiva, sustentável e que seja capaz de responder aos problemas sociais de forma a criar valor centrado no ser humano e na sustentabilidade das sociedades. Não deverá ainda deixar de ser referido que um dos grandes ideólogos da política de inovação social na Europa foi Diogo Vasconcelos, ilustre pensador de um setor económico vivo, gerador de crescimento e ao serviço da resolução dos problemas sociais mais prementes da sociedade. Hoje, o Prémio Competição Europeia de Inovação Social tem o nome de “prémio **Diogo Vasconcelos**”, em honra do seu contributo para a política da inovação na economia social europeia.

1.2

Economia Social: algumas precisões

texto por Professor Jorge Sá

De acordo com a Constituição da República (artigo 82º), verifica-se “coexistência de três setores de propriedade dos meios de produção” que estruturam a economia portuguesa: a economia pública, a economia privada (capitalista) e a economia cooperativa e social.

Efetivamente, a partir de um estudo com o título “Estudo de Caracterização das Cooperativas Portuguesas (2012-2013)” que foi realizado pelo CIRIEC Portugal e que pode ser consultado no “site” da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), pode concluir-se que, proporcionalmente, o setor cooperativo português destruiu bastante menos emprego que o setor privado, situação ainda mais sensível entre as mulheres e os jovens. Esta é uma das muitas diferenças entre a economia social, tal como a caracteriza a respetiva Lei de Bases – aprovada por unanimidade, a 15 de março de 2013, na Assembleia da República – e a economia privada capitalista.

A economia social e a economia capitalista são ambas de natureza privada, mas no caso da economia capitalista o valor produzido é apropriado por cada organização, indivíduo proprietário ou gestor desses meios; essa apropriação é concretizada através de processos de decisão assentes nas partes do capital detido por tais organizações ou indivíduos. Já o mesmo não se passa na economia social que, por razões de contexto histórico, a Constituição Portuguesa designa como “cooperativo e social”.

No caso da economia social, o primado é o da pessoa humana sobre o capital e, por isso, o processo decisório nas organizações de base da economia social assenta no princípio de “um membro, um voto”, sem referência ao capital investido por cada um, no caso específico das cooperativas e dos fundos mutualistas ou associativos. Na economia social, a apropriação da riqueza produzida é exclusivamente coletiva, ou seja, não existe apropriação individual dessa riqueza pelos membros associados numa organização da economia social. Nem mesmo no caso das cooperativas, em que, numa correção à posteriori dos custos ou dos preços, se verifique a devolução aos membros de eventuais excedentes gerados nas atividades cooperativas realizadas exclusivamente entre membros.

A Constituição da República identifica os três setores já referidos para a criação de riqueza em Portugal sem estabelecer qualquer hierarquia entre eles, pelo que não nos parece que a nenhum deles possa ser atribuída a designação de primeiro, segundo ou terceiro setor, para mais tendo em conta que esta última designação, por vezes associada em Portugal ao setor cooperativo e social, não é usualmente utilizada no espaço da União Europeia para identificar o conjunto das organizações que integram a Economia Social.

Acresce que, mesmo para um professor norte-americano, país onde a expressão é de uso comum (na prática, associada ao conceito de “not for profit”), a designação de “Terceiro Setor” pode ser considerada pejorativa, como refere o professor Jeremy Rifkin, argumentando que, ao ser apontado como “terceiro”, o setor da Economia Social passa por ser “menos importante que os mercados ou os governos” (Rifkin, 2014: 32), ou seja, menos importante que a economia capitalista e que a economia pública. No espaço da União Europeia, a expressão “Terceiro Setor” é relativamente pouco utilizada e quase ausente dos textos oficiais, como se verifica através do texto da Resolução do Parlamento Europeu, de 19/02/2009, sobre a economia social, em que se afirma que “a UE e os Estados Membros devem reconhecer a economia social e os seus interessados (cooperativas, sociedades mútuas, associações e fundações) na sua legislação e políticas”

Aliás, a definição deste setor que se encontra no relatório “Economia Social na União Europeia” (Chaves, 2007), encomendado pelo seu Comité Económico e Social ao CIRIEC Internacional, é clara, afirmando que se trata do “conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não está diretamente ligada ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles” Nesta mesma definição pode ainda ler-se que a “economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de ‘não mercado’ a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam”

A já referida Lei de Bases da Economia Social define, no seu artigo 4.º, que “integram a economia social as seguintes entidades, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português: as cooperativas; as associações mutualistas; as misericórdias; as fundações; as instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; as associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social!”

Este artigo 5º ganha assim uma dimensão fecunda, no que concerne à decisão de integração no âmbito da economia social de uma organização diferente das diretamente definidas no artigo 4º. O seu conteúdo assenta nos princípios consagrados internacionalmente para o setor cooperativo, que, desse modo, são alargados a todas as organizações da economia social portuguesa: as “entidades da economia social são autónomas e atuam no âmbito das suas atividades de acordo com os seguintes princípios orientadores:

- » O primado das pessoas e dos objetivos sociais;
- » A adesão e participação livre e voluntária;
- » O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
- » A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
- » O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
- » A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.”

Temos assim que qualquer entidade que pretenda ser integrada na economia social portuguesa terá que praticar os valores da autonomia, do humanismo, da liberdade de entrada e de saída, da gestão democrática, da sustentabilidade, da solidariedade, da autogestão independente e da afetação coletiva dos

resultados. Em contrapartida, a mesma lei estipula, no seu artigo 9º, que o Estado deve “estimular e apoiar a criação e a atividade das entidades da economia social” e também “assegurar o princípio da cooperação, considerando, nomeadamente no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos, a capacidade instalada material, humana e económica das entidades da economia social, bem como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido económico e social do país”.

A transparência de atuação e de prestação de contas exigida às organizações e aos agentes da economia social, que uma eventual entidade pública de “regulação social” poderia controlar, sempre que fossem envolvidos financiamentos públicos, é abordada no artigo 9º da Lei de Bases. Neste, afirma-se que compete ao Estado português “desenvolver, em articulação com as organizações representativas das entidades da economia social, os mecanismos de supervisão que permitam assegurar uma relação transparente entre essas entidades e os seus membros, procurando otimizar os recursos, nomeadamente através da utilização das estruturas de supervisão já existentes”, assim como “garantir a necessária estabilidade das relações estabelecidas com as entidades da economia social”.

Estes aspetos remetem-nos para a definição das políticas públicas de desenvolvimento da economia social, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias público-sociais, dando sequência, aprofundando e melhorando as práticas de colaboração entre o Estado e a Economia Social, sem as quais não teriam sido concretizadas muitas das tarefas que competem ao Estado na promoção da proteção social à infância, à velhice, à diminuição física e mental, à doença, assim como ao exercício efetivo de práticas culturais, desportivas e de integração social e cívica.

Para que estes objetivos possam ser atingidos com êxito, será imprescindível assegurar que, à transparência acima referida, seja acrescida a estabilidade que as organizações da economia social necessitam para a sua sustentabilidade, no seguimento harmonioso da prestação dos serviços que disponibilizam às comunidades em que estão inseridas (e de onde emergem) e nas relações com todas as suas partes interessadas.

Aliás, esta mesma estabilidade é objeto da Lei de Bases, onde se afirma a necessidade da “autossustentabilidade económico-financeira das entidades da economia social” que deve ser fomentada pelo Estado (artigo 10º, alínea b) – cumprindo o desígnio que consta no artigo 85º da Constituição da República – a quem compete também incentivar “a investigação

e a inovação na economia social, a formação profissional no âmbito das entidades da economia social, bem como apoiar o acesso destas aos processos de inovação tecnológica e de gestão organizacional” (artigo 10º, alínea d).

A dimensão da economia social é pouco conhecida. Por exemplo, a nível internacional, Rui Namorado esclarece (2013: 25) que no limiar do século XXI, a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) “representa cerca de um bilião (mil milhões) de membros individuais, distribuídos por 98 países;” o que corresponde a cerca de um sétimo da humanidade – ao desdobramento deste número enorme por países corresponde um total de 242 milhões de cooperadores na Índia, 160 milhões na China e 120 milhões nos Estados Unidos da América. Segundo este mesmo autor (2013: 26), o número de cooperadores no mundo “representa aproximadamente o triplo das pessoas que são titulares de participações sociais em sociedades comerciais”.

Em Portugal, a CASES e o INE realizaram uma conta satélite da Economia Social portuguesa (CASES, 2013), de acordo com o modelo que o CIRIEC Internacional definiu para a Comissão Europeia. Segundo os resultados desta iniciativa, divulgados em abril de 2013, existem cerca de 55 mil organizações da economia social em Portugal, das quais quase 52 mil são associações filantrópicas. Existem 2.260 cooperativas, 119 mutualidades, 537 fundações e 381 misericórdias. No total, cerca de 5.000 organizações da economia social possuem o estatuto de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social). No conjunto das suas várias “famílias”, a economia social portuguesa representa 2,8% do VAB português e 5,5% do emprego remunerado.

Ao Estado Português cabe fomentar um melhor conhecimento da dimensão da economia social competindo-lhe, de acordo com a Lei de Bases, “aprofundar o diálogo entre os organismos públicos e os representantes da economia social a nível nacional e a nível da União Europeia, promovendo, assim, o conhecimento mútuo e a disseminação de boas práticas” (artigo 10º, alínea e). Acresce ainda, para esse melhor conhecimento do setor, a obrigatoriedade do Estado em assegurar “a criação e a manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional” (artigo 6º-2), e a do governo em “elaborar, publicar e manter atualizada, em sítio próprio, a base de dados permanente das entidades da economia social” (artigo 6º – 2).

Professor Jorge Sá

Presidente do CIRIEC Portugal

Vice-presidente do CIRIEC Internacional

Professor do ISCSP (Universidade de Lisboa)

Bibliografia

ARCHAMBAULT, Edith (2008). "L'économie sociale en France dans une perspective européenne", in CIRIEC Working Papers, n° 2008/04, Liège, CIRIEC.

CASES (2013). Conta Satélite da Economia Social, <http://www.cases.pt/atividades/contasatelites>.

CIRIEC PORTUGAL (2013). "Estudo de Caracterização das Cooperativas Portuguesas (2012-2013)", www.cases.pt/.../FINAL_CIRIEC_OBESP_Relatorio_Coop_2013

CHAVES, Rafael, MONZÓN, José Luis., PÉREZ, José Maria. e RADRIGÁN, Mario (2013). "La economía social en clave internacional", in Extraordinario en Homenaje al Profesor Alfonso Carlos Morales Gutiérrez, Revesco, no 112, pp. 122-150. (2007)

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2014). "Fiscal Policy and Income Inequality" de 23 de janeiro de 2014, consultável em www.imf.org/external/np/pp/eng/2014/012314

JEANTET, Thierry (2014). Des Croissances. Paris: Éditions François Bourin.

NAMORADO, Rui (2013). Essencial Sobre Cooperativas. Lisboa: INCM.

PIKETTY, Thomas (2013). Le Capital au XXI^e Siècle. Paris: Seuil.

RIFKIN, Jeremy (2014). The Zero Marginal Cost Society: The Internet of Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism. Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

SINGER, Paul (2012). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

STIGLITZ, Joseph (2014). Le Prix de L'Inégalité. Paris: Babel.

1.3

Financiamento da Economia Social em Portugal

Os dados sobre o financiamento da Economia Social em Portugal

Os dados relativos às fontes de financiamento da economia social em Portugal não se encontram desagregados de forma explícita por fonte de financiamento, no principal agregador de informação estatística sobre o setor – A Conta Satélite da Economia Social (CSES).

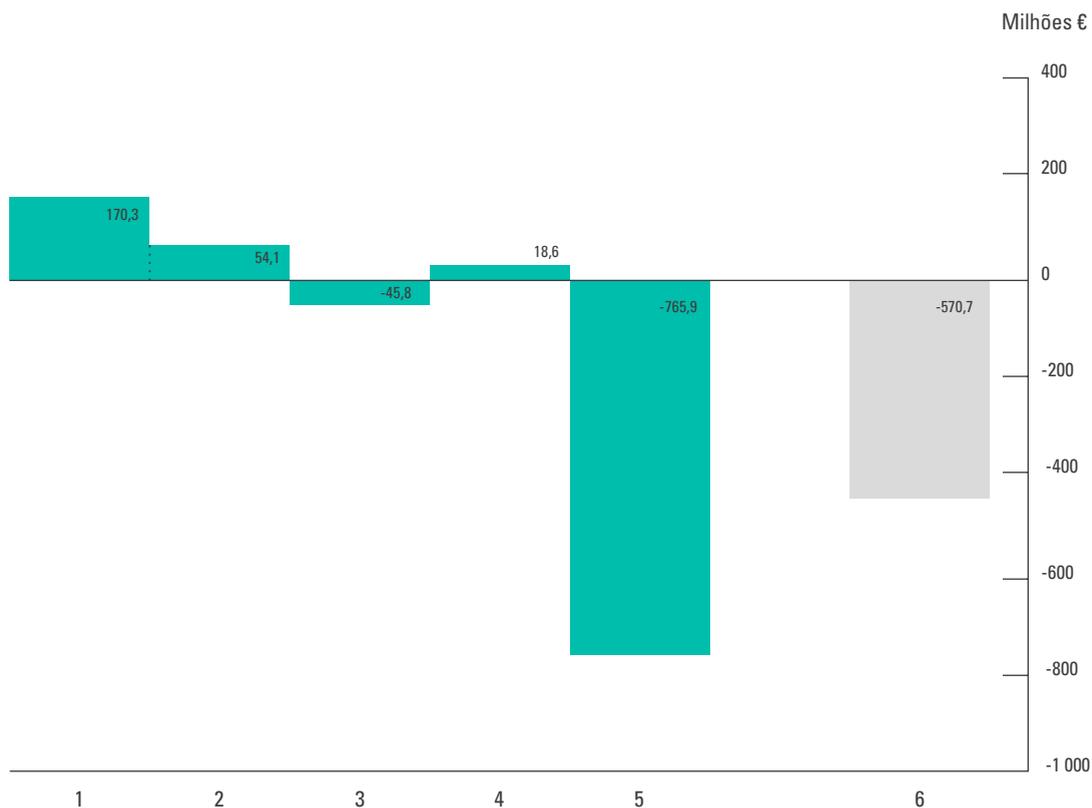
O que nos diz a CSES é que, a dados de 2010, o setor da Economia Social registou uma necessidade líquida de financiamento de 570,7 milhões de euros. Contudo, as Cooperativas (fundamentalmente as que se integram na área financeira), as Mutualidades e as Fundações da Economia Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

Este dado está em consonância com o que refere Cristina Parente (2011), afirmando que o financiamento poderá estar mesmo relacionado com o perfil jurídico da organização, havendo maior tendência para Fundações, Cooperativas e Mutualidades se financiarem com receitas de exploração de atividade, enquanto que as Associações tipicamente se financiam mais com subsídios à exploração. No entanto, nas Associações, esta realidade depende muito do tipo de atividade que desenvolvem, havendo grande variedade de fontes de financiamento (próprias e externas, neste caso).

Capacidade (+)/Necessidade (-) Líquida de financiamento por grupos de Entidades

1. Cooperativas
2. Mutualidade
3. Misericórdias
4. Fundações
5. Associações e outras OES
6. Total CSES

Fonte Gráficos:
CASES (2013)
Conta Satélite da
Economia Social 2010.
Lisboa: Cooperativa
António Sérgio para
a Economia Social



25 Fonte Gráficos:
CASES (2013)
Conta Satélite da
Economia Social 2010.
Lisboa: Cooperativa
António Sérgio para
a Economia Social

Partindo para os dados agregados, conclui-se que os recursos das entidades da economia social foram fundamentalmente gerados pela produção (62,8%), por outras transferências correntes e outros subsídios à produção (23,8%) e rendimentos de propriedade (10,3%).

Como vimos, a produção constituiu, em todas as atividades desenvolvidas pelas organizações da Economia Social, a principal fonte de recursos (62,8%), atingindo o valor máximo nas atividades de transformação (97,1%) e o mínimo na ação social (51,8%).

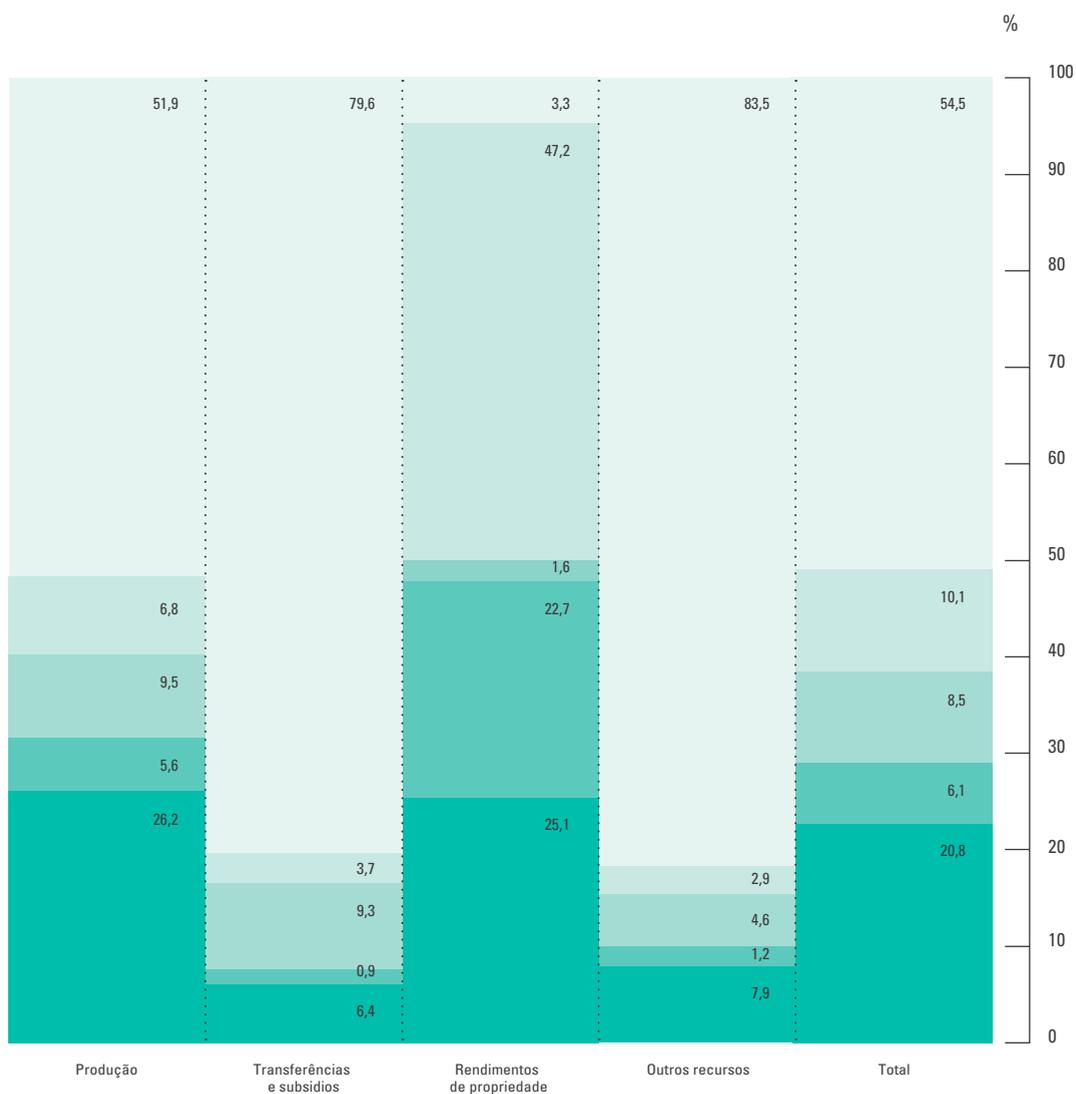
Esta distribuição de recursos dentro de cada classe de atividades é coerente com o conteúdo das atividades desenvolvidas, uma vez que as atividades de transformação são desenvolvidas principalmente por Cooperativas, entidades do setor mercantil da economia social, enquanto os serviços de ação social incluem principalmente entidades que operam no setor não mercantil da economia social.

As transferências correntes e subsídios constituíram recursos significativos para as atividades desenvolvidas sobretudo para os cultos e congregações (33,2%), as organizações profissionais, sindicais e políticas (32,9%), o ensino e investigação (32,3%) e a ação social (31,0%).

Destaca-se, ainda, o peso dos rendimentos de propriedade na estrutura dos recursos das atividades financeiras (43,5%)²⁵.

Recursos da economia social, por grupos de entidades e estrutura

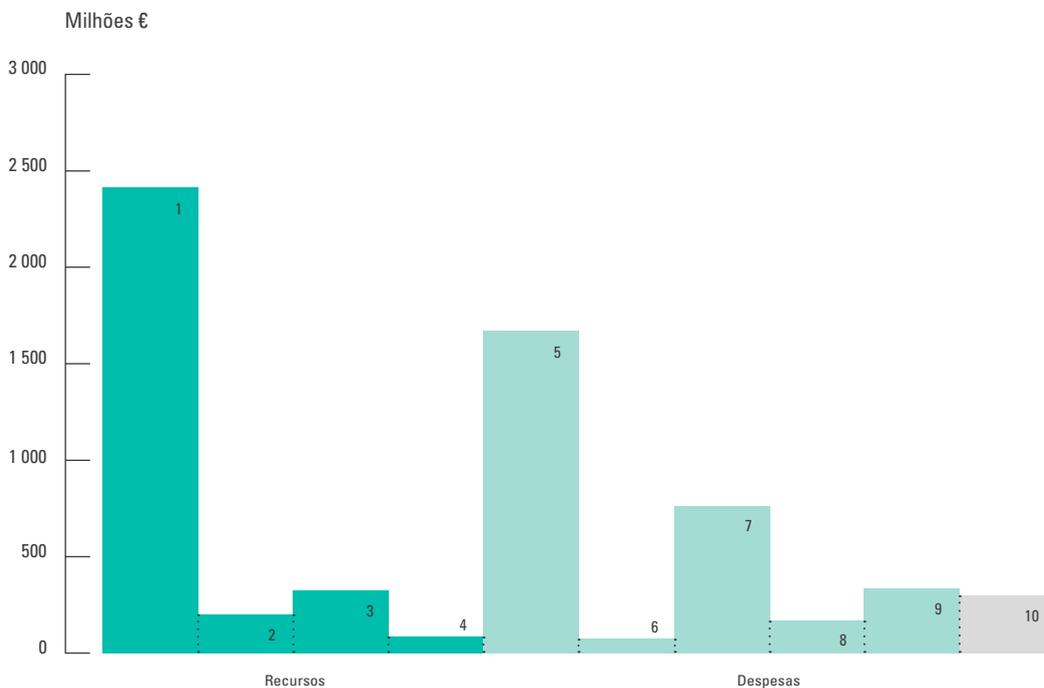
- Cooperativas
- Mutualidade
- Misericórdias
- Fundações
- Associações e outras OES



Recursos, despesas e capacidade líquida de financiamento das Cooperativas

Distribuição das fontes de financiamento por tipo de Entidade da Economia Social:

No caso das Cooperativas, vemos pelo gráfico seguinte que as suas fontes de financiamento são essencialmente a Produção, seguida dos Rendimentos de propriedade e Transferências e subsídios.

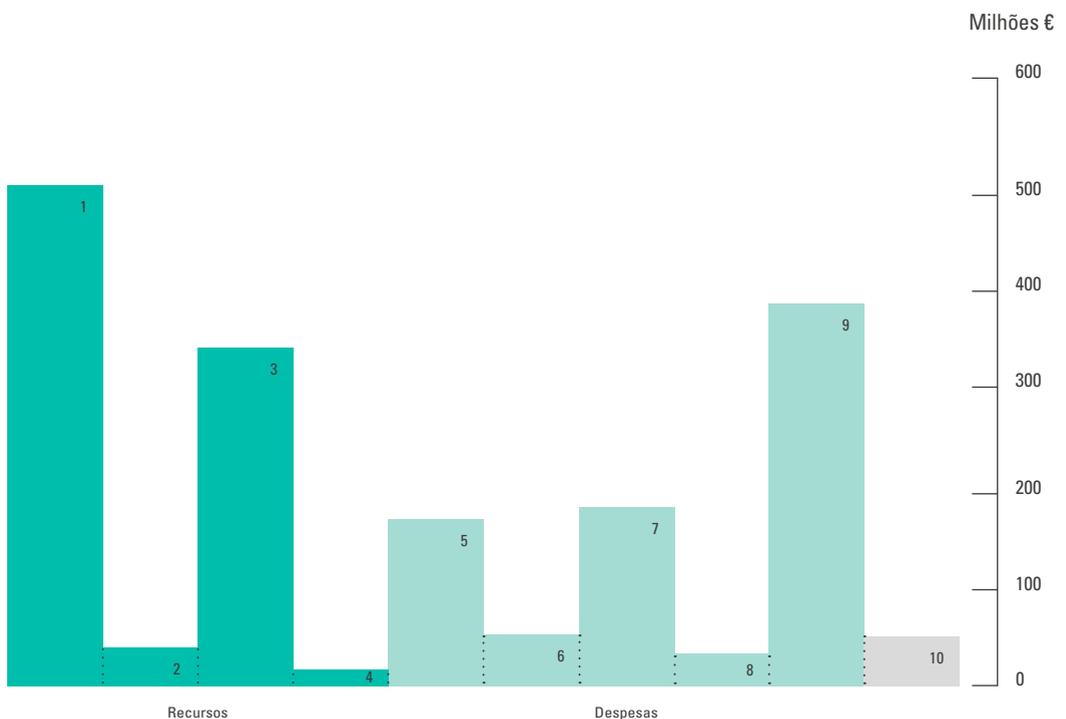


Recursos, despesas e capacidade líquida de financiamento das Mutualidades

As **Mutualidades** seguem a mesma tendência com uma distribuição mais equilibrada entre recursos de Produção e de Rendimentos de propriedade.

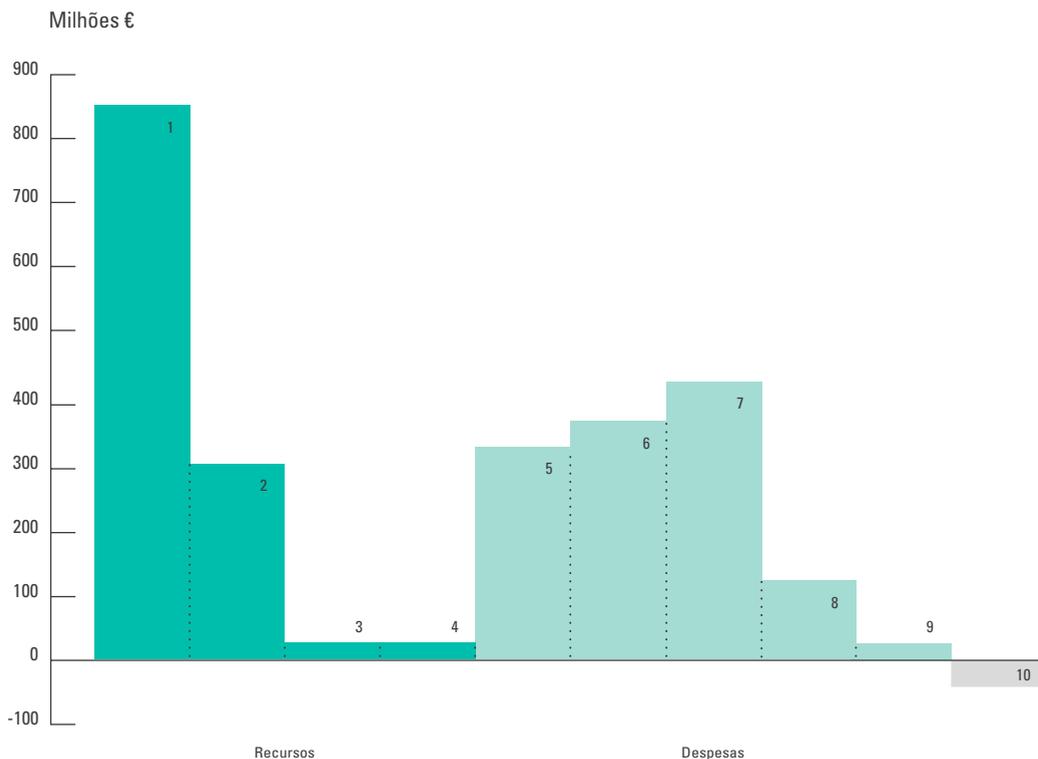
- 1 Produção
- 2 Transferências e Subsídios
- 3 Rendimentos de Propriedade
- 4 Outros Recursos
- 5 Consumo Intermédio
- 6 Transferências Sociais
- 7 Remunerações
- 8 FBC
- 9 Outras Despesas
- 10 Capacidade líquida de financiamento

Fonte Gráficos: CASES (2013) Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.



Recursos, despesas e necessidade líquida de financiamento das Misericórdias

As Misericórdias tem como principais fontes de financiamento a Produção e as Transferências e subsídios.

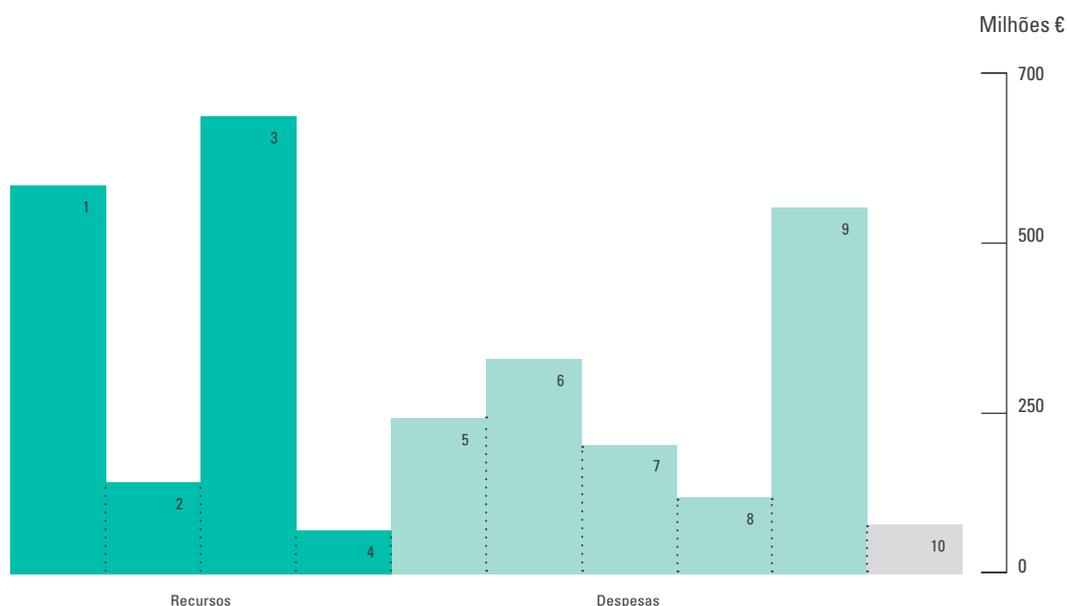


Recursos, despesas e capacidade líquida de financiamento das funções da ES

No caso das **Fundações**, os rendimentos de propriedade são a parcela mais pronunciada, seguindo-se os rendimentos oriundos da produção.

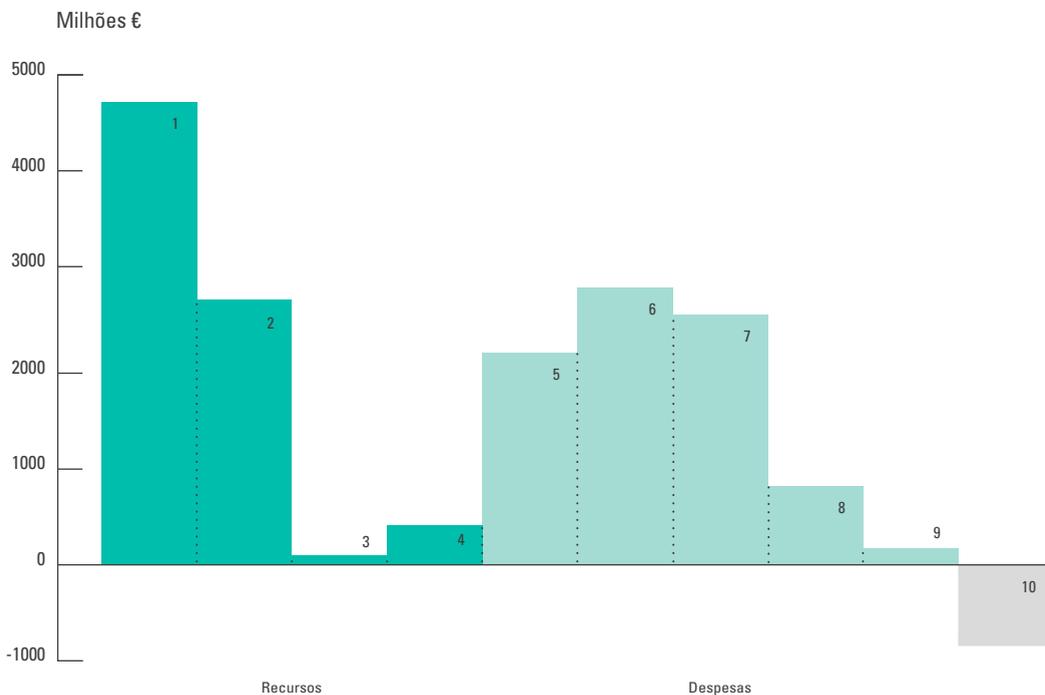
- 1 Produção
- 2 Transferências e Subsídios
- 3 Rendimentos de Propriedade
- 4 Outros Recursos
- 5 Consumo Intermédio
- 6 Transferências Sociais
- 7 Remunerações
- 8 FBC
- 9 Outras Despesas
- 10 Capacidade líquida de financiamento

Fonte Gráficos: CASES (2013) Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.



Recursos, despesas e necessidade líquida de financiamento das associações e outras OES

As **Associações** concentram a sua origem de recursos na produção e nas transferências e subsídios.

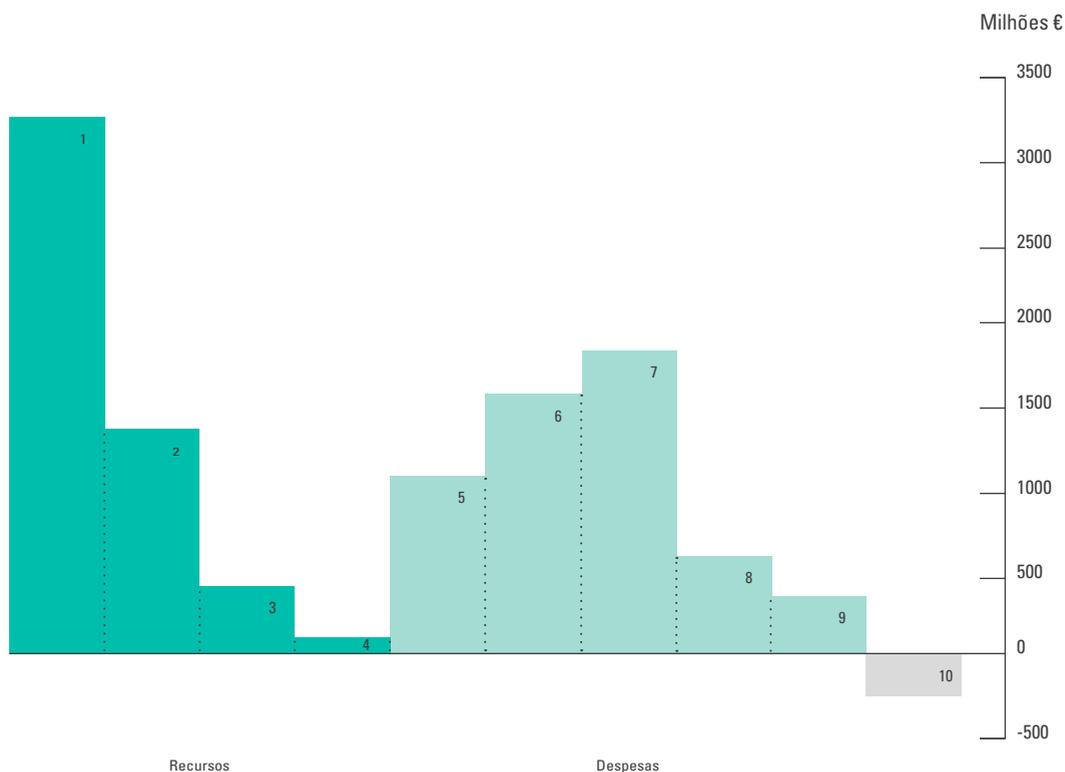


Recursos, despesas e necessidade líquida de financiamento das IPSS

As IPSS, tal como as Associações, concentram a sua origem de recursos na produção e nas transferências e subsídios.

- 1 Produção
- 2 Transferências e Subsídios
- 3 Rendimentos de Propriedade
- 4 Outros Recursos
- 5 Consumo Intermédio
- 6 Transferências Sociais
- 7 Remunerações
- 8 FBC
- 9 Outras Despesas
- 10 Capacidade líquida de financiamento

Fonte Gráficos: CASES (2013) Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.



O financiamento público e a modernização do financiamento à economia social

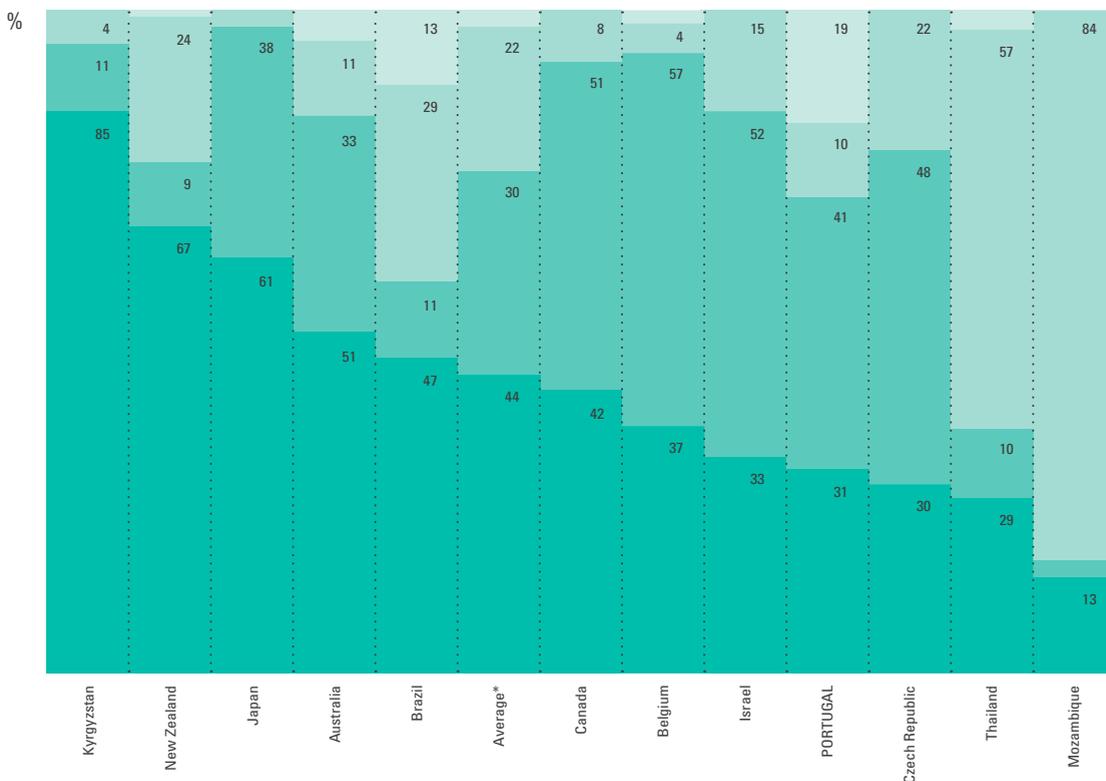
- Rendimentos próprios das organizações
- Governo
- Transferências privadas
- Outros

De acordo com os dados disponíveis, o financiamento público representa aproximadamente 40% das receitas das entidades da economia social, em Portugal²⁶. Dados da Conta Satélite da Economia Social apresentam valores de cerca de 1/4 para o setor alargado, estimando-se maior percentagem para atividades com caráter puramente social.

Os rendimentos próprios das organizações de economia social compreendem vendas de produtos, serviços e rendimentos de propriedade.

26 Produção Portuguese Social InvestmentTaskforce: <http://investimento-social.pt/wp-content/uploads/2015/06/Preview-Relat%C3%B3rio-GT-PT.pdf> (fonte original: John Hopkins Centre for Civil Society Studies, Portugal's Nonprofit Setor in Comparative Context, (April 2012))

Fonte: John Hopkins Centre for Civil Society Studies, Portugal's Nonprofit Setor in Comparative Context



Apesar de ainda haver muitas entidades da economia social com financiamento público em primazia no desenvolvimento da sua atividade, estas procuram cada vez mais alternativas e formas de se tornarem sustentáveis para satisfazer as necessidades do seu público-alvo.

É interessante verificar o que se passa nos restantes países, nomeadamente da OCDE, de acordo com os dados disponíveis no estudo Portugal NonProfit Sector – in Comparative Context, uma publicação do John Hopkins Centre for Civil Society Studies em cooperação com o INE. Verifica-se que Portugal é dos países com percentagem de financiamento público acima da média dos países comparados, estando abaixo da média no financiamento que obtém de fontes privadas e dos que menos obtém de rendimentos próprios. No entanto, recebe ainda menos de rendimento do setor público do que os seus congéneres europeus – Bélgica e República Checa (resta aqui saber qual a eficácia deste investimento público em comparação com os resultados gerados).

Estamos, portanto, perante uma oportunidade de captação de fundos privados e próprios, como teremos oportunidade de desenvolver nos próximos capítulos desta publicação e como aliás revelam estudos já referidos do Laboratório de Investimento Social, que enfatizam a importância que poderá vir a assumir o financiamento dos privados e a autossustentabilidade das iniciativas da economia social.

Ainda no financiamento público, existem alguns pontos que poderão ser melhorados tendo em conta a contratualização do Estado com as entidades da economia social, tal como sugerido no Grupo de trabalho Português para o Investimento Social²⁷:

Dada a natureza das formas de contratação públicas e financiamento associado vigentes – os Acordos de Cooperação, em que o Estado contratualiza uma série de serviços de apoio (por exemplo, apoio a crianças e jovens em risco) ou atividades (por exemplo, o número de crianças e jovens em risco que recebem apoio de formação) –, as entidades da economia social estão focadas nas atividades e serviços que prestam, em detrimento de um foco nos resultados que estas atividades e serviços produzem.

27 Portuguese Social InvestmentTaskforce: <http://investimentosocial.pt/wp-content/uploads/2015/06/Preview-Relat%C3%B3rio-GT-PT.pdf>

No entanto, as tendências recentes, incluindo alterações nas regras de financiamento da União Europeia, têm criado oportunidades para Portugal alterar a maneira como os serviços sociais são Contratualizados pelo Estado.

Em vez de pagar por atividades ou serviços, o Estado pode orientar-se para o pagamento por resultados, isto é, pagar pelo número de crianças que se previne que sejam institucionalizadas e sejam mantidas em segurança no seu ambiente familiar, em vez de pagar pelo número de crianças que têm acesso a serviços de apoio a famílias de jovens em risco.

Para lá do financiamento do Estado e dos financiamentos próprios via produção (onde se incluem também utentes) e rendimentos gerados, as entidades da economia social em Portugal são ainda financiadas por rendimentos externos oriundos de Fundações, investidores, bancos, empresas e privados. Estes, por via de donativos, investimentos, atividades de angariação de fundos, filantropia de impacto ou tradicional, concursos, muitas vezes com partilha de risco, são importantes financiadores da economia social portuguesa.

De caminhos mais tradicionais, baseados em donativos, para investimento com retorno, cada vez mais também estes financiadores externos direcionam a nossa economia social para um percurso de modernização e maior excelência, que promete mudar de forma célere aquilo que entendemos ser hoje o quadro do financiamento à economia social em Portugal.

Sabendo que em Portugal grande parte do financiamento da Economia Social vem do Estado, que dos privados muito financiamento implica transferências sem contrapartida e que as vendas e serviços têm um grande caminho de potenciação, prevemos ainda muito trabalho a ser feito por um financiamento mais inteligente e fomentador de rigor e eficácia nas atividades do setor da economia social.

1.4

As necessidades de adaptação, profissionalismo e financiamento

texto por Dr. Carlos Azevedo

Introdução

As organizações do Setor Social Solidário nasceram da sociedade civil e têm sido, ao longo dos anos, capazes de encontrar soluções para os problemas sociais. No final do século passado, e numa altura em que a mulher integrava o mercado de trabalho, foram capazes de estruturar uma resposta capaz de garantir a conciliação da vida profissional e familiar: o Jardim-de-infância. Esta ideia respeitou as características que hoje definem qualquer projeto de inovação social: eficácia, eficiência, sustentabilidade e replicabilidade.

Tendo como pano de fundo a atual crise económica, novas e mais prementes necessidades sociais surgirão decorrentes de falhas de mercado. Este fenómeno exigirá uma maior intervenção destas organizações com mais flexibilidade e rigor na resposta aos fenómenos emergentes. Estes desafios terão de ser assumidos com inovação, perseverança e sustentabilidade.

Desafios e oportunidades em organizações sociais

As organizações sociais em Portugal passam, como de resto o próprio país, por desafios difíceis, mas simultaneamente interessantes. As organizações sociais têm como missão criar valor para a sociedade²⁸, isto é, gerar impacto através da resolução de problemas que não estão a ser resolvidos de forma eficaz e eficiente por outros agentes económicos.

²⁸ Soma de todos os benefícios gerados por uma iniciativa, organização e/ou atividade numa determinada sociedade descontados dos recursos consumidos para o efeito.

Este posicionamento deveria torná-las inovadoras na abordagem e nos modelos de negócio, eficientes na gestão de recursos e transparentes nos modelos de governança. Todas estas dimensões são importantes e interdependentes (Azevedo, 2013).

No entanto, isto nem sempre acontece e é importante reconhecer os principais desafios por que passam estas organizações, para que se encontrem as melhores soluções de criação de valor para a sociedade e, conseqüentemente, para os principais desafios que enfrenta o país. Este é, no final das contas, o papel que deve ser assumido por estas organizações.

As organizações sociais têm, nos últimos anos, sido confrontadas com a necessidade de novos modelos de intervenção, de gestão e de governança. Isto resulta sobretudo de vários traços culturais (Block, 2004), designadamente:

- 1. Fundofobia:** a excessiva dependência de financiamento público faz com que este tipo de organizações se torne inapta para o processo de fundraising, incapaz de criar novos negócios sociais numa lógica de double bottom line (Austin & Refficco, 2009) e crie bloqueios aos processos de inovação social;
- 2. Desorientação no recrutamento:** a falta de profissionalização e de modelos de gestão profissionais tem gerado ineficiências internas na afetação de recursos e incapacidade de recrutamento e retenção dos melhores profissionais;
- 3. Depressão organizacional:** a cultura destas organizações é, muitas vezes, resultado de uma orientação política autocentrada, pouco aberta e ainda pouco disponível a fazer uma leitura objetiva e pró-ativa do ambiente interno e externo de onde surgem as melhores oportunidades de criação de valor para a sociedade;
- 4. Infortúnio financeiro:** resultado da desresponsabilização de profissionais e dirigentes no processo de gestão financeira e estratégica destas organizações;
- 5. Síndrome do fundador:** tradicionalmente as organizações do setor social são fundadas por uma pessoa ou conjunto de pessoas com um propósito concreto. Todavia, e apesar dos fundadores terem um papel fulcral nas mesmas, na maioria dos casos, estes líderes criam uma dependência na organização que limita o seu potencial de criação de valor para a sociedade, por um lado, e bloqueiam a emergência de novas lideranças capazes de refrescar o rumo estratégico da organização, por outro. O problema aqui identificado está estreitamente relacionado com a necessidade de novos modelos de governança mais eficientes e transparentes;

- 6. Confusão de papéis entre os diversos stakeholders/partes interessadas organizacionais:** finalmente, e não menos importante e urgente, existe um problema organizacional associado à ambiguidade de funções assumidas por profissionais e dirigentes. Os modelos assumidos são centralizadores onde quem executa é quem controla, gerando conflito de papéis e, simultaneamente, de interesses.

Estes são, em parte, os principais desafios que merecem ser trabalhados e que têm reflexo ao nível da governança organizacional e da necessidade de uma melhor relação com os vários stakeholders-chave.

Deste ponto de vista, Crutchfield et al. (2012) apontam uma mudança de paradigma assente em vários estudos de casos de organizações com elevado potencial de criação de valor para a sociedade, os quais se refletem em características organizacionais que podem permitir ultrapassar os entraves e desafios atrás elencados e identificados:

- 1. As organizações sociais devem advogar e servir causas:** o foco deve ser transformar a sociedade garantindo que as soluções criadas são institucionalizadas²⁹ pela sociedade. Isto implica o desenvolvimento de uma estratégia sustentável e clara para o efeito;
- 2. As organizações sociais devem utilizar os mecanismos de mercado:** em muitos casos o mercado funciona melhor do que apelar ao puro altruísmo. Isto significa que estas organizações devem ser capazes de encontrar o mecanismo mais eficiente para a resolução do problema identificado sem tabus, questionando o status quo e a visão tradicional existente;
- 3. As organizações sociais devem inspirar os evangelistas:** esta visão implica olhar, por exemplo, para os voluntários não apenas como um recurso barato e abundante, mas como um conjunto de evangelistas da causa que a organização defende, promovendo um efeito multiplicador do impacto gerado;
- 4. As organizações sociais devem cuidar das suas redes:** os problemas sociais são complexos e multidimensionais e a sua resolução exige múltiplas perspetivas, ações complementares e competências que se encontram dispersas. Assim, as organizações com maior potencial de criação de valor para a sociedade são aquelas que compreendem estes fenómenos e agem como “orquestradoras” de uma rede. O papel das parcerias nestas organizações não deve igualmente ser descurado, sendo um claro potenciador das suas atividades e do impacto social gerado;

²⁹ A institucionalização é o processo segundo o qual uma solução para um problema da sociedade é de tal forma absorvida pelo sistema que o problema desaparece.

5. **As organizações sociais devem ser mestres na adaptação ao contexto e à realidade:** o contexto em que estas organizações operam é turbulento e exige uma grande capacidade de adaptação estratégica, tática e do próprio modelo de intervenção;
6. **As organizações sociais devem ter lideranças servidoras, capazes de partilhar e delegar:** os dirigentes e fundadores destas organizações são, normalmente, pessoas carismáticas e empreendedores natos. Todavia devem ser capazes de distribuir a liderança interna e externamente, de forma a capacitar outros para que o possam fazer e para que a organização consiga envolver de forma transparente e continuada os seus stakeholders-chave.

Estas práticas condicionam as várias dimensões da vida organizacional – o modelo de gestão, o modelo de **governança** e o modelo de negócio – no sentido de garantir a criação de valor para a sociedade. Em bom rigor, existem várias dimensões que se cruzam, são interdependentes e se influenciam mutuamente – o contexto, a intervenção e a estrutura organizacional. Não existe, no entanto, uma relação linear entre estas variáveis.

Ganhar o desafio da sustentabilidade nas organizações sociais em Portugal

A noção de sustentabilidade para uma organização social é, particularmente, importante e distinta da noção de sustentabilidade para uma empresa. A definição tradicional de sustentabilidade para o setor comercial remete-nos para a criação de um modelo de negócios e uma estratégia que garanta a sua existência na perpetuidade (Santos e Azevedo, 2015).

Uma organização social deve focar-se numa perspetiva diferente de sustentabilidade, onde deve ser criado o modelo de negócios e a estratégia adequados para que a organização persista até à resolução/ erradicação do problema da sociedade identificado. Note-se que esta definição implica que a sustentabilidade numa organização social tenha como base a sua capacidade de criação de soluções que se autofinanciem com base no valor criado ou gerem lucro (que permita, por exemplo, a escalabilidade das soluções encontradas) e produzam igualmente impacto (para que a resolução do problema identificado seja efetiva). Nesta perspetiva, a noção de eficiência torna-se central e implica que

as organizações sociais sejam capazes de utilizar os recursos que têm da melhor e mais racional forma possível. Isto é particularmente importante porque o desperdício de recursos (tenham eles que natureza tiverem) compromete a missão da organização social.

As organizações sociais devem enfrentar o desafio da sustentabilidade com uma maior profissionalização da gestão. Esta dimensão ganha particular importância quando estamos a falar da criação de organizações sociais que são trabalho-intensivas, com equipas multidisciplinares e com necessidades de gestão de múltiplos stakeholders, dada a complexidade dos problemas da sociedade que procuram resolver. Esta profissionalização tem, obviamente, impacto nos respetivos modelos de governação, na medida em que exigem um modelo eficiente e que mitigue riscos associados a conflitos de interesse, no processo de criação de valor para a sociedade.

Finalmente, é fundamental que este setor seja capaz de:

1. fazer uma aposta em “negócios sociais” que gerem valor social e económico;
2. construir confiança para consolidar relações, na medida em que as parcerias são um recurso num setor que procura combater fenómenos como a pobreza e a exclusão social que, por definição, são multidimensionais e complexos. Este compromisso obrigará a uma aposta séria na prestação de contas e na comunicação;
3. arriscar, ou seja, construir proativamente soluções a partir das necessidades reais e das expectativas das pessoas;
4. exercer a função de lobbying e influenciar a construção e implementação de políticas públicas segundo os princípios da proximidade e da subsidiariedade (Azevedo et. al, 2010).

Esta mudança de paradigma exige, por um lado, um regresso ao futuro, isto é, a recuperação da identidade original destas organizações que tem sido distorcida pelo excesso de contratualização e investimento públicos em áreas mais assistencialistas e que tornaram estas organizações pouco autónomas do ponto de vista estratégico. Por outro lado, exige a criação de novos instrumentos de contratualização pública (por transformação e impacto gerados e não por número de pessoas assistidas), bem como novos instrumentos de financiamento que permitam o crescimento de soluções com elevado potencial de transformação da sociedade (como, por exemplo, a existência de instrumentos mistos de apoio ao investimento como os títulos de Impacto Social ou a filantropia de impacto), onde o setor público e o setor privado se envolvem com os incentivos certos e com a exigência necessária para o desenvolvimento de organizações sociais mais sustentáveis.

Conclusão

As organizações sociais devem ser capazes de:

1. renunciar à rigidez organizacional, ainda que implique hipotecar o crescimento, sob pena de se perder a capacidade de promover a mudança social através de negócios sociais geradores de lucro e impacto;
2. ganhar novas competências, adotar e adaptar instrumentos e ferramentas da gestão moderna, fazendo com que o controlo deixe de ser a única função de gestão utilizada;
3. resolver o problema de agência e adotar um novo sistema de contratualização entre a gestão operacional e a gestão estratégica assente no valor fundamental da confiança;
4. construir e consolidar uma marca solidária que autonomize este setor e, simultaneamente, permita o aproveitamento de capital desperdiçado;
5. adotar um novo processo de decisão que permita destrinçar e hierarquizar entre problemas urgentes, importantes, de certeza, de incerteza, de ambiguidade e de crise, assim como encontrar processos de decisão adequados para cada um deles.

Dr. Carlos Azevedo

*Diretor Académico do IES-Social Business School (IES-SBS).
Presidente da Direção e fundador da ESLIDER-PORTUGAL*

Bibliografia:

Austin & Refficco, 2009

Azevedo, C. (2013). Manual de Governo: o desafio da liderança em organizações do Terceiro Setor. Impulso Positivo

Azevedo, C., Campos, R., Meneses, J. (2010). Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos. O desafio da Inovação Social. Impulso Positivo

Crutchfield, L. Et al (2012). Forces For Good. Wiley

Block, S. (2009). Why Nonprofits Fail? Wiley

Santos, F, & Azevedo, C. (2015). Ferramenta de Competitividade para Iniciativas de Impacto (no prelo).

02

FINANCIAMENTO, INOVAÇÃO E NOVAS PERSPETIVAS

-
- 2.1 Razões para a falta de financiamento da Economia Social
 - 2.2 Combater as dificuldades de financiamento
 - 2.3 Novos instrumentos e novas práticas de financiamento da inovação social: o caminho para maior impacto

2.1

Razões para a falta de financiamento da Economia Social

O mercado de financiamento da economia social em Portugal está numa fase de reformulação e expansão. De um financiamento maioritariamente assistencialista e muito centrado em doações, patrocínios e contratualizações com o Estado, o setor da economia social começa a estar cada vez mais atento para outras possibilidades de financiamento que começam a alargar o espectro e a diversidade do mesmo, adequando-se gradualmente às necessidades das iniciativas da economia social.

É fundamental melhorar o acesso a financiamento por parte das organizações com missão social, para que estas possam realizar com maior potencial a sua atividade. Só desta forma conseguiremos resolver os problemas mais prementes da nossa sociedade. A falta de recursos financeiros adequados às necessidades específicas da economia social é uma verdade patente em Portugal³⁰.

De acordo com os dados disponíveis na Conta Satélite da Economia Social, a necessidade líquida de financiamento destas instituições era superior a 750 milhões de euros³¹ em 2010. Não sendo esta necessidade suprida pelos potenciais financiadores no mercado, estes têm, no entanto, e de acordo com informação de cálculos do Laboratório de Investimento Social³², capacidade para assegurar o financiamento necessário na economia social em Portugal. Podemos assim concluir que, mais do que falta de recursos, poderá haver um problema de matching entre a oferta e a procura de financiamento.

Quando analisamos as principais causas da falta de financiamento da economia social em Portugal, podemos apontar essencialmente três principais fatores:

30 Laboratório de Investimento Social (2014), Nota de Investigação #2

31 Fonte: CASES (2013) Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

32 Laboratório de Investimento Social (2014), Nota de Investigação #2

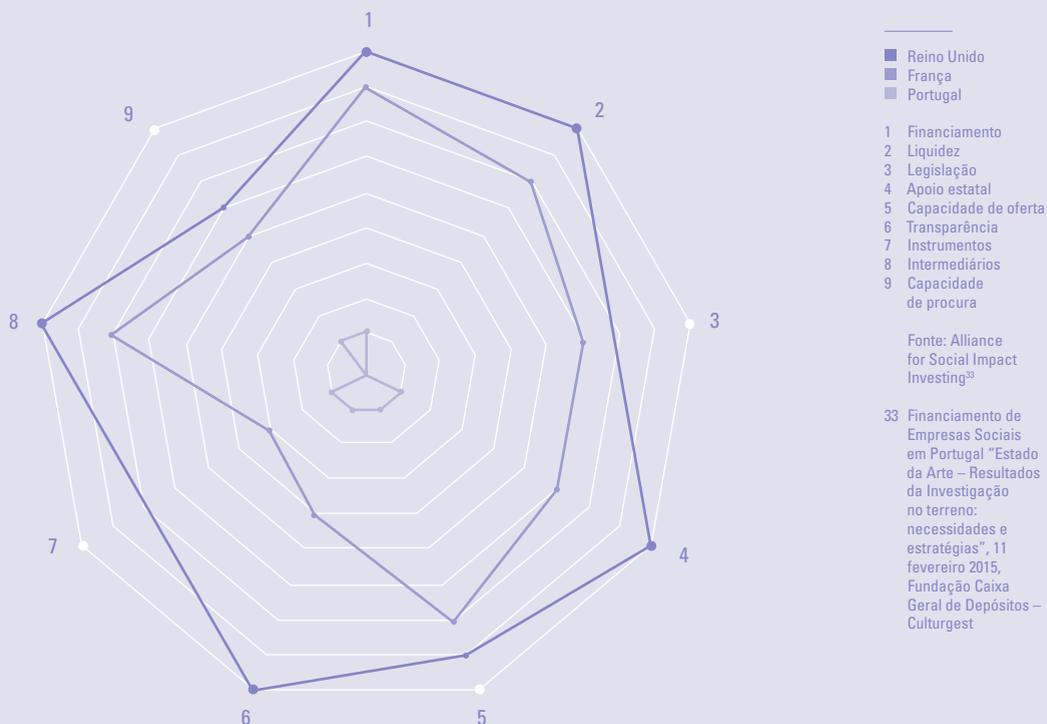
- 1. Falta de aptidão das iniciativas sociais para receber esse financiamento:**
 - a. Organizações pouco informadas quanto a meios de financiamento existentes;
 - b. Meios de atracção de investimento muito pouco desenvolvidos;
 - c. Falta de estratégias de sustentabilidade de médio e longo prazo que se foquem em gestão estratégica estruturada e com perspectivas de financiamento adequado às necessidades da iniciativa;
 - d. Falta de capacitação, profissionalização e capacidade de gestão que comprometem o seu sucesso operacional. Muitas organizações não conseguem captar talento ou técnicos especializados em matérias essenciais ao desenvolvimento das suas operações;
 - e. Meios de atuação ainda pouco focados na inovação dos processos e meios para a resolução dos problemas sociais;
 - f. Candidaturas a fundos com necessidade de melhoria na sua qualidade e sustentação. Apesar de as entidades da economia social em Portugal fazerem candidaturas consideráveis, o sucesso na obtenção do mesmo não é correspondente;
 - g. Pouca cultura de estabelecimento de parcerias quer no desenvolvimento de atividades, quer na procura de financiamento, o que condiciona o sucesso e o volume de financiamento;
 - h. Falta de meios financeiros, o que limita a contratação de serviços especializados (técnicos ou de gestão);
 - i. Medição de impacto ainda muito limitada, o que compromete a disponibilização de informação para os investidores.

2. Falta de um ecossistema próprio para o desenvolvimento de um mercado de financiamento da economia social:

- a.** Financiamento ainda muito baseado em meios e métodos tradicionais (doações, subsídios ou contratualizações não relacionadas com resultados e objetivos). Muitas iniciativas sociais não estão sensibilizadas para procurar outros meios de financiamento;
- b.** Falta de enquadramento legal e de construção da infraestrutura de mercado: destacamos, por exemplo, a não definição de “empresa social”, ou a impossibilidade de investimento via participações de capital nas entidades tradicionais da economia social, apesar de outros avanços positivos como, por exemplo, a criação do enquadramento para os fundos de empreendedorismo social (EuSef);
- c.** Investimento de impacto ainda pouco desenvolvido, apesar de alguns sinais de evolução e dos esforços de organizações como o Laboratório de Investimento Social, Portugal Inovação Social e a Alliance for Social Impact;
- d.** De uma forma geral ainda se verifica uma incipiente cultura de investimento socialmente responsável, estando os investidores ainda pouco sensibilizados para este tipo de operações de financiamento;
- e.** Falta de intermediários no mercado de investimento social, o que compromete o match entre procura e oferta e a concentração e divulgação de informação, não existindo quem exerça um papel ativo em colmatar as insuficiências do mercado;
- f.** Necessidade de processos de financiamento mais transparentes, claros e simplificados, de forma a que seja mais fácil, por parte das iniciativas da economia social candidatar-se com sucesso aos fundos disponíveis.

Tendo em conta todos os pontos referidos, apresentamos igualmente, com base no estudo da Alliance for Social Impact Investing (Social Investment Strategic Options for Portugal – a focus on social enterprises Benchmark Portugal vs. UK and France) o seguinte gráfico onde vemos que, comparativamente com países como Reino Unido ou França, Portugal ainda tem muito a trabalhar no desenvolvimento do Ecossistema de Mercado:

Pontos para definir um Ecosistema de mercado de financiamento da economia social (que em Portugal ainda não existe)



3. Setor público ainda muito centralizador das atividades respeitantes ao setor

- a. A cultura da contratualização estatal para fornecimento de serviços sociais e a sobrevivência das organizações sociais via subsídios e donativos públicos é ainda muito vigente em Portugal, devido ao facto de grande parte das organizações serem ainda muito tradicionalistas da sua forma de operar e de se autossustentarem. O setor depende muito da contratualização de atividades com o Estado que não segue (ainda) as melhores práticas de financiamento por resultados e pelo impacto produzido pelas iniciativas sociais. Estima-se que cerca de $\frac{1}{4}$ do financiamento do setor provenha de fonte de financiamento público³⁴, havendo estimativas de que no que se refere a atividades puramente de carácter social, a dependência estatal é ainda superior.

- b. O Setor público começa agora a despertar para a necessidade de promoção de iniciativas de empreendedorismo e inovação social no país. Apesar de ainda estar numa fase inicial, a iniciativa governamental neste âmbito é muito positiva, tal como explanado no Capítulo 2.3 e Capítulo 3 da presente publicação e por ações concretas do Governo, das quais destacamos a Missão Portugal Inovação Social ou a vertente de inovação e inclusão social do Programa Portugal 2020 (nomeadamente com o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego).

34 Dados da conta Satélite da Economia Social em Portugal, Página 16, conta Satélite da Economia Social, Edição 2013

35 Laboratório de Investimento Social (2014), Nota de Investigação #2

Verifica-se a necessidade de uma maior participação intersetorial de todos os agentes económicos na construção de um mercado de financiamento da economia social mais sólido e participativo. Privados, pessoas singulares, investidores e o próprio setor público devem estar mais integrados na procura de soluções de financiamento mais adequadas às necessidades das organizações e ao desenvolvimento de uma atividade mais efetiva e promotora de impacto social.

Na realidade, o setor tem potencialmente à sua disposição a oferta de financiamento necessária. Do património avaliado junto dos potenciais financiadores da economia social em Portugal (privados com elevado património, Fundações, Fundos de Capital de Risco e investidores, Responsabilidade social das Empresas e Business Angels), a alocação de fundos dos mesmos numa percentagem de 5% permitiria financiar todo o setor da economia social com valores de oferta a exceder a procura de capitais (1250 milhões de euros)³⁵, sendo os privados aqueles que mais detêm capital disponível para este tipo de investimento. Relativamente a estes últimos, investidores

privados/ filantropos muito pode ainda ser desenvolvido em Portugal a par de exemplos que nos chegam de outros países como por exemplo os EUA, onde os privados tomam o comando do financiamento a iniciativas com impacto social. Destes, destacamos o exemplo da iniciativa “The Giving Pledge”³⁶ fundada por Bill Gates e Warren Buffet, que convida os mais ricos dos EUA a doarem parte das suas fortunas a iniciativas com impacto social (muitos doaram já mais de metade das suas fortunas para estas causas).

Em Portugal, ainda pouco é feito, mas temos já bons exemplos como o caso de Cristiano Ronaldo com a sua empresa de calçado CR7 Footwear, que vai doar parte das suas receitas às atividades da CerciGui em Guimarães, uma instituição de inclusão de pessoas com deficiência através da prática do futebol.

Também a nível empresarial temos bons exemplos de investimento nas organizações da economia social, como por exemplo o programa EDP Solidária (que no ano de 2015 financiou em 2,1 milhões de euros iniciativas no campo na saúde, educação e inclusão social).

³⁶ <http://givingpledge.org/>

Bibliografia:

Alliance for Social Impact Investing, (2014). Social Investment Strategic Options for Portugal – a focus on social enterprises Benchmark Portugal vs. UK and France

Laboratório de Investimento Social (2014), Nota de investigação2# Fundamentos do Investimento Social

CASES (2013) Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa: Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

2.2

Combater as dificuldades de financiamento

Pretende-se combater as fragilidades que inibem um financiamento eficiente às iniciativas com missão social e melhorar o acesso a fontes de capital por parte destas, de forma a que a sua atividade seja saudável, produtiva e geradora de impacto.

Importa promover uma real mudança de cultura que torne o investimento alinhado com os resultados obtidos na resolução dos principais desafios da atualidade.

Esta nova realidade, que torna o financiamento da economia social em investimento ao serviço do bem-estar social, poderá muito bem vir a ser uma das grandes inovações do séc. XXI e uma verdadeira agenda de futuro como advoga Diogo Vasconcelos no seu brilhante paper “Inovação Social, Agenda do Futuro”, em 2011³⁷.

37 Vasconcelos, Diogo, 2011, *Inovação Social, a Agenda do Futuro* Universidade Católica Portuguesa, Porto (in Azevedo, C; Franco, R. C.; Meneeses, J.W. ; 2010, *Gestão de organizações sem fins lucrativos – o desafio da inovação social. Imoedições*)

38 Investimentosocial.pt

Ecosistema de mercado Infraestrutura de mercado

Tornar o cenário do financiamento eficaz à economia social uma realidade implica a existência de entidades da economia social capacitadas, informadas e estruturadas, bem como um ecossistema de financiamento alinhado com os interesses do setor, transparente, sólido e devidamente mobilizado e articulado.

Para tal deverá existir uma infraestrutura de mercado, que em Portugal se encontra já em desenvolvimento com alguma iniciativas como, por exemplo, o Laboratório de Investimento Social³⁸ (que liga financiadores a entidades e projetos e desenvolve instrumentos inovadores), organizações de medição de impacto, organizações a operar na capacitação das iniciativas da economia social, etc. É fundamental que estes

intermediários existam para que haja pontes eficazes entre investidores e as entidades da economia social, de modo a que as insuficiências de mercado sejam colmatadas.

Desenvolvimento de conhecimento de mercado

O desenvolvimento de conhecimento de mercado é fundamental para:

- » Que exista mais simetria de informação (procura ter acesso à oferta e à procura) e as suas decisões possam ser mais fundamentadas e credíveis;
- » Melhorar a informação sobre o financiamento e sobre os próprios projetos (através, por exemplo da medição de impacto, criação de dados disponíveis sobre o custo de intervenções tradicionais na resolução de problemas sociais³⁹);
- » Promover inovação nos instrumentos de financiamento, de modo a que formas inovadoras de financiar a economia social possam surgir, como foi o caso dos Títulos de Impacto Social, originários do Reino Unido, mas já em aplicação em Portugal;
- » Promover conhecimento profundo do setor, sua oferta e necessidades, de forma a garantir que as soluções apresentadas são as mais adequadas à conjugação de interesses de financiadores e financiados. Desta forma é mais fácil inovar também nos instrumentos e diversificar fontes de financiamento para o setor;
- » O alinhamento de conceitos, de cultura e ainda de dados disponíveis (neste último caso, e tal como referido anteriormente), foi já desenvolvido um excelente trabalho pela CASES e INE no que toca à Conta Satélite da Economia Social em Portugal, agora em fase de reformulação);
- » Divulgar a informação de mercado, já que se estiver disponível publicamente aumenta a confiança e credibilidade do mesmo, trazendo mais players para o setor e permitindo partilhar casos de sucesso, boas-práticas e aumentar o número de transações.

³⁹ Exemplo e boa prática nesta matéria é a Big Society no Reino Unido. Esta prática é positiva pois permite a potenciais agentes verificarem se têm soluções mais eficientes e que constituam uma boa alternativa à solução dominante no mercado.

Papel do Estado

O Estado deve ter um papel muito relevante e impulsionador das boas práticas neste mercado, de forma a maximizar o bem-estar social e a promover a atividade dos privados e das entidades da economia social. Neste caso a função do Estado é essencialmente de orientação e aceleração do desenvolvimento do mercado, o que começa a ser garantido de forma prática com a Estrutura de Missão Portugal Inovação Social e o Grupo de Trabalho governamental neste sentido⁴⁰.

Muito deste trabalho é inspirado em grupos de trabalho que alinham interesses dos vários setores e representam os diferentes interessados, o que foi feito, por exemplo, no Reino Unido, Canadá, Brasil e G8 e que foi desenvolvido e recentemente apresentado em Portugal, num trabalho elaborado pelo Laboratório de Investimento Social, em parceria com entidades públicas competentes e os profissionais mais relevantes no setor.

Do trabalho ativo do Estado discorrem propostas práticas que resultam no desenvolvimento do mercado, nas quais se incluem: investimento direto do Estado em projetos com valor, investimento em fundos que alavancam o investimento com objetivo de impacto social, incentivos fiscais, etc.

Também na área da capacitação, o Estado tem potencial para desenvolver um papel muito propulsor, como foi o caso do ICRF (Investment and Contract Readiness Fund) no Reino Unido⁴¹ e que muito inspira os próximos passos da iniciativa “Portugal Inovação Social”, que permitirá garantir às entidades da economia social vouchers de capacitação, para que estas se possam tornar mais aptas ao investimento.

Capacitação das entidades da economia social

Quando falamos em capacitação das entidades da economia social, bem como dos efeitos desta na melhoria da sua aptidão para atrair e receber investimento, devemos considerar que este é um processo contínuo e interativo que exige por parte da entidade um alinhamento claro com os seus objetivos finais (missão e visão).

O investimento em capacitação demonstra resultados claros⁴² e, portanto, este é um ponto que as entidades e os outros players deste mercado não devem descurar.

40 http://investimentosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Relat%C3%B3rio_GT_.pt.pdf

41 O ICRF (<http://www.sibgroup.org.uk/beinvestmentready/>) permitiu criar um efeito multiplicador do investimento em capacitação que se traduziu numa alavancagem de 43 libras por cada libra investida.

42 Dados do ICRF demonstram um retorno de 43 libras por cada libra investida em capacitação

Dentro dos processos de capacitação, a entidade deve analisar, de acordo com a sua fase de vida e projetos a desenvolver, que competências internas necessita, de forma a operar eficazmente e conseguir garantir a disponibilidade dos recursos adequados para as suas operações. Assim sendo, deve ter em atenção os seguintes pontos:

- » Profissionalização naquilo que é o serviço core que presta e nas suas capacidades de gestão, estratégia, modelos de governação, recursos humanos, contabilidade, área financeira, marketing e serviços jurídicos. Apesar de nem todos estes serviços terem que ser desenvolvidos internamente, muitos deles estão fora do alcance das instituições, pois estas não dispõem de meios (tempo, recursos ou sensibilização) para recorrer aos mesmos. Deste modo, tendo uma gestão mais profissional e sabendo como organizar o fluxo de atividades internas, a iniciativa deve assegurar que nenhum destes serviços, sendo essencial ao bom desempenho das suas operações, é descurado ou desenvolvido com menos qualidade que a desejável. Os planos de ação devem ser claros e ajustados à missão da organização e as decisões devem ter em conta dados objetivos e foco no público-alvo, com base em metodologias concretas e codificadas, que permitam combater o problema social em questão.
- » O recrutamento nestas entidades e a garantia de independência face a órgãos de gestão demasiado centralizadores é fundamental. Muitas vezes recrutam com base em redes de proximidade ou conhecimentos, não contratando de forma profissional aqueles que têm mais competência e capacidade para desempenhar as funções necessárias. Esta situação acaba por prejudicar a própria entidade e afastar potenciais talentos. Neste campo é fundamental atuar com assertividade, para bem dos beneficiários, garantindo que a gestão é profissional e cuidadosa e que não é o conforto ou a satisfação de interesses instalados que gere as organizações com missão social. A retenção de talento é também um ponto muito importante a ser considerado pelas entidades da economia social.
- » As candidaturas e propostas de investimento desenvolvidas devem ser sólidas e atrativas, despertando o desejo de investimento com base nos resultados e impacto e devem ajudar a formular planos de ação que mais beneficiem o utente final. Muitas entidades não estão ainda familiarizadas com planos de negócio e de intervenção social sólidos, desenvolvidos com base em métricas de objetivos claros e com a devida quantificação de impacto social.

Desenvolver atividades com valor não chega, é necessário alocar os recursos para produzir resultados concretos, que as entidades apresentem candidaturas a financiamento com qualidade. Existe em Portugal e junto das nossas entidades uma janela de oportunidade de melhoria, em que as mesmas se podem propor a elaborar por si estes planos ou a recorrer a apoio técnico ou formação nestas matérias. Na elaboração de uma boa candidatura há que ter em atenção pontos importantes como a linguagem a utilizar, a comunicação da proposta de valor, a inovação da proposta apresentada, a diferenciação da iniciativa em causa e o seu impacto real.

De boas candidaturas resulta sucesso no financiamento e deste resultará desejavelmente um impacto social crescente.

- » A par da elaboração de candidaturas e propostas de investimento sustentadas, bem estruturadas e com objetivos claros, é muito importante que as EES (Entidades da Economia Social) se capacitem de forma a medir o impacto social dos seus projetos, seja através de modelos como a teoria da mudança ou outros modelos de medição mais focados na monetização ou objetivação dos impactos sociais. A importância da medição de impacto é fulcral para que as atividades desenvolvidas tenham processos de melhoria contínua, mas também para que sejam avaliados os custos de oportunidade na utilização dos recursos e os processos de financiamento sejam mais claros e efetivos. Esta medição implica a definição de métricas operacionais coerentes com a missão e resultados pretendidos, requer a recolha e análise de dados, bem como a produção de relatórios e avaliações, quer internas, quer externas.
- » As EES devem também promover uma aposta na formação dos seus quadros de forma acederem e fazerem crescer dentro da sua organização conhecimento especializado e uma visão crítica sobre as suas operações. Desta forma terão ao seu alcance as ferramentas e conhecimento mais apropriado para a promoção da inovação e da criação de valor de uma forma diferenciada e mais eficaz, face às soluções já existentes. A resolução de muitos dos mais graves problemas sociais exige inovação nas soluções apresentadas e nos seus processos, o que, garantindo mais eficiência e maior criação de valor social, será fator de atração de financiamento para o impacto.

Tal como referido nesta obra, as Entidades da Economia Social terão nos próximos anos algumas medidas e apoios de incentivo à sua capacitação no âmbito do Programa da Missão Portugal Inovação Social às quais deverão prestar atenção. As informações quanto ao Programa de Capacitação para o Investimento Social poderão ser consultadas junto desta entidade, que a seu devido tempo publicitará o lançamento destas linhas.

Adequar o tipo de financiamento às necessidades das organizações, bem como ao ciclo de vida

Muitas das entidades da economia social desenvolvem atividades que não sendo sustentáveis do ponto de vista económico o poderão vir a ser; há ainda outras que desenvolvem atividades lucrativas; e outras atividades que pelo seu perfil nunca poderão vir a constituir modelos com sustentabilidade económica direta. Este fator não limita, no entanto, a viabilidade de nenhum projeto, desde que este produza resultados com valor e de forma eficiente, podendo neste caso desenvolver modelos de sustentabilidade adequados ao seu perfil.

43 Tal como foi no capítulo anterior já apresentado de uma forma mais desenvolvida

Neste sentido, procurar o financiamento adequado ao perfil de atividades e ao modelo de sustentabilidade/negócio de cada entidade, bem como ao seu ciclo de vida, é fundamental para que as entidades se consigam financiar com sucesso e possam desenvolver a sua atividade de forma planeada.

Não delineando modelos ou criando regras de acordo com a fase de desenvolvimento da iniciativa, poderão ser dadas indicações sobre que tipo de financiamento mais se adequa a cada tipo de projeto e fase de vida⁴³:

Diferentes tipos de financiamento

1. Donativos
 - 1.1. Filantropia tradicional/ mecenato (I)
 - 1.2. Responsabilidade social das empresas (I)
 - 1.3. Concursos e prémios (I)
 - 1.4. Subsídios públicos (I)
 - 1.5. Atividades de Angariação de fundos (I)
 - 1.6. Crowdfunding (I)
2. Contratos de prestação de serviços com o Estado (I)

3. Investimento social

- 3.1. Venture capital para organizações sociais/business angels (II)
- 3.2. Fundos de capital de risco (II)
- 3.3. Investimento privado direto (I)/ (II)
- 3.4. Títulos de Impacto social (I)/ (II)
- 3.5. Filantropia de impacto vs. filantropia estratégica (I)/ (II)

4. Empréstimos bancários

- 4.1. Empréstimos tradicionais (III)
- 4.2. Microcrédito (II)/ (III)

- (I) Projetos em fase inicial de vida, ou com modelos de sustentabilidade baseados recursos externos e não diretamente através do público-alvo a que se dirigem.
- (II) Projetos em crescimento e/ ou com modelos de sustentabilidade e operacionalidade testados e validados. Planos de negócio desenvolvidos.
- (III) Projetos consolidados, com modelos de negócio testado e medição de impacto social objetiva.

Desenvolvimento de modelos de sustentabilidade no médio e longo prazo

Parte do processo de capacitação das entidades da ES deve resultar também na melhoria dos seus modelos de sustentabilidade, em que estas conseguem projetar no futuro as suas atividades de uma forma sustentada e organizada, servindo melhor os seus objetivos e o seu público. Esta estratégia promove também uma maior aproximação e envolvimento com investidores que, percebendo as estratégias das organizações de forma mais clara, também terão mais disponibilidade para investir.

Um plano faseado a longo prazo permite à organização estar mais segura das atividades que deve desenvolver, controlando melhor os fluxos de capital e igualmente gerir da melhor forma ganhos de economia de escala e melhorias de eficiência.

Por outro lado, depender unicamente de um só financiador pode tornar-se muito arriscado para estas entidades, pelo que a diversificação de fontes de financiamento e planeamento de recebimentos é também fundamental para um funcionamento saudável.

Estabelecimento de parcerias

O estabelecimento de parcerias, que tem ainda um grande potencial de crescimento em Portugal, é um ótimo instrumento para a potenciação de sinergias, no que se refere à captação de recursos, mas também ao desenvolvimento de projetos e atividades de impacto social com maior alcance, na medida em que aumenta a capacidade de lidar com sistemas complexos e permite maximizar os recursos disponíveis na comunidade e nas entidades parceiras.

As parcerias permitem às entidades capacitarem-se com as competências e recursos mais adequados que, de outra forma teriam de desenvolver internamente com maiores custos e com níveis de qualidade e eficácia potencialmente menores. Para uma entidade da economia social, recorrer a uma parceria adequada pode ser a diferença entre obter e não obter financiamento, executar ou não uma atividade ou, mais grave, atingir ou não a sua missão e visão.

Para tal, é importante que as entidades façam uma análise de forma a apurar como encontrar bons parceiros, adequados aos seus objetivos: quem pode ser um bom parceiro, como se deve estabelecer uma boa comunicação e divisão de tarefas entre parceiros e ter em conta se existe ou se tem de ser promovido o foco conjunto nos objetivos e interesses comuns.

Critérios de escolha de um bom parceiro e estabelecimento de uma boa parceria:

- » Alinhamento de objetivos e interesses dos parceiros
- » Definir o que se pretende com a parceria e quais as funções, atividades e responsabilidades de cada parceiro
- » Desenvolver uma boa comunicação interna
- » Escolher parcerias que complementem as falhas existentes no nosso negócio interno
- » Escolher parceiros fiáveis e com referênciação
- » Escolher parceiros disponíveis a trabalhar na manutenção positiva da parceria

As parcerias podem ter vários objetivos: captar fundos, reduzir custos ou mitigar riscos, desenvolver e potenciar atividades conjuntas, aceder a conhecimento especializado, aumentar a credibilidade dos parceiros e sua legitimidade, potenciando a partilha de conhecimento e o compromisso entre parceiros e no setor como um todo⁴⁴. São um instrumento de excelência no setor que permitindo a partilha de conhecimentos e recursos no serviço aos utentes finais inspira e encarna a cultura e missão do setor social.

Aproveitando a oportunidade que a recuperação da crise nos traz, bem como as reformas de política a nível nacional, surge agora o ensejo, para de uma forma inovadora e centrada na maximização do bem-estar social, prestar serviços sociais com base nos seus resultados concretos, geridos eficientemente de forma a melhor servir o cidadão, nosso último beneficiário, e aquele pelo qual se rege a devoção da nossa atividade.

Temos em Portugal espaço para inovar, muitos capitais a alocar a este setor, entidades da economia social com muita qualidade, valor e potencial de impacto e um contexto de estabilidade social e vontade de cooperação intersetorial que podem fazer de nós não apenas bons financiadores de projetos sociais, mas um país promotor de crescimento inclusivo, construtor de um sistema mais justo, um setor social saudável, uma economia convergente em que, de forma colaborativa, trabalhamos para o bem-estar de todos e de cada um.

44 As redes são exemplos de parcerias mais estáveis e alargadas.

Bibliografia

Laboratório de Investimento Social (2014), Nota de investigação4# Criação do Ecosistema de Investimento Social

Laboratório de Investimento Social (2014), Nota de investigação5# Aptidão para o Investimento Social

Parente, Cristina (2014). Empreendedorismo social em Portugal

Vasconcelos, Diogo (2011) Inovação Social, a Agenda do Futuro Universidade Católica Portuguesa, (in Azevedo, C; Franco, R. C.; Meneses, J.W. ; 2010, Gestão de organizações sem fins lucrativos – o desafio da inovação social. Imoedições)

2.3

Novos instrumentos e novas práticas de financiamento da inovação social: o caminho para maior impacto

texto por Filipe Simões dos Santos

As oportunidades criadas pela Portugal Inovação Social no contexto do Portugal 2020

A IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO SOCIAL PARA A VITALIDADE DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

A economia social é um setor com forte tradição em Portugal, através do qual a sociedade civil assume a responsabilidade de prestar serviços em áreas onde o mercado falha e o Estado não consegue prestar serviços públicos com o alcance e eficácia desejados. A forte cobertura da rede de IPSS em Portugal, a proximidade com as populações mais vulneráveis, a resiliência e dedicação dos líderes, funcionários e voluntários que trabalham na economia social são importantes ativos da sociedade portuguesa e uma das principais razões pela qual os efeitos da recente crise não foram mais penalizadoras para o bem-estar da população. Mas como podemos garantir a vitalidade e renovação da economia social?

Qualquer setor para se modernizar e renovar precisa de inovação. Como demonstra o recente mapeamento da inovação social em Portugal (www.mies.pt), a maior parte das inovações sociais nascem no seio de organizações da economia social

já existentes ou fruto da dinâmica de uma nova geração de empreendedores sociais. Estas fontes de inovação são essenciais para se encontrar novas e melhores formas de resolver problemas da sociedade, desenhando modelos e desenvolvendo novos serviços e produtos, alguns deles com potencial para criar novos mercados ou motivar melhores políticas públicas.

No entanto, a inovação para florescer tem que ser acarinhada, encorajada e financiada. A inovação empresarial é tradicionalmente subsidiada por fundos privados, públicos e benefícios fiscais.

O empreendedorismo comercial beneficia de todo um ecossistema de apoio que se desenvolveu na última década, que inclui financiamento a microempreendedores, redes de incubadoras, aceleradoras de negócios, concursos nacionais de empreendedorismo, um setor emergente de investidores-anjo, e o apoio de fundos de capital de risco. Este ecossistema de apoio começa agora a dar frutos visíveis com um aumento da dinâmica empreendedora na Economia e com a criação de algumas start-ups portuguesas de grande sucesso a nível internacional.

Mas, no caso da inovação social, onde estão os financiadores, aceleradoras e investidores? Infelizmente, ainda não existe em Portugal um verdadeiro ecossistema de apoio e financiamento aos empreendedores sociais.

Existem, contudo, desenvolvimentos promissores neste domínio. A dinamização de novos modelos de financiamento da inovação social a nível internacional, como os títulos de impacto social, a filantropia de impacto e o investimento de impacto, tem vindo a criar as bases de um novo mercado de investimento social, o qual foi reforçado pelo grupo de trabalho em Investimento de Impacto criado no seio do G8 em 2013. A reforçar esta tendência, a criação de ecossistemas de apoio à inovação social é uma prioridade da União Europeia desde 2011 no âmbito da Social Business Initiative, tendo sido lançada em 2013 a regulamentação europeia EuSEF para fundos de empreendedorismo social. Este tema do financiamento da inovação social foi considerado uma prioridade nacional no contexto do novo programa quadro Portugal 2020, traduzindo-se na criação da iniciativa Portugal Inovação Social para mobilizar até 150 milhões de euros de fundos europeus durante este novo ciclo. Existirá assim em Portugal, nos próximos sete anos, uma forte aposta no financiamento da inovação social, alinhada com as melhores tendências internacionais.

Apesar destes desenvolvimentos promissores, existe o desafio da operacionalização. Concretamente, como deve ser abordado o tema do financiamento da inovação social? Que falhas de

mercado existem? Que instrumentos financeiros são mais eficazes? Para tentar responder a estas questões, começamos por analisar o ciclo de vida da inovação social, identificando os desafios e oportunidades de financiamento para cada fase.

O ciclo de vida da inovação social e as falhas no financiamento

Para compreender o desafio do financiamento à inovação social, é útil perceber a evolução de iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES), a qual pode ser vista como um ciclo com quatro fases, com desafios e oportunidades distintos:

1. **Foco no problema e na solução** – empreendedores sociais focam-se num problema da sociedade que os preocupa e, com base nas suas competências, experiência e inspiração, desenvolvem uma nova solução, a qual tipicamente testam em pequena escala, através de um protótipo ou piloto. Nesta fase, os investimentos necessários são geralmente reduzidos, pois as soluções frequentemente utilizam os recursos instalados de organizações da economia social que as incubam, ou a capacidade dos empreendedores sociais de mobilizarem recursos de parceiros e conseguirem fazer muito com poucos recursos.

O financiamento externo necessário é normalmente conseguido através de pequenos donativos de fundações, municípios ou empresas no âmbito da sua responsabilidade social. Esta fase serve para validar o potencial da inovação social proposta e a capacidade de ação dos empreendedores sociais. Modelos de crowdfunding e concursos de ideias de inovação social, alguns dos quais incluem programas de aceleração, são outros mecanismos crescentemente usados para financiar e lançamento de projetos de inovação social. Nesta fase de lançamento de pilotos, e dada a diversidade de mecanismos de financiamento existentes, poderá não existir uma forte falha de mercado no financiamento, até pela necessidade de existir um filtro que selecione os empreendedores sociais mais comprometidos, resilientes e eficazes. As falhas, a existir, terão mais a ver com a falta de entendimento sobre o que é a inovação social e a falta de ferramentas de empreendedorismo focadas nas necessidades específicas dos inovadores

sociais, como por exemplo práticas de medição de impacto, embora grandes progressos se tenham feito em Portugal nestas áreas nos últimos cinco anos.

- 2. Sistematização do modelo de criação de valor:** esta fase é crítica para as iniciativas de inovação social validarem e afinarem o seu modelo de intervenção para alcançar impacto. É uma fase que requer investimentos em sistemas, processos, e competências, os quais muitas vezes não têm repercussão direta e de curto prazo no aumento do número de beneficiários, o que poderá desencorajar alguns financiadores. Mas é um passo essencial para a melhoria da solução proposta e a validação do seu impacto, criando bases sólidas para o crescimento e impacto futuros. Infelizmente, existem em Portugal poucas estruturas profissionais focadas no financiamento e acompanhamento de iniciativas de inovação nesta fase do ciclo de vida, existindo uma falha de mercado que deve ser suprida por programas de financiamento não reembolsáveis à capacitação das iniciativas para gerarem impacto e mobilizarem investimento social. As melhores práticas internacionais, em particular do Reino Unido, sugerem um forte foco na consultoria e formação-ação, em detrimento de formações mais genéricas em sala de aulas. Sugerem também, em alternativa a capacitações mais genéricas em gestão, intervenções focadas em áreas que capacitem as iniciativas para gerar impacto de forma mais consistente e validada, e aumentem a sua atratividade para investidores sociais, de forma a promover a sustentabilidade financeira destas iniciativas

Nesta linha, a Portugal Inovação Social lançou em 2015 um programa da capacitação para o investimento social, que apoia iniciativas com elevado potencial de geração de impacto, que podem receber até 50,000 euros de financiamento para intervenções de capacitação, as quais são prestadas por entidades profissionais que desenvolvem o apoio customizado e transferem as competências para a equipa da iniciativa. O objetivo é colocar as iniciativas num patamar de qualidade e robustez que permita receberem investimento social de médio prazo, quer seja numa lógica de filantropia de impacto quer seja numa lógica de investimento social, para possibilitar o seu crescimento.

- 3. Processo de crescimento:** esta fase corresponde à concretização do potencial de impacto da inovação social, através de uma maior escala de intervenção, quer seja um crescimento orgânico com novas filiais, quer seja um crescimento em rede através de parceiros, quer seja através de um modelo digital escalável, ou da replicação da inovação por outros. O processo de crescimento deve ser iniciado quando a iniciativa já estabilizou e validou

o seu modelo de geração de impacto e desenvolveu as bases da sua sustentabilidade económica. Para abordar este desafio da sustentabilidade, os empreendedores sociais tentam mobilizar receitas para suprir parte ou a totalidade dos custos, ou procuram desenvolver modelos de crescimento engenhosos e de baixo custo, através de parcerias, voluntariado ou envolvimento dos beneficiários, ou procuram um financiador disposto a “comprar” o impacto gerado pela iniciativa, prestando financiamento a médio prazo.

Mesmo que o modelo alcance a sustentabilidade económica (e poucos o conseguem na área social), o processo de crescimento tipicamente exige investimentos adicionais para os quais as iniciativas normalmente não têm capital ou margem de liquidez para os realizar e que ultrapassam os montantes possíveis de obter através de donativos tradicionais. Neste contexto, tem-se desenvolvido a nível internacional um novo mecanismo de financiamento à inovação social denominado de filantropia de impacto (venture philanthropy). Neste modelo de filantropia, a entidade financiadora, normalmente uma fundação ou fundo, assumem um compromisso multi-anual de apoio a um plano de desenvolvimento de uma iniciativa, alocando novas tranches de financiamento à medida que o plano vai sendo implementado e as metas propostas vão sendo alcançadas. Os financiadores acompanham a implementação das iniciativas, disponibilizam a sua rede de contactos, servem como mentores dos líderes, e estão dispostos a investir em custos de gestão e capacitação, desde que a iniciativa meça o seu impacto de forma rigorosa e procure a sustentabilidade económica do modelo.

Em Portugal existem ainda poucas entidades financiadoras que actuem numa lógica de filantropia de impacto. Para encorajar esse modelo de filantropia, a Portugal Inovação Social lançou em 2015 o Programa de Parcerias para o Impacto que co-financia a implementação de planos de desenvolvimento até 3 anos de IIES de elevado potencial de impacto, que obtenham 50% das suas necessidades líquidas de financiamento de outros financiadores. Desta forma, o financiamento público serve como incentivador e alavancador de financiadores privados dispostos a implementar a lógica de filantropia de impacto. Espera-se com estes incentivos, trazer novos operadores à prática da filantropia de impacto, não só fundações, como também empresas, misericórdias, municípios, entre outros e, idealmente, motivar o aparecimento de organizações ou fundos focados neste tema de filantropia de impacto.

- 4. Disseminação da inovação social:** uma vez a inovação social implementada em escala, é importante que ela se dissemine e se torne parte integrante dos comportamentos dos indivíduos e dinâmicas da economia e sociedade. Esta disseminação pode fazer-se lançando novos mercados, desenvolvendo novas políticas públicas, criando novas valências nas organizações da economia social, ou promovendo diferentes comportamentos dos membros da sociedade. Nesta fase, a evidência de impacto e transformação social é fundamental para que a inovação social encontre fortes aliados e seja adotada em escala. Um ponto importante é que, ao contrário do empreendedor comercial, o empreendedor social deve promover ativamente a replicação e disseminação do seu modelo por outras entidades, de forma a que a solução ganhe maior escala e impacto.

Nos casos em que a inovação social trabalhe domínios de política pública, nos quais a resolução do problema social, ou a sua eficaz prevenção, se traduz em futuras poupança públicas mensuráveis, os títulos de impacto social (social impact bonds) têm-se assumido nos últimos três anos como um modelo de financiamento com grande potencial. São essencialmente contratos por resultados em que investidores sociais financiam uma intervenção inovadora prestada por entidades da economia social, recebendo o compromisso de uma entidade pública de que serão reembolsados dos investimentos realizados, caso os resultados contratualizados sejam efetivamente alcançados. Assim, o Estado pagará a inovação social apenas nos casos em que ela se traduza num real ganho e benefício para a sociedade. Existem já mais de 30 títulos de impacto social em funcionamento em todo o mundo, um dos quais em Portugal.

A Portugal Inovação Social lançou em 2015 a manifestação de interesses para os títulos de impacto social e atuou como pagador de resultados de forma a dinamizar em Portugal este novo modelo de financiamento à inovação social. A grande vantagem deste modelo é a sólida base de evidência de impacto, resultante da avaliação independente dos resultados, a qual cria um poderoso argumento para transformar as intervenções mais bem sucedidas em novas políticas públicas, assegurando assim a disseminação da inovação social. Nos casos em que a inovação social possibilita a criação de novos mercados, nos quais a receita da venda de um produto ou serviço possa cobrir a totalidade ou, pelo menos, uma parte substancial do custo de operação, a utilização de instrumentos financeiros para financiar a inovação social torna-se viável. O pagamento pode ser feito através dos próprios beneficiários ou de entidades parceiras. Nestes casos, as vantagens

da utilização de instrumentos financeiros são a maior sustentabilidade dos financiamentos e a possibilidade de atuar através de organizações intermediárias que tenham foco e competências no financiamento à inovação.

O crédito bancário pode ser um instrumento eficaz para financiar a inovação social nesta fase, em particular quando esta é desenvolvida por entidades da economia social já com larga experiência e credibilidade no setor, reduzindo a perceção de risco por parte dos bancos na decisão de apoio ao projeto.

No entanto, quando a inovação social é mais disruptiva e é desenvolvida por uma nova organização de empreendedores sociais sem possibilidade e/ou sem vontade de receber crédito bancário, um novo modelo de financiamento próximo do capital de risco é necessário, idealmente um modelo que incorpore uma equilibrada partilha de risco e retorno entre os investidores e as iniciativas de inovação social. Nestes casos, o processo de crescimento e disseminação pode ser financiado por investimento de impacto, o qual incorpora uma lógica de instrumento financeiro reembolsável e inclui lógicas de acompanhamento a projetos e apoio financeiro a médio prazo típicas do capital de risco. A dificuldade em aplicar este modelo à inovação social é que o modelo pressupõe uma participação no capital próprio das entidades que promovem a iniciativa, o que é manifestamente impossível quando se fala de entidades da economia social. Uma alternativa viável é o Acordo de Partilha de receitas, um modelo de contrato de financiamento em que o retorno do investidor depende, não de um lucro ou taxa de juro, mas sim do sucesso do crescimento do projeto e da sua capacidade em gerar receitas, fatores que estão normalmente associados ao impacto alcançado.

O Fundo para a Inovação Social a criar pela Portugal Inovação Social em 2016, com uma dotação de 95 milhões de euros de fundos europeus, irá permitir combater as falhas de mercado em ambas estas áreas, tanto promovendo via instituições bancárias o financiamento da inovação social através de empréstimos de maior maturidade e mais baixo custo, sem exigência de garantias pessoais, como irá dinamizar a criação de fundos de investimento social por parte de investidores-anjo e de entidades capital de risco, para financiamento com uma verdadeira partilha de risco e retorno entre investidores e promotores da inovação social.

Em resumo, o financiamento da inovação social é um desafio em todos os países e existem falhas de mercado distintas em cada fase do ciclo de vida da inovação social. Tem existido nos últimos anos um foco neste tema, com o desenvolvimento de novos modelos de financiamento muito promissores, que importa continuar a validar e refinar.

Dadas principais falhas de financiamento à inovação social identificadas em Portugal, o portfolio de programas de financiamento propostos pela Portugal Inovação Social no âmbito do Portugal2020 visam colmatar estas falhas de financiamento e dinamizar um verdadeiro mercado de investimento social, capaz de trazer maior sustentabilidade e impacto ao setor.

Filipe Simões dos Santos

Presidente da Comissão Diretiva

Portugal Inovação Social

03

AS FONTES DE FINANCIAMENTO DA ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

-
- 3.1 Fundos e programas europeus
 - 3.2 As fontes de financiamento em nacionais
 - 3.3 Outros financiamentos externos
 - 3.4 Como elaborar uma boa candidatura a organismos instituições financiadoras e concursos

Pretende-se que os próximos pontos sejam guias e um despertar de atenção na procura do financiamento adequado a cada uma das entidades da economia social em Portugal. Esta listagem permite ter acesso a um conjunto não exaustivo de financiamentos monetários e de recursos disponíveis no mercado, com uma breve descrição de cada um, sendo que a caracterização mais profunda de cada linha deverá ser examinada junto da entidade responsável pela mesma.

O financiamento da economia social em Portugal, tal como já abordado anteriormente nesta publicação, tem sido insuficiente para financiar todas as necessidades de financiamento do setor e das iniciativas da economia social presentes no mercado português. Das cerca de 55.000 iniciativas identificadas segundo os dados da CSES publicada em 2013, foram estimadas necessidades líquidas de financiamento da economia social de cerca de 750 milhões de euros. Apesar deste financiamento não ser garantido, existe, do lado da oferta de financiamento (pública e privada), uma potencialidade de financiamento estimada, por contas do Laboratório de Investimento Social, em cerca de 1.250 milhões de euros.

Desta forma, conclui-se que, mais do que falta de financiamento, existe incipiente conexão entre quem quer investir e quem procura capital ou recursos.

Sendo este um manual estático, muitos dos concursos ou linhas identificados poderão referir-se ao ano de 2015, havendo alguns cujos prazos de candidatura já terminaram. No entanto, a maioria das linhas apresentadas são financiamentos que, de forma genérica, estão disponíveis com periodicidade regular e, neste sentido, úteis no futuro também.

3.1

Fundos e programas europeus

-
- 3.1.1 Fundos Europeus geridos em Portugal
 - 3.1.2 Fundos Europeus geridos centralmente

3.1.1

Fundos Europeus geridos em Portugal

Este capítulo apresenta os financiamentos europeus disponíveis para a economia social em Portugal. Desde os fundos geridos ao nível nacional, aos fundos geridos central e diretamente pela Comissão Europeia, pretende-se apresentar uma visão geral do financiamento europeu disponível para as entidades da economia social.

A Economia Social deve olhar para todos os programas operacionais do denominado Portugal 2020. É de registar que os programas operacionais regionais têm pela primeira vez o Fundo Social Europeu. Realço que o FSE representa mais de 35% dos fundos da política de coesão (e cerca de 30% dos fundos do Portugal 2020), quando o regulamento impunha 23.1%. Tal significa que, na negociação do acordo de parceria, o governo português privilegiou o apoio nas pessoas, nas portuguesas e nos portugueses.

O envelope financeiro que Portugal tem para a Política de Coesão (também denominada política regional) continua a ser o mais significativo. Na Política de Coesão destaco a importância do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) no que diz respeito ao financiamento das infraestruturas e o FSE (Fundo Social Europeu) no que diz respeito ao financiamento de todas as ações de valorização das competências e da promoção do capital humano. No entanto, todos os fundos devem ser vistos de forma articulada. O próprio FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) tem sido utilizado no financiamento da economia social.

Os fundos do Portugal 2020 (FEDER, FSE, FC, FEADER, FEAMP) garantem um bom envelope financeiro (25,8 milhões de euros) que está à nossa disposição. Mas tal não pode diminuir a nossa ambição de querer mais. Neste sentido, temos de “olhar” para os fundos e programas geridos centralmente pela Comissão Europeia. Por isso, deixamos aqui, entre outros, o Programa Europeu de Emprego e Inovação Social, o Horizonte 2020 e o Erasmus+. Abordamos ainda o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, conhecido como “Plano Juncker”, em funcionamento.

Temos muitos recursos, programas e fundos à nossa disposição. Devemos utilizá-los de forma articulada e integrada. Mas, antes de tudo, devemos definir o que pretendemos, propondo projetos viáveis e sustentáveis, para logo de seguida os enquadrar nos vários fundos e programas que temos à nossa disposição.

A Política de Coesão

O principal objetivo da Política de Coesão da UE consiste em reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais significativas que ainda existem entre as regiões da Europa, conforme o art.º 174 do TFUE. Não conseguir reduzir estas disparidades comprometeria algumas das pedras angulares da UE, nomeadamente o seu mercado único e a sua moeda, o euro.

A UE tem atualmente 276 regiões NUTS II, que integram uma diversidade de realidades culturais e económicas diferentes e correspondem a mais de 500 milhões de pessoas.

A avaliar pelos dados do PIB per capita nas regiões da União Europeia, é necessário continuar a reforçar medidas para reduzir diferenças económicas, que chegam a ser abissais: variam entre o mínimo de 26% do PIB per capita (em relação à média da UE) na região de Severozapaden (Bulgária) e os 328% do PIB per capita em Inner London (Reino Unido).

Uma em cada quatro regiões da UE tem um Produto Interno Bruto (PIB) per capita inferior a 75% da média da UE. É o caso, relativamente a Portugal, das regiões do Norte (a região mais pobre do país e situada no 39º lugar do ranking das menos desenvolvidas da União Europeia, segundo a média do PIB per capita entre 2007 e 2009), Centro, Alentejo e Açores.

A Política de Coesão – que integra o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (ambos fundos estruturais) e o Fundo de Coesão – desempenha um papel fundamental para a redução das assimetrias e dá um contributo decisivo para cumprir a estratégia da Europa 2020.

OS FUNDOS DA POLÍTICA DE COESÃO

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER

O FEDER tem por objetivo reforçar a coesão económica social na União Europeia, corrigindo os desequilíbrios entre as suas regiões. Apóia o desenvolvimento regional e local, através do cofinanciamento dos investimentos nos domínios da I&D e inovação, alterações climáticas e ambiente, apoio às PME, serviços de interesse económico geral, infraestruturas nos setores das telecomunicações, da energia e dos transportes, saúde, educação e infraestruturas sociais, bem como no domínio do desenvolvimento urbano sustentável.

Fundo Social Europeu (FSE)

O Fundo Social Europeu visa reforçar a coesão económica e social através do apoio à promoção do emprego; do investimento nas qualificações, na educação e na aprendizagem ao longo da vida; inclusão social e luta contra a pobreza; fortalecimento das capacidades institucionais e da eficácia da administração pública.

Com meio século de vida, o Fundo Social Europeu é um dos instrumentos mais emblemáticos da construção europeia. Está orientado para as pessoas e a coesão social. É um fundo estrutural da UE e um instrumento permanente da estratégia para o emprego que foi reforçando sistematicamente a sua importância e o seu peso ao longo dos anos.

Foi instituído em 1957 com o Tratado de Roma, que fundou a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom). Em 1962, a 5 de fevereiro, o Conselho aprovou o regulamento interno do FSE, com o objetivo de “promover o emprego e a mobilidade geográfica e profissional dos trabalhadores na Comunidade.”

Passou de cerca de 1% do orçamento total da comunidade europeia, em 1970, para cerca de 8%, atualmente. Não só soube resistir ao tempo, como demonstrou grande capacidade de adaptação à evolução e às alterações da realidade social e das condições de emprego e trabalho.

O FSE tem assumido uma função decisiva, ajudando os cidadãos a adaptarem-se às novas exigências do mercado do trabalho em permanente evolução, colaborando com as empresas através de uma melhoria progressiva e contínua da capacidade de resposta da mão de obra às suas cada vez mais exigentes necessidades e apoiando as instituições e agentes que no terreno intervêm em apoio aos mais desfavorecidos.

Face aos desafios que a União Europeia, os Estados-Membros e os cidadãos têm pela frente – crescimento demográfico e o envelhecimento da população, globalização, escassez de

recursos, alterações climáticas e implantação da economia verde, domínio das novas tecnologias, investigação e inovação –, o FSE cumpre um papel cada vez mais decisivo para a qualificação dos recursos humanos. Foi e é decisivo para mulheres e homens, jovens e idosos, pessoas de diferentes origens e grupos étnicos, pessoas com deficiência e outros grupos desfavorecidos.

Fundo de Coesão

O Fundo de Coesão visa ajudar os Estados-Membros cujo PIB por habitante seja inferior a 90% da média da UE-27, de forma a reduzirem o atraso económico e social, bem como a estabilizarem a economia. Apoia investimentos nas redes de transportes e no domínio do ambiente. Uma parte da dotação do FC (10 mil milhões de euros) está afetada exclusivamente à rede básica de transportes prevista na Facilidade “Interligar a Europa”. O Fundo de Coesão pode igualmente apoiar projetos relacionados com a energia, desde que estes apresentem claros benefícios para o ambiente, por exemplo, promovendo a eficiência energética e o uso das energias renováveis.

Portugal 2020

ACORDO DE PARCERIA PORTUGAL 2020

Os acordos de Parceria, celebrados entre a Comissão e os Estados-Membros, definem a contribuição global, ao nível nacional, para os objetivos temáticos e os compromissos para levar a cabo ações que concretizem os objetivos da Europa 2020.

Ao acordo de parceria celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia deu-se a designação PORTUGAL 2020 (Decisão de Execução da Comissão de 30.7.2014 – C (2014) 5513 final). Nele reúne-se FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER, FEAMP e define-se os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

Os Fundos Estruturais (FEDER, FSE) e de Coesão (FC), juntamente com o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) – denominados Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), são agrupados num Quadro Estratégico Comum, por forma a maximizar a sua eficácia e a otimizar sinergias. Tal implica a definição de uma lista de objetivos temáticos em conformidade com a Estratégia “Europa 2020”.

Portugal recebe (a preços de 2014) o montante de 21.400 milhões de euros na Política de Coesão (FEDER, FSE, FC), 4.057 milhões de euros do FEADER e 392 milhões de euros do FEAMP, o que representa um envelope financeiro de quase 25,8 mil milhões de euros.

Um dos grandes objetivos de Portugal é o de reforçar a sua competitividade económica, de forma a promover o crescimento económico, gerar emprego. Em simultâneo, deve melhorar a qualidade do ensino e formação, apostar na investigação, inovação e no conhecimento, integrar as pessoas em risco de pobreza e de exclusão social e promover uma economia ecológica e eficiente em termos de utilização de recursos, incluindo os recursos marinhos. No fundo, deve cumprir a Estratégia Europa 2020.

OS OBJETIVOS TEMÁTICOS FINANCIADOS PELO FEEI

Os acordos de Parceria, celebrados entre a Comissão e os Estados-Membros, definem a contribuição global, ao nível nacional, para os objetivos temáticos e os compromissos para levar a cabo ações que concretizem os objetivos da Europa 2020.

Estão definidos 11 objetivos temáticos que traduzem a Estratégia Europa 2020 em objetivos operacionais, que são apoiados pelos denominados Fundos Europeus Estruturais e de Investimento..

Os 11 objetivos temáticos são comuns às políticas de coesão, desenvolvimento rural e pesca. Garantem que as intervenções no quadro destas políticas são orientadas para a concretização de objetivos comuns, ou seja, os da Estratégia Europa 2020.

1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
2. Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, do setor agrícola, das pescas e da aquicultura;
4. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
5. Promover a adaptação às alterações climáticas, a gestão e a prevenção dos riscos;
6. Proteger o ambiente e promover a utilização sustentável dos recursos;

7. Promover os transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede;
8. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;
9. Promover a inclusão social e combater a pobreza;
10. Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;
11. Reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.

Conforme resulta da leitura da tabela na página seguinte a articulação entre o FEDER, o Fundo Social Europeu e o FEADER é importante para os objetivos da Economia Social.

Os objetivos temáticos diretamente relacionados com a Economia Social são os objetivos 8, 9 e 10.

O Objetivo 8: “Promover o Emprego e Apoiar a Mobilidade Laboral”, o objetivo 9: “Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza” e o objetivo 10: “Investir no Ensino nas Competências e Aprendizagem ao longo da vida” têm um apoio global de 8.800.521.725€ e são todos eles financiados pelo FEDER, FSE e FEADER.

Portugal dedicou mais de 21% do FSE ao objetivo temático “Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação” ultrapassando os 20% exigidos. Note-se que para este objetivo temático, com um valor total de 2.569.594.776 € o FEDER contribui com 529.821.585 €, o FSE contribui com 1.630.789.998 € e o FEADER com 408.982.493 €, o que demonstra a complementaridade e a necessidade de articulação dos fundos.

REPARTIÇÃO INDICATIVA DOS FEI POR OBJETIVO TEMÁTICO A NÍVEL NACIONAL

OT	OBJETIVOS	FEDER	FSE	FDC	FEADER	FEAMP	TOTAL
OT1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	2.328.812,052					2.328.812,052
OT2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	294.924,687					294.924,687
OT3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos setores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	4.509.808,033			1.285.653,348	214.228,847	6.009.690,228
OT4	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	833.114,998		757.000,000	391.187,629	11.000,000	1.992.302,627
OT5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	31.800,000		401.242,164	757.242,145		1.190.284,309
OT6	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	791.020,771		1.045.000,000	1.115.105,448	106.781,617	3.057.907,836
OT7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	236.113,500		699.000,000			845.113,500
OT8	Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	152.000,000	1.692.026,507		22.645,490	37.000,000	1.903.671,997
OT9	Promover a inclusão social e combater a pobreza	529.821,585	1.630.789,988		408.982,493		2.569.594,076
OT10	Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	481.488,271	3.845.767,381				4.327.255,652
OT11	Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente		249.696,283				249.696,283
AT	Assistência técnica	488.910,000	128.252,100	49.500,000	76.971,821	23.475,000	747.108,921
RUP	Utilização da dotação específica das regiões ultraperiféricas no âmbito das alíneas b) e c) do n.º 1 e do n.º do art.º 12.º do Regulamento FEDER	115.661,815					115.661,815
SUBTOTAL FEI		10.773.495,712	7.546.532,269	2.861.742,164	4.067.788,374	392.485,464	25.632.043,993
IEJ – INICIATIVA EMPREGO JOVEM							160.772,169
TOTAL		10.773.495,712	7.546.532,269	2.861.742,164	4.067.788,374	392.485,464	25.792.816,152

Os programas Operacionais

O Acordo de Parceria Portugal 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal participa a par com outros Estados-Membros:

QUATRO PROGRAMAS OPERACIONAIS (PO) TEMÁTICOS NO CONTINENTE

- » Competitividade e internacionalização;
- » Inclusão social e emprego;
- » Capital humano;
- » Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos

CINCO PO REGIONAIS NO CONTINENTE, CORRESPONDENTES AO TERRITÓRIO DE CADA NUTS II:

- » Norte
- » Centro
- » Lisboa
- » Alentejo
- » Algarve

DOIS PO REGIONAIS NAS REGIÕES AUTÓNOMAS, DE ACORDO COM AS PRIORIDADES DEFINIDAS PELOS RESPETIVOS GOVERNOS REGIONAIS.

Programa Operacional Desenvolvimento Rural

Funciona através do Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)

A resolução do Conselho de Ministros de 33/2013 determinou a seguinte estruturação operacional: um PO para o Continente e dois PO Regionais nas Regiões Autónomas.

Programa Operacional Assuntos Marítimos e Pescas

Funciona através do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)

A resolução do Conselho de Ministros de 33/2013 determinou que o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas fosse composto por um PO nacional.

Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia:

- » Espanha-Portugal
- » Madeira-Açores-Canárias
- » Espaço Atlântico
- » Sudoeste Europeu
- » Mediterrâneo
- » Espon, Urbact, Interact e Interreg

Está ainda aprovado o Programa para o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas em Portugal e o Programa Operacional de Assistência Técnica.

Prioridades dos Programas Operacionais Temáticos

Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

- » Incentivar o investimento empresarial em inovação, criatividade, internacionalização e formação;
- » Reforçar as capacidades de investigação e inovação;
- » Desenvolver ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior;
- » Melhorar a conectividade internacional da economia portuguesa e a modernização da administração pública, visando a redução dos custos de contexto.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)

PRINCIPAIS OBJETIVOS

Os jovens e as pessoas em risco de exclusão e pobreza estão no centro deste programa que responde aos desafios económicos e sociais. O PO dispõe de um financiamento total de 2,5 mil milhões de euros, metade do qual será dirigida à promoção da inclusão social e à luta contra a pobreza e a discriminação.

PRIORIDADES

- » Melhoria do acesso ao emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.
- » Implementação da Garantia para a Juventude através da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ).
- » Promoção da igualdade entre homens e mulheres, apoio à adaptação de trabalhadores e empresas à mudança e modernização do trabalho. Aplicação de medidas de inclusão ativa, promoção da igualdade de oportunidades e melhoramento do acesso a serviços para os grupos desfavorecidos.
- » A IEJ será objeto de atenção especial para aumentar a visibilidade e garantir uma maior focalização e resiliência nos esforços destinados aos jovens à procura de emprego.
- » Criar mais e melhores condições de acesso a bens e serviços de qualidade;
- » Combater o insucesso e ao abandono escolar precoce;
- » Promover a empregabilidade apoiando a transição entre o sistema de educação e formação e o mercado de trabalho;
- » Estimular a criação de emprego e a participação em atividades de voluntariado, enquanto fator de inserção social dos cidadãos;
- » Reforçar a formação profissional para jovens, nomeadamente da formação dual ou vocacional;
- » Promover a aprendizagem ao longo da vida de forma a dotar os adultos (em particular os desempregados) de novas competências;
- » Prevenir comportamentos de risco, bem como o rastreio e o diagnóstico precoce de doenças;
- » Potenciar as oportunidades proporcionadas pelas tecnologias de informação (e.g. teleassistência, marcação de serviços por via eletrónica);
- » Corrigir os problemas já existentes através da garantia de recursos mínimos, nomeadamente pela melhoria do rendimento dos indivíduos e das famílias;
- » Promover uma nova abordagem à problemática das pessoas com deficiência, que representam mais de 6% da população residente, e que exige a combinação de medidas de política de carácter específico em vários domínios (e.g. educação, formação, saúde);

IMPACTOS ESPERADOS

- » Os candidatos a emprego e os desempregados de longa duração vão adquirir mais de 950 000 novas competências e qualificações.
- » Cerca de 44 000 jovens receberão apoio para os ajudar a encontrar emprego ou estágios profissionais.
- » Cerca de 30 000 trabalhadores da área da economia social beneficiarão de medidas de reforço das capacidades, tais como formação.
- » Cerca de 40 000 pessoas com deficiência receberão formação profissional para aceder a oportunidades de trabalho adequadas, e o «Programa Escolhas» em curso nas escolas dará apoio a 46 000 crianças e jovens provenientes de meios desfavorecidos.

REGIÕES

- » **Portugal**

FUNDOS

- » **FSE:** 1,808,636,396.00 €
- » **IEJ:** 321,544,338.00 €

PRIORIDADES TEMÁTICAS

- » AT – Assistência Técnica
- » OT8 – Mercado de emprego e trabalho
- » OT9 – Inclusão Social

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

- » **Orçamento total do PO:** 2,477,723,423.00 €
- » **Contribuição total da UE:** 2,130,180,734.00 €

WEBSITE PT

<http://www.poise.pt/Contribuição>

WEBSITE CE

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/atlas/programmes/2014-2020/portugal/2014pt05m9op001

AUTORIDADE GESTORA

Agência para o Desenvolvimento e a Coesão

Av. 5 de outubro, 153

P 1050-053 Lisboa

Portugal

+351 218 814 000

PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL

A Iniciativa Portugal Inovação Social, criada pela Resolução de Conselho de Ministros nº73/A-2014, no âmbito da aplicação de novos fundos europeus, vai disponibilizar cerca de 150 milhões de euros para financiar iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES). Portugal foi pioneiro na União Europeia ao canalizar uma parcela importante de fundos estruturais europeus do novo ciclo de programação 2014-2020 para a promoção da inovação social.

A Portugal Inovação Social pretende apoiar Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES) que:

- » Sejam focadas numa missão social, procurando resolver problemas importantes e negligenciados da sociedade;
- » Sejam inovadoras, por serem pioneiras a nível mundial ou nacional, ou por serem réplicas pioneiras a nível regional de inovações sociais com impacto validado;
- » Tenham um modelo passível de ser sistematizado e replicado num contexto mais vasto, dada a natureza do problema que abordam e da solução que propõem;
- » Procuram medir e validar o seu impacto, de forma a melhorarem continuamente o seu desempenho e a mobilizarem mais recursos;
- » Adotem estratégias de implementação com mecanismos que promovam a sustentabilidade económica, através da eficiente mobilização de recursos, geração de receitas, ou poupança na despesa pública.

<http://inovacaosocial.portugal2020.pt/index.php/sobre/>

Deste modo, o Governo Português mostra um grande empenho em financiar a inovação social e capacitar as entidades da economia social, apresentando 4 grandes linhas de financiamento:

Programa de Capacitação para o Investimento Social

O programa de capacitação para o Investimento Social (15€ milhões) consistirá em vouchers de capacitação para as IIES, que poderão ascender até 50.000 eur.

Assente no POISE e vocacionado para as regiões Norte, Centro e Alentejo, o programa permitirá às empresas ou entidades interessadas em capacitar os seus domínios de modelo de gestão, avaliação de impacto, estratégias, marketing, gestão financeira, TIC, entre outros, candidatarem-se a até cinco intervenções, com a finalidade de melhorar o impacto e atrair investidores. Em cada uma das regiões haverá um “ativador regional do ecossistema” que será responsável por “descobrir” projetos e por fazer a ponte com as Áreas Metropolitanas, as Comunidades Intermunicipais e as incubadoras sociais.

As candidaturas das IIES ao Instrumento de Capacitação são apresentadas no Balcão 2020 e assumem um formato simplificado, assente no preenchimento de um formulário online e na apresentação de um conjunto de documentos de suporte, que seguem um modelo pré-definido. As IIES poderão candidatar-se ao Instrumento de Capacitação para o Investimento Social após a abertura de avisos para apresentação de candidaturas no website do Portugal 2020.

Parcerias para o impacto

As parcerias para o impacto são um instrumento de financiamento mediante o qual o Portugal Inovação Social cofinancia até 50% de um projeto de uma IIES. Para tal, a iniciativa deverá contactar um segundo investidor que financiará o restante valor do investimento. A candidatura pode ser apresentada por uma IIES ou consórcio com um projeto até 3 anos.

Este programa esteve aberto para manifestação de interesse em outubro de 2015. As IIES poderão candidatar-se ao Instrumento de Parcerias para o Impacto após a abertura de avisos para apresentação de candidaturas no website do Portugal 2020.

Títulos de Impacto Social

Os títulos de impacto social⁴⁵ em Portugal são ainda um novo instrumento em Portugal. O primeiro título de impacto social foi lançado em fevereiro de 2015, numa parceria entre o Laboratório de investimento Social, Fundação Calouste Gulbenkian e a Câmara de Lisboa.

⁴⁵ <http://investimentosocial.pt/infografia-academia-de-codigo-junior/>

Um projeto a ser financiado por um TIS (Título de Impacto Social) corresponde a um financiamento condicionado a resultados e deverá assim construir uma previsão de investimento e retorno adequados, sendo o financiamento proposto aos investidores e parceiros, os quais serão remunerados de acordo com o sucesso alcançado pelos resultados do projeto desenvolvido.

No âmbito do Portugal Inovação Social, as candidaturas de projetos a financiamento via TIS abriram em setembro de 2015. As IIES poderão candidatar-se ao Instrumento de Financiamento de Títulos de Impacto Social após a abertura de **avisos para apresentação de candidaturas no website do Portugal 2020**.

Fundo para a Inovação Social

Este fundo, dotado de 95 milhões de euros, terá como objetivo facilitar o acesso a capital de investimento às IIES através de vários instrumentos como empréstimos bonificados, garantias, equity e quasi-equity. Este fundo permitirá a estas entidades acesso mais fácil a capital para investimento das suas atividades e estrutura.

O Fundo para a Inovação Social é um dos objetos do estudo de avaliação ex-ante (AEA) dos instrumentos financeiros do Portugal 2020, atualmente em curso. O início da sua operacionalização está assim dependente do fecho deste estudo para os instrumentos financeiros da área social, que se prevê vir a acontecer em 2016.

Todas estas informações poderão ser consultadas em www.inovacaosocial.portugal2020.pt

Programa Operacional Capital Humano (POCH)

PRINCIPAIS OBJETIVOS

O ensino, a formação e as qualificações constituem o foco deste programa, de forma a promover o crescimento e a inclusão social. Pretende dotar os jovens estudantes e os trabalhadores das qualificações e competências de que a economia necessita para crescer e promover a inclusão social. O aumento do investimento no ensino superior financiará uma maior igualdade de acesso dos estudantes com recursos limitados ao ensino universitário.

PRIORIDADES

- » Melhorar a qualidade do ensino escolar.
- » Apoiar o ensino superior, visando em particular as pessoas que se encontram atualmente excluídas deste nível de ensino.
- » Melhorar o nível de qualificações dos trabalhadores e dos candidatos a emprego.
- » Aumentar o nível médio das qualificações nos diversos níveis de educação, nomeadamente no ensino básico, e ainda através do reforço das vias profissionalizantes, de ensino profissional e vocacional, do reforço da orientação escolar e vocacional e o alargamento do universo potencial de candidatos ao ensino superior;
- » Melhorar a qualidade da aprendizagem nos diversos subsistemas de educação e formação;
- » Fortalecer o ajustamento entre as qualificações produzidas e as procuradas pelo mercado de trabalho;
- » Aumentar as qualificações ao nível do ensino secundário, de jovens e adultos incluindo ativos com menos de 30 anos);
- » Fechar a rede do ensino pré-escolar;
- » Diversificar as vias de ensino, nomeadamente através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes, com um forte pendor da formação em contexto de trabalho;
- » Intensificar as intervenções de promoção do sucesso educativo por via do apoio psicopedagógico e orientação escolar e profissional dos jovens;
- » Melhorar a formação de professores/formadores;
- » Reforçar a aprendizagem ao longo da vida.

Ao nível do ensino superior pretende-se:

- » Aumentar a população com ensino superior, reforçando as ligações entre as formações profissionais ministradas do ensino secundário e o ensino politécnico;
- » Promover a mobilidade dos recém licenciados e dos professores;
- » Racionalizar a oferta formativa no ensino superior, adaptando-a às necessidades do mercado de trabalho;
- » Apoiar o desenvolvimento de programas doutorais e pós-doutorais inovadores de grande qualidade.
- » Reforçar a capacitação dos desempregados para uma rápida (re)integração no mercado de trabalho;

IMPACTOS ESPERADOS

- » Redução das taxas de abandono escolar precoce para menos de 10%.
- » As subvenções destinadas a 124 000 estudantes de cursos que conferem um diploma e a 4300 doutorandos contribuirão para aumentar o acesso a estudos, enquanto os novos cursos profissionais de curta duração permitirão a abertura do ensino superior a 23 000 estudantes.
- » Os adultos beneficiarão de apoio para concluírem programas de ensino e melhorarem o seu nível de qualificações, prevendo-se que cerca de 30 000 pessoas conclua cursos de formação que conferem certificação de competências.
- » O ensino profissional, as aprendizagens e o ensino artístico especializado para os jovens dar-lhes-ão a oportunidade de obterem qualificações que lhes permitam encontrar emprego mais facilmente.
- » As medidas inovadoras permitirão melhorar a qualidade dos sistemas portugueses de ensino e formação.

REGIÕES

- » **Norte**
- » **Centro**
- » **Alentejo**

FUNDOS

- » FSE: 3,095,832,100.00 €

PRIORIDADES TEMÁTICAS

- » OTA – Assistência Técnica
- » OT10 – Educação e formação

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

- » **Orçamento total do PO:** 3,642,155,414.00 €
- » **Contribuição total da UE:** 3,095,832,100.00 €

WEBSITE PT

- » <http://www.poch.pt/>

WEBSITE CE

- » http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/atlas/programmes/2014-2020/portugal/2014pt05sfop001

AUTORIDADE GESTORA

- » **Agência para o Desenvolvimento e a Coesão**
Av. 5 de outubro, 153
P 1050-053 Lisboa
Portugal
+351 218 814 000

Programa Operacional Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos

- » Reduzir os consumos energéticos nas instalações e frotas do Estado;
- » Promover a eficiência energética no setor dos transportes; ao nível residencial, de serviços e dos comportamentos;
- » Promover a produção e distribuição de Fontes de Energia Renovável;
- » Promover áreas urbanas inclusivas e sustentáveis do ponto de vista ambiental (em particular no domínio da qualidade do ar e ruído), energético, de mobilidade e intermodalidade, destacando-se os processos de regeneração e reabilitação urbanas;
- » Desenvolver sistemas de monitorização, previsão, alerta e resposta e para o aumento da resiliência dos territórios e do sistema nacional de proteção civil;
- » Acompanhar os níveis de disponibilidade de água, a gestão de riscos e seguros;
- » Prevenir e combater os incêndios florestais, bem como a proteção e reabilitação dos espaços e explorações florestais;
- » Promover a investigação em adaptação às alterações climáticas;

- » Atingir as metas do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR);
- » Concluir os sistemas e redes de abastecimento de água;
- » Promover a eficiência das redes de água e reabilitar os sistemas públicos de distribuição e transporte de água;
- » Promover o desenvolvimento sustentável das pescas, aquicultura e recursos marinhos;
- » Incentivar a entrada de jovens na atividade piscatória;
- » Proteger a biodiversidade e os ecossistemas marinhos;
- » Promover uma agricultura e floresta sustentável;
- » Apoiar a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas;
- » Apoiar as áreas da Rede Natura 2000;
- » Apoiar a utilização eficiente de água para rega; a certificação de produtos agrícolas e florestais e o processamento dos produtos agrícolas e florestais, junto à produção.
- » Recuperar passivos ambientais;
- » Diminuir a captação dos resíduos, desviar os resíduos urbanos biodegradáveis dos aterros e aumentar a compostagem e a reciclagem como destino final dos resíduos;
- » Otimizar a rede de infraestruturas de base dos resíduos sólidos urbanos;
- » Reforçar a capacidade de tratamento mecânico e biológico e de valorização material e energética de resíduos;
- » Reforçar as redes de recolha seletiva existentes, incluindo as relativas aos resíduos de construção e demolição, produzidos no setor da construção civil;
- » Implementar intervenções para a proteção e valorização do Litoral.

PROGRAMA OPERACIONAL	FUNDO EEI	TOTAL	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Competitividade e Internacionalização		4.413.830.409	593.099.483	605.321.971	617.756.165	630.260.763	642.853.276	655.658.832	668.279.919
FEDER	FEDER	3.247.044.199	436.745.222	445.488.020	454.406.622	463.300.825	472.776.754	482.238.011	491.887.745
FSE	FSE	557.886.210	75.038.750	76.541.054	78.073.217	79.695.724	81.229.455	82.865.028	84.512.962
FdC	FdC	609.000.000	81.315.511	83.291.887	85.276.326	87.124.214	88.847.067	90.765.793	92.379.192
Inclusão Social e Emprego		2.130.180.734	300.238.955	358.230.483	267.406.889	272.758.600	278.217.252	283.784.964	289.463.951
FSE	FSE	1.808.636.396	199.616.089	217.389.031	267.406.889	272.758.600	278.217.252	283.784.964	289.463.951
FSE (E) PO ISE	FSE	102.167.604	57.397.530	44.770.074	0	0	0	0	0
FSE (E) Açores	FSE	5.304.989	2.980.331	2.324.658	0	0	0	0	0
FSE (E) Madeira	FSE	5.952.272	3.343.973	2.608.299	0	0	0	0	0
FSE (E) Lisboa	FSE	43.389.136	24.375.919	19.013.217	0	0	0	0	0
FSE (E) Algarve	FSE	3.958.168	2.223.650	1.734.478	0	0	0	0	0
IEJ alocação específica	alocação específica	160.772.169	90.321.443	70.450.726	0	0	0	0	0
Capital Humano	FSE	3.095.832.100	416.406.306	424.742.975	433.246.230	441.915.984	450.759.941	459.780.555	468.900.949
Eficiência de Recursos e Sustentabilidade	FdC	2.252.742.164	300.792.911	308.103.727	315.444.292	322.279.787	328.652.769	335.750.290	341.718.388
PO NORTE		3.378.770.731	454.463.161	463.561.680	472.841.051	482.304.191	491.956.425	501.801.509	511.842.714
FEDER	FEDER	2.795.804.548	376.051.017	383.579.688	391.258.024	399.088.414	407.075.271	415.221.704	423.530.420
FSE	FSE	582.966.183	78.412.144	79.981.982	81.583.027	83.215.777	84.881.154	86.579.805	88.312.294
PO CENTRO		2.155.031.031	289.863.471	295.666.645	301.586.168	307.620.901	313.777.242	320.056.586	326.461.018
FEDER	FEDER	1.751.913.979	235.688.219	240.304.781	245.115.086	250.020.672	255.024.275	260.127.848	265.333.088
FSE	FSE	403.517.052	54.275.252	55.361.864	56.470.072	57.600.229	58.752.967	59.928.738	61.127.930
PO ALENTEJO		1.082.944.371	145.661.948	148.578.152	151.552.324	154.585.394	157.679.074	160.834.564	164.052.915
FEDER	FEDER	898.239.373	120.816.114	123.236.936	125.703.838	128.219.594	130.765.622	133.402.917	136.072.352
FSE	FSE	184.704.998	24.843.834	25.341.216	25.848.486	26.365.800	26.893.452	27.431.647	27.980.563
PO LISBOA		833.334.547	93.546.216	101.271.802	122.692.831	125.148.329	127.652.891	130.207.492	132.812.986
FEDER	FEDER	622.827.637	83.746.826	87.133.437	88.877.271	90.655.949	92.470.164	94.320.522	96.207.522
FSE	FSE	318.676.488	41.172.437	42.530.467	45.151.009	46.054.632	46.976.314	47.916.408	48.875.231
FEDER	FEDER	224.321.248	30.172.436	30.776.500	31.382.569	32.020.839	32.661.666	33.315.294	33.981.944
FSE	FSE	94.355.240	11.000.001	11.753.957	13.758.440	14.033.793	14.314.648	14.601.114	14.888.287

PO A CORES		151,036,107	154,775,244	160,244,656	163,451,691	166,722,810	170,659,282	173,462,221
FEDER	FEDER	103,236,583	105,303,418	107,411,334	109,590,996	111,753,614	113,900,039	116,271,016
FSE	FSE	40,065,456	41,582,321	44,786,502	45,682,831	46,597,070	47,529,575	48,480,656
RUP	FEDER	7,734,068	7,888,905	8,046,820	8,207,864	8,371,126	8,539,688	8,710,549
PO MADEIRA		51,705,123	53,546,977	57,279,369	58,425,717	59,594,975	60,787,595	62,003,972
FEDER	FEDER	212,735,913	231,87,010	29,771,265	30,367,086	30,974,815	31,594,686	32,226,906
FSE	FSE	15,269,201	16,377,517	19,365,866	19,753,441	20,148,762	20,551,991	20,963,232
RUP	FEDER	58,181,815	7,825,777	7,982,450	8,305,190	8,471,398	8,640,928	8,813,834
PO AT		138,000,000	18,933,369	19,312,368	19,698,873	20,093,102	20,495,208	20,905,323
FEDER L		126,378,184	17,338,876	17,685,957	18,039,912	18,400,940	18,769,182	19,144,759
FEDER T		1,952,668	262,645	273,265	278,734	284,313	290,003	295,805
FEDER M		9,669,146	1,326,590	1,353,146	1,380,227	1,407,849	1,436,023	1,464,759
PDR – Cont. FEADER		509,522,657	510,285,530	511,063,344	511,856,384	512,666,314	513,472,404	514,190,190
FEADER	FEADER	509,522,657	510,285,530	511,063,344	511,856,384	512,666,314	513,472,404	514,190,190
PDR – R.A. Açores		295,282,051	42,052,963	42,117,064	42,182,419	42,249,165	42,315,586	42,374,750
FEADER	FEADER	295,282,051	42,052,963	42,117,064	42,182,419	42,249,165	42,315,586	42,374,750
PDR – R.A. Madeira		179,449,500	25,518,319	25,556,526	25,635,198	25,675,762	25,716,133	25,752,082
FEADER	FEADER	179,449,500	25,518,319	25,556,526	25,635,198	25,675,762	25,716,133	25,752,082
PO FEAMP		392,485,464	54,485,229	54,993,288	55,874,453	57,174,583	57,865,539	58,604,393
FEAM	FEAMP	392,485,464	54,485,229	54,993,288	55,874,453	57,174,583	57,865,539	58,604,393
Subtotal FEEL		25,632,043,983	3,477,081,53	3,537,253,004	3,660,053,316	3,722,701,905	3,786,402,997	3,850,280,642
Total (com alocação específica IELJ)	25,732,816,152	3,567,402,974	3,538,270,588	3,660,053,316	3,722,701,905	3,786,402,997	3,850,280,642	3,850,280,642

3.1.2

Fundos Europeus geridos centralmente

Programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI)

O Programa para o Emprego e a Inovação Social (EaSI) é um instrumento financeiro da UE para promover um elevado nível de emprego de qualidade e sustentável, garantir uma proteção social adequada e condigna, combater a exclusão social e a pobreza e melhorar as condições de trabalho.

ESTRUTURA E FINANCIAMENTO

O EaSI é gerido diretamente pela Comissão Europeia. Reúne três programas da UE, que foram geridos separadamente entre 2007 e 2013: PROGRESS, EURES e o Instrumento de Microfinanciamento Progress.

Desde janeiro de 2014, estes programas constituem os três eixos do EaSI, promovendo:

- » a modernização da política de emprego e da política social: **Eixo PROGRESS** (61% do orçamento total);
- » a mobilidade profissional: **Eixo EURES** (18% do orçamento total);
- » o acesso ao microfinanciamento e o empreendedorismo social: **Eixo Microfinanciamento e Empreendedorismo Social** (21% do orçamento total).

O orçamento total para 2014-2020 ascende a 919.469.000 euros (a preços de 2013).

Microfinanciamento e Empreendedorismo Social

O Microfinanciamento Progress terá um montante de mais de 193 milhões de euros e apoia ações de uma ou várias das seções temáticas:

- a. Microfinanciamento para os grupos vulneráveis e as microempresas: 45%;
- b. Empreendedorismo social: 45%.

O remanescente é atribuído às seções temáticas referidas nas alíneas a) ou b), ou a uma combinação de algumas dessas seções.

Objetivos específicos

Melhorar o acesso ao microfinanciamento e a respetiva disponibilidade para:

- a. pessoas **vulneráveis** que perderam ou estão em risco de perder o seu emprego, que têm dificuldades em ingressar ou reingressar no mercado de trabalho, **que estão** em risco de exclusão social ou se encontram numa situação de exclusão social e que se encontram em posição de desvantagem no que se refere ao acesso ao mercado de crédito convencional e pretendem criar ou desenvolver as suas próprias microempresas;
- b. microempresas, tanto em fase de arranque como em fase de desenvolvimento, em especial as que empregam pessoas vulneráveis;
- c. Reforçar as capacidades institucionais dos prestadores de microcrédito;
- d. Apoiar o desenvolvimento **do mercado de investimento social e facilitar o acesso a financiamentos por parte das empresas sociais**, disponibilizando capital próprio, quase-capital, instrumentos de **concessão de empréstimos e subvenções até 500.000 euros** a empresas sociais com um volume de negócios que não exceda 30 milhões de euros ou um balanço total anual que não exceda 30 milhões de euros que não sejam organismos de investimento coletivo.

Desta forma, este eixo permite aos fornecedores de microcrédito (empréstimos inferiores a 25.000 euros) dos Estados-Membros da UE aumentarem o acesso e a disponibilidade de microcrédito a pessoas vulneráveis que pretendam iniciar ou desenvolver a sua própria microempresa.

Instrumento Europeu de Microfinanciamento Progress

O Instrumento Europeu de Microfinanciamento Progress, lançado em 2010, aumenta a disponibilidade de microcrédito (empréstimos de montante inferior a 25.000 euros) para a criação ou o desenvolvimento de pequenas empresas.

Em termos de emprego por conta própria e de criação de emprego, desde o seu lançamento, já apoiou cerca de 9.000 empreendedores através de microcrédito num valor total superior a 80 milhões de euros. Os beneficiários incluem membros de grupos desfavorecidos, em especial mulheres, jovens, minorias e trabalhadores menos qualificados.

Este instrumento não concede financiamento diretamente aos empresários, mas permite que instituições de microcrédito selecionadas na UE possam dar mais empréstimos:

- » concedendo garantias, partilhando assim os riscos de perdas dessas instituições;
- » disponibilizando fundos para aumentar a oferta de microcrédito.
- » estas instituições de microcrédito podem ser bancos públicos ou privados, instituições não-bancárias ou instituições sem fins lucrativos.

As condições associadas aos microempréstimos concedidos aos empresários (montantes, duração, taxas de juro, encargos, etc.) dependem da instituição de microcrédito em causa.

Em Portugal, o Milenium BCP e o Novo Banco são as instituições financeiras que prestam este microcrédito.

Este instrumento é apoiado pela Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento e gerido pelo FEI-Fundo Europeu de Investimento.

(Ver Link: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=836&langId=pt>)

Eures – Portal europeu da mobilidade profissional

O portal da rede Eures é uma ferramenta para cidadãos à procura de emprego e novas oportunidades de trabalho, assim como para empregadores com necessidades de recrutamento de colaboradores com qualificações e competências específicas.

Com a missão de facilitar e promover a livre circulação de trabalhadores dentro da UE-28, e ainda na Suíça, Islândia, Liechtenstein e Noruega, a rede Eures disponibiliza o serviço de apoio de mais de mil conselheiros, numa estrutura liderada pelo Gabinete Europeu de Coordenação e em articulação com os gabinetes de coordenação nacionais, os parceiros EURES e os parceiros associados EURES.

A rede dispõe de mais de 900 mil ofertas de trabalho e uma base superior a 200 mil curriculum vitae. Registados na rede estão também mais de 5.600 empregadores.

Através do portal online e do contacto direto dos quadros técnicos, a rede Eures assume importante papel na prestação de informações específicas e na resolução de problemas e necessidades de cidadãos à procura de emprego e de empregadores, reservando ainda uma atenção especial para as condições de mobilidade nas regiões transfronteiriças europeias.

<https://ec.europa.eu/eures>

Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD)

O Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD) apoia as medidas dos Estados Membros da UE para assistência material às pessoas mais necessitadas.

As medidas de assistência material englobam, nomeadamente, a distribuição de alimentos, roupa e outros artigos de uso pessoal.

As organizações parceiras que prestam estas medidas de assistência são entidades públicas ou organizações não governamentais selecionadas pelas entidades nacionais. Portugal recebe do FEAD 157 milhões de euros (a preços de 2011) para o período 2014/2020.

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1089&langId=pt>

FEG (Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização)

O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização concede apoio individual, pontual e limitado no tempo a pessoas que perderam o emprego na sequência das grandes mudanças estruturais ocorridas a nível do comércio mundial por motivos relacionados com a globalização ou com a crise económica e financeira mundial.

46 No âmbito do Quadro financeiro Plurianual da União Europeia para 2014-2020, o H2020 dispõe de uma dotação orçamental de 77 mil milhões de euros, a preços de 2011. Os valores são atualizados a uma taxa de 2% por cento ao ano. A preços de 2014, o orçamento do H2020 ascende a mais de 81.700 milhões de euros.

47 A União da Inovação é uma das sete iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020, a par da Agenda Digital para a Europa, Juventude em movimento, Uma Europa eficiente em termos de recursos, Uma política industrial para a era da globalização, Agenda para Novas Competências e Empregos, Plataforma europeia contra a pobreza. A União da Inovação pretende orientar a política de I&D e inovação para os grandes desafios da sociedade atual, tais como as alterações climáticas, a eficiência energética, a saúde e a evolução demográfica. Visa ainda reforçar cada elo da cadeia de inovação, desde a investigação fundamental até à fase de comercialização.

O FEG dispõe de um orçamento máximo anual de 150 milhões de euros para o período de 2014-2020, pode financiar até 60% do custo de projetos destinados a ajudar trabalhadores que perderam o emprego a encontrar trabalho ou a criar a sua própria empresa.

Apesar do elevado número de desempregados na União Europeia o montante máximo anual está longe de ser atingido no que diz respeito às candidaturas apresentadas pelos Estados-Membros.

Os projetos do FEG são geridos e executados pelas autoridades nacionais ou regionais.

Podem beneficiar de projetos apoiados pelo FEG os trabalhadores que tenham perdido o emprego, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores temporários e os trabalhadores com contrato a termo.

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=326&langId=pt>

Horizonte 2020

O Horizonte 2020 é o programa-quadro comunitário para investigação e inovação. Está sob gestão direta do comissário português Carlos Moedas.

Com um orçamento global superior a 80 mil milhões de euros⁴⁶ para o período 2014-2020, é o maior instrumento da União Europeia especificamente orientado para o apoio à investigação, através do cofinanciamento de projetos de investigação, inovação e demonstração. Incide mais do que nunca na transposição das descobertas científicas para produtos e serviços inovadores que proporcionem oportunidades empresariais e mudem para melhor a vida quotidiana dos cidadãos. É um programa que traz consigo uma redução drástica da burocracia, com a simplificação das regras e procedimentos, a fim fundamental da União da de atrair mais investigadores de alto nível e uma gama mais vasta de empresas inovadoras.

Este programa é um pilar Inovação⁴⁷ que é uma iniciativa emblemática da Estratégia Europa 2020, e que tem como objetivo reforçar a competitividade global da Europa. A União Europeia é líder mundial em muitas tecnologias, mas enfrenta uma concorrência cada vez maior, não só da parte de potências tradicionais, como também de economias emergentes.

No Horizonte 2020, a União Europeia reúne, pela primeira vez, todo o financiamento no domínio da investigação e da inovação da UE num único programa. O apoio financeiro é concedido

na base de concursos em competição e mediante um processo independente de avaliação das propostas apresentadas. O H2020 é composto por **três pilares programáticos com âmbitos diferentes**:

Pilar I

Excelência Científica (com cerca de 32% do orçamento total);

Pilar II

Liderança Industrial (correspondente a cerca de 22% do orçamento);

Pilar III

Desafios Societais (com cerca de 39% do orçamento total).

Relativamente ao anterior 7º programa-quadro, a grande novidade do H2020 reside na sua estrutura, onde se deixa de dividir as áreas científicas e tecnológicas por temas, surgindo o conceito de Desafios Societais, os quais estão inseridos no Pilar III do H2020. Este tem como base outros dois pilares onde o financiamento da ciência vai ajudar a desenvolver a Excelência Científica (Pilar I) e a reforçar a Liderança Industrial Europeia (Pilar II). Há também algumas novidades relativamente às regras de participação e aspetos legais e financeiros que foram simplificados. Os programas de trabalho, as ‘calls’ e os orçamentos são, em grande maioria, bianuais.

As instituições da economia social, sobretudo em parceria, devem olhar para o H2020 como uma oportunidade de financiamento.

Fica aqui um resumo centrado no Pilar III – Desafios Societais:

Tem como missão elevar a eficácia da investigação e inovação a fim de dar resposta aos “Desafios Societais” fundamentais, mediante o apoio a atividades que devem reunir recursos e conhecimentos de diferentes domínios, tecnologias e disciplinas. Estes Desafios Societais, identificados na Estratégia Europa 2020, representam também grandes oportunidades económicas para as empresas inovadoras e, por conseguinte, contribuem para a competitividade e o emprego na União.

A investigação em ciências sociais e humanas é um elemento importante para enfrentar todos os desafios. As atividades devem abranger toda a gama da investigação e inovação com ênfase em atividades relacionadas com a inovação, como projetos-piloto e de demonstração, bancos de ensaios e apoio a contratos públicos, investigação pré-normativa, definição de normas e aceitação das inovações pelo mercado. As atividades devem apoiar diretamente as correspondentes competências em políticas setoriais a nível da União. Todos os desafios devem também contribuir para o objetivo abrangente de desenvolvimento sustentável.

INOVAÇÃO PARA AS PME: PELO MENOS 3 MIL MILHÕES DE EUROS

Reconhecidamente fonte crucial de emprego e inovação, as PME são alvo de atenção especial do Horizonte 2020, que pretende estimular e aumentar a participação das PME em, pelo menos, 20% nas diferentes iniciativas do programa, incluindo ao nível do Pilar III – Desafios Societais. Para isso, pretende-se apoiar as PME a título individual ou em consórcios, ajudando a desenvolver ideias e valorizando a viabilidade de mercado dessas ideias, designadamente nas fases de maior risco. Os apoios incluem aconselhamento e orientação aos empresários sobre como identificar e atrair investidores privados.

DS1 – SAÚDE, ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS E BEM-ESTAR: 7,472 MIL MILHÕES DE EUROS

O investimento em investigação e inovação na área da saúde tem como objetivos enunciados promover a longevidade da população europeia com melhor qualidade de vida, assim como desenvolver novos tratamentos médicos mais eficazes e seguros, melhorar a prevenção e o tratamento de doenças crónicas e infecciosas, garantir a melhor resposta às novas ameaças como o crescente impacto da doença de Alzheimer, da diabetes e das «superbactérias» resistentes aos antibióticos, e assegurar a viabilidade dos sistemas de saúde.

DS6 – EUROPA NUM MUNDO EM MUDANÇA – SOCIEDADES INCLUSIVAS, INOVADORAS E PENSADORAS: 1,309 MIL MILHÕES DE EUROS

A investigação e a inovação podem ajudar a encontrar novas estratégias e estruturas de governação que permitam fomentar um desenvolvimento mais inclusivo, numa Europa que, em 2011, tinha cerca de 80 milhões de pessoas em risco de pobreza e um número significativo de jovens que não estuda, não trabalha e não segue uma formação. O Horizonte 2020 apoia também novas modalidades de inovação ao nível empresarial, social e no setor público. E também em matéria de património, identidade, história e cultura europeia, procurando promover «sociedades reflexivas» que explorem os valores partilhados.

<http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/>

Erasmus +

PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

Os recursos de apoio financeiro da União Europeia para a educação, a formação, a juventude e o desporto, no período 2014-2020, estão concentrados no programa Erasmus+. Dispõe de uma dotação orçamental de 14,7 mil milhões de euros (a preços de 2011) para o período 2014/2020, o que representa um aumento de 40% em relação aos níveis de despesa desta área no anterior quadro financeiro.

Este reforço de verbas e políticas enquadra-se no compromisso assumido pela UE de investir na área da juventude e da formação, procurando superar os efeitos da crise sobre as novas gerações, nomeadamente ao nível do desemprego, e simultaneamente rentabilizar as novas potencialidades e competências que os jovens asseguram para o reforço da competitividade e nível de desenvolvimento da União Europeia.

No contexto da extrema competitividade global e das prioridades da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, é crucial para a União Europeia a aposta na formação, competências e criatividade. A sociedade de conhecimento, a modernização dos sistemas de ensino e formação são determinantes para a criação de emprego e para o aumento da competitividade europeia.

O Erasmus+ congregou os diferentes programas para esta área no período do anterior quadro financeiro 2007-2013, como Aprendizagem ao Longo da Vida (Erasmus, Leonardo da Vinci, Comenius, Grundtvig), Juventude em Ação, Erasmus Mundus, Tempus, Alfa, Edulink e o programa de cooperação bilateral com os países industrializados.

O Erasmus+ promove:

- » Oportunidades de estudo, formação, experiência profissional ou voluntariado no estrangeiro.
- » Atividades de ensino ou aprendizagem no estrangeiro, para profissionais ativos as áreas da educação, da formação e da juventude.
- » O desenvolvimento da educação digital e utilização das TIC.
- » A aprendizagem de línguas.
- » O reconhecimento de competências, incluindo as adquiridas fora do sistema de ensino formal.

- » Parcerias estratégicas entre instituições de educação e formação e organizações de jovens e as suas congéneres noutros países, intra ou intersetoriais, visando promover a qualidade e a inovação.
- » Alianças de conhecimento e alianças de competências setoriais para colmatar lacunas em matéria de competências e fomentar o empreendedorismo, através do aperfeiçoamento dos currículos e das qualificações resultante da cooperação entre o mundo do trabalho e o da educação e formação.
- » Um mecanismo de garantia de acesso aos empréstimos que permita aos estudantes de mestrado financiarem os seus estudos noutro país.
- » Ensino e investigação sobre integração europeia.
- » Intercâmbios, cooperação e capacitação no ensino superior e no domínio da juventude a nível mundial.
- » Iniciativas de promoção da inovação pedagógica e progressivas reformas de políticas a nível nacional através de Iniciativas Prospetivas.
- » Boas práticas no desporto e iniciativas contra resultados combinados, doping, violência, racismo e intolerância, sobretudo nos desportos de massas.

http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/index_en.htm

Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos – "Plano Juncker"

48 Face à evolução da procura dos recursos do FEIE pelas empresas, estima-se que o montante destinado ao investimento privado tenha de vir a ser reforçado

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido como "Plano Juncker", está em execução, tendo o regulamento sido publicado em 1 de julho de 2015.

O FEIE é inovador. É adicional e complementar, financiando projetos que não são elegíveis ou financiáveis nos fundos e programas atuais ou pela banca. Tipicamente destina-se a projetos com um maior risco.

Pretende mobilizar um investimento de 240 mil milhões de euros e um financiamento de 75 mil milhões de euros para as empresas, nomeadamente PME's.⁴⁸

A pré seleção dos projetos de investimento da janela dos 240 mil milhões de euros é feita pelo staff do Banco Europeu de Investimentos (BEI). A pré seleção dos projetos para as empresas (75 mil milhões de euros) é feita pelos bancos nacionais que têm acordos com o BEI.

O FEIE representa uma oportunidade e um desafio, uma vez que não tem nenhuma pré alocação temática ou geográfica. Os governos, os territórios, os beneficiários e interessados para acederem ao fundo têm de ser proativos. É importante e urgente definir-se o que se pretende, a articulação de fundos, a procura de sinergias, a criação de valor acrescentado. Cada território deve com urgência mobilizar-se para este fundo aberto e competitivo.

Na qualidade de correlator deste fundo, apresentei propostas que constam do regulamento para favorecerem a coesão social e territorial. Desta forma, a coesão territorial consta não só dos considerandos mas também nos critérios de elegibilidade dos projetos. Para além disso, o fundo deve colmatar falhas de mercado e não pode deixar de apoiar os investimentos em virtude, por exemplo, de um baixo rating do Estado Membro. A criação de emprego é também um dos critérios para a elegibilidade dos projetos.

O FEIE permite a criação e o financiamento de plataformas temáticas, nacionais, entre Estados Membros e regionais. Nestas plataformas podem juntar-se outros financiamentos e fundos europeus, nomeadamente os fundos estruturais do Portugal 2020, com o objetivo de se provocarem sinergias e de se reforçar, ou até mesmo, dar viabilidade aos projetos.

Portugal deveria criar uma Plataforma Social nacional onde juntaria os parceiros, os fundos do Portugal 2020 e os investimentos ao FEIE, para concluir a rede de equipamentos sociais.

No âmbito social, o FEIE apoia, por exemplo, infraestruturas sociais, a economia social e solidária. Investimentos no domínio da saúde, nomeadamente soluções inovadoras, também podem ser apoiados.

Os projetos que se candidatarem ao FEIE deverão ser aprovados até junho de 2020. No entanto, o objetivo é que o fundo tenha continuidade posterior a essa data.

No regulamento FEIE está prevista a implementação de uma plataforma de aconselhamento ao investimento para apoiar os promotores dos projetos.

Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos

São elegíveis no FEIE os projetos nas seguintes áreas:

- » investigação, inovação
- » energia (redes, renováveis, eficiência energética,...)
- » infraestruturas de transporte
- » PME e empresas até 3000 trabalhadores
- » tecnologias de comunicação e informação (redes, banda larga, ...)
- » ambiente e eficiência de recursos
- » capital humano, cultura, saúde (educação, indústrias criativas, infraestruturas sociais).

A GESTÃO DO FEIE

A gestão do FEIE é transparente, despolitizada, centrada na viabilidade e qualidade dos projetos. Concede, no entanto, especial atenção aos países e regiões onde o impacto sobre o crescimento e o emprego é maior. E pretende colmatar as lacunas no investimento e a fragmentação financeira da União. Tem um Conselho de Direção que elabora as linhas orientadoras, composto por 3 membros indicados pela Comissão Europeia e um membro do BEI. O Comité de Investimentos propõe a mobilização da garantia cuja decisão final compete ao BEI. Este Comité é pluridisciplinar, abrangendo uma vasta gama de competências em vários setores e mercados geográficos no interior da União, e compõe-se por um diretor executivo e 8 peritos.

AS PLATAFORMAS DE INVESTIMENTO

A criação de plataformas de investimento – que podem ser temáticas, regionais e transnacionais – reveste-se de extrema importância para o sucesso do ‘Plano Juncker’. Nestas plataformas, o FEIE pode ser conjugado com outros fundos, nomeadamente com os fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FdC) e de desenvolvimento regional (FEADER).

As plataformas facilitam a prova da adicionalidade do FEIE, condição necessária para que possa ser utilizado. Portugal deve preparar-se para a criação destas plataformas. A título de exemplo, considero fazer sentido a criação de uma plataforma (nacional ou várias regionais) para a construção de equipamentos sociais, onde se juntem os fundos do Portugal 2020 e o FEIE.

PLATAFORMA EUROPEIA DE ACONSELHAMENTO

No regulamento que aprova o FEIE está criada uma plataforma europeia de aconselhamento ao investimento (PEAI), já em funcionamento, cujos serviços são gratuitos para as entidades públicas e com um custo reduzido a 1/3 para as PME. Oferece uma vasta gama de serviços de aconselhamento em matéria de identificação, desenvolvimento e execução de projetos, acesso ao financiamento, utilização de instrumentos financeiros e reforço das capacidades. Permitirá ajudar a estruturar plataformas e projetos, de forma a que possam utilizar este e os outros fundos da UE. Trabalhará em articulação com estruturas nacionais ou regionais similares.

Esta plataforma de aconselhamento funciona como balcão único para ajudar a encaminhar os projetos para os fundos e programas que os podem financiar. Não se destina exclusivamente a encaminhar projetos para o FEIE mas para todos os fundos e programas existentes, nomeadamente na procura de sinergias.

QUEM PODE APRESENTAR UM PEDIDO DE FINANCIAMENTO DO FEIE?

- » Qualquer pessoa (não apenas os Estados-Membros) pode apresentar o seu pedido de financiamento ao BEI (Banco Europeu de Investimentos) para investimentos de infraestrutura e inovação, e ao FEI (Fundo Europeu de Investimentos) para os instrumentos de capital próprio ou de garantia para as PME.
- » Os promotores do projeto podem contactar o BEI e o FEI diretamente, sem a necessidade de se passar por uma autoridade local ou governo

Fontes de financiamento nacionais

-
- 3.2.1 Prémios
 - 3.2.2 Apoio financeiro público
 - 3.2.3 Apoios não monetários e donativos diretos

3.2.1

Prémios

PRÉMIO ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

O prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio tem natureza simbólica, constituindo uma forma pública e solene de homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido na implementação e difusão de projetos inovadores e sustentáveis, na produção de estudos e trabalhos de investigação, na oferta formativa de nível pós-graduado e na realização de trabalhos escolares em domínios relevantes para a economia social.

O prémio é atribuído nas seguintes categorias:

- » Inovação e Sustentabilidade
- » Estudos e Investigação
- » Formação Pós-Graduada
- » Trabalhos Escolares
- » Prémio Especial Personalidade do Ano

O Prémio consiste na atribuição de uma prestação pecuniária no montante de 3.000 Euros para cada uma das categorias referidas.

<http://www.cases.pt/atividades/premioantoniosergio>

PRÉMIO CEPESA AO VALOR SOCIAL

A COMPAÑIA ESPAÑOLA DE PETROLEOS, S.A.U. (CEPSA) abre uma edição anual dos “Prémios CEPESA ao Valor Social”, uma iniciativa que pretende reconhecer e premiar projetos sociais que têm por objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os prémios em Portugal são de 30.000 euros.

Critérios de elegibilidade:

- » Ser Fundação ou Associação e estar inscrita no Registo de Fundações ou Associações correspondente.
- » Incluir nos seus estatutos a realização de atividades consideradas como objeto deste Prémio.

- » Possuir experiência prévia em projetos sociais de pelo menos dois anos.
- » Estar em dia com as suas obrigações fiscais e laborais.
- » Contar com sede social ou delegação legalmente registada nas seguintes zonas: Campo de Gibraltar, Comunidade Canária, Comunidade de Madrid e província de Huelva (Espanha), Portugal ou Colômbia.

http://www.cepsa.com/cepsaPt/Quem_somos/Responsabilidade_Corporativa/Premios_CEPSA_ao_Valor_Social/

PRÉMIO MARIA JOSÉ NOGUEIRA PINTO

Este prémio pretende ser um incentivo ao reconhecimento do que se faz de bem em Portugal na área da Responsabilidade Social. Pretende reconhecer o trabalho desenvolvido por pessoas, individuais ou coletivas, que se tenham destacado no âmbito de ações de responsabilidade socialmente ativa, em território nacional. O Prémio Maria José Nogueira Pinto é atribuído anualmente e tem o valor monetário de 10.000€

As candidaturas podem ser apresentadas por pessoas individuais ou coletivas, podendo as candidaturas das primeiras ser propostas por terceiros. Neste último caso, os promotores da candidatura deverão justificar de forma sustentada o motivo da promoção dessa candidatura.

Os candidatos deverão suportar a candidatura através de documentação que prove a sua integração no espírito que preside ao Prémio Maria José Nogueira Pinto.

O prazo limite para apresentação das candidaturas é 6 de maio de cada ano.

<http://www.premiomariajosenogueirapinto.pt/>

PRÉMIO DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Prémio Direitos Humanos foi instituído pela Resolução n.º 69/98 da Assembleia da República, de 10 de dezembro de 1998. O Prémio destina-se a galardoar: o alto mérito da atividade de organizações não governamentais; ou original literário, científico, designadamente histórico ou jurídico, jornalístico ou audiovisual, qualquer que seja o respetivo suporte, divulgado em Portugal no período a que respeita; que contribua designadamente para:

- » a divulgação ou o respeito dos direitos humanos;
- » a denúncia da sua violação no País ou no exterior.

O Prémio é atribuído anualmente pelo Presidente da Assembleia da República, no dia 10 de dezembro, Dia Nacional dos Direitos Humanos, ouvida a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, mediante proposta do júri constituído no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O montante do prémio são 25 mil euros.

http://www.parlamento.pt/paginas/XIII4S_AtribuiacaoPremioDireitosHumanos2014.aspx

PRÉMIO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA

O prémio visa distinguir instituições, com sede e atividade em território nacional, que desenvolvam iniciativas em Portugal no âmbito da inovação e do empreendedorismo social.

Nas suas edições anteriores o “Prémio Manuel António da Mota” distinguiu instituições que se destacaram nos domínios da luta contra a pobreza e exclusão social (2010), promoção do voluntariado (2011), promoção do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações (2012), promoção da cidadania europeia e da concretização dos objetivos nacionais inscritos na estratégia Europa 2020 (2013), naqueles que foram os Anos Europeus dedicados a estes temas, tendo distinguido em 2014 as instituições que atuam no domínio da valorização, defesa e apoio à família nas mais variadas áreas, por ocasião do 20º aniversário do Ano Internacional da Família.

Em 2015 e naquela que é a sua 6ª Edição, o “Prémio Manuel António da Mota” consagrou instituições que se notabilizaram na apresentação de iniciativas inovadoras que permitam dar resposta eficaz e eficiente a questões sociais prementes, de relevante interesse público, capazes de gerar impacto e obter resultados e que contribuam assim para o desenvolvimento sustentável do país e para a construção de uma sociedade mais justa, coesa e solidária.

<http://premiomam.mota-engil.pt/>

PRÉMIO REN

O Prémio AGIR é o mais recente compromisso da REN – Redes Energéticas Nacionais – no âmbito da Responsabilidade Social Corporativa. O objetivo do prémio é incentivar e apoiar iniciativas que dêem resposta a problemas sociais. No seu ano de estreia, em 2015, o Prémio AGIR apostou no estímulo à criação de emprego.

Todos os anos, o Prémio AGIR vai selecionar uma área de intervenção social e distinguir três projetos. Depois de a primeira sessão ter sido dedicada à criação de emprego, a segunda edição é dedicada ao envelhecimento ativo.

É dirigido a associações e organizações com fins não lucrativos. Ao projeto primeiro classificado é atribuído um valor monetário de trinta mil euros, ao segundo quinze mil euros e ao terceiro cinco mil euros.

http://www.ren.pt/sustentabilidade/premio_agir/

PRÉMIO CONFERÊNCIAS ESTORIL

As Conferências do Estoril lançaram em 2015 o Estoril Local Answers Award 2015, um prémio no valor de 10.000€ para um projeto com provas dadas na procura de soluções locais para desafios globais. O Prémio é dirigido a jovens, Instituições e Comunidades, para que possam mostrar o poder que têm em contribuir para mudanças significativas.

PRÉMIO ELEVATOR PITCH – IDEIAS QUE MARCAM

Mais vocacionado para a área do empreendedorismo é um concurso que se pode aplicar ao empreendedorismo social abrangendo as seguintes áreas temáticas elegidas pela União Europeia para o Horizonte 2020:

- » Saúde, alterações demográficas e bem estar;
- » Segurança alimentar, agricultura sustentável, investigação marinha e marítima e bioeconomia;
- » Energia segura, não poluente e eficiente;
- » Transportes inteligentes, ecológicos e integrados;
- » Ação climática, eficiência na utilização de recursos e matérias-primas;
- » Sociedades inclusivas, inovadoras e seguras.

<http://www.ideiasquemarcam.org/>

PRÉMIO MARATONA DA SAÚDE

A Maratona da Saúde, no âmbito da sua primeira edição dedicada ao cancro, abriu concurso para prémios destinados a financiar os melhores projetos científicos nesta área (em 2014). Os prémios Maratona da Saúde 2014 para a Investigação em Cancro foram no valor total de 100 mil Euros.

Os prémios destinam-se a investigadores e médicos, portugueses ou estrangeiros, que tenham completado o doutoramento há mais de dois anos, à data de abertura do concurso, e que se proponham desenvolver um projeto de investigação autónomo sob sua responsabilidade, numa instituição sediada em Portugal. São incentivadas as candidaturas que contemplem parcerias entre instituições de investigação, sediadas em Portugal e hospitais ou outras instituições de saúde nacionais ou estrangeiras.

<https://www.fct.pt/apoios/premios/maratonadasaude/index.phtml.pt>

PRÉMIO SOCIAL INNOVATION WORLD FORUM – BIG IMPACT AWARD

Prémio para projetos de empreendedorismo social na sua fase de conceção de ideia e fase de crescimento.

O BiG Impact Award é um prémio em parceria com a Mustard Seed e o Laboratório de Investimento Social, destinado a empreendedores que querem mudar o mundo através de novos modelos de negócio. Um prémio para cada categoria no valor de 5000€.

<http://www.siwf15.com/>

SOCIAL INNOVATION IN RESEARCH AWARD

Este prémio reconhece projetos de investigação já em desenvolvimento ou propostas de projetos já aprovados para desenvolvimento que identifiquem estratégias e ações relacionadas com a inovação social, a nível local, nacional ou internacional. Procuram-se projetos que estudem as tendências do setor em termos financeiros, de relação com os diversos stakeholders, políticas públicas, impacto social, mecanismos e ferramentas de apoio, entre outros. Os candidatos devem ser estudantes pós-graduados que estejam a desenvolver dissertações sobre as questões já mencionadas, em inglês,

francês, espanhol ou português, e podem concorrer a partir de qualquer país do mundo. O prémio é atribuído pelo Stone Soup Consulting no valor de 1500 euros.

<http://www.stone-soup.net/index.php/en/news/257-stone-soup-social-fund-award-2015>

PRÉMIO VOLUNTARIADO JOVEM MONTEPIO

A 5ª edição do “Prémio Voluntariado Jovem” destina-se a estimular a criação de projetos inovadores de voluntariado jovem, promover o empreendedorismo em prol do voluntariado e fomentar o conhecimento e a formação sobre o tema.

As organizações que desejem candidatar-se a esta iniciativa e ao prémio que lhe está associado, no valor de 5000 euros, deverão enviar o formulário de candidatura e a proposta assinada pelo responsável da organização, acompanhada dos seguintes elementos: documento de informação genérica sobre a organização; documento de informação específica sobre voluntariado; e documento de caracterização da equipa de jovens.

https://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/institucional/responsabilidade-social/premio-voluntariado-jovem.page

PRÉMIO SOLIDARIEDADE DA GULBENKIAN

O prémio é atribuído a uma instituição ou a uma pessoa, portuguesa ou estrangeira, que se tenha distinguido na defesa dos valores essenciais da condição humana. O valor do prémio são 250 mil euros. O Prémio Calouste Gulbenkian surge em substituição dos cinco prémios Gulbenkian atribuídos entre 2007 e 2011, nas áreas dos Direitos Humanos e Ambiente, da Arte, Ciência, Beneficência e Educação.

<http://www.prize.gulbenkian.pt/>

PRÉMIOS JOÃO PEREIRA DA ROSA, FUNDAÇÃO “O SÉCULO”

O Prémio João Pereira da Rosa, instituído em 2014, é atribuído anualmente e visa distinguir entidades coletivas e individuais que se distingam no decorrer do ano pelas suas relevantes atividades no domínio da Solidariedade Social.

Ao prémio, instituído pela Fundação “O Século”, é atribuído o nome do seu patrono – João Pereira da Rosa – fundador da Colónia Balnear Infantil “O Século”, em 1927, que se distinguiu como impulsionador de um dos mais representativos projetos portugueses de ação social do século XX.

<http://oseculo.pt/premio-joao-pereira-da-rosa/>

PRÉMIO MEXIA DE ALMEIDA

O prémio Mexia de Almeida, promovido pelo Centro de Estudos Mundo a Sorrir (CEMAS), conta com o apoio dos Laboratórios Inibsa e pretende distinguir trabalhos que visam a componente social e comunitária das profissões na área da Saúde, particularmente à Saúde Oral, contribuindo para o incentivo da compreensão das questões sociais e comunitárias ligadas à Saúde.

MOVIMENTO MAIS PARA TODOS

O Movimento Mais para Todos é um movimento que promove escolhas socialmente responsáveis, com o objetivo de angariar fundos para apoiar IPSS. Através do dinheiro angariado por empresas parceiras e clientes Lidl é atribuído o montante angariado a uma entidade da Economia Social que se candidate.

Para tal dão seguidos critérios de avaliação como:

- » Relevância para a região e comunidade alvo;
- » Demonstração de aplicação e otimização do valor doado;
- » Sustentabilidade, número de pessoas beneficiadas e abrangência geográfica;
- » Demonstração de boas práticas e envolvimento da comunidade;
- » Adequação do orçamento, razoabilidade dos custos apresentados.

<https://www.maisparatodos.pt/>

PRÉMIO DAMIÃO DE GÓIS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

O IPCG – Instituto Português de Corporate Governance, a Embaixada do Reino dos Países Baixos em Lisboa e a Câmara de Comércio Portugal-Holanda, com o apoio da Central de Cervejas e Bebidas e da Unilever Jerónimo Martins, instituíram, em parceria, o Prémio Damião de Góis destinado a distinguir projetos na área do empreendedorismo social.

http://www.cgov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=895

PRÉMIO BIAL

Criado em 1984, o Prémio BIAL premeia conceituados profissionais de saúde de vários países, reconhecendo e distinguindo a investigação básica e clínica na área da saúde. Promovido pela Fundação BIAL, com periodicidade bianual, o Prémio BIAL é considerado um dos maiores galardões na área da Saúde em toda a Europa. Contempla duas modalidades: o Grande Prémio BIAL de Medicina, destinado a galardoar obras intelectuais escritas, de índole médica, com tema livre, que representem uma investigação de grande qualidade e relevância científica; e o Prémio BIAL de Medicina Clínica que visa, especificamente, galardoar um tema livre de elevada qualidade intelectual e dirigido à prática clínica.

O Prémio Bial 2016 encontra-se com candidaturas abertas.

https://www.bial.com/pt/fundacao_bial.11/premio_bial.17/premio_bial.a37.html

PRÉMIO NUNO VIEGAS NASCIMENTO – FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO

No encerramento das comemorações do 50º aniversário da Fundação Bissaya Barreto (26.11.2008), decidiu o Conselho de Administração instituir o Prémio Nuno Viegas Nascimento em homenagem ao Presidente, falecido nesse mesmo ano. O Prémio contempla, rotativamente e em cada edição, uma das áreas de interesse e de intervenção da Fundação Bissaya Barreto, a saber as áreas Social, da Educação, da Saúde, da Cultura e da Formação Profissional. O Prémio tem um valor pecuniário de 50.000 € (cinquenta mil euros) e constitui uma das maiores distinções pecuniárias atribuídas, neste âmbito, em Portugal.

<http://www.fbb.pt/bolsas-e-premios/premio-nuno-viegas-nascimento/>

PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE CIG

Este Prémio destina-se às Empresas e outras Entidades Empregadoras com Políticas Exemplares na Área da Igualdade entre Mulheres e Homens, Conciliação entre a Vida Familiar e Profissional e Práticas Empresariais de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

<https://www.cig.gov.pt/2014/08/premio-igualdade-e-qualidade-11a-edicao-2014-anuncio-de-abertura/>

PRÉMIO VASCO GRAÇA MOURA

O Prémio Vasco Graça Moura, uma homenagem ao poeta, escritor e ensaísta tem uma natureza muito abrangente e é vocacionado para distinguir a cidadania cultural. O galardão, no valor de 40.000 euros, terá periodicidade anual e estabelece uma nova parceria da Estoril-Sol com a Editora Babel.

<http://www.casino-estoril.pt/cultura/premios-literarios/premio-vasco-graca-moura/>

Concursos e Programas

BPI CAPACITAR

Destinado a apoiar projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a integração social de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente;

Prémio anual de 500 mil euros (primeiro prémio até 200 mil euros, menções honrosas até 50 mil euros);

Lançado em 2009, ao final de 4 edições, registou 1.030 candidaturas. Foram premiadas 57 instituições, beneficiando cerca de 17 mil pessoas com um total superior a 2 milhões de euros.

<http://www.bancobpi.pt/responsabilidade-social/premio-bpi-capacitar>

BPI SÉNIORS

Destinado a apoiar projetos que promovem a integração social e o envelhecimento ativo de pessoas com idade superior a 65 anos. Tem um prémio anual de 500 mil euros (primeiro prémio até 200 mil euros, menções honrosas até 50 mil euros).

Lançado em 2013, registou 389 candidaturas e atribuiu distinções no valor de 500 mil euros a 19 instituições sem fins lucrativos, abrangendo cerca de 15 mil beneficiários diretos.

<http://www.bancobpi.pt/responsabilidade-social/premio-bpi-seniores>

FAZ – PRÉMIO EMPREENDEDORISMO INOVADOR NA DIÁSPORA PORTUGUESA

É uma iniciativa da Fundação Calouste Gulbenkian na área do empreendedorismo social.

É um desafio a todos os Portugueses na diáspora que têm ideias, talento e vontade de fazer mais e melhor. É uma convocatória a todos os que, apesar da distância, desejam participar na construção de Portugal, através de uma cidadania ativa, envolvente e participativa. Ideias de Origem Portuguesa é um concurso para ENCONTRAR e promover projetos nas áreas do Ambiente e Sustentabilidade, Inclusão Social, Diálogo Cultural e Envelhecimento.

<http://2015.ideiasdeorigemportuguesa.org/>

PROJETO HURRY UP PORTO

Concurso de Ideias de Inovação Social, uma iniciativa promovida pela UP – Unidade Empresarial de Paranhos, com o objetivo de dar azo a ideias inovadoras de jovens para dar resposta a problemas sociais no Porto e, ao mesmo tempo, contribuir para o fortalecimento da rede solidariedade na cidade.

<http://www.jfparanhos-porto.pt/index.php?MENU=69>

AÇÃO QUALIDADE DE VIDA, ASSOCIAÇÃO SALVADOR

A Ação Qualidade de Vida é um processo de candidatura anual, criado pela Associação Salvador, em 2008, para atribuir apoios diretos e pontuais a pessoas com deficiência motora e comprovada falta de recursos financeiros.

Categorias: desporto, formação, criação do próprio negócio, obras em casa.

<http://www.associacaosalvador.com/os-nossos-projetos/Integracao/Acao-Qualidade-de-Vida/12/>

THE VENTURE ACCELERATURE – CHIVAS

The Venture é um concurso desenvolvido pela Chivas com o objectivo de financiar negócios sociais promissores. Este concurso financiará com um fundo de um milhão de dólares negócios sociais que usam o seu negócio para impactar positivamente a sociedade.

<https://www.theventure.com/pt/pt/about>

CONCURSO DE APLICAÇÕES “EVIDA DEV CHALLENGE”

Promovido pelo projeto TICE.Healthy. Pretende estimular o desenvolvimento de aplicações na área da Saúde e Qualidade de Vida. Promovido pelo Instituto Pedro Nunes e Vodafone – soluções tecnológicas para área social. Montantes entre 2000€ e 5000€.

<http://tice.healthy.ipn.pt/index.php/noticias/57-concurso-de-aplicacoes-evida-dev-challenge>

PROGRAMA IMPACTO SOCIAL (CASES, MONTEPIO)

O Programa Impacto Social destina-se a apoiar 10 projetos de organizações da sociedade civil, para que desenvolvam e demonstrem o seu potencial de impacto através da análise SROI – Social Return on Investment. Os projetos selecionados passam por um período de formação de 4 meses.

<http://impactosocial.pt/>

EDP SOLIDÁRIA

O EDP Solidária é um programa anual, promovido pela Fundação EDP, que tem como objetivo o apoio a projetos que melhorem a qualidade de vida de pessoas socialmente desfavorecidas, a integração de comunidades em risco de exclusão social e a promoção do empreendedorismo social.

Este programa, criado em 2004, apoia no terreno crianças, idosos, portadores de deficiência e famílias carenciadas, actuando mais recentemente na área da saúde e educação. Apoia projetos ao serviço de pessoas em situação vulnerável que, através deste apoio, conseguem uma maior inclusão nas comunidades e uma melhoria da sua qualidade de vida. No ano de 2015 os apoios poderiam ir até 75.000 euros por projeto.

<http://www.fundacaoedp.pt/inovacao-social/programa-edp-solidaria/edp-solidaria-2015-inclusao-social-saude-e-educacao/496>

EDP SOLIDÁRIA BARRAGENS

Criado em 2009, Programa EDP Solidária Barragens, tem como objetivo apoiar financeiramente projetos de Empreendedores Sociais nas zonas de construção de novos aproveitamentos hidroelétricos. Este programa, financiado pela EDP Produção e gerido pela Fundação EDP já apoiou 42 projetos e investiu mais de 900 mil euros.

Através do Programa EDP Solidária Barragens, a Fundação pretende gerar um impacto social em zonas do interior de Portugal afetadas pelo isolamento e pelo declínio demográfico.

<http://www.fundacaoedp.pt/envolvimento-comunidades/programa-edp-solidaria-barragens/programa/138>

PROGRAMA ESCOLHAS

O Escolhas é um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – ACIDI, IP, cuja missão é promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Atualmente na sua 5ª geração, que decorreu até 31 de dezembro de 2015, o Programa Escolhas mantém protocolos com os consórcios de 110 projetos locais de inclusão social em comunidades vulneráveis, com a opção de financiar mais 30 projetos, muitos dos quais localizados em territórios onde se concentram descendentes de imigrantes e minorias étnicas.

No âmbito do presente Programa, podem candidatar-se, com carácter prioritário, as seguintes instituições:

- » Câmaras municipais e ou juntas de freguesia;
- » Comissões de proteção de crianças e jovens;
- » Direções regionais do Instituto Português do Desporto e da Juventude,
- » Associações de imigrantes ou representantes das comunidades ciganas,
- » Associações juvenis;
- » Escolas e agrupamentos de escolas;
- » Forças e serviços de segurança;
- » Instituições particulares de solidariedade social;

- » Empresas privadas, no âmbito da concretização da responsabilidade social das organizações, desde que da parceria nenhum lucro ou proveito advinha para as empresas candidatas.

<http://www.programaescolhas.pt/>

CONCURSO DE IDEIAS “MUNDAR: MUDA O TEU MUNDO”

O “Concurso Anual de Ideias para Jovens – Mundar” surge na sequência do trabalho desenvolvido pelo Programa Escolhas desde 2001, ao nível da participação, capacitação e autonomia dos jovens.

Na 1a edição do concurso que decorreu entre setembro de 2013 e setembro de 2014, o desafio foi lançado exclusivamente aos jovens participantes dos projetos financiados pelo Programa Escolhas (5a geração) que com o apoio das equipas técnicas dos projetos escolhas locais levaram a concurso 149 ideias com vista à sua aprovação e obtenção de uma bolsa no valor máximo de 2.500€ para a concretização das ideias apresentadas.

<http://www.mundar.pt/>

ROCK’NLAW

O Rock’n’Law é uma iniciativa sem fins lucrativos que visa angariar fundos para projetos de Solidariedade. Um evento único e inovador promovido por um grupo de Sociedades de Advogados que, em benefício de projetos de solidariedade social, desenvolveram as suas próprias bandas de música, encontraram internamente os seus DJ’s e, em conjunto, atuam em favor de uma causa! Em 2015 apoiou a AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência! Esta atividade é promovida pela Call to Action.

<http://www.rocknlaw.pt/>

CONCURSO DE IDEIAS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL PARA A REGIÃO DO AVE

Promovido pela Comunidade Intermunicipal do AVE, em parceria com a ESLIDER. O objetivo é fomentar a criação e a consolidação de iniciativas inovadoras com missão social.

<https://sites.google.com/site/concursoideias2014/>

ACREDITA PORTUGAL

O Concurso BES Realize o seu Sonho, promovido pela Associação Acredita Portugal tem como objetivo possibilitar que qualquer pessoa, independentemente da sua idade, nível de formação ou ideia possa implementar o seu projeto empreendedor. É constituído por duas categorias de prémios, o Start-Now (apoio a projetos com âmbito comercial) e Empreendedorismo Social (apoio a projetos sem fins lucrativos).

Podem participar pessoas que tenham simplesmente uma ideia empreendedora; que tenham uma ideia e o respetivo plano de negócio; ou ainda pessoas sem nenhuma ideia ou projeto empreendedor, mas com vontade de se juntar a uma equipa existente.

Os concorrentes habilitam-se a ganhar prémios até 100.000 euros.

<http://www.acreditaportugal.pt/>

FUNDO IKEA COLABORA

O Fundo IKEA Colabora é uma das iniciativas que se enquadra nesta política que, na sua IV edição, procura criar um melhor dia a dia para as populações que se encontrem em situação de maior risco e exclusão social. Serão valorizados projetos sociais no âmbito do apoio à infância (saúde, educação, reabilitação, entre outros), aos sem-abrigo, às populações idosas, às populações com necessidades especiais e/ ou empreendedorismo social.

http://www.ikea.com/ms/pt_PT/campaigns/fy_15/fundo-ikea-colabora/index.html

DELOITTE PACT FUND

Ao PACT Fund podem candidatar-se projetos sociais desenvolvidos por organizações sem fins lucrativos em Portugal e Angola. São privilegiados os projetos que atuem nas áreas da educação, formação de competências, empregabilidade e empreendedorismo, bases da nossa estratégia de Corporate Responsibility.

<http://pactfund.deloitte.pt/pact-fund/candidaturas/>

PONTES PARA O FUTURO

No âmbito da sua atividade de promoção do empreendedorismo e da inovação social, a Câmara Municipal do Porto, em parceria com a ESLider, promoveu a iniciativa Pontes para o Futuro, edição 2015, com o objetivo geral de promover a criação de valor partilhado entre diferentes atores da cidade do Porto: organizações do 3º setor, cidadãos empreendedores, entidades públicas e privadas.

Partindo de problemas identificados pelas organizações, pretende-se encontrar soluções inovadoras propostas por cidadãos empreendedores.

<http://www.cisporto.pt/p/pontes-para-o-futuro-2015>

COWORK SOCIAL

O Cowork Social pretende dinamizar o promoção do empreendedorismo de inovação social, junto de jovens desempregados da AMP – Área Metropolitana do Porto.

Pretende-se que, pelo menos, 20 jovens desenvolvam e concretizem projetos empresariais de inovação social, através da participação num programa intensivo de formação, aconselhamento e tutoria, com vista a ultrapassar a situação de vulnerabilidade social que é a situação de desemprego em que se encontram atualmente

<http://www.coworksocial.pt/>

BOLSAS ROCHE PARA PROMOVER A SAÚDE

A Roche Portugal atribuiu cinco bolsas de financiamento, no valor de 45 mil euros, que pretendem viabilizar os melhores projetos, desenvolvidos por Associações de Doentes ou outras Organizações Não Governamentais (ONG), que visem a promoção da saúde junto de doentes.

<http://www.roche.pt/bolsas>

GLOBAL JUNIOR CHALLENGE

O concurso Global Junior Challenge da Fondazione Mondo Digitale realiza-se desde 2000, a cada dois anos. O concurso pretende premiar o uso inovador das novas tecnologias na formação, educação, solidariedade e cooperação internacional.

<http://www.gjc.it/2015/en>

PROGRAMA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – INSTITUTO CAMÕES

O Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P. abre candidaturas anuais para apresentação de propostas no âmbito do programa “Cooperação para o Desenvolvimento”.

As propostas devem referir-se a ações a realizar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, de acordo com dois eixos estratégicos: I. Governação, Estado de Direito e Direitos Humanos; II. Desenvolvimento Humano e Bens Públicos. O montante global a atribuir foi de 1.200.000 EUR em 2015.

<http://www.instituto-camoes.pt/cooperacao/candidatura-a-projetos-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-2015>

PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO – FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (FCG)

O Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento (PGPD), antigo Programa Gulbenkian de Ajuda ao Desenvolvimento (PGAD), tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste, através do reforço das capacidades de pessoas e organizações destes países.

<http://www.gulbenkian.pt/Institucional/pt/Fundacao/ProgramasGulbenkian/ParceriasDesenvolvimento>

APOIO A PROJETOS INOVADORES EM SAÚDE – FCG

Apoia a projetos inovadores que se insiram nas quatro áreas de intervenção do Programa Gulbenkian Inovar em Saúde:

- » Saúde Global
- » Modelos, Serviços e Sistemas de Saúde
- » Formação e Qualificação em Saúde
- » Humanização em Saúde

<http://gulbenkian.pt/bolsas-apoios-gulbenkian/>

PROGRAMA CIDADANIA ATIVA – EEA GRANTS – FCG

O Programa Cidadania Ativa é um instrumento de apoio às Organizações Não Governamentais (ONG), em vigor entre 2013 e 2016 e financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants).

A sua gestão está a cargo da Fundação Calouste Gulbenkian, selecionada através de concurso público lançado em 2012. O montante total do Programa eleva-se a € 8,7 milhões, tendo sido substancialmente reforçado em março de 2014 pelos Estados Financiadores do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEE): Noruega, Islândia e Liechtenstein. O seu período de execução prolonga-se até abril de 2016.

O acesso ao Programa é feito através de concursos com regras de acesso e critérios de análise rigorosos, detalhados neste site, sendo a seleção de projetos efetuada com base no mérito relativo das candidaturas e tendo em conta as dotações pré-definidas para cada concurso.

<http://gulbenkian.pt/bolsas-apoios-gulbenkian/>

PROGRAMA PARTIS – FCG

O concurso PARTIS – Práticas Artísticas para Inclusão Social pretende apoiar projetos sociais destinados à integração social através das práticas artísticas.

Os melhores e mais inovadores projetos de integração social pela prática artística, nas áreas das artes visuais, artes performativas e audiovisuais (nomeadamente teatro, dança, música, circo, graffiti, performance, pintura, escultura, instalação, vídeo, fotografia, entre outras) serão apoiados, até um máximo de €25 mil euros/ano. As propostas devem ser consistentes, informadas e sustentadas, assentes em parcerias alargadas, passíveis de avaliação e replicação.

<http://gulbenkian.pt/bolsas-apoios-gulbenkian/>

OUTROS APOIOS DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN NAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO, ARTES, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E INICIATIVAS GLOBAIS

Consultar as áreas de atuação do sitio da internet da Fundação Calouste Gulbenkian para aceder aos vários programas:

<http://gulbenkian.pt/bolsas-apoios-gulbenkian/>

OUTRAS FUNDAÇÕES IMPORTANTES EM PORTUGAL QUE CONCEDEM FUNDOS E APOIOS:

- » Fundação Champalimaud
- » Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
- » Fundação Oriente
- » Instituto Marquês de Valle Flôr
- » Fundação Aga Khan
- » Fundação Eugénio de Almeida
- » Fundação GALP Energia
- » Fundação para a Ciência e Tecnologia
- » Fundação PT
- » Fundação Serralves
- » Fundação Vodafone Portugal

3.2.2

Apoio financeiro público

FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SETOR SOLIDÁRIO

O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

A atribuição do apoio financeiro é formalizada através de um acordo de apoio financeiro a celebrar entre o Conselho de Gestão e a entidade beneficiária.

O apoio financeiro a atribuir depende das seguintes condições:

- » Não exceder 45% do valor global das necessidades de financiamento de médio e longo prazo da entidade beneficiária;
- » Ter o limite máximo de € 500.000,00 por entidade beneficiária;
- » Ser compatível com as obrigações orçamentais a que a entidade beneficiária esteja sujeita;
- » Não exceder o prazo máximo de 4 anos, a contar da data de celebração do acordo de apoio financeiro, não sujeito a juros;
- » Ser atribuído de forma fracionada, por parcelas, em função do grau de execução definido no plano de reestruturação;
- » Prestação de garantias adequadas do cumprimento das obrigações decorrentes do financiamento reembolsável.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas que pretendam candidatar-se ao FRSS, devem cumprir, cumulativamente, as seguintes condições:

- » Encontrarem-se regularmente constituídas e devidamente registadas, há pelo menos 3 anos;
- » Terem a sua situação regularizada perante a segurança social e a administração fiscal em matéria de impostos, contribuições e reembolsos;

- » Não se encontrem em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer situação análoga, nem terem o respetivo processo pendente;
- » Possuírem contabilidade organizada de acordo com o previsto na lei;
- » Estarem devidamente autorizadas para o exercício das atividades que desenvolvem;
- » Terem, pelo menos, 55% das atividades desenvolvida

<http://www4.seg-social.pt/fundo-de-reestruturacao-do-setor-solidario>

FUNDO DE SOCORRO DO SETOR SOCIAL

O Fundo de Socorro Social destina-se a prestar apoio às instituições particulares de solidariedade social ou instituições equiparadas e a famílias. O apoio pode ser concedido por iniciativa de um membro do governo responsável pela área da Segurança Social, por requerimento da entidade interessada ou por proposta dos serviços competentes da Segurança Social.

O pedido deve ser dirigido ao membro do governo responsável pela área da Segurança Social e apresentado nos serviços competentes da Segurança Social.

Deve também ser acompanhado, da memória justificativa com a exposição dos motivos que fundamentam a necessidade e da estimativa orçamental devidamente fundamentada através de orçamentos ou faturas pró-forma.

<http://www4.seg-social.pt/fundo-de-socorro-social>

ACORDOS DE COOPERAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

O Governo tem vindo a assumir como nuclear a construção de uma sólida parceria entre o Estado e o setor social e solidário, habilitando as entidades da economia social para o desenvolvimento de novos modelos de respostas sociais para além das suas áreas tradicionais de atuação.

A Lei n.º 30/2013 de 8 de maio, veio fortalecer a atividade das entidades da economia social, assegurando o princípio da cooperação e garantindo a necessária estabilidade das relações com o Estado. No mesmo sentido a publicação do Dec-Lei n.º 120/2015 de 30 de junho ampliou e reforçou a visão de uma parceria público-social, estabelecida com as entidades do setor social e solidário, não só no domínio da segurança social mas

também passando a abranger outros domínios como o emprego e a formação profissional, a saúde e educação, o que permite enquadrar o desenvolvimento de novos modelos de respostas, no âmbito das diferentes áreas sociais do Estado.

Os acordos de cooperação podem agora ser celebrados de acordo com 3 modalidades:

- » Acordos de cooperação
- » Acordos de gestão
- » Protocolo

Consultar: Dec-Lei n.º 120/2015 de 30 de junho

Plataformas de Crowdfunding & Angariação de Fundos de fundos

PPL

O PPL é uma plataforma online que permite reunir uma rede de empreendedores e os seus apoiantes (que financiam os projetos). O objetivo é permitir que o imenso potencial de ideias que fervilham na comunidade se possam tornar realidade, através da ajuda na angariação de fundos.

<http://ppl.com.pt/pt/causas>

MASSIVEMOV

A Massivemov é uma plataforma de crowdfunding que acompanha, divulga e gera oportunidades de negócio em Portugal, permitindo ideias e projetos serem financiados através de estratégias de crowdfunding

<http://massivemov.com/>

NOVO BANCO CROWDFUNDING

O NOVO BANCO Crowdfunding é uma plataforma que permite aproximar os projetos e os seus apoiantes. Com o NOVO BANCO Crowdfunding pode divulgar o seu projeto e reunir a comunidade que partilha o mesmo interesse. Se cada membro contribuir com um pequeno apoio, juntos conseguimos levar a cabo as maiores iniciativas.

<https://novobancocrowdfunding.ppl.pt/pt>

RAISE YOUR CAUSE, FUNDAÇÃO MAIS

Na Raise Your Cause é possível fazer doações a diversos projetos, bem como patrocinar campanhas para a divulgação dos mesmos. Desta forma, é possível contribuir para que cada projeto atinja uma maior audiência e sejam angariados ainda mais donativos.

<http://www.raiseyourcause.org/>

ESOLIDAR

A eSolidar nasceu com o objetivo de aproximar a comunidade das instituições de solidariedade permitindo que, para além do comércio eletrónico, fosse possível a qualquer pessoa comprar artigos das lojas solidárias de instituições de solidariedade, fazer donativos, pedir para ser voluntário e colocar artigos à venda ou doá-los.

www.esolidar.com

Microcrédito específico para o setor

PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO – “EU SOU MAIS”

O SOU MAIS é o Programa Nacional de Microcrédito que facilita o acesso ao crédito através de um financiamento de pequeno montante, destinado a apoiar a concretização de projetos cujo limite máximo de investimento e de financiamento é de 20.000 €. Os projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito beneficiam da tipologia MICROINVEST linha de financiamento deste programa corresponde à MICROINVEST, uma das medidas que está integradas no Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECE).

O Programa Nacional de Microcrédito tem como destinatários:

- » Todos aqueles que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e estejam em risco de exclusão social, possuam uma ideia de negócio viável, perfil de empreendedores e formulem e apresentem projetos viáveis para criar postos de trabalho.
- » Microentidades e as cooperativas até 10 trabalhadores, incluindo neste número os cooperadores trabalhadores, que apresentem projetos viáveis com criação líquida de postos de trabalho, em especial no domínio da atividade na área da economia social.
- » Este programa do Programa Nacional de Microcrédito é uma medida que consiste no apoio a projetos de criação de empresas promovidos por pessoas que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, através do acesso a crédito para projetos com investimento e financiamento de pequeno montante.
- » A linha de financiamento deste programa corresponde à MICROINVEST que está integrada no Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECEPE).
- » São destinatários: todos aqueles que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e estejam em risco de exclusão social, que possuam uma ideia de negócio viável, tenham perfil empreendedor e formulem e apresentem projetos viáveis para criar postos de trabalho. Todas as microentidades e cooperativas até 10 trabalhadores, incluindo neste número os cooperadores trabalhadores, que apresentem projetos viáveis com criação líquida de postos de trabalho, em especial com atividade na área da economia social. O limite máximo de investimento e de financiamento por operação é de 20.000€.

A operação terá um período de carência de capital de 24 meses, e deverá ser reembolsada em 60 prestações mensais iguais de capital, com acréscimo do valor mensal dos juros.

A taxa de juro máxima a suportar pelo empreendedor é de 3,5% ao ano, sendo o excedente suportado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

É de referir ainda que, no primeiro ano, os juros estão a cargo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que também suporta 2,25% da taxa de juro aplicada no segundo e terceiro anos.

A operação tem um período de carência de capital de 24 meses, e deverá ser reembolsada em 60 prestações mensais iguais de capital, com acréscimo do valor mensal dos juros.

<http://www.cases.pt/programas/microcredito>

<http://www.sou-mais.org/>

Linha Verde: 800 020 009

microcredito@cases.pt

MICROINVEST (IEFP)

Medida no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, que consiste no apoio a projetos de criação de empresas promovidos por pessoas que tenham especiais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, através do acesso a crédito para projetos com investimento e financiamento de pequeno montante. A linha financia projetos até 20.000€.

Destinatários: Inscritos nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, numa das seguintes condições:

- » Desempregados inscritos há 9 meses ou menos, em situação de desemprego involuntário ou inscritos há mais de 9 meses, independentemente do motivo da inscrição;
- » Jovens à procura do 1.º emprego com idade entre os 18 e os 35 anos inclusive, com o mínimo do ensino secundário completo ou nível 3 de qualificação ou a frequentar um processo de qualificação conducente à obtenção desse nível de ensino ou qualificação e que não tenha tido contrato de trabalho sem termo;
- » Nunca tenham exercido atividade profissional por conta de outrem ou por conta própria;
- » Trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, no último ano de atividade, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida.

<https://www.iefp.pt/>

MICROCRÉDITO ANDC

As condições em que são celebrados os contratos de empréstimo com os bancos decorrem de protocolos estabelecidas entre a ANDC e cada banco.

Cabe à ANDC propor o empréstimo ao banco, mas este poderá recusar se considerar existirem razões justificadas para que o candidato ou o fiador apresentado não merecerem confiança bancária. As finalidades desta linha são fomentar o empreendedorismo e a autonomia individual; permitir a inserção social através da iniciativa económica, baseando-se na confiança e na responsabilidade. O montante máximo que pode solicitar à ANDC é, nas condições atuais, de 15.000€

LINHA MICROCRÉDITO DOS AÇORES

Operações de crédito destinadas ao financiamento de projetos de investimento, aprovados e remetidos pela comissão de crédito do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores. O montante de financiamento por cada empresa é no mínimo de €1.000 e no máximo de €20.000.

MICROCRÉDITO MILLENIUM BCP

O Microcrédito é um serviço de financiamento do Millennium BCP, que promove e apoia pessoas e microempresas com iniciativas empresariais viáveis. Disponibiliza até € 25.000, por candidato, para a criação ou expansão do seu negócio, havendo dois tipos de empréstimo: individual ou em grupo.

MICROCRÉDITO MONTEPIO

O Microcrédito Montepio inova através de parcerias com organizações de âmbito nacional, distrital ou local, que se distinguem pela experiência no domínio do empreendedorismo social e da partilha do risco, mas também através de um acompanhamento individualizado que antecede e complementa a concessão do financiamento.

MICROCRÉDITO BES

Potenciar a inclusão social e a criação de autoemprego em estreita colaboração com as entidades que, no terreno, promovem o empreendedorismo, a formação específica e a reorientação profissional, o acesso aos mercados e o apoio social.

Financia montantes de 250 a 12.500€

Crédito específico para o setor

SOCIAL INVESTE – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

É uma linha de crédito bonificada e garantida, específica para as entidades da economia social (IPSS, mutualidades, misericórdias, cooperativas, associações de desenvolvimento local, outras entidades da economia social sem fins lucrativos), com os seguintes objetivos:

- » Investimento no reforço da atividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção;
- » Modernização dos serviços prestados às comunidades;
- » Modernização da gestão e reforço de tesouraria.
- » O montante máximo de financiamento poderá ir até 100.000 euros.

<http://www.cases.pt/programas/social-investe>
Telefone e e-mail: 213 878 046; cases@cases.pt

INVESTE +

É uma linha promovida pelo IEF, IP no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Empresa, visa facilitar aos Desempregados, Jovens à procura do primeiro emprego e Trabalhadores Independentes com baixos rendimentos, a criação da sua própria Empresa/posto de trabalho através de empréstimos bancários com bonificações.

O montante máximo de financiamento são Até €100.000 e 95% do investimento total e 50.000€ por posto de trabalho completo; Investimento total admissível (de 20.000€ a 200.000€).

Os destinatários são:

- » Desempregados inscritos nos centros de emprego, com capacidade e disponibilidade para o trabalho;
- » Jovens à procura do primeiro emprego (18 e os 35 anos);
- » Desempregados que nunca tenham exercido atividade;
- » Trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal seja inferior à retribuição mínima mensal garantida; Destinatários do Programa Nacional de Microcrédito (CASES)

FUNDOS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Os “EuSef” (European Social Entrepreneurship Funds) ou fundos europeus de empreendedorismo social foram criados pelo Regulamento n.º 346 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia em abril de 2013⁴⁹.

Estes fundos, que existem em Portugal através da transposição da lei europeia referido desde 2015 (Lei 18/2015 de 4 de março), permitem o financiamento de soluções adequadas para problemas sociais e com incidências sociais quantificáveis e positivas.

49 <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32013R0346>

Facilitadores

LABORATÓRIO DE INVESTIMENTO SOCIAL

O Laboratório de Investimento Social é uma iniciativa promovida pelo IES-SBS e pela Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com a Social finance UK. Pretende ser um centro de referência na área do investimento social, procurando difundir as melhores práticas internacionais e instrumentos financeiros inovadores, mediante o estudo da sua aplicabilidade à realidade portuguesa.

<http://investimentosocial.pt/>

PLATAFORMA GEOFUNDOS

Lançada a 16 de maio em Lisboa na Fundação Calouste Gulbenkian, a GEOfundos é a única plataforma on line em Portugal que reúne todas as oportunidades de financiamento, nacionais e internacionais, disponíveis para as entidades e iniciativas da Economia Social. Oferece um serviço personalizado, em que as oportunidades de financiamento são disponibilizadas a cada entidade ou iniciativa de acordo com uma segmentação rigorosa e adequada às suas características, uma pesquisa é simples, rápida, e com a apresentação de resultados muito concretos.

Além das oportunidades de financiamento personalizadas oferece ainda ferramentas de capacitação: um Espaço de Aprendizagem e um Centro de Especialistas. O Espaço de Aprendizagem com informação de valor acrescentado, para que possa reforçar as suas competências com conhecimento que lhe permita melhorar a sua aptidão para obter financiamento de forma bem sucedida e eficaz. O Centro de Especialistas, um local agregador de todos os prestadores de serviços de capacitação, consultoria e formação

dos utilizadores da plataforma GEOfundos que lhe poderão dar apoio específico na sua capacitação organizacional e na preparação de candidaturas para financiamento. Por fim, a GEOfundos oferece-lhe ainda um serviço de apoio, o Apoio GEOfundos, em que poderá quer via website, quer pelo telefone, esclarecer todas as dúvidas navegação na plataforma, questões administrativas e técnicas ou de gestão e manutenção na plataforma.

Como nasceu este projeto?

Identificando a necessidade de um setor social forte, capacitado e com sustentabilidade, muitas vezes com alguns entraves no acesso a financiamento sustentável, a ideia de criação de uma Plataforma com estas características surgiu inicialmente por parte da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação EDP. Ambas, numa atitude de partilha, reunião de esforços e trabalho comum, juntaram a si outras Fundações e Entidades da Economia Social para a criação e concretização deste projeto. Deste modo, formou-se uma Aliança Estratégica constituída pela Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Montepio, CASES, Call to Action, IES-SBS, Stone Soup e TESE, entidades que pela sua experiência de atuação junto do sector, congregam conhecimentos e capacidades para desenvolver um projeto deste tipo e responder às necessidades existentes. Todas estas entidades têm em comum uma vontade de criar e partilhar ferramentas de valor acrescentado para o setor da Economia Social e contribuir para a sua sustentabilidade de médio e longo prazo. Lançaram este projeto inovador, que pretende em ser um aliado da Economia Social em Portugal, de forma a que este setor possa aumentar o seu potencial de atuação e de criação de impacto.

www.geofundos.org

FUNDAÇÃO MAIS

A Fundação+Mais, plataforma não-governamental de apoio a projetos sociais, procura apoiar de forma original potenciais empreendedores sociais. A Fundação+Mais quer aliar ideias de negócios sociais disponíveis aos perfis de empreendedores mais adequados para as concretizar, fornecendo os recursos necessários à sua implementação.

<http://www.fundacaomais.org/>

ALLIANCE FOR SOCIAL IMPACT

O projeto Alliance for Social Impact investment (ASII) pretende identificar e estabelecer uma parceria entre investidores e outros stakeholders, de modo a desenvolver uma plataforma de financiamento que incentive o desenvolvimento de negócios sociais, estabelecendo um memorandum de entendimento entre os stakeholders relevantes.

<https://allianceforsocialimpactinvestment.wordpress.com/projeto/>

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BUSINESS ANGELS

Os membros da APBA acreditam nos negócios, ao nível de seed capital e early stage que caracterizam o verdadeiro espírito de empreendedorismo, são uma componente crítica de uma economia de sucesso. São estas start up's que permitem criar os empregos de futuro e que, em paralelo, são a melhor oportunidade para investidores experientes que queiram apoiar novos empresários na perseguição dos seus sonhos.

Por isso, a missão da APBA é a de fomentar o desenvolvimento dos Business Angels em Portugal, de modo a desenvolver o espírito de empreendedorismo e a de contribuir para o crescimento de uma economia sustentada e inovadora.

Para negócios mais maduros de empreendedorismo social pode haver aqui oportunidade de financiamento.

<http://www.apba.pt/>

3.2.3

Apoios não monetários e donativos diretos

SOCIAL LAB FUNDAÇÃO EDP

Reconhecendo o potencial que os negócios sociais representam para a inovação e transformação da sociedade, a Fundação EDP criou em 2012 o Social Lab da Fundação EDP.

O Social Lab apoia a criação, a implementação e o desenvolvimento de negócios sociais em qualquer fase do seu ciclo de vida, desde o start up ao scaling up.

Além do financiamento, o Social LAB acompanha diversos projetos de forma a fortalecê-los com vista à sua autonomia, num percurso que engloba a definição do modelo de negócio e o apoio em diversas áreas e competências complementares à necessidade de cada parceiro (comunicação, apoio jurídico, apoio contabilístico, etc.).

<http://www.fundacaoedp.pt/inovacao-social/social-lab-da-fundacao-edp/social-lab/363>

FROTA SOLIDÁRIA MONTEPIO

A “Frota Solidária”, projeto central na atividade da Fundação Montepio, foi criada com o propósito de devolver à sociedade civil os montantes que, a cada ano, os contribuintes lhe atribuem quando, no preenchimento da Declaração de IRS, inscrevem o NIPC 503 802 808 no espaço reservado à Consignação Fiscal. O princípio é simples. A Fundação Montepio, instituição de solidariedade social beneficiária da Consignação Fiscal – possibilidade dada aos contribuintes de destinarem 0,5% do IRS liquidado a um projeto social – recebe os valores consignados e afeta-os à aquisição, transformação e adaptação de viaturas que oferece a instituições de solidariedade social de todo o País.

Este projeto foi criado em 2008, permitiu a oferta de 124 viaturas a igual número de instituições e já assegurou a devolução de 3 milhões de Euros à sociedade civil.

https://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/institucional/responsabilidade-social/frota-solidaria.page?altcode=900FROT

DONATIVOS DE NATAL FUNDAÇÃO MONTEPIO

A Fundação Montepio dedicou 1.500.000 Euros a instituições sociais no ano de 2014 como vem fazendo anualmente. Para celebrar o Natal, transformou presentes em solidariedade e elegeu 10 instituições com projetos que fazem a diferença.

https://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/institucional/responsabilidade-social/donativos-natal.page?altcode=900DONMO

PRÉMIO FUNDAÇÃO ALTRAN

Como parceiro de inovação para os seus clientes, a Fundação Altran para a Inovação também desempenha um papel chave neste âmbito. Desde a sua fundação em 1996, a Fundação Altran para a Inovação apoia e promove a inovação tecnológica para o benefício humano.

Os esforços da Fundação Altran para a Inovação centram-se num prémio internacional que reconhece a inovação tecnológica e oferece, aos projetos vencedores apoio durante um ano através dos engenheiros do Grupo. Este apoio requer todo o âmbito de experiência da Altran no domínio da investigação e inovação científica.

<http://www.altran.pt/sobre-nos/parceiro-social/fundacao-altran/promover-a-inovacao-para-beneficio-de-todos.html#.VZWH-dK4TIU>

PRÉMIO VISÃO SOLIDÁRIA: A ESCOLA DOS NOSSOS HERÓIS

É uma iniciativa da Visão Júnior e do Montepio, para premiar escolas que desenvolvem projetos de solidariedade. O prémio divide-se em duas categorias: O Projeto Solidário do Ano, que distingue iniciativas que beneficiem a comunidade em geral; categoria Banco de Ajuda premeia as escolas em que existem grupos de pessoas disponíveis para se ajudarem umas às outras.

Prémio de 2015: <http://visao.sapo.pt/ja-sao-conhecidos-os-vencedores-do-premio-a-escola-dos-nossos-herois=f821229>

MARKETPLACE

O modelo adotado pelo Marketplace, originário da Holanda, é o de networking num único espaço, onde os participantes apresentam as suas ofertas e necessidades. Deste modo, promove-se a troca de conhecimento e experiências que resulta na permuta de bens e serviços entre empresas e instituições solidárias, sem dinheiro envolvido.

<http://marketplacelisboa.com/marketplace>

BANCO DE INOVAÇÃO SOCIAL

O BIS – Banco de Inovação Social foi lançado no dia 30 de abril de 2013 pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e agrega 27 Instituições, entidades e empresas públicas e privadas que investem os seus ativos na promoção da inovação social. Entre outras, são iniciativas do BIS:

- » Estimular a criatividade para a inovação entre a cidadania;
- » Desenvolver a experimentação social para testar e validar as soluções inovadoras;
- » Apoiar a criação e desenvolvimento de empresas sociais através de fundos de investimento social;
- » Promover a inovação social no país, através do desenvolvimento de plataformas operacionais do BIS, que agreguem instituições sociais locais públicas e privadas mediante formas inovadoras de governança.

É missão e propósito do BIS promover a inovação social, estimulando a sociedade a participar e a colaborar ativamente na configuração de soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas, necessidades ou desafios societais.

<http://www.bancodeinovacaosocial.pt/quemsomos.php>

ES JOVEM (CASES)

É um programa que nasceu da necessidade de dar a conhecer a Economia Social aos jovens, promovendo um setor capaz de se adaptar e reinventar, criando soluções para, de uma forma eficiente, dar resposta aos problemas sociais, antecipando e atuando de forma pró-ativa, traduzindo o exercício de cidadania e intervindo na mudança.

Este programa procura divulgar a relevância, o dinamismo e o impacto da Economia Social, como um setor de oportunidades para a criação de emprego.

O ES Jovem tem como objetivos:

- » Promover a Economia Social e sensibilizar para os seus valores;
- » Demonstrar a importância da Economia Social na criação de emprego;
- » Promover a inovação social, contribuindo para a criação de novas respostas;
- » Incentivar o conhecimento e a disseminação de boas práticas;
- » Promover e Apoiar a criação de entidades de Economia Social.

Atividades desenvolvidas pelo programa:

- » Apoio Técnico: Desenvolvimento de projetos na área da Economia Social
- » Workshops temáticos/ Ações de Sensibilização
- » Academia ES: Sensibilização e formação de jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, nos temas da Economia Social, pretendendo facilitar a aquisição de conhecimentos e competências que favoreçam o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo social coletivo.
- » Boas práticas: Visita a Organizações de Economia Social
- » Bolsas ES Jovem: Apoiar iniciativas e projetos inovadores no domínio da Economia Social (apoio técnico e apoio monetário)

Contactos

<http://www.cases.pt/programas/esjovem>

Telefone: 210 436 879

e-mail: esjovem@cases.pt

BANCO DO TEMPO

Banco de Tempo é um sistema de organização de trocas solidárias que promove o encontro entre a oferta e a procura de serviços disponibilizados pelos seus membros. No Banco de Tempo troca-se tempo por tempo; todas as horas têm o mesmo valor e quem participa compromete-se a dar e a receber tempo.

Na prática, funciona deste modo: quando um membro do Banco de Tempo precisa de um serviço, contacta a sua agência, que procura um outro membro que o possa realizar. Realizado o serviço, quem o solicitou passa um cheque de tempo. O membro que prestou o serviço deposita o cheque, que é creditado na sua conta, e poderá obter serviços disponibilizados por qualquer outro membro.

<http://www.bancodetempo.net/pt/>

MONTEPIO INCENTIVO SUPERIOR

Com o objetivo de apoiar os estudantes e minorar os custos de frequência do ensino superior.

Trata-se de um programa dirigido exclusivamente às instituições de ensino superior portuguesas (as únicas que podem apresentar candidaturas), promovido pela Fundação Montepio, destinado a apoiar os estudantes nos encargos relativos à frequência do ensino superior, num contributo para a diminuição do insucesso ou abandono escolar precoce motivado por razões económicas.

https://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/institucional/responsabilidade-social/incentivo-superior.page?altcode=900RSMIS

3.3

Outros financiamentos externos

3.3.1 Concursos

3.3.1

Concursos

SOCIAL IMPACT ACCELERATOR (EIB) – BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

SIA (Social Impact Accelerator) é o primeiro passo dado pelo Banco Europeu de Investimento no sentido de desenvolver uma estratégia de Investimento em impacto social e responder à política europeia de criar um mercado sustentado de investimento no empreendedorismo e inovação social na Europa. Foi lançado em maio de 2013. A primeira operacionalização do fundo foi feita da Alemanha. Como este é um fundo de fundos que querem investir em empresas sociais, em Portugal quem quiser candidatar-se a este fundo deverá preencher os requisitos definidos na página oficial do fundo.

http://www.eif.org/what_we_do/equity/sia/index.htm

EUROPEAN SOCIAL INNOVATION COMPETITION

A competição europeia de inovação social realiza-se anualmente. Atribui um prémio de 50.000€ aos três melhores projetos de inovação social. Em 2015 foi baseada no tema “New ways of Growth”. É uma competição que promove o apoio a indivíduos ou organizações com ideias transformadoras e inovadoras, baseadas em projetos de inovação social.

<http://ec.europa.eu/growth/industry/innovation/policy/social/competition/>

SOCIAL INNOVATION TOURNAMENT EIB (BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO)

Esta competição é organizada todos os anos para premiar empreendedores sociais europeus, cujo principal objetivo é gerar um impacto social, ético ou ambiental positivo. São dados três prémios anuais entre 25.000€ e 10.000€. Os projetos tipicamente financiados são relacionados com combate ao desemprego, comunidades marginalizadas, promoção da educação, saúde, ambiente urbano, novas tecnologias com impacto, etc.

<http://institute.eib.org/programmes/social/social-innovation-tournament/>

VÁCLAV HAVEL HUMAN RIGHTS PRIZE

O Prémio visa premiar ações extraordinárias da sociedade civil na defesa dos direitos humanos na Europa e no mundo. Os candidatos devem ter realizado uma diferença real na situação dos direitos humanos de um determinado grupo, tendo sido fundamental para descobrir violações sistemáticas em grande escala, ou mobilizaram com sucesso a opinião pública ou da comunidade internacional para uma determinada causa.
<http://website-pace.net/web/apce/aclav-havel-human-rights-prize>

PRÉMIOS HORIZONTE 2020

Estes prémios visam premiar a investigação e inovação, podendo ir até 2 milhões de euros.

<http://ec.europa.eu/research/horizonprize/index.cfm?lg=en&pg=prizes>

PRÉMIO CARLOS MAGNO PARA A JUVENTUDE

O “Prémio Europeu Carlos Magno para a Juventude” propõe-se incentivar o desenvolvimento de uma consciência europeia entre os jovens e a sua participação em projetos da integração europeia.

O Prémio é concedido a projetos levados a cabo por jovens que promovam o entendimento, fomentem o desenvolvimento de um sentido partilhado da identidade europeia e ofereçam exemplos práticos de europeus que vivem juntos formando uma comunidade.

O “Prémio Europeu Carlos Magno para a Juventude” é todos os anos atribuído conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Fundação do Prémio Internacional Carlos Magno, de Aachen.

O prémio é de 5 000 € para o melhor projeto, 3 000 € para o segundo e 2 000 € para o terceiro. Como parte do prémio, os três vencedores serão convidados a visitar o Parlamento Europeu (em Bruxelas ou Estrasburgo).

<http://www.charlemagneyouthprize.eu/view/pt/introduction.html>

DESCOBRIR O VOLUNTARIADO DIGITAL – CONCURSO GOOD NETWORK FOUNDATION

O Concurso promovido pela Good Network Foundation, organização Polaca, visa premiar projetos que promovam o voluntariado digital, nomeadamente atividades desenvolvidas através da Internet, de forma voluntária, em diversas áreas sociais como, por exemplo, a cultura, a educação, a partilha de conhecimentos e competências.

O montante total do concurso é de 8 mil euros. Podem candidatar-se todas as organizações não-governamentais europeias.

São objetivos do concurso:

- » a promoção do voluntariado digital (voluntários que trabalham on-line) compreendido como atividade ou trabalho voluntário realizado na Internet,
- » a promoção do voluntariado digital coletivo, entendido como atividades de voluntariado assumidas pelos funcionários para as organizações não governamentais através da Internet,
- » a construção de uma base de dados e troca de boas práticas do voluntariado digital a nível Europeu,
- » estudar o fenómeno do voluntariado digital na Polónia e na Europa, com a finalidade de trabalhar nas regras e normas do voluntariado digital,
- » tornar popular a atividade pro-bono na Internet,
- » promoção do voluntariado e dos voluntários na dimensão Europeia.

http://www.redesolidaria.org.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=196:volut-dig&catid=58:financiamento&Itemid=66

PRÉMIO HULT

Prémio que promove o desenvolvimento de negócios sociais entre jovens estudantes em todo o mundo, de forma a que estes resolvam os problemas sociais mais prementes no globo.

<http://www.hultprize.org/>

HILTON HUMANITARY PRIZE

O maior prêmio humanitário a nível mundial: 2 milhões de dólares. O Conrad N. Hilton é o um prêmio concedido a organizações com contribuições extraordinárias para aliviar o sofrimento humano.

<https://www.hiltonfoundation.org/humanitarian-prize>

SEED AWARD

Os Prêmios SEED para o Empreendedorismo em Desenvolvimento Sustentável são um prêmio anual com o objetivo de encontrar empresas sociais e ambientais promissoras e inovadoras em países com economias em desenvolvimento e emergentes. São selecionadas empresas que têm o potencial de fazer melhorias reais na erradicação da pobreza e sustentabilidade ambiental, contribuindo para uma economia mais verde.

<https://www.seed.uno/awards/about.html>

THE KING BAUDOIN AFRICAN DEVELOPMENT PRIZE

O Prêmio Rei Balduíno para o Desenvolvimento Africano recompensa a contribuição meritória para o desenvolvimento em África, liderada por africanos. O Prêmio procura também chamar a atenção pública para muitas histórias inspiradoras, incluindo desafios e sucessos, emergentes do continente Africano. O prêmio é concedido a cada dois anos pela Fundação Rei Balduíno no valor de 200 mil euros.

<http://www.kbprize.org/kbprize/about.aspx>

UEA DRONES FOR GOOD

O Governo dos Emirados Árabes Unidos convida as mentes mais inovadoras e criativas a encontrar soluções para melhorar a vida das pessoas e através da tecnologia criar soluções para os problemas atuais.

O prêmio é desenhado de forma a oferecer a todos a oportunidade de fazer a diferença, e para tal, existe um fundo que entrega prémios.

<https://www.dronesforgood.ae/award>

THE INTERCULTURAL INNOVATION AWARD

O Intercultural Innovation Award é uma distinção que pretende apoiar os projetos de base mais inovadores que encorajem o diálogo e a compreensão intercultural. As organizações que trabalhem nas áreas da migração e integração, consciencialização para a interculturalidade, educação para a cidadania intercultural ou que trabalhem com necessidades de grupos específicos são elegíveis para a distinção.

O principal objetivo do Intercultural Innovation Award é identificar e apoiar projetos inovadores que já estejam em fase de implementação e que tenham potencial para expansão e replicação.

<https://interculturalinnovation.org/the-award/>

GEF SMALL GRANTS PROGRAMME

O GEF Small Grants Programme pretende apoiar projetos promovidos por organizações não governamentais que respondam a desafios locais nas áreas da biodiversidade, alterações climáticas, degradação dos solos, águas internacionais, etc.

https://sgp.undp.org/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=160#.VWhAvOtl7jJ

GLOBAL FUND FOR WOMAN

O Global Fund for Women aceita cartas de manifestação de interesse de associações ou grupos de mulheres que trabalham nas áreas dos seus eixos prioritários: violência contra mulheres e raparigas; empoderamento económico e político; saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

<http://www.globalfundforwomen.org/index.php>

FLOW – FUNDING LEADERSHIP AND OPPORTUNITIES FOR WOMEN

O programa FLOW convida à apresentação de propostas de organizações da sociedade civil que promovam um ambiente favorável à igualdade de oportunidades, direitos e segurança para mulheres e raparigas em países em desenvolvimento. As prioridades temáticas do programa são: a) combate à violência contra as mulheres; b) participação das mulheres na política e na administração pública; c) participação económica das mulheres.

<http://www.government.nl/documents-and-publications/decrees/2015/06/12/funding-leadership-and-opportunities-for-women-flow-2016-2020.html>

EUROPEAN MICROFINANCE AWARD

A Plataforma Europeia para a Microfinança é promotora da distinção 6th European Microfinance Award, um prémio que pretende reconhecer iniciativas de microfinança em contextos de Estados frágeis, de pós-desastre ou pós conflito.

O montante a é de 100.000 EUR.

<http://www.e-mfp.eu/news-and-events/apply-6th-european-microfinance-award>

STICHTING DOEN

A Stichting DOEN convida à apresentação de propostas de organizações que pretendam implementar iniciativas inovadoras no ambiente e na cultura, com capacidade para diversificar financiamentos e com capacidade de adaptação. A fundação inclui os programas “Sustainable Energy”; “Designing a New Economy” e “Social Enterprises” na área do ambiente.

<http://www.doen.nl/web/applications.htm>

RESOURCE AWARD

O ReSource Award é uma distinção que pretende reconhecer iniciativas que se proponham a desenvolver novas abordagens para questões sociais e ecológicas relacionadas com práticas de gestão sustentável da água.

O prémio combina contribuições financeiras e não financeiras, incluindo formação e aconselhamento especializado.

<https://www.resourceaward.org/award-application>

GLOBAL PARTNERSHIP FOR LEADERSHIP IN SOCIAL ACCOUNTABILITY

A Global Partnership for Social Accountability uma iniciativa do Banco Mundial, apoia projetos cujos objetivos se relacionem com questões de governação e desenvolvimento por meio de processos de responsabilidade social e com o reforço das capacidades da sociedade civil para a responsabilidade social.

<http://www.thegpsa.org/sa/>

NED – NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY

O NED convida à apresentação de propostas de organizações não governamentais na área da democracia, pluralismo, liberdade de expressão, educação, pesquisa e cooperação internacional.

<http://www.ned.org/grantseekers>

GLOBAL CENTRE FOR FOOD SYSTEMS INNOVATION GRANTS

O Global Centre for Food Systems Innovation (GCFSI) da Universidade do Estado do Michigan convida à apresentação de propostas que possam ajudar a criar inovação no sistema global de alimentos através da pesquisa, incubação e avaliação de novas soluções baseadas em tecnologias para os desafios do desenvolvimento. As áreas temáticas que o GCFSI considera incluem, entre outras: capacitação de pequenos agricultores para a adaptação às alterações climáticas; capacitação de investigadores na área da agricultura; abordagens sensíveis ao género.

As propostas poderem partir de qualquer país do mundo. A intervenção, no entanto, terá que ter lugar em países especificados, entre os quais de destaca Moçambique.

http://diplomatie.belgium.be/en/policy/policy_areas/peace_and_security/conflict_prevention_and_peacebuilding/

BNP PARIBAS PRIZE FOR INDIVIDUAL PHILANTHROPY

O Prémio BNP Paribas para a Filantropia Individual são dois prémios anuais que premeiam dois filantropos exemplares na sustentabilidade de seus projetos.

<https://wealthmanagement.bnpparibas.com/en/who-we-are/prize-for-individual-philanthropy.html#>

GLOBAL FOREST WATCH

Apoia projetos na área da no aperfeiçoamento da gestão local das áreas florestais; práticas de conservação; advocacia; e promoção da transparência no setor florestal.

<http://www.globalforestwatch.org/getinvolved/apply-to-the-small-grants-fund>

INTERNATIONAL DEVELOPMENT RESEARCH CENTRE (IDRC)

O International Development Research Centre (IDRC) convida à apresentação de propostas para o programa Growth and Economic Opportunities for Women (GrOW), no âmbito dos padrões específicos de crescimento económico que afectam o empoderamento económico das mulheres.

<http://www.idrc.ca/EN/Funding/Grants/Pages/default.aspx?CompetitionID=87>

PRÉMIO MAMACASH

O Mama Cash foi o primeiro fundo internacional a financiar a causa das “mulheres”. Hoje em dia, financia e dá apoio a iniciativas das mulheres essencialmente em casos de injustiça. Os ativistas e financiadores juntam-se ao Mama Cash para promover a mudança social que começa com a igualdade de género e o respeito pelos Direitos Humanos de todos.

<http://www.mamacash.org/>

Investidores de Impacto e Fundos de Impacto

MUSTARD SEED

A Mustard Seed visa a criação e evolução dos negócios de classe mundial que geram resultados positivos e sustentáveis. Acredita que resolver grandes problemas sociais e ambientais impulsiona o sucesso comercial a longo prazo. Busca soluções escaláveis para as lacunas deixadas por preencher pelo governo e indústria nas áreas de inclusão económica, educação, sustentabilidade ambiental, saúde e família e comunidade.

A Mustard Seed investe e incuba social e ambientalmente start-ups de impacto. Conecta igualmente uma rede dinâmica e influente de membros globais com talento empresarial excepcional em todo o mundo. Desenvolve quadros de medição de impacto através de métricas que permitem alinhar lucro e impacto com de estratégias adaptadas à implementação eficaz dos seus recursos.

<http://www.mustardseedimpact.com/about-us/>

NESTA

A NESTA apoia um pequeno número de ideias excecionais que atendem aos seus objetivos como uma instituição de caridade. Tem três maneiras diferentes de apoiar – por meio de concessão de financiamento, de investimento ou de prémios diretos.

<http://www.nesta.org.uk/getfunding#sthash.lhZi8rBx.dpuf>

TRUESTONE

Nos últimos cinco anos, a Truestone Impact Investment Management tornou-se um dos inovadores mais bem sucedidos no mercado de investimento de impacto social.

<http://www.truestoneimpactinvestment.co.uk/>

BETHNAL GREEN VENTURES

A Bethnal Green Ventures oferece £ 15.000 de investimento, espaço de trabalho e um programa de três meses de apoio para criação de start-ups que querem combater um problema social ou ambiental.

<http://bethnalgreenventures.com/>

CLEARLYSO ANGELS

Oferece oportunidades de investimento estruturado sob a forma de dívida (incluindo títulos e empréstimos) e/ou a equidade em organizações de alto impacto.

A sua rede de investidor institucional inclui bancos, fundos de pensão, fundações, associações habitacionais e autoridades locais.

Os investimentos abrangem muitas áreas de impacto, incluindo a habitação, saúde e assistência social, meio ambiente e educação.

<http://www.clearlyso.com/services/investors/>

THE ACCELERATOR

Oferece investimentos a projetos de inovação social através dos serviços da Young Foundation.

<http://www.growingsocialventures.org/>

WAYRA UNLTD

Fornecer espaço de escritório por 8 meses e financiamento de até £ 40.000 de forma a apoiar novos negócios e permitir levantar grandes somas de capital de crescimento de alto risco.

<http://wayra.com>

HEALTHBOX LONDON

Healthbox Studios é um novo tipo de modelo do acelerador projetado para ajudar as startups mais fortes na área da saúde a pressionar rapidamente testar e validar seus negócios em escala.

Healthbox Foundry é um processo de avaliação e comercialização de propriedade que ajuda grandes organizações de saúde identificar e promover a inovação interna.

<https://www.healthbox.com/>

FIWARE ACCELERATOR PROGRAMME

A FIWARE Accelerator Programme tem € 80 milhões de euros de financiamento direto, mentoring e networking para financiar aplicações inovadoras na Internet com as tecnologias FIWARE.

<http://www.fiware.org/accelerators/>

Listagem:

- » CAF Venturesome
- » The Big Issue Invest
- » Social Investment Business
- » Hellenic Social Investment Fund
- » La Bolsa Social
- » Bridges Ventures
- » The Big Lottery Fund
- » Big Society Capital
- » Global Innovation Fund

Facilitadores e redes

NET4SOCIETY

A Net4Society é uma rede internacional de pontos de contacto para a concretização do “Desafio Societal 6: Europa num Mundo em Mudança – Sociedades Inclusivas, Inovadoras e Pensadoras”, integrado no programa europeu Horizonte 2020. Este desafio assenta na convicção de que a investigação e a inovação podem ajudar a encontrar novas estratégias e estruturas de governação que permitam fomentar um desenvolvimento mais inclusivo, numa Europa que, em 2011, tinha cerca de 80 milhões de pessoas em risco de pobreza e um número significativo de jovens que não estuda, não trabalha e não segue uma formação. Os Pontos de Contacto Nacionais (PCN) da rede Net4Society estão configuradas para orientar os investigadores na procura de financiamento da UE.

<http://www.net4society.eu/>

EUROPE IMPACT INVESTING

The European Impact Investing Luxembourg é uma iniciativa aberta apoiada por um grupo de empresas sediadas no Luxemburgo no setor dos serviços financeiros, que procura:

- » Contribuir para o desenvolvimento do setor do investimento de impacto
- » Facilitar iniciativas nesta área no Luxemburgo
- » Promover a capacidade dos serviços financeiros do Luxemburgo em apoiar uma prática coordenada de investimento de impacto.

<http://www.impact-investing.eu/who-we-are>

EUROSIF

O Eurosif é uma organização pan-europeia líder na promoção do investimento sustentável e responsável (SRI), cuja missão é promover a sustentabilidade através dos mercados financeiros europeus.

<http://www.eurosif.org/about/mission/>

EUROPEAN INNOVATION PARTNERSHIP ON ACTIVE AND HEALTHY AGEING

Esta parceria reúne um vasto leque de partes interessadas a trabalhar de forma colaborativa em com interesses e projetos orientados para alcançar metas comuns e promover a inovação tecnológica, social e organizacional bem sucedida. Abre regularmente concursos para apoiar a realização de missão de organizações com este objectivo.

http://ec.europa.eu/research/innovation-union/index_en.cfm?section=active-healthy-ageing

FINANCIAMENTO INTERNACIONAL

O “Financiamento Internacional” é um blogue com informação sobre oportunidades de financiamento para as entidades da economia social, organizado por áreas temáticas diversas.

<https://financiamentointernacional.wordpress.com/>

SOCIAL INNOVATION EUROPE (SIE) FUNDING ALERT

Trata-se de um serviço de alertas periódicos sobre oportunidades de financiamento na área da inovação social na Europa. O acesso a este serviço de alertas é obtido através de:

<https://webgate.ec.europa.eu/socialinnovationeurope/en/magazine/finance/special-features/sie-fundraising-hub-funding-alert-1>

Os alertas enviados incluem “calls” como:

Call for promoting Gender Equality in Research and Innovation

<http://ec.europa.eu/research/participants/portal/desktop/en/opportunities/h2020/topics/2415-geri-4-2015.html>

Call for tenders EAC/03/2015 – Pilot project on “Crowdfunding for the cultural and creative setores: kick-starting the cultural economy”

http://ec.europa.eu/culture/calls/general/0315_en.htm

Crowdfunding

CROWDRISE

CrowdRise é a maior comunidade do mundo a alavancar financiamento para grandes causas. O CrowdRise foi nomeado um dos “melhores sites de angariação de fundos on-line” pela Mashable e Forbes. A comunidade CrowdRise foi nomeada para o “Top 25 Best Global Philanthropist”. A Maratona de Nova York, Boston Marathon, Ironman, Cruz Vermelha, UNICEF, bem como celebridades como Sean Penn, Seth Rogan, Ian Somerhalder, Sophia Bush, Paul Rudd, Olivia Wilde e Will Ferrell todos investem o seu dinheiro no CrowdRise.

CrowdRise está comprometida com a inovação na captação de recursos online. O utilizador poderá alavancar mais financiamento para a sua causa, obter o seu dinheiro imediatamente, e manter o que for adquirindo, uma vez que não existem objetivos obrigatórios de montantes a adquirir ou prazos de campanha.

<https://www.crowdrise.com/>

KIVA

A Kiva Microfunds é uma organização sem fins lucrativos que permite que a qualquer pessoa emprestar dinheiro através da Internet a empresários e estudantes necessitados em 86 países. A missão da Kiva é “ligar as pessoas através de empréstimos para aliviar a pobreza.”

<http://www.kiva.org/>

FUNDRAZR

A FundRazr é a plataforma de crowdfunding eficaz fácil para todos. Mais de 45.000 pessoas, grupos e organizações sem fins lucrativos de 37 países já alvancaram mais de \$ 52000000 com FundRazr.

<https://fundrazr.com>

CAUSES

Causes é o lugar para descobrir, apoiar e organizar campanhas, captação de recursos e petições em torno das questões que têm impacto em si ou na sua comunidade.

<https://www.causes.com>

GIVE FOWARD

A GiveForward é um site de captação de recursos e doações on-line, sendo a maneira mais fácil de alavancar financiamento para um ente querido em necessidade.

São a primeira plataforma para começar um financiamento ou angariação de fundos na área médica e o único site com conselheiros em angariação de fundos que podem dar ideias e orientação para arrecadar dinheiro online.

<http://www.giveforward.com/>

KICKSTARTER

A Kickstarter é uma plataforma de crowdfunding global com sede nos Estados Unidos. A missão declarada da empresa é ajudar a trazer projetos criativos à vida.

<https://www.kickstarter.com/>

Existem ainda muitas outras plataformas onde poderá lançar o seu projeto de crowdfunding das quais elencamos os seguintes exemplos:

- » Justgiving
- » YouCaring
- » Zidisha
- » Seedrs
- » Networkforgood
- » Sparked
- » lobby
- » Trillion Fund
- » People fundi t
- » Awesome Foundation
- » Ethex: <https://www.ethex.com/>
- » KissKissBankBank
- » MyMicroInves
- » RocketHub
- » Open IDEO
- » StartSome Good
- » Indiegogo
- » BuzzBnk
- » First giving
- » Startsomegood
- » We the tree
- » Microgenius
- » Spacehive
- » Catapult
- » GOTEQ
- » Fundbyme
- » YouCaring
- » Razoo

FINANCIAMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas oferece financiamento ao desenvolvimento e economia social através das suas agências:

- » UNDP
- » UNICEF
- » UNHRC
- » WFP
- » UNODC
- » UNFPA
- » UNCTAD
- » UNEP
- » UNRWA
- » UNWOMEN
- » UNHabitat

AJUDA INTERNACIONAL A PAÍSES TERCEIROS

USAID

Agência Governamental dos EUA que oferece financiamento, grants/doações no âmbito das áreas de desenvolvimento e ajuda humanitária de acordo com as suas prioridades.

Por vezes as ajudas são lançadas em parcerias com outras organizações e são direcionadas também para entidades portuguesas a trabalhar nas suas áreas prioritárias.

A USAID investe em idéias que permitem melhorar a vida de milhões de homens, mulheres e crianças. As suas ações são :

- » Investir na produtividade agrícola para que os países possam alimentar seus povos
- » Lutar contra as doenças de mortalidade materna e infantil e mortais como o HIV, a malária e a tuberculose
- » Fornecer ajuda para salvar vidas na esteira do desastre
- » A promoção da democracia, dos direitos humanos e da boa governação em todo o mundo
- » Promover o desenvolvimento do setor privado e o crescimento económico sustentável
- » Ajudar as comunidades a adaptarem-se a um ambiente em mudança
- » Elevar o papel das mulheres e jovens

<http://www.usaid.gov/what-we-do>

AusAID – Australia

Programa de ajuda do Governo Australiano:

Política de desenvolvimento e auxílio do Governo australiano: promover a prosperidade, a redução da pobreza, o reforço da estabilidade.

<http://dfat.gov.au/aid/Pages/australias-aid-program.aspx>

Reino da Bélgica

O Governo da Bélgica financia, entre outros, projetos em áreas de potencial conflito ou pós-conflito a organizações belgas, estrangeiras ou internacionais que se insiram nas prioridades da política externa belga.

Entre as áreas temáticas como o Peacebuilding Service apoia também a boa governação, os direitos humanos e a liberdade de expressão.

http://diplomatie.belgium.be/en/policy/policy_areas/peace_and_security/conflict_prevention_and_peacebuilding/

OUTRAS AGÊNCIAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO A NÍVEL INTERNACIONAL:

Austria	Austrian Development Agency – ADA
Azerbaijan	Azerbaijan International Development Agency
Brazil	Agência Brasileira de Cooperação
Canada	Canadian International Development Agency (CIDA) and International Development Research Centre (IDRC)
Chile	Agencia de Cooperación Internacional de Chile (AGCI)
China	Department of Foreign Aid of the Ministry of Commerce (MOFCOM)
Czech Republic	Czech Development Agency (CzDA)
Egypt	Egyptian Agency for Partnership for Development
Finland	Department for International Development Cooperation (FINNIDA)
France	Department for International Cooperation and French Development Agency (AFD)
Germany	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development, Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), and Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)
Greece	Ministry of Foreign Affairs
Austria	Austrian Development Agency – ADA
Iran	Organization for Investment, Economic, and Technical Assistance of Iran
Ireland	Irish Aid
Israel	Ministry of Foreign Affairs: MASHAV – Israel's Agency for International Development Cooperation
Italy	Ministry of Foreign Affairs: Italian Development Cooperation Programme
Japan	Ministry of Foreign Affairs: Official Development Assistance, Japan International Cooperation Agency (JICA), and Japan Bank for International Cooperation (JBIC)
Kuwait	Kuwait Fund for Arab Economic Development [www.kuwait-fund.org] Agency (JICA), and Japan Bank for International Cooperation (JBIC)
Liechtenstein	Liechtensteinische Entwicklungsdienst
Luxembourg	Lux-Development
Mexico	AMEXCID
New Zealand	New Zealand Agency for International Development (NZAid)
Netherlands	Ministry of Development Cooperation (has its own minister but is a part of the Ministry of Foreign Affairs)
Norway	Ministry of Foreign Affairs: International Development Program and Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD)
Poland	Ministry of Foreign Affairs: The Development Co-operation Department
Republic of China (Taiwan)	International Cooperation and Development Fund (ICDF)
Romania	Assistance for Development (ADD)
Russia	Federal Agency for the Commonwealth of Independent States, Compatriots Living Abroad and International Humanitarian Cooperation (Rossotrudnichestvo)
Saudi Arabia	Saudi Fund for Development (SFD)
Slovakia	Slovak Aid
Spain	Spanish Agency for International Development Cooperation (AECID)
Sweden	Swedish International Development Cooperation Agency (Sida)
Switzerland	Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC), Helvetas
Turkey	Turkish International Cooperation and Development Agency (T KA)
United Kingdom	Department for International Development (DFID)
United States	United States Agency for International Development (USAID), the Inter-American Foundation (IAF), Millennium Challenge Corporation (MCC), and the African Development Foundation (ADF)(IAF), Millennium Challenge Corporation (MCC), and the African Development Foundation (ADF)

Fundações Internacionais

BILL & MELLINDA GATES FOUNDATION

A Fundação Gates é uma organização internacional de âmbito humanitário e que dedica especiais preocupações ao combate à pobreza e exclusão, especialmente concentrada nas crianças e mulheres e na promoção da igualdade de género e de oportunidades.

<http://www.gatesfoundation.org/>

SWISS RE FOUNDATION

O objetivo da Swiss Re Foundation é resolver os problemas sociais e humanitários em todo o mundo e construir capacidade local para os enfrentar. As questões que aborda são os desequilíbrios sociais, económicas e ecológicos com uma variedade de causas, incluindo desastres naturais, mudanças climáticas, água, crescimento populacional e pandemia. Colabora a longo prazo em projetos e também a fornecer ajuda de emergência. Finalmente, realiza trabalho localmente e em comunidades da Swiss Re.

<http://www.swissrefoundation.org/>

HEWELETT FOUNDATION

A William and Flora Hewlett Foundation aceita candidaturas para a linha Energy and Climate no âmbito do Hewlett Foundation's Environment Program. O objetivo do programa é o apoio a iniciativas que incluam a promoção da utilização de energias limpas no contexto da produção de energia e a consciencialização alargada.

<http://www.hewlett.org/programs/environment/energy-and-climate>

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

The Open Society Foundations trabalha para construir democracias vibrantes e tolerantes cujos governos prestem contas e sejam abertos à participação de todas as pessoas.

<http://www.opensocietyfoundations.org/>

FONDATION PRINCE ALBERT II DE MONACO

A Fundação Prince Albert II do Mónaco apoia projetos nas seguintes áreas: alterações climáticas, energia, biodiversidade, acesso à água e luta contra a desertificação.

http://www.fpa2.com/deposez_vos_projets.php?lang=en

SASAKAWA PEACE FOUNDATION

A Sasakawa Peace Foundation aceita candidaturas de organizações que pretendam desenvolver atividades que promovam a paz na cooperação internacional.

<https://www.spf.org/e/grants/point.html>

HIVOS FOUNDATION

A Fundação Hivos apoia projetos em todas as regiões e durante todo o ano que se incluam nos seus programas:

- » Envolvimento e Expressão;
- » Empreendedorismo verde;
- » Direitos e Cidadania;
- » Ação para a Mudança.

<https://www.hivos.org/grant-opportunities>

FORD FOUNDATION

A Fundação Ford tem sede em Nova York. É privada e orientada para o mundo, com a missão de promover o bem-estar humano. Foi criada em 1936 por Edsel Ford e Henry Ford. Tem como objetivos reforçar os valores democráticos, reduzir a pobreza e a injustiça, promover a cooperação internacional e fazer avançar a realização humana.

<http://www.fordfoundation.org/>

ALGUMAS DAS MAIORES FUNDAÇÕES MUNDIAIS QUE GARANTEM MAIOR FINANCIAMENTO
ENCONTRAM-SE NA LISTAGEM ABAIXO

EUROPA		USA
Belgium	King Baudouin Foundation	Bloomberg Philanthropies
Finland	Suomen Kultuurirahasto	Genentech Access To Care Foundation
France	Fondation de France	GlaxoSmithKline Patient Access Programs Foundation
Germany	Alfried Krupp von Bohlen und Halbach-Stiftung	Gordon and Betty Moore Foundation
	Bayerische Landesstiftung	Greater Kansas City Community Foundation
	Bertelsmann Stiftung	Foundation to Promote Open Society
	BMW Foundation	Johnson & Johnson Patient Assistance Foundation
	Deutsche Bundesstiftung Umwelt	Lilly Cares Foundation, Inc.
	Friedrich Ebert Stiftung	Lilly Endowment
	Gemeinnützige Hertie-Stiftung	Merck Patient Assistance Program
	Konrad Adenauer Stiftung	Novartis Patient Assistance Foundation
	Porticus Foundation	Pfizer Patient Assistance Foundation, Inc.
	Robert Bosch Stiftung	Sanofi Foundation for North America
	Software AG Foundation	Silicon Valley Community Foundation
	Volkswagen Stiftung	The Andrew W. Mellon Foundation
	ZEIT Stiftung	The Bristol-Myers Squibb Patient Assistance Foundation
Netherlands	HIVOS	The David and Lucile Packard Foundation
	Stichting NOVIB	The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation
	Technologiestichting—STW	The Leona M. and Harry B. Helmsley Charitable Trust
Italy	Compagnia di San Paolo	The Robert Wood Johnson Foundation
	Fondazione Cariplo	The Susan Thompson Buffett Foundation
	Fondazione Cassa di Risparmio di Padova e Rovigo	The Wal-Mart Foundation
	Fondazione Cassa di Risparmio di Roma	The William and Flora Hewlett Foundation
	Fondazione Cassa di Risparmio di Torino	Walton Family Foundation
	Fondazione Monte dei Paschi di Siena	Wells Fargo
Portugal	Fundação Oriente	W. K. Kellogg Foundation
Spain	Fundacion La Caixa	
	Fundacion ONCE	
	Fundacion Telefonica	
Sweden	Bank of Sweden Tercentenary Foundation	
	Knut och Alice Wallenbergs Stiftelse	
Switzerland	Aga Khan Foundation	
	Avina Stiftung	
	Jacobs Foundation	
Turkey	Vehbi Koc Foundation	
United Kingdom	Gatsby Charitable Foundation	
	Garfield Weston Foundation	
	Henry Smith's Charity	
	Tudor Trust	
	Wellcome Trust	
	Wolfson Foundation	
	Young Foundation	

Bancos Sociais

Bancos especializados no setor social com serviços direcionados para empréstimos:

- » Banca Prossima in Italy
- » TriodosBank in the Netherlands and Belgium
- » Charity Bank in the UK
- » Unity Trust Bank

Venture philanthropy funds/ Fundos com investimento filantrópico

Oferecem financiamento filantrópico através de donativos e instrumentos de capacitação

EVPA – EUROPEAN VENTURE PHILANTHROPY ASSOCIATION

A EVPA é uma associação criada em 2004 e composta por organizações interessadas em praticar filantropia ou investimento social em toda a Europa. A associação trabalha com os seus membros toda a filantropia de impacto e atividades de investimento social. Inclui fundos de filantropia, investidores sociais, fundações doadoras, fundos de investimento de impacto, empresas de "private equity" e empresas de serviços profissionais, consultores de filantropia, bancos e escolas de negócios. Todos os membros da EVPA trabalham juntos em todos os setores, a fim de promover e moldar o futuro da filantropia de impacto e de investimento social na Europa e para além dela.

Atualmente a associação tem mais de 210 membros de 29 países, com base principalmente na Europa, mas também fora da Europa, como Estados Unidos, Turquia, Emirados Árabes Unidos e na Ásia, mostrando que o setor está a evoluir rapidamente através das fronteiras.

<http://evpa.eu.com/membership/>

EFC – EUROPEAN FOUNDATION CENTER

Fundado em 1989, o Centro Europeu de Fundações (EFC) é uma associação internacional de fundações e financiadores corporativos.

<http://www.efc.be/>

- » Social Business Trust
- » Impetus Trust
- » The Foundation for Social Entrepreneurs
- » Esmee Fairbairn Foundation
- » Acumen Fund

Como elaborar uma boa candidatura

Do resultado de uma série de questões colocadas a experientes financiadores, avaliadores de candidaturas, especialistas e profissionais do setor, foi possível identificar falhas comuns nas candidaturas.

Das **principais falhas** identificadas nas candidaturas atuais destacamos:

- » Falta de estrutura lógica na apresentação dos projetos (problema identificado, solução e meios para implementar a mesma).
- » Definição pouco clara dos objetivos a atingir.
- » Desadequação entre o problema identificado e solução proposta.
- » Falta de sustentabilidade (económica) dos projetos.
- » Não identificação de uma equipa adequada e capaz de implementar a solução e atividades apresentadas.
- » Definição pouco clara de indicadores de monitorização e avaliação. Falta de conhecimento específico sobre quais as evidências de sucesso que as iniciativas devem ter em cada fase do ciclo de vida.
- » Pouco rigor técnico (confusão entre objetivos, resultados, indicadores).
- » Fragilidade na justificação e enquadramento dos projetos no plano organizacional e operacional.

Outras falhas identificadas como graves são:

- » Tentativa forçada de adequar o âmbito do projeto e organização à candidatura em questão.
- » Falta de informação ou informação desalinhada com o necessário/requerido no processo de candidatura.
- » Debilidade e fragilidade dos planos de negócio.
- » Necessidade de maior detalhe do impacto social do projeto.
- » Falta de informação sobre o estado real do mercado (necessidades do mercado e do público alvo identificado).
- » Incoerência do plano orçamental entre os meios necessários e os resultados esperados.
- » Pouco conhecimento sobre formas de desenhar um orçamento adequado.
- » Falha nas parcerias, não existentes ou desadequadas e desalinhadas.

Quanto à aptidão e capacidade das iniciativas da economia social para a procura de financiamento de uma forma mais ativa no futuro, foi considerado que estão a tornar-se cada vez mais ativas e a fazer um bom caminho na sua capacitação para o financiamento. A capacitação e profissionalização das mesmas foi considerada um fator essencial que não pode de forma nenhuma ser descurado, bem como o papel das entidades intermediárias, que serão necessárias durante os próximos anos para fazer a ponte, nos dois sentidos: Instituições-Investidores.

Dos pontos mais vulneráveis das iniciativas da economia social foi focado o facto de as instituições muitas vezes se desfocarem das suas missões para se candidatarem a fundos de acordo com áreas temáticas pedidas pelo mercado, o que as torna desalinhadas com a sua missão e criação de impacto.

Outro fator importante, é o facto de muitas vezes as instituições não conseguirem diversificar as suas fontes de financiamento, ficando muito dependentes de apenas uma fonte de financiamento ou vivendo de forma muito assistencialista, o que deverá exigir destas uma postura mais ativa. Esta dificuldade advém muitas vezes das falhas nas capacidades técnicas das mesmas (na procura e formalização dos financiamentos), mas também em problemas a nível da tomada de decisão por parte dos dirigentes, na definição de estratégias e prioridades.

Foi reconhecido que as próprias instituições estão a rever os seus processos e a procurar mais apoios também no âmbito da sua capacitação e reforço da capacidade de gestão. Este será um primeiro passo relevante para garantir vantagens face à procura de financiamento.

Por outro lado, foi também referido que à medida que as entidades que providenciam financiamento aumentarem o grau de exigência no fornecimento do mesmo, mais as instituições terão de estar preparadas e capacitadas.

Dos **conselhos que estes operadores privilegiados** forneceram às iniciativas da economia social destacamos:

- » Que tenham bem claro o motivo pelo qual procuram financiamento e que procurem os financiadores que estejam alinhados com a missão das organizações que estão a financiar.
- » Que procurem parcerias com o setor privado (empresas), setor público e com outras entidades da economia social e que estejam atentas às candidaturas públicas vindouras, adequando as candidaturas aos requisitos das linhas abertas.
- » Que façam uma revisão dos processos internos para garantir que os critérios definidos pelos financiadores podem ser cumpridos, nomeadamente ao nível da gestão dos projetos e da definição de indicadores de monitorização e critérios de avaliação.
- » É também fundamental uma dedicação de recursos aos diferentes processos de financiamento, para garantir que cada candidatura e respetivas respostas aos financiadores é clara e fundamentada.
- » As iniciativas devem procurar financiamento que se adeque à sua estrutura organizacional. É necessário que procurem financiamentos que se adequam à missão, cultura organizacional e tipo de atividades.
- » A procura ativa de meios de financiamento alternativos é fundamental.
- » Devem procurar capacitar-se e dispor dos recursos humanos e técnicos que permitam recorrer a financiamento com sucesso. Caso não tenham competências internas para fazê-lo, devem trabalhar com entidades especializadas no setor e em boas práticas de gestão.
- » Fazer um bom plano de sustentabilidade é também fundamental, o que deve ser reforçado com técnicas de diversificação de financiamento e medição de impacto.
- » Devem apresentar projetos que produzam transformação social, com um foco na inovação social e cujo financiamento esteja ligado à avaliação do seu retorno social.

Assim sendo, dos pontos considerados fulcrais para uma boa candidatura destaca-se:

- » Uma boa leitura dos critérios de avaliação de forma a garantir que as respostas aos mesmos são objetivas.
- » As candidaturas devem ser sucintas e claras: com uma comunicação concisa, sólida e alinhada com o projeto.
- » Devem veicular informação objetiva sobre a área de intervenção, objetivos do projeto, fases do mesmo, impacto esperado e atividades a desenvolver.
- » O plano diagnóstico deve identificar todas as necessidades, problema a resolver e alternativas no mercado, de forma a mostrar não só o conhecimento dos promotores da iniciativa, bem como justificar o projeto apresentado como instrumento de resolução das necessidades identificadas.
- » As candidaturas devem estar bem estruturadas, com noções técnicas definidas e um modelo lógico de pensamento e estruturação do projeto/ideia a apresentar. Foi referido por vários dos profissionais da área que a teoria da mudança é uma boa ferramenta da estruturação lógica deste tipo de projetos.
- » Quanto à parte financeira, deve ter um orçamento com um bom detalhe, de preferência, mostrando de forma objetiva o planeamento da sustentabilidade do projeto.
- » Para dar mais robustez às atividades planeadas e à sustentabilidade do projeto, as parcerias devem ser sólidas e justificadas.
- » Deve também ser explicado como será feita a avaliação e monitorização do projeto.
- » Os impactos do projeto apresentado devem ser claros e, na medida do possível, mensuráveis, definindo-se à partida os indicadores a acompanhar e resultados esperados. Os dados de implementações e resultados no passado podem ser relevantes para a avaliação.
- » O plano de implementação deve ser estruturado com todos os dados necessários e deve clarificar quais as suas principais necessidades em termos de recursos e como irá colmatar os desafios identificados no diagnóstico. Uma descrição detalhada das atividades com cronograma, executantes, papel de cada parceiro, custos e recursos utilizados é fundamental. Devem igualmente ser clarificadas as condições de implementação para que o mesmo tenha sucesso (pressupostos de implementação), de forma promover mudanças reais na comunidade-alvo.

- » A equipa do projeto deve também ser apresentada e deve ser demonstrada a sua adequação e motivação quanto ao projeto em causa.
- » Fatores de sucesso são também a escalabilidade do projeto, a sua replicabilidade, relevância do seu impacto social e a inovação na forma como veiculam a solução ao público-alvo.
- » Conhecer bem o problema social, conhecer as soluções que existem no mercado nacional e internacional, demonstrar capacidade de implementação, demonstrar excelência na candidatura, bem como a sua diferenciação quanto às soluções existentes é fundamental.

04

PERSPETIVAS DOS VÁRIOS PLAYERS DO SETOR

-
- 4.1 CASES
 - 4.2 CNIS
 - 4.3 União das Misericórdias Portuguesas
 - 4.4 IES – Social
 - 4.5 União das Mutualidades

4.1

CASES

texto por Dr. Eduardo Graça

Reflexão da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – o papel da setor da economia social e seu posicionamento no contexto económico em Portugal

A Economia Social é um conglomerado económico/social que na União Europeia contribui para mais de 7,5% do emprego remunerado total (5,5% em Portugal, 2010) mostrando que, no caso de Portugal, existe uma enorme margem de crescimento, a todos os níveis, sublinhando-se a área chave de criação de emprego remunerado e também do voluntariado.

A CASES prossegue a sua ação, atentas as suas atribuições e competências, no espaço charneira entre o Estado e as Entidades, de natureza privada, da Economia Social. Numa visão prospetiva a Economia Social deverá ocupar um espaço cada vez mais relevante na economia e na sociedade portuguesa.

Para enquadrar o contributo do setor para o desenvolvimento económico-social podem evocar-se algumas palavras-chave que nos ajudam a refletir acerca do seu papel no futuro e suas vantagens comparativas face aos setores público e privado dos meios de produção.

REDE

A Economia Social é uma rede, tecida de mil elos, que se entrelaçam, através de pessoas que se organizam, se auto organizam, com ou sem apoio público, para enfrentar e superar, situações de carência, relativa ou absoluta, encontrando saídas e soluções, superando obstáculos e problemas da vida individual, familiar ou comunitária. Há, pois, que fazer crescer, e consolidar, as redes nas quais se alicerça a mais-valia deste setor aceitando a sua diversidade na unidade dos seus princípios fundadores.

COMUNIDADE

A Economia Social está inserida nas comunidades locais e regionais confundindo-se com a sua geografia física e humana. Está próxima dos cidadãos, é mais flexível na ação do que as organizações do setor público descentralizado e, paradoxalmente, do que muitas empresas privadas, agindo os seus principais atores de forma livre e desinteressada. Torna-se, pois, necessário sem prejuízo da abertura a soluções inovadoras necessárias para enfrentar novos desafios, manter fidelidade a princípios que se fundam na defesa e promoção de princípios humanistas.

COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

São as palavras baluartes que encerram os valores que norteiam a Economia Social e que, mais tarde ou mais cedo, serão incorporados, de forma efetiva, num novo modelo emergente da organização económico-social das sociedades. Dar prioridade aos princípios não oculta, nem deprecia, a questão gestionária que envolve alocar recursos materiais, a mais das vezes escassos, aos objetivos definidos pelo setor e a cada entidade que o integra. Nem menoriza as questões da autossustentabilidade das entidades da Economia Social e dos projetos que prosseguem, da obtenção de excedentes como resultado da adoção de modelos de gestão cada vez mais conscientes da importância da profissionalização, sem perda do sentido da missão.

O aumento sistemático das desigualdades entre grupos sociais no interior de um mesmo país, e entre as populações dos diversos países, ou seja, o aumento da pobreza em sentido relativo, tende não só a minar a coesão social – e, por este caminho, põe em risco a democracia –, mas tem também um impacto negativo no plano do desenvolvimento económico-social com a progressiva corrosão do “capital social”; isto é, daquele conjunto de relações de confiança, de credibilidade, de respeito das regras, indispensáveis em qualquer convivência civil.

Ao lado da empresa privada orientada para o lucro e dos vários tipos de empresa pública, devem poder radicar-se e exprimir-se as organizações da Economia Social que prosseguem fins mutualistas e sociais, vocacionados para a produção de bens e serviços transacionáveis e/ou para a persecução de fins filantrópicos. Do seu recíproco confronto no mercado, pode esperar-se uma espécie de hibridização dos comportamentos de empresa, conseqüentemente, uma atenção sensível à civilização da economia. É neste contexto que surge o debate em torno da “empresa social” conceito não formalizado no ordenamento jurídico português.

Assim, o modelo futuro da organização económico-social das nossas sociedades, se não nos deixarmos capturar pelos acontecimentos do curto prazo, e suas consequências por vezes dolorosas na vida das famílias e das organizações, incorporará, inevitavelmente, em prol do desenvolvimento sustentável, de forma nova, mais expressiva e pujante, os valores que são a marca distintiva da Economia Social e que podemos resumir naquelas duas palavras: cooperação e solidariedade.

Só seremos verdadeiramente autênticos quando formos capazes de refletir, coletivamente, acerca dos novos caminhos e das novas oportunidades, que em cada época se abrem diante dos nossos olhos. Seremos então capazes, por entre diferenças e desigualdades, de descobrir as virtualidades de alguns conceitos que asseguram a esperança do sucesso da luta contra as injustiças que se escondem por detrás da pobreza e da desigualdade.

Não que acreditemos num mundo sem diferenças, e na igualdade como ideal que conduz à felicidade, pois a experiência histórica se encarregou de nos desiludir acerca da bondade absoluta desse caminho. Mas porque acreditamos que é possível lutar, com realismo, pela igualdade de oportunidades, pela ética na gestão das empresas e das instituições, em liberdade e com responsabilidade.

Dr. Eduardo Graça

*Presidente da CASES – Cooperativa António Sérgio
para a Economia Social*

4.2

CNIS

texto por Padre Lindo Maia

Reflexão da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade – o papel da setor da economia social e seu posicionamento no contexto económico em Portugal

Para uma melhor compreensão da Economia Social no nosso país o INE, em 2010, desenvolveu um projeto-piloto, da Conta Satélite da Economia Social, que veio demonstrar a dimensão e a relevância económica e social deste setor.

Identificou mais de 55 mil organizações, muito heterogéneas, que representaram 2,8% do VAB nacional e 5,5% do total do emprego remunerado. Este valor é superior ao dos seguintes ramos de atividade: “Alojamento e Restauração;” “Transportes e Armazenagem” e “Atividades Financeiras e Seguros;” apenas para citar alguns.

Também concluiu que a remuneração média nestas organizações correspondeu a 83% da média nacional e estimou que o valor do trabalho voluntário tenha atingido 1% do Produto Interno Bruto.

No caso das IPSS, 5022 em 2010, menos de 10% do total das organizações identificadas, representaram 50% do VAB, 42,6% das remunerações e 38,2% da necessidade líquida de financiamento da economia social.

Num estudo recente de outubro 2014, encomendado pela CNIS sobre os “Impactos Económico e Social das IPSS em quatro concelhos” foi possível concluir que a atividade das IPSS induz a um aumento médio de 3% do total da Produção, 9% do VAB e 6% do total do Emprego, com maior impacto relativo nos concelhos do interior.

Também se demonstrou que o custo suportado pela sociedade é mais do que compensado pelos benefícios sociais. Cada euro investido, nos 4 concelhos em análise, gera, no mínimo, 2,46 euros de benefícios sociais.

Pelos dados apresentados, facilmente se conclui que as IPSS devem ser consideradas como um elemento fundamental na estratégia de desenvolvimento territorial e de inclusão social. Tem de ser dada visibilidade ao facto de estas organizações fazerem muito e muito bem, sempre em prol das pessoas, preferencialmente das mais desfavorecidas.

As IPSS foram uma grande almofada que ajudou a suportar as consequências da grave crise que vivemos. A economia social solidária a que pertencem, tem como característica muito sua o ser ágil, o responder no imediato a questões concretas, podendo, por isso, dizer-se que não há nenhum problema social que verdadeiramente lhes seja alheio.

Só a resiliência demonstrada pelos seus dirigentes, na sua grande maioria voluntários e pelos seus colaboradores, mesmo com remunerações aquém da média nacional, tem permitido ultrapassar as enormes dificuldades que têm surgido.

As dificuldades têm várias origens, desde logo as financeiras, com o empobrecimento e o desemprego das pessoas, bem como o facto das comparticipações das famílias terem baixado significativamente. É, contudo, da mais elementar justiça sublinhar que, não obstante os cortes generalizados resultantes do programa de ajustamento, as comparticipações do Estado para este setor não baixaram. Este é o reconhecimento de que o serviço público que as IPSS prestam, de forma eficiente, como se demonstrou, tem de ser mantido e aprofundado.

A CNIS, enquanto confederação representativa das 2813 organizações suas associadas (IPSS, Uniões Distritais e Federações) tem como grande objetivo implementar e desenvolver uma estratégia de apoio e robustecimento das organizações, com vista à promoção da qualidade de vida dos cidadãos e do restabelecimento da sua dignidade como pessoas.

Neste sentido, é da maior relevância identificar constrangimentos e oportunidades a nível local que levem a uma tomada de decisões fundada no conhecimento da realidade e promova o trabalho em rede, em parceria entre os vários setores, solidário, social, empresarial, autárquico e outras organizações locais, de modo a combater a exclusão e promover a coesão social.

A participação e o envolvimento de todos permitem que estas organizações sejam polos de desenvolvimento local. Neste sentido, só uma metodologia de investigação, ação e trabalho conjunto permite atingir os objetivos traçados.

A intervenção que as nossas organizações desenvolvem no domínio da solidariedade social visa facilitar a mudança e o desenvolvimento, valorizando e recolhendo a aprendizagem das organizações e das comunidades. Para tal, é necessário conhecer para intervir e compreender para mudar, adequando as organizações às reais necessidades das populações, razão fundante da sua existência.

A CNIS como Confederação Nacional tem o dever maior de participar na conceção e implementação das Políticas Públicas que vão ao encontro do cidadão e lhe permitam, por si, exercer os seus direitos de cidadania.

Combater a indiferença, o absentismo e o imobilismo é missão da CNIS e das organizações que representa. Defender a dignidade humana promover o crescimento integrado e integral de todos e para todos é o rosto de uma Confederação que deseja e quer um país que aposte no que de melhor tem – o seu Povo.

Padre Lino Maia

Presidente da CNIS

(Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade)

4.3

União das Misericórdias Portuguesas

texto por Manuel Lemos

Reflexão da União das Misericórdias – o papel da setor da economia social e seu posicionamento no contexto económico em Portugal

Depois de agradecer o amabilíssimo convite do Deputado Eng^o José Manuel Fernandes para refletir um pouco sobre a mais recente evolução da Economia Social em Portugal e a sua repercussão no desenvolvimento do Setor Social, e, conseqüentemente, no que isso representa para o bem estar das comunidades, permitam-me que comece por visitar e situar o setor social e a economia social hoje, em Portugal, e que o distinga do setor público e do setor privado porque, infelizmente, a confusão continua a ser enorme.

A verdade é que a República Portuguesa, por um lado, reconhece especificamente o Setor Social, desde logo, na norma constitucional (art. 80º da Constituição da República). Acresce que se pode sustentar que, do ponto de vista estritamente jurídico, o que está em causa é o verdadeiro objeto “societário” que é obviamente diverso.

Na verdade, no Setor Privado, o objeto é sempre a remuneração do capital, ao passo que, no Setor Social, o objeto é o cumprimento de uma Missão.

Do ponto de vista conceptual, no Setor Social, tudo é das instituições que permanecem para além das pessoas que a cada momento as integram, assim se distinguindo do Setor Público onde tudo é de todos e do Setor Privado onde tudo é de cada um.

Sendo mais específico, por exemplo, no setor social pagam-se quotas, mas não se detêm quotas, da mesma forma que não se herdram quotas; igualmente no setor social não existe capital social mas apenas fundo social.

Nesta linha, a moderna doutrina europeia vem, crescentemente, insistindo na incremental autonomia do setor social, não o confundindo com o setor privado, como acontece com o direito de raiz saxónico, mais rígido na distinção entre direito público e privado. No entanto, face ao desenvolvimento desta realidade diferente, tem crescentemente vindo a colocar este setor num ramo específico e autónomo do seu clássico setor privado.

Daí a designação de “Third Setor”, isto é, um terceiro setor que, repito, é diferente do tradicional setor privado. Como nota à margem, não deixo de registar que hoje muitos em Portugal também privilegiam a expressão “terceiro setor”, a meu ver indevidamente, porque o nosso direito já resolveu esse problema.

Também e aqui por maioria de razão, não se justifica designar o setor social por “setor privado não lucrativo” (como se fosse alguém pretender constituir uma sociedade privada e não ter por objetivo remunerar o seu capital).

E é nesta linha que as relações entre o Estado e as Misericórdias, se passaram a designar por Protocolos e Acordos de Cooperação, privilegiando assim, a ideia de mútuo compromisso à de contrato e em detrimento das “convenções/contratos” celebradas com o setor privado.

Com efeito, esta distinção faz todo o sentido porque, enquanto no contrato, o que está em causa, é a compatibilização de contrapartidas em função de duas responsabilidades, o objeto do Protocolo e do Acordo de Cooperação é cumprir as contrapartidas em função de uma só responsabilidade.

Desta realidade decorre o facto de se poder considerar o Setor Social como possuidor de um carácter público, em especial, a sua na família solidária, isto é as IPSS's, as Misericórdias e as Mutualidades. E que por isso se sustente que o setor social está antes do mercado porque as relações jurídicas não se situam no plano do direito mercantil, mas no direito das políticas sociais.

Na verdade, o setor social não visa, como já referi, a remuneração do capital, como o procura fazer, legitimamente, bem entendido, o setor privado; e por isso atrever-me-ia a dizer que, como não há remuneração de capital não há lucro, mas apenas resultado positivo da atividade. Recordo Peter Drucker (um austríaco que viveu a sua vida nos EUA) que centra a importância do setor social na circunstância de “o resultado positivo revestir a natureza de meio e não de fim”. E, por isso, naturalmente reinveste no sistema os eventuais resultados positivos da exploração. Por isso também, na área designada por economia social quem se associa são pessoas livres consideradas individualmente, para se distinguir da economia formal onde se associam capitais.

Ora, a Economia Social, que nos restantes países europeus já representa mais de 13% do produto nacional bruto, mas que, em Portugal, não ultrapassa os 5,5%, deve ser acarinhada, protegida e compreendida.

Não perceber isto ou ser contra isso, é atingir o cerne do Estado Social porque, desde logo, o Setor Social Solidário é sempre mais eficaz e mais eficiente. O Estado não é social por ser ele a promover as respostas sociais, mas por ser ele o garante e o facilitador dessas mesmas respostas.

A verdade é que, no dia 11 de fevereiro de 2009, e o Parlamento Europeu votou, por unanimidade e aclamação, uma Recomendação aos Estados Membros para que desenvolvessem todos os esforços no sentido de apoiar a Economia Social, por todos os motivos que vêm enumerados nos respetivos “considerandos”:

Foi grande o esforço que a Economia Social desenvolveu para ser aceite e reconhecida como um ramo autónomo da Economia. Na verdade, as Instituições Sem Fins Lucrativos atuam junto da população e são grandes geradoras de emprego sustentado e criadoras de riqueza e desenvolvimento.

É assim que, nomeadamente, nos últimos 40 anos o setor social solidário em Portugal assegura as respostas da terceira idade (centros de dia, centros de noite, lares de idosos, apoio domiciliário, etc.), respostas na área da deficiência (centros de dia, lares residenciais, etc.), na infância e juventude (creches, jardins de infância, centros de apoio a crianças em risco, etc.

Mais recentemente, o setor social solidário tem vindo a recuperar a sua tradição na área da Saúde, sendo já o maior parceiro do Estado no desenvolvimento da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados (cerca de 66% de respostas) e promovendo, de novo pela via das Misericórdias, um incontornável regresso a todos os Setores da Saúde, de que o exemplo mais paradigmático é o processo de devolução de Hospitais às Misericórdias.

Por outro lado, nomeadamente no caso concreto das Misericórdias de Portugal, praticamente desde a sua origem, que se assumiram como Instituições de economia social e que, por esta via, conseguiram, mesmo antes da criação do estado moderno, angariar recursos que lhes permitiram cumprir a sua Missão.

Foi neste quadro que vimos as Misericórdias fundar e gerir universidades, desenvolver explorações agrícolas e mesmos Instituições Financeiras, de que a Caixa Económica de Angra do Heroísmo é, ainda hoje, um exemplo vivo e palpável nesta região do território nacional.

Permitam-me ainda duas notas mais.

Portugal atravessou a sua maior crise pelo menos desde o 25 de abril de 1974. Pesem embora os sinais positivos da retoma económica, o desemprego permanece elevado e o tecido social português regista ainda níveis de depressão palpáveis. É neste quadro que o setor social solidário assume uma importância decisiva porque tem sido de facto uma verdadeira “almofada social”!

Na verdade, para além de ainda mantermos uma elevada taxa de emprego, (é preciso dizer bem alto que continuamos sempre, ininterruptamente a crescer em termos de emprego), temos socorrido a população em geral de uma forma exemplar, quer abrindo cantinas sociais, quer aguentando em funcionamento as respostas tradicionais, mesmo para os que não conseguem cumprir com as suas participações, quer lançando novas respostas em estreita cooperação com o Estado como é o caso da RLIS, quer finalmente porque ainda vamos animando as economias locais.

Todos os dias a Comunicação Social tem dado conta de pequenas e grandes histórias, quer nas regiões rurais quer nas mais urbanas, em que a paz social é garantida pelo setor social solidário. Se me permitem, esse trabalho tantas vezes anónimo – mas de que os Órgãos Sociais das Misericórdias são os intérpretes e heróis quotidianos,- é a expressão da solidariedade e do tal compromisso mútuo entre o Estado e a Sociedade Civil a que me referi quando tentei definir o setor social.

Em Portugal hoje fala-se muito em crescimento, mas como muito bem realça Paul Krugman, o que está verdadeiramente em causa é o desenvolvimento, eu diria mesmo o desenvolvimento sustentado; e esse assenta em primeiro lugar nas Instituições de Economia Social, porque assenta nas pessoas e não no capital.

Por isso, também não tenho a menor dúvida que o desenvolvimento só se fará por esta via. Outra vez Drucker: “O século XX foi o século do Estado e das Empresas, o século XXI será das Instituições sem fins lucrativos”

No dia 15 de março de 2013, a Assembleia da República votou por unanimidade a proposta de uma Lei de Bases da Economia Social que foi promulgada e publicada no dia 8 de maio desse ano.

Terminaram assim, no Estado Português de uma maneira formal, as razões que poriam alguém a perguntar hoje o que é a economia social. Desde logo, porque o seu artigo 2º estabelece um conceito de Economia Social e porque o art. 4º diz quem são as entidades de economia social. Para as Misericórdias este art. 4º representa um passo muito importante: não só porque ao identificá-las na alínea c) reconhece a sua natureza e identidade próprias, distinguindo-as das outras IPSS's (que ficam referidas na alínea e), mas também, porque as reconhece como parte integrante da ordem jurídica portuguesa (acabando assim com todas as dúvidas que muitos canonistas, que nos olham como meras instituições de caridade, levantaram e que agora caem por terra).

A Lei de Bases estabelece ainda 4 aspetos que é imprescindível referir:

Em primeiro lugar, (art. 9º) o reconhecimento de que cabe ao Estado não só apoiar as entidades de economia social, mas também assegurar o princípio da cooperação considerando, nomeadamente, no planeamento e desenvolvimento dos sistemas sociais públicos a capacidade instalada material, humana e económica destas entidades, bem como os seus níveis de competência técnica e de inserção no tecido económico e social do país;

Em segundo lugar, a obrigação do Estado em promover o fomento da Economia Social, nomeadamente (alínea b) do n.º2 do art. 10º), dos mecanismos que permitam reforçar a auto-sustentabilidade económico-financeira destas entidades; Em terceiro lugar, (art. 11º) o reconhecimento de que estas entidades dispõem de um estatuto fiscal próprio, acabando

assim com os múltiplos remoques sobre a ilicitude e injustiça dos regimes em vigor. Recorde-se a este respeito que a lei foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República; Em quarto lugar, o art. 13º prevê um prazo de 180 dias para uma reforma legislativa baseada nos princípios da lei. Esta reforma incide sobretudo na revisão do Decreto-lei 119/83 que tem sido a Magna Carta das Instituições Particulares de Solidariedade Social, e que justamente tem em curso o seu processo legislativo.

Finalmente, importa salientar o papel do CNES presidido pelo Primeiro Ministro e que é um fórum de debate e análise das entidades de economia social, das diferentes famílias que a integram e delas com o mais alto nível do Governo. Neste contexto, e com este pano de fundo, o papel da Economia Social vai ser muito importante em toda a Europa e muito particularmente em Portugal.

Na verdade, a este propósito devo salientar e saudar o envolvimento do Governo Português neste objetivo de interesse nacional. Desde logo porque liderou o processo legislativo; depois porque o trabalho dessa maioria foi coroado de êxito, porque a Lei de Bases foi aprovada sem votos contra, construindo assim um evidente consenso à sua volta. Finalmente, porque o futuro quadro comunitário reconhece à Economia Social um papel estratégico.

Não posso deixar de registar a este propósito pois, sentimentos de esperança, embora aqui e ali, ainda se vislumbrem resquícios de um sentimento de ignorância e má vontade a propósito da Economia Social.

Mas é claramente do nosso lado que a bola está. As Misericórdias, como família solidária, têm que saber ocupar o seu espaço e afirmá-lo com coragem e determinação. Com respeito pelos valores mas atentas à modernidade e às oportunidades. E a maior oportunidade que se coloca pela frente é seguramente o novo quadro de apoio europeu.

Que como este magnífico trabalho do Deputado José Manuel Fernandes bem explicita, abre uma plêiade de oportunidades ao setor Social/Solidário, mas que ao mesmo tempo exige competência, rigor, boas práticas, parcerias entre as instituições do setor social, que nos vai obrigar a assumir como “empresas sociais”, distintas de outro tipo de organizações.

Na verdade, a via da Economia Social é decisiva para construir uma sociedade mais justa, mais solidária, mais coesa, onde como disse um dia Sá Carneiro “Os velhos tenham presente, e os jovens futuro”. Hoje, permitam-me que acrescente por ele: “e os ativos, emprego”.

O novo Quadro Comunitário constitui pois, neste contexto, uma oportunidade e um instrumento único para cumprir todos estes objetivos maiores. Não os aproveitar em toda a sua plenitude, para além de uma oportunidade perdida constitui um grave erro estratégico.

O deputado José Manuel Fernandes tem sido um paladino da articulação entre as Instituições de Economia Social/Solidária e os quadros comunitários. Só por isso merece a nossa estima e consideração, seguros que poderemos contar com ele na exploração de todos os caminhos que nos levem a aproveitar todas as oportunidades que referi acima.

Bem haja!

Dr. Manuel Lemos

Presidente da União das Misericórdias Portuguesas

4.4

IES – Social Business School

texto por Miguel Alves Martins

Reflexão do IES – Social Business School – o papel da setor da economia social e seu posicionamento no contexto económico em Portugal

No mundo em que vivemos os problemas societais que enfrentamos são complexos. Alguns são localizados, outros são sistémicos; alguns são invisíveis à sociedade, outros são evidentes. Face a estes desafios, temos verificado um aumento da interdependência entre setores na procura e implementação de soluções mais eficazes. Assistimos a uma transformação importante no comportamento dos atores de cada um dos três setores – privado, público e social – que os leva a um diálogo crescente e a iniciativas conjuntas. A esta crescente interligação entre setores chamamos de Economia Convergente.

No centro da Economia Convergente está o movimento do empreendedorismo social⁵⁰. O movimento é conduzido por pessoas que se dedicam à resolução de problemas da sociedade através de iniciativas inovadoras, sustentáveis e escaláveis. As empresas começam a inverter a lógica das tradicionais políticas de responsabilidade social, trazendo uma atitude mais inovadora e mobilizadora para as ações que desenvolvem em benefício da sociedade. O setor público procura identificar soluções existentes para que possam ser institucionalizadas e assim aumentar a eficiência das suas políticas. O empreendedorismo social é um movimento que conquista um espaço cada vez maior no mundo em que vivemos.

Nesta lógica, os empreendedores sociais atuam de maneira diferente, partilhando o que sabem, capacitando os seus parceiros e clientes, encontrando soluções partilhadas por todos. O seu objetivo não passa pela criação de uma organização que perdure no tempo, mas antes o desenvolvimento de uma solução que seja sustentável em termos da utilização de recursos, que seja escalável para outras comunidades e geografias, e que aborde o problema de forma a atacar as suas causas profundas e não os sintomas, criando-se assim as condições necessárias para a transformação social acontecer. Por outras palavras, para o empreendedor social a forma jurídica da sua iniciativa é um meio para atingir um fim. O seu objetivo

50 Laboratório de Investimento Social, Glossário para a Economia Convergente. Nota de Investigação #1, janeiro 2014

último é a criação de valor e de transformação da sociedade. Como tal, é comum encontrar iniciativas de empreendedorismo social no âmbito de empresas, organizações sem fins lucrativos, fundações, autarquias, etc.

51 Para saber mais: <http://investimentosocial.pt>

Ainda que exista uma enorme heterogeneidade no tipo de modelos, atividades e áreas de atuação, estas iniciativas sofrem, muitas vezes, de um desafio comum: baixa mobilização de recursos (financeiros e não financeiros), o que dificulta o desempenho das suas atividades e maximização do impacto.

Uma das principais razões é o facto do segmento-alvo da iniciativa não ter capacidade de pagamento (total ou parcial) e/ou por não se perceber o valor gerado pela solução (considerar p.e. o custo acrescido e raramente financiado da medição do impacto). Para suprimir esta condição, por um lado, o empreendedor social procura reduzir os custos das suas atividades através de inovações no modelo de negócios, por outro tenta mobilizar externamente o financiamento necessário.

Já o financiador tenta crescentemente realizar investimentos com retorno (independentemente de ser retorno social e/ou financeiro). O financiamento de empreendedores sociais e das suas inovações é um dos focos principais da área de investimento social, uma área que tem vindo a ser dinamizada em Portugal pelo Laboratório de Investimento Social⁵¹, um projeto da Fundação Calouste Gulbenkian e do IES – SBS, em parceria com a Social Finance UK, e que procura difundir e implementar as melhores práticas internacionais e mecanismos financeiros inovadores, estudando a sua aplicabilidade à realidade portuguesa.

De forma resumida, pode-se dizer que o Investimento Social é a aplicação de capital/recursos em atividades, organizações ou fundos com o objetivo de obter simultaneamente um retorno financeiro e um retorno de valor para a sociedade, sendo que ambos os tipos de retorno são monitorizados e influenciam a tomada de decisão do investidor.

O Investimento Social é assim diferente dos investimentos comerciais por usar o impacto como critério, mas é também diferente da filantropia pois evita os tradicionais donativos e procura apoiar iniciativas que sejam potencialmente sustentáveis e que possam gerar receitas na prossecução da sua missão, retribuindo o investimento realizado.

Ao trazer estes novos instrumentos para Portugal pretende-se investir numa ótica de transformação, e promover uma maior eficiência do setor através do desenvolvimento de uma base de incentivos, focada no alcançar de resultados. Acredita-se que o foco nos resultados ajuda a criar uma cultura de colaboração no setor, onde iniciativas complementares se podem associar de forma a unir esforços para fazerem face a um determinado problema social. É também de extrema importância o envolvimento de investidores sociais para catalisar uma maior capacitação do setor, rumo ao cumprimento de objetivos partilhados por diferentes partes.

O Investimento Social, não sendo um caminho único, pode ser um dos caminhos que contribui para um setor social mais resiliente, sustentável e com maior impacto, maximizando o valor que cria para a sociedade.

Chegou o momento de procurarmos, complementarmente às soluções sociais existentes, mecanismos alternativos que nos permitam testar soluções inovadoras para os problemas que nos assolam diariamente. Portugal e a Comissão Europeia têm dado passos muito interessantes neste campo. O tempo dirá o impacto deste movimento agora criado.

Dr. Miguel Alves Martins

Diretor Executivo do IES – Social Business School

4.5

União das Mutualidades

texto por Luís Alberto Silva

Reflexão da União das Mutualidades – o papel da setor da economia social e seu posicionamento no contexto económico em Portugal

O MOVIMENTO MUTUALISTA

O movimento mutualista surgiu historicamente como forma de os cidadãos se organizarem coletivamente para fazerem face a um conjunto de riscos e inseguranças, no respeito dos valores da solidariedade, da democracia, da equidade, da responsabilidade social e da entreajuda.

Nos primórdios da independência de Portugal há notícia da existência de confrarias clericais ou laicas e já em 1297 foi fundada em Beja um confraria laica, por autorização de carta real, que se pensa ter sido a primeira mutualidade existente no nosso País, pois tinha como objetivos praticar a beneficência, socorro mútuo e piedade.

Já no final do século XVIII começam a surgir as primeiras Associações de Socorros Mútuos que passaram a ter uma forte intervenção na área da assistência médica e medicamentosa e na previdência pecuniária ou de benefícios diferidos, atribuindo pensões de sobrevivência, reforma, invalidez e, muito especialmente, subsídios de funeral e luto.

Muitas destas associações perderam-se ao longo dos tempos, umas porque as suas débeis estruturas não suportaram as várias vicissitudes que tiveram que enfrentar, outras, porque os seus objetivos foram ultrapassados pela criação de sistemas de proteção social estatal que culminou no que hoje denominamos Estado Providência. Contudo, muitas outras conseguiram vencer problemas de toda a ordem e perdurar até hoje, mais do que associações centenárias, dando um extraordinário contributo à ação da previdência oficial na sua função de complementaridade.

Um desses exemplos de capacidade de reinvenção é a Associação Mutualista Montepio Filarmónico, uma das mutualidades mais antigas, com 180 anos de existência e ainda em atividade.

Surgiu em 1834, em Lisboa, e na sua génese está a Irmandade de Santa Cecília, da Corte de Lisboa, que desde 1603 geria o trabalho dos músicos, controlando a qualidade artística, promovendo o desenvolvimento da arte e gerindo uma parte dos ganhos dos seus membros com vista ao socorro da doença, da invalidez do funeral e do apoio às viúvas e filhos necessitados.

Ao longo dos tempos, o Montepio Filarmónico, mesmo em alturas de grandes dificuldades soube resistir com o importante apoio da sociedade civil, em geral, e dos músicos amadores, em particular que, unindo esforços, ajudaram à revitalização desta instituição.

Atualmente, o Montepio Filarmónico é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com respostas nas áreas da saúde e da segurança social, sendo base para diversos estudos na área da história da música.

A história do mutualismo mostra que foi possível, graças à sua consolidação, atenuar, substancialmente, os níveis de incerteza e vulnerabilidade a que uma parte significativa da população estava sujeita. O mutualismo foi, para muitos, a única forma de proteção contra perigos e contingências sociais como o desemprego, a doença, a perda de autonomia ou a morte.

Hoje, as preocupações são inúmeras – o desemprego, a conciliação da vida profissional com a vida familiar, a dificuldade de acesso à saúde e aos medicamentos, a falta de respostas de apoio às crianças, jovens e idosos, entre outros – é por tudo isto que o trabalho das Associações Mutualistas é tão importante, útil e necessária.

O mutualismo nasceu para dar resposta às necessidades de proteção da sociedade. Hoje, porque estamos perante uma situação de crise económica e social com enorme impacto na vida das pessoas e das famílias, a procura dos serviços sociais prestados por estas entidades tem aumentado significativamente. E, prevemos e desejamos, irá aumentar no futuro.

As associações mutualistas caracterizam-se por praticar a solidariedade entre os seus membros, na defesa do interesse mútuo. E esta partilha de responsabilidades, tão própria do movimento mutualista, encerra em si mesma a essência da coesão social.

A VISÃO DO SETOR

De acordo com alguns economistas, a coesão social corresponde a um acesso equilibrado da população aos grandes frutos do progresso económico. Ora, as Associações Mutualistas, ao “mutualizarem” o risco, são agentes da redistribuição da riqueza e, nessa perspetiva, fortes estimuladores da coesão social. Este é o princípio base da proteção social, do qual o movimento mutualista é ator central e essencial. Em Portugal, as Associações Mutualistas desenvolvem, diariamente, inúmeras ações com vista a permitir que o nosso país atinja as metas europeias para a coesão social.

Assim, contribuem para a promoção do emprego, para a prevenção do risco da exclusão, atuando em prol dos mais desprotegidos, ultrapassando as assimetrias regionais e sociais e promovendo a integração.

Se não fossem as instituições do setor social e solidário, entre as quais se encontram as associações mutualistas, a crise que atravessamos teria uma dimensão muito superior, uma vez que o Estado, por si só, não tem capacidade instalada nem proximidade do terreno suficiente para conseguir dar resposta a todas as solicitações.

Atualmente existem milhares de entidades de economia social (cooperativas, mutualidades, associações, fundações, misericórdias) a funcionar. Em 2011, 600 mil pessoas estariam desprotegidas se não fossem as IPSS. É por isto, necessário, reforçar a sua capacidade de ação, modernizar as suas estruturas e otimizar os seus recursos.

Além disto, não podemos esquecer o importante peso que estas instituições representam na criação de emprego. Segundo os últimos dados da conta satélite (2010) da economia social, estas entidades empregam 226 mil pessoas e representam 2,8% do valor acrescentado bruto. O emprego gerado na União Europeia por este setor representa mais de 14 milhões de pessoas (cerca de 7,5% do total da economia europeia).

O Movimento Mutualista, peça fundamental da economia solidária e social, congrega, em todo o país, cerca de 1 milhão de associados e mais de 2 milhões e meio de beneficiários, organizados num conjunto de 100 associações de âmbito local e nacional, que empregam 4600 trabalhadores e 1000 prestadores de serviços, gerando, anualmente, receitas em volta dos 750 milhões de euros. Têm um papel histórico crucial na proteção social, uma vez que os fins fundamentais do mutualismo compreendem a concessão de benefícios complementares de segurança social e/ou saúde aos seus

Associados e familiares. É através destas Associações Mutualistas que são garantidos todos os anos, mais de 2500 apoios médicos, económicos e sociais a crianças e jovens, à terceira idade e aos grupos menos protegidos, incluindo a distribuição de mais de 295 mil refeições por ano.

As Associações Mutualistas têm sabido complementar e colmatar as falhas e limitações dos sistemas públicos de proteção social e das respostas das entidades privadas com fins lucrativos, e encontram-se empenhadas no desenvolvimento de novas soluções adequadas às necessidades dos cidadãos e das famílias.

A União das Mutualidades Portuguesas, constituída em 1984⁵¹, é uma associação mutualista de grau superior que filia 75 associações mutualistas nacionais, com o objetivo de as promover e representar junto das entidades públicas, privadas e sociais e dos organismos internacionais, definindo as orientações estratégicas e as linhas gerais de direção do Movimento Mutualista, no âmbito das suas finalidades estatutárias, como também, se assume como parceira no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, participando em representações nacionais e internacionais.

A UMP assume uma postura ativa, democrática e credível na construção de uma sociedade mais solidária, incentivando o envolvimento dos cidadãos na sua proteção e promovendo uma maior qualidade de vida às famílias portuguesas, encontrando na proteção da segurança social, saúde e apoio social, soluções adequadas às necessidades dos cidadãos.

As mutualidades têm um papel importante face aos novos desafios da sustentabilidade dos atuais regimes de proteção social nos Estados-Membros, em particular no campo do seguro, da proteção social e serviços de saúde. Ao longo dos séculos as mutualidades provaram que eram capazes de responder melhor às necessidades sociais não atendidas reconhecendo o “interesse geral” e as metas sociais como principais objetivos corporativos.

São definidas como “grupos voluntários de pessoas, cuja finalidade é principalmente atender as necessidades dos seus membros, em vez de obter um retorno sobre o investimento. Operam de acordo com os princípios da solidariedade entre os membros que participam na ativamente na gestão das instituições”. São democraticamente orientadas pelos seus membros e financiadas através da solidariedade, com vista a melhorar as condições sociais das comunidades locais e da sociedade em geral, num espírito mutualista.

O Movimento Mutualista assume-se hoje por toda a Europa como o novo caminho da proteção social para este milénio e parceiro fundamental no processo de reforma dos sistemas de segurança social e de saúde.

São objetivos estatutários da União das Mutualidades Portuguesas a coordenação do desenvolvimento integrado do mutualismo, a harmonização dos interesses comuns das Mutualidades, bem como a organização e manutenção de serviços de apoio permanente às Associações Mutualistas.

A União das Mutualidades Portuguesas tem persistentemente insistido no acesso a atividades económicas, que garantam a sustentabilidade e a autonomia financeira das Mutualidades, sendo exemplo disso, as caixas económicas, as farmácias sociais, as secções de turismo, entre outras. O caminho para o desenvolvimento deste setor e das respostas por ele prestadas assenta na sustentabilidade das suas instituições através de atividades económicas que permitam o reforço da sua capacidade de intervenção.

A União das Mutualidades Portuguesas, na sua atividade diária, suportada em Planos de Ação que são fruto dos compromissos assumidos para com os seus Associados, posiciona o Mutualismo como uma força de referência do Setor Social e Solidário, com a finalidade de promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas da solidariedade mutualista, bem como assegurar o desenvolvimento e representação das Mutualidades Portuguesas no território nacional e internacional, expandir a ação das Associadas a novas áreas, bem como unificar e divulgar o Movimento Mutualista na sociedade.

O futuro das mutualidades passará, necessariamente, por uma melhor capacidade de dar a conhecer a sua atividade às populações que pode vir a servir, aumentando a sua oferta e rejuvenescendo a sua base de associados e, ao mesmo tempo, por um aprofundar da partilha de responsabilidades com o Estado, a fim de conseguir dar uma maior e melhor resposta social e poder desagrar as desigualdades sociais. Com estes esforços pretende-se impulsionar o espírito de solidariedade, entreajuda e associativismo entre os indivíduos e estabelecer política que promovam o desenvolvimento das nossas valências, modalidade e atividades.

A sociedade portuguesa tem grandes desafios pela frente, como a diminuição da natalidade, o aumento do desemprego nas camadas jovens, o envelhecimento das populações, a falta de cuidados de saúde junto de quem mais precisa, entre outros. Precisamos de partilhar responsabilidades com o Estado por forma a assegurar ajuda aos que mais sofrem com a crise e pelas desigualdades sociais. Sabemos que temos competência

e que conseguimos ser mais competitivos, mas a sustentabilidade das mutualidades tem que ser equilibradamente assegurada em termos dos ganhos que o Estado obtém com a intervenção das mutualidades, para conseguirem voar mais alto e mais longe.

Para o futuro próximo, e para poder continuar a cumprir a sua missão, a UMP considera urgente a aprovação do Código das Associações Mutualistas (CAM), onde esperamos ver consignadas as justas preocupações do Movimento, tanto no que se refere à supervisão da atividade de previdência social complementar, como na capacidade de inovação que hoje nos está vedada, por exemplo, na agricultura, consensualmente apontada como vetor estratégico do investimento empreendedor jovem.

Também não pouparemos esforços na contribuição para o alargamento das fronteiras do mutualismo no Mundo, ajudando a levar a sua ação a outras culturas e a outras sociedades que tanto poderão beneficiar dos seus princípios e da sua organização.

Na União das Mutualidades Portuguesas continuaremos, enquanto pudermos, a partilhar o nosso esforço, a nossa capacidade e a nossa competência. E podemos muito, porque somos resistentes e resilientes.

Dr. Luis Alberto Silva

Presidente da União das Mutualidades Portuguesas

ANEXO

RESPOSTAS SOCIAIS

-
- Protocolos com a Segurança Social – Cooperação 2014
 - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
 - Misericórdias
 - Cooperativas

Protocolos com a Segurança Social – Dados sobre números de acordos, utentes abrangidos e verbas de comparticipação

COOPERAÇÃO 2014 – PORTUGAL

RESPOSTA SOCIAL	2014				IPSS				MISERICÓRDIA				MUTUALIDADE			
	ACORDOS	UTENTES	DESPESAS(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESAS(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESAS(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESAS(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESAS(€)	
TOTAL	12 961	456 670	1 257 362 779	10 778	371 681	966 350 860	2 130	82 591	265 136 531	53	2 388	5 684 134	24	1 168	2 457 264	
INFÂNCIA E JUVENTUDE	5 249	233 632	524 628 843	4 461	197 757	437 758 820	764	34 707	85 698 921	24	1 168	2 457 264	24	1 168	2 457 264	
SUB-TOTAL CRIANÇAS E JOVENS	4 734	215 291	442 757 863	4 015	181 489	367 785 604	695	32 634	73 960 156	24	1 168	2 457 264	24	1 168	2 457 264	
Creche Familiar	62	2 680	7 038 386	49	2 070	5 481 347	12	579	1 469 008	1	31	89 623	1	31	89 623	
Creche	1 847	70 992	2 07 815 657	1 520	57 104	169 090 973	317	13 478	38 864 876	10	410	1 174 615	10	410	1 174 615	
Creche Familiar	1 449	84 579	132 328 382	1 200	70 209	160 477 963	241	13 818	30 881 118	8	552	1 081 216	8	552	1 081 216	
Centro de Atividades de Tempos Livres	1 376	57 040	35 575 437	1 246	52 106	32 735 321	125	4 759	2 745 154	5	175	111 810	5	175	111 810	
SUB-TOTAL CRIANÇAS E JOVENS COM DEFICIÊNCIA	142	6 987	12 493 670	126	6 389	12 124 258	16	598	811 411	0	0	0	0	0	0	
Intervenção Precoce	117	6 371	9 685 457	101	5 773	8 910 636	16	598	774 821	0	0	0	0	0	0	
Lar de Apoio	23	316	2 337 236	23	316	2 300 645	0	0	36 590	0	0	0	0	0	0	
Transporte de Pessoas com Deficiência	2	300	912 977	2	300	912 977	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SUB-TOTAL CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO	373	11 354	68 936 311	320	9 879	57 848 957	53	1 475	11 087 353	0	0	0	0	0	0	
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	45	3 132	3 771 792	44	3 072	3 726 935	1	60	44 857	0	0	0	0	0	0	
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	3	663 773	663 773	3	663 773	663 773	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens	3	75	236 438	3	75	236 438	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Centro de Acolhimento Temporário	124	2 218	26 030 741	101	1 773	21 472 501	23	445	4 559 240	0	0	0	0	0	0	
Lar de Infância e Juventude	191	5 892	37 940 182	162	4 922	31 455 925	29	970	6 484 257	0	0	0	0	0	0	
Apartamento de Autonomização	7	37	233 386	7	37	233 386	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
POPULAÇÃO ADULTA	7 176	189 198	677 299 269	5 941	152 328	500 646 558	1 311	46 015	174 749 962	24	855	2 480 342	24	855	2 480 342	
SUB-TOTAL PESSOAS IDOSAS	6 262	176 132	530 246 522	5 021	132 032	369 730 849	1 217	43 245	158 459 081	24	855	2 480 342	24	855	2 480 342	
Serviço de Apoio Domiciliário	2 362	68 497	214 161 091	1 968	54 705	170 737 456	386	13 444	42 323 461	8	248	1 244 617	8	248	1 244 617	
Centro de Convívio	423	11 298	6 880 209	388	10 312	6 288 520	31	826	482 500	4	160	98 623	4	160	98 623	
Centro de Dia	1 931	40 166	49 135 386	1 888	33 909	41 607 302	335	6 060	7 327 362	8	197	249 930	8	197	249 930	
Centro de Noite	15	143	416 701	12	105	299 891	3	38	116 810	0	0	0	0	0	0	
Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas	1	8	35 143	1	8	35 143	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	1 530	56 020	259 616 991	1 064	32 983	150 762 497	462	22 877	108 198 928	4	150	867 173	4	150	867 173	
SUB-TOTAL PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	770	20 372	138 042 012	712	18 318	124 175 994	58	2 054	14 017 811	0	0	0	0	0	0	
Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência	41	1 501	5 760 250	41	1 501	5 760 250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Serviço de Apoio Domiciliário	24	556	1 418 607	21	462	1 185 539	3	94	233 068	0	0	0	0	0	0	
Centro de Atividades Ocupacionais	400	12 603	72 540 384	375	11 842	68 387 694	25	761	4 149 891	0	0	0	0	0	0	
Lar Residencial	256	5 420	55 561 161	231	4 254	46 361 580	25	1 166	9 354 173	0	0	0	0	0	0	
Transporte de Pessoas com Deficiência	3	33	131 800	2	20	100 239	1	13	31 560	0	0	0	0	0	0	
Residência Autónoma	46	259	2 629 811	42	239	2 380 632	4	20	249 119	0	0	0	0	0	0	

SUB-TOTAL PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	85	1 054	4 470 918	52	998	2 422 498	33	656	2 046 420	0	0	0
Serviço de Apoio Domiciliário	28	1 055	2 010 967	21	660	1 140 032	7	395	870 935			
Apoio Domiciliário Integrado	53	541	2 151 829	31	338	1 282 466	22	203	869 363			
Unidade de Apoio Integrado	4	58	308 122				4	58	308 122			
SUB-TOTAL PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL OU PSQUIÁTRICO	57	945	4 105 021	54	885	3 881 421	3	60	224 650	0	0	0
Forum Sócio-Occupacional	30	737	2 760 824	28	697	2 640 764	2	40	121 109			
Unidade de Vida Protegida	19	113	855 982	19	113	855 982						
Unidade de Vida Autónoma	4	24	49 378	4	24	49 378						
Unidade de Vida Apoiada	4	71	438 827	3	51	335 287	1	20	103 541			
SUB-TOTAL PESSOAS SEM-ABRIGO	2	95	435 796	2	95	435 796	0	0	0	0	0	0
Equipa de Rua para Pessoas Sem-Abrigo	2	95	435 796	2	95	435 796						
FAMÍLIA E COMUNIDADE	504	22 083	47 367 371	445	19 849	42 691 674	54	1 869	3 970 237	5	365	736 946
SUB-TOTAL FAMÍLIA E COMUNIDADE EM GERAL	389	19 811	38 525 761	344	17 873	35 162 511	42	1 598	2 859 637	3	340	555 089
Atendimento/Acompanhamento Social	116	1 948	4 938 721	99	1 790	4 444 214	17	158	494 508			
Grupo de Auto-Ajuda	3	109	159 706	3	109	159 706						
Centro Comunitário	133	10 471	15 122 765	115	9 025	13 225 958	16	1 206	1 554 274	2	240	342 532
Centro de Férias e Lazer	5	858	3 222 704	5	858	3 252 256						
Refeitório/ Cantina Social	33	1 631	2 079 760	30	1 481	1 753 720	2	50	135 408	1	100	192 567
Centro de Apoio à Vida	20	608	1 746 300	19	594	1 582 815	1	14	165 485			
Comunidade de Inserção	44	2 287	6 578 829	41	2 135	6 094 461	3	152	484 368			
Centro de Alojamento Temporário	29	900	4 210 656	26	882	4 185 061	3	18	25 595			
Ajuda Alimentar	6	999	464 319	6	999	464 319						
SUB-TOTAL PESSOAS COM HIV/SIDA E SUAS FAMÍLIAS	19	503	1 403 418	17	487	1 310 441	2	6	92 976	0	0	0
Centro de Atendimento / Acompanhamento Psicossocial	11	387	827 078	10	387	776 976	1		50 103			
Serviço de Apoio Domiciliário	4	88	388 926	4	88	388 926						
Residência para Pessoas Infectadas pelo HIV/SIDA	4	28	187 413	3	22	144 540	1	6	42 873			
SUB-TOTAL PESSOAS TOXICODEPENDENTES	52	877	2 418 336	50	726	2 320 490	2	151	97 846	0	0	0
Equipa de Intervenção Directa	26	644	1 407 849	24	493	1 310 003	2	151	97 846			
Apartamento de Reinserção Social	26	233	1 010 487	26	233	1 010 487						
SUB-TOTAL PESSOAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	44	892	5 018 857	34	753	3 898 231	8	114	919 779	2	25	201 847
Centro de Atendimento	15	334	682 688	14	334	670 183	1		12 514			
Casa de Abrigo	29	558	4 337 159	20	419	3 228 048	8	114	919 779	1	25	188 332
GRUPO FECHADO	32	1 757	8 066 296	31	1 757	5 263 808	1	0	557 411	0	0	29 382
SUB-TOTAL RESPOSTAS PONTUAIS	32	1 757	8 066 296	31	1 757	5 263 808	1	0	557 411	0	0	29 382
Apoio em Regime Ambulatório	11	1 242	3 203 035	11	1 242	3 203 035						
Imprensa Braille	1		243 448				1		243 448			
Escola de Cães-Guia	1	14	166 999	1	14	166 999						
Centro de Recursos para a Inclusão Social	19	501	1 030 038	19	501	1 030 038						
Apoio Financeiro às Uniãoes			1 389 730			853 736			313 963			29 382
Acordos de Cooperação (Outros)			2 033 045									

Fonte: GPE do ISS, IP (SIF: Mapa 7.1. Controlo Orçamental – Despesa e Lista de compromissos 69*, Módulo IPSS – Processamento Total / SISS-Coop)

AVEIRO

	2014						IPSS			MISERICÓRDIA			MUTUALIDADE					
	ACORDOS		UTENTES		DESPESAS(€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESAS(€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESAS(€)	
RESPOSTA SOCIAL																		
TOTAL	1 142	37 841	107 354 566	22 563	48 705 795	992	31 107	86 956 816	143	6 391	19 715 393	7	343	682 368				
INFÂNCIA E JUVENTUDE	542	21 363	43 866 982	445	17 855	36 088 692	468	18 685	39 808 434	68	3 360	8 230 454	6	318	666 908			
Sub-total Crianças e Jovens	514	21 363	43 866 982	445	17 855	36 088 692	445	17 855	36 088 692	63	3 190	7 111 392	6	318	666 908			
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	3	240	250 143	3	240	250 143	3	240	250 143	0	0	0	0	0	0			
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	25	760	4 598 660	20	590	3 469 599	20	590	3 469 599	5	170	1 119 062	0	0	0			
POPULAÇÃO ADULTA	518	14 370	51 571 448	452	11 482	40 591 218	452	11 482	40 591 218	65	2 863	10 964 780	1	25	15 460			
Sub-total Pessoas Idosas	442	12 986	41 823 618	380	10 138	31 140 963	380	10 138	31 140 963	61	2 823	10 667 206	1	25	15 460			
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	75	1 379	9 725 869	71	1 339	9 428 314	71	1 339	9 428 314	4	40	297 575	0	0	0			
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	1	5	21 941	1	5	21 941	1	5	21 941	0	0	0	0	0	0			
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
FAMÍLIA E COMUNIDADE	81	1 108	7 040 988	71	940	6 520 809	71	940	6 520 809	10	168	520 159	0	0	0			
Sub-total Família e Comunidade em Geral	70	704	6 216 065	64	702	5 935 840	64	702	5 935 840	6	2	280 225	0	0	0			
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	1	0	50 103	0	0	0	0	0	0	1	0	50 103	0	0	0			
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	5	218	208 034	3	67	110 188	3	67	110 188	2	151	97 846	0	0	0			
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	5	186	568 766	4	171	474 781	4	171	474 781	1	15	91 985	0	0	0			
GRUPO FECHADO	1	0	36 355	1	0	36 355	1	0	36 355	0	0	0	0	0	0			
Sub-total Respostas Pontuais	1	0	36 355	1	0	36 355	1	0	36 355	0	0	0	0	0	0			

BEJA

TOTAL	261	9 567	30 592 329	192	6 819	21 948 004	69	2 748	8 644 326	0	0	0	0	0
INFÂNCIA E JUVENTUDE	81	3 832	9 288 189	58	2 841	7 156 249	23	992	2 131 951	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens	67	3 299	7 545 828	46	2 377	5 507 011	21	922	2 038 817	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	8	325	564 064	6	295	470 930	2	70	93 134	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	6	209	1 178 307	6	209	1 178 307	0	0	0	0	0	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	172	5 575	20 285 642	127	3 834	13 923 931	45	1 741	6 361 711	1	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Idosas	159	5 255	18 147 537	114	3 514	11 785 826	45	1 741	6 361 711	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	13	320	2 138 105	13	320	2 138 105	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	6	79	788 156	5	64	637 492	1	15	150 664	0									
Sub-total Família e Comunidade em Geral	3	36	411 088	3	36	411 088	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	3	43	377 057	2	28	226 393	1	15	150 664	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GRUPO FECHADO	2	80	230 332	2	80	230 332	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	2	80	230 332	2	80	230 332	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

BRAGA

TOTAL	1 170	42 873	108 430 948	1 046	37 712	95 512 900	122	5 161	14 918 049	0									
INFÂNCIA E JUVENTUDE	609	27 942	55 987 196	552	24 898	49 541 540	57	3 044	6 445 657	0									
Sub-total Crianças e Jovens	565	26 411	49 634 236	509	23 387	43 559 865	56	3 024	6 274 371	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	9	609	736 382	9	609	736 382	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	35	922	5 414 578	34	902	5 243 293	1	20	171 286	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	521	13 480	47 650 459	466	11 363	39 178 067	65	2 117	8 472 382	0									
Sub-total Pessoas Idosas	461	12 063	38 401 459	401	10 027	30 362 103	60	2 036	8 059 356	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	58	1 382	9 093 714	53	1 301	8 660 679	5	81	433 036	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	2	35	155 285	2	35	155 285	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	36	1 104	3 496 129	36	1 104	3 496 129	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Família e Comunidade em Geral	28	978	3 094 784	28	978	3 094 784	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	3	33	62 309	3	33	62 309	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	3	77	175 801	3	77	175 801	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	2	16	163 235	2	16	163 235	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GRUPO FECHADO	4	347	1 297 164	4	347	1 297 164	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	4	347	1 297 164	4	347	1 297 164	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: GPE do ISS, IP (SIF: Módulo IPSS – Processamento Total / SISS-Coop)

BRAGANÇA

	2014				IPSS				MISERICÓRDIA				MUTUALIDADE					
	ACORDOS		UTENTES		DESPESA(€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA(€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA(€)	
RESPOSTA SOCIAL																		
TOTAL	346	9 250	29 748 776	222	4 982	15 665 104	119	4 047	13 720 348	5	221	363 223						
INFÂNCIA E JUVENTUDE	78	3 160	8 122 993	45	1 783	4 949 198	32	1 346	3 084 172	1	31	89 823						
Sub-total Crianças e Jovens	67	2 801	6 028 718	35	1 438	3 040 159	31	1 332	2 888 937	1	31	89 823						
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	1	30	42 452	1	30	42 452												
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	10	329	2 051 823	9	315	1 866 587	1	14	185 236									
POPULAÇÃO ADULTA	257	5 699	20 984 518	169	2 913	10 299 320	86	2 696	10 616 579	2	90	68 620						
Sub-total Pessoas Idosas	241	5 249	17 777 095	157	2 656	8 411 979	82	2 503	9 296 497	2	90	68 620						
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	14	415	3 011 479	12	257	1 887 341	2	158	1 124 138	0	0	0						
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	2	35	195 944	0	0	0	2	35	195 944	0	0	0						
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
FAMÍLIA E COMUNIDADE	10	390	609 666	7	285	394 988	1	5	19 597	2	100	205 081						
Sub-total Família e Comunidade em Geral	7	335	491 814	6	235	299 248	0	0	0	1	100	192 567						
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	1	50	85 740	1	50	85 740	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	2	5	32 112	0	0	0	1	5	19 597	1	1	12 514						
GRUPO FECHADO	1	1	31 599	1	1	31 599	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Respostas Pontuais	1	1	31 599	1	1	31 599	0	0	0	0	0	0						

CASTELO BRANCO

TOTAL	484	12 596	35 627 418	363	8 206	22 882 528	118	4 256	12 363 060	3	134	381 830
INFÂNCIA E JUVENTUDE	117	4 474	10 220 924	80	2 787	6 946 273	37	1 687	3 274 651	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens	109	4 193	8 931 049	72	2 506	5 656 398	37	1 687	3 274 651	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	2	98	226 293	2	98	226 293	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	6	183	1 063 582	6	183	1 063 582	0	0	0	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	363	8 099	25 321 691	280	5 400	15 855 208	80	2 565	9 084 654	3	134	381 830
Sub-total Pessoas Idosas	345	7 956	21 949 445	262	4 887	12 482 962	80	2 565	9 084 654	3	134	381 830
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	18	533	3 372 246	18	533	3 372 246	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ÉVORA

RESPOSTA SOCIAL	2014				IPSS				MISERICÓRDIA				MUTUALIDADE			
	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	
TOTAL	427	12 225	33 754 734	309	8 367	21 941 508	114	3 714	11 504 608	4	144	308 618				
INFÂNCIA E JUVENTUDE	131	4 798	10 634 411	101	3 612	8 170 930	28	1 088	2 270 747	2	98	192 734				
Sub-total Crianças e Jovens	108	3 947	8 061 489	86	3 062	6 241 266	20	787	1 827 450	2	98	192 734				
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	13	620	912 489	7	375	569 697	6	245	342 792	0	0	0				
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	10	231	1 660 432	8	175	1 359 967	2	56	300 465	0	0	0				
POPULAÇÃO ADULTA	266	7 215	21 649 720	187	4 565	12 693 212	77	2 604	8 940 634	2	46	115 884				
Sub-total Pessoas Idosas	241	6 434	17 332 642	167	3 948	9 486 033	72	2 440	7 730 725	2	46	115 884				
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	22	736	4 217 664	18	582	3 150 135	4	154	1 067 530	0	0	0				
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	2	35	57 045	2	35	57 045	0	0	0	0	0	0				
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	1	10	42 379	0	0	0	1	10	42 379	0	0	0				
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
FAMÍLIA E COMUNIDADE	28	142	1 218 038	19	120	824 810	9	22	393 227	0	0	0				
Sub-total Família e Comunidade em Geral	21	73	867 886	13	66	630 082	8	7	237 804	0	0	0				
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	4	30	94 788	4	30	94 788	0	0	0	0	0	0				
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	3	38	255 353	2	24	99 929	1	15	155 424	0	0	0				
GRUPO FECHADO	2	70	252 556	2	70	252 556	0	0	0	0	0	0				
Sub-total Respostas Pontuais	2	70	252 556	2	70	252 556	0	0	0	0	0	0				

FARO

RESPOSTA SOCIAL	2014				IPSS				MISERICÓRDIA				MUTUALIDADE			
	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	ACORDOS	UTENTES	DESPESA(€)	
TOTAL	510	18 955	52 592 942	370	13 992	37 682 444	140	4 963	14 910 498	0	0	0				
INFÂNCIA E JUVENTUDE	229	11 548	25 885 373	184	9 262	20 981 698	45	2 298	4 901 675	0	0	0				
Sub-total Crianças e Jovens	205	10 632	20 531 717	163	8 429	16 199 458	42	2 203	4 332 259	0	0	0				
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	6	286	510 572	6	286	510 572	0	0	0	0	0	0				
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	18	630	4 841 084	15	547	4 271 668	3	83	569 416	0	0	0				
POPULAÇÃO ADULTA	228	6 285	23 153 050	139	3 641	13 331 576	89	2 644	9 821 474	0	0	0				
Sub-total Pessoas Idosas	186	5 406	17 953 244	108	2 910	8 954 066	78	2 436	8 959 178	0	0	0				
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	18	522	4 059 863	17	484	3 621 625	1	38	436 239	0	0	0				
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	18	195	444 228	10	135	242 441	8	60	201 787	0	0	0				

Subtotal Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	6	162	656.714	4	112	513.444	2	50	182.270	0	0	0
Subtotal Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	51	1.022	3.360.310	45	989	3.172.961	6	33	187.348	0	0	0
Sub-total Família e Comunidade em Geral	37	862	2.461.121	33	845	2.398.972	4	17	62.149	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	4	61	211.657	3	55	168.783	1	6	42.873	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	8	71	407.525	8	71	407.525	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	2	28	280.007	1	18	197.681	1	10	82.326	0	0	0
GRUPO FECHADO	2	100	196.209	2	100	196.209	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	2	100	196.209	2	100	196.209	0	0	0	0	0	0

GUARDA

TOTAL	712	14.807	42.626.785	630	12.524	35.535.104	82	2.283	7.091.681	0	0	0
INFÂNCIA E JUVENTUDE	161	5.323	10.991.654	141	4.494	9.216.360	20	829	1.775.294	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens	149	5.020	9.202.410	129	4.191	7.427.117	20	829	1.775.294	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	3	98	299.176	3	98	299.176	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	9	205	1.490.067	9	205	1.490.067	0	0	0	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	542	9.428	31.256.842	480	7.974	25.940.455	62	1.454	5.316.387	0	0	0
Sub-total Pessoas Idosas	516	8.759	26.006.483	456	7.340	20.885.719	60	1.419	5.120.764	0	0	0
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	25	659	5.200.917	24	634	5.054.736	1	25	146.181	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	1	10	49.442	0	0	0	1	10	49.442	0	0	0
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	8	56	348.197	8	56	348.197	0	0	0	0	0	0
Sub-total Família e Comunidade em Geral	7	40	335.808	7	40	335.808	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	1	16	12.388	1	16	12.388	0	0	0	0	0	0
GRUPO FECHADO	1	0	30.092	1	0	30.092	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	1	0	30.092	1	0	30.092	0	0	0	0	0	0

Fonte: GPE do ISS, IP (SIF): Módulo IPSS – Processamento Total / SISS-Coop

LEIRIA

RESPOSTA SOCIAL	2014				IPSS				MISERICÓRDIA				MUTUALIDADE					
	ACORDOS		UTENTES		DESPESA(€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA(€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA(€)	
TOTAL	628	19 747	58 229 042	527	16 239	45 758 463	99	3 438	12 101 123	2	70	369 465						
INFÂNCIA E JUVENTUDE	215	8 635	20 699 309	189	7 855	17 847 599	26	980	2 851 710	0	0	0						
Sub-total Crianças e Jovens	197	8 245	18 230 371	173	7 295	15 657 949	24	950	2 572 521	0	0	0						
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	7	331	522 361	7	331	522 361	0	331	0	0	0	0						
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	11	259	1 946 577	9	229	1 667 389	2	30	279 188	0	0	0						
POPULAÇÃO ADULTA	391	10 774	36 515 223	320	8 246	26 998 481	69	2 458	9 147 287	2	70	369 465						
Sub-total Pessoas Idosas	333	9 651	28 818 434	269	7 275	20 547 856	62	2 306	7 901 123	2	70	369 465						
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	49	1 010	7 174 297	44	886	6 064 547	5	124	1 109 750	0	0	0						
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	8	98	442 846	6	70	306 431	2	28	136 414	0	0	0						
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	1	15	79 646	1	15	79 646	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
FAMÍLIA E COMUNIDADE	20	31	762 583	16	31	660 457	4	0	102 126	0	0	0						
Sub-total Família e Comunidade em Geral	17	12	647 680	13	12	545 553	4	0	102 126	0	0	0						
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	1	7	27 120	1	7	27 120	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	2	12	87 783	2	12	87 783	0	0	0	0	0	0						
SUB-TOTAL GRUPO FECHADO	2	107	251 927	2	107	251 927	0	0	0	0	0	0						
Sub-total Respostas Pontuais	2	107	251 927	2	107	251 927	0	0	0	0	0	0						

LISBOA

TOTAL	1 763	80 818	219 501 208	1 589	72 174	193 440 927	174	8 644	26 030 999	0	0	29 382						
INFÂNCIA E JUVENTUDE	859	47 950	111 312 960	760	42 347	98 198 913	99	5 243	13 114 048	0	0	0						
Sub-total Crianças e Jovens	777	44 110	96 445 745	681	38 969	84 152 893	96	5 141	12 292 853	0	0	0						
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	21	1 614	2 968 714	20	1 584	2 917 058	1	30	51 656	0	0	0						
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	61	1 866	11 898 501	59	1 794	11 128 962	2	72	769 539	0	0	0						
POPULAÇÃO ADULTA	820	28 462	97 664 195	748	25 303	85 198 761	72	3 159	12 465 434	0	0	0						
Sub-total Pessoas Idosas	631	23 372	66 687 143	563	20 696	56 401 514	68	2 676	12 285 630	0	0	0						
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	150	4 339	27 054 671	148	3 972	26 896 796	2	367	157 875	0	0	0						
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	10	343	161 096	8	227	139 167	2	116	21 929	0	0	0						

Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	28	408	1 737 311	28	408	1 737 311	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	1	0	23 972	1	0	23 972	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	83	4 766	9 811 134	80	4 524	9 673 580	3	242	137 554	0	0	0	0	0
Sub-total Família e Comunidade em Geral	62	4 438	7 779 811	59	4 196	7 642 257	3	242	137 554	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	7	184	523 389	7	184	523 389	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	9	52	485 285	9	52	485 285	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	5	92	1 022 649	5	92	1 022 649	0	0	0	0	0	0	0	0
GRUPO FECHADO	1	0	712 919	1	0	369 574	0	0	313 963	0	0	0	29 382	29 382
Sub-total Respostas Pontuais	1	0	712 919	1	0	369 574	0	0	313 963	0	0	0	29 382	29 382

PORTALEGRE

TOTAL	353	9 404	28 723 500	239	5 887	17 160 598	114	3 517	11 562 902	0	0	0	0	0
INFÂNCIA E JUVENTUDE	102	3 348	7 993 628	69	2 342	5 147 782	33	1 006	2 845 846	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens	91	2 952	6 282 877	61	2 046	4 086 971	30	906	2 215 906	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	5	260	474 289	4	230	437 577	1	30	36 712	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	6	136	1 236 462	4	66	643 234	2	70	593 228	0	0	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	245	6 005	20 276 021	165	3 494	11 622 091	80	2 511	8 653 931	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Idosas	224	5 648	17 886 722	148	3 173	9 459 776	76	2 475	8 426 945	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	14	306	2 205 358	13	296	2 090 032	1	10	115 326	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	7	51	183 941	4	25	72 282	3	26	111 659	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	5	51	424 491	4	51	361 365	1	0	63 125	0	0	0	0	0
Sub-total Família e Comunidade em Geral	3	31	370 982	2	31	307 837	1	0	63 125	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	1	10	41 140	1	10	41 140	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	1	10	12 388	1	10	12 388	0	0	0	0	0	0	0	0
GRUPO FECHADO	1	0	29 360	1	0	29 360	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	1	0	29 360	1	0	29 360	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: GPE do ISS, IP (SIF: Módulo IPSS – Processamento Total / SISS-Coop)

PORTO

	2014						IPSS			MISERICÓRDIA			MUTUALIDADE						
	ACORDOS		UTENTES		DESPESA (€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA (€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA (€)		
RESPOSTA SOCIAL																			
TOTAL	1 529	57 563	154 325 764	1 324	48 949	126 177 188	191	8 164	27 060 328	14	450	1 088 247							
INFÂNCIA E JUVENTUDE	688	30 531	71 053 328	613	26 489	60 281 741	79	3 792	10 321 893	6	240	448 684							
Sub-total Crianças e Jovens	623	28 010	58 232 377	547	24 218	49 255 760	70	3 552	8 526 923	6	240	448 684							
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	5	187	448 982	5	187	412 392	0	0	36 590	0	0	0							
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	70	2 334	12 371 969	61	2 094	10 613 569	9	240	1 756 380	0	0	0							
POPULAÇÃO ADULTA	752	23 074	73 473 553	642	18 962	57 246 944	103	3 902	15 689 408	7	210	537 801							
Sub-total Pessoas Idosas	629	19 742	52 829 675	535	16 145	40 038 987	87	3 387	12 252 887	7	210	537 801							
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	113	3 122	20 055 904	99	2 663	16 645 346	14	459	3 410 558	0	0	0							
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	4	121	157 604	2	65	131 641	2	56	25 963	0	0	0							
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	6	88	430 370	6	89	430 370	0	0	0	0	0	0							
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
FAMÍLIA E COMUNIDADE	76	3 958	8 560 809	67	3 488	7 654 478	8	470	805 579	1	0	100 762							
Sub-total Família e Comunidade em Geral	67	3 772	7 384 550	60	3 342	6 746 678	6	430	537 120	1	0	100 762							
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	2	0	101 241	2	0	101 241	0	0	0	0	0	0							
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	7	186	1 075 017	5	146	806 559	2	40	266 459	0	0	0							
GRUPO FECHADO	3	0	1 238 074	2	0	994 626	1	0	243 448	0	0	0							
Sub-total Respostas Pontuais	3	0	1 238 074	2	0	994 626	1	0	243 448	0	0	0							
SANTARÉM																			
TOTAL	672	23 396	63 902 644	552	19 007	47 378 031	120	4 389	16 524 613	0	0	0							
INFÂNCIA E JUVENTUDE	240	10 633	22 856 621	207	8 862	19 275 608	33	1 171	3 963 012	0	0	0							
Sub-total Crianças e Jovens	199	8 888	18 341 896	175	7 927	15 867 071	24	971	2 474 825	0	0	0							
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	18	527	997 017	15	454	849 219	3	73	147 798	0	0	0							
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	23	608	3 519 708	17	481	2 559 319	6	127	960 390	0	0	0							
POPULAÇÃO ADULTA	422	12 117	40 597 875	337	8 914	27 741 706	85	3 203	12 866 169	0	0	0							
Sub-total Pessoas Idosas	389	10 820	30 411 629	306	7 822	20 105 271	83	2 998	10 306 358	0	0	0							
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	30	1 249	10 072 976	28	1 057	7 585 901	1	192	2 487 076	0	0	0							
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	2	38	62 735	1	25	62 735	1	13	62 735	0	0	0							

Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	10	50 534	1	10	50 534	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	986	417 896	7	981	332 465	2	15	85 431	0	0	0	0	0
Sub-total Família e Comunidade em Geral	941	245 500	3	926	160 069	2	15	85 431	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	55	172 396	4	55	172 396	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GRUPO FECHADO	250	28 252	1	250	28 252	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	250	28 252	1	250	28 252	0	0	0	0	0	0	0	0

SETÚBAL

TOTAL	744	35 183	90 373 696	619	28 207	68 334 227	111	6 051	19 790 120	14	925	2 248 349
INFÂNCIA E JUVENTUDE	372	18 521	44 592 331	329	16 280	38 302 789	38	1 861	5 442 808	5	380	846 733
Sub-total Crianças e Jovens	330	16 552	37 043 666	292	14 436	32 059 131	33	1 766	4 137 802	5	380	846 733
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	12	815	1 430 626	11	785	1 394 666	1	30	45 960	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	30	1 154	6 118 039	26	1 059	4 858 992	4	95	1 259 047	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	328	12 338	39 078 760	296	8 763	25 281 616	65	3 295	12 845 641	7	280	971 503
Sub-total Pessoas Idosas	256	10 581	29 760 945	190	7 276	17 020 121	59	3 025	11 769 320	7	280	971 503
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	46	938	6 156 875	46	938	6 156 875	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	19	642	2 365 533	13	372	1 289 213	6	270	1 076 320	0	0	0
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	6	82	383 583	6	82	383 583	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	1	95	411 824	1	95	411 824	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	43	4 324	6 669 544	33	3 164	4 736 761	8	895	1 501 671	2	265	431 113
Sub-total Família e Comunidade em Geral	32	3 917	5 226 712	24	2 796	3 634 584	7	881	1 350 347	1	240	241 780
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	2	165	371 984	2	165	371 984	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	4	77	207 953	4	77	207 953	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	5	165	862 894	3	126	522 239	1	14	151 323	1	25	188 332
GRUPO FECHADO	1	0	33 061	1	0	33 061	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	1	0	33 061	1	0	33 061	0	0	0	0	0	0

Fonte: GPE do ISS, IP (SIF: Módulo IPSS – Processamento Total / SISS-Coop)

VIANA DO CASTELO

	2014				IPSS				MISERICÓRDIA				MUTUALIDADE					
	ACORDOS		UTENTES		DESPESA (€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA (€)		ACORDOS		UTENTES		DESPESA (€)	
RESPOSTA SOCIAL																		
TOTAL	349	12 868	32 444 977	293	10 418	24 491 984	56	2 460	7 952 993	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INFÂNCIA E JUVENTUDE	133	5 258	12 069 079	102	3 963	8 812 457	31	1 295	3 256 623	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens	115	4 830	9 911 056	86	3 610	7 094 468	29	1 220	2 826 588	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	7	157	406 409	7	157	406 409	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	11	271	1 751 615	9	196	1 321 560	2	75	430 035	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	202	5 717	18 851 110	177	4 562	14 154 740	25	1 155	4 896 370	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Idosas	183	5 299	16 487 766	159	4 159	11 798 705	24	1 140	4 899 061	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	19	418	2 363 344	18	403	2 356 035	1	15	7 309	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Sem-Abrigo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FAMÍLIA E COMUNIDADE	10	1 405	961 381	10	1 405	961 381	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Família e Comunidade em Geral	5	1 281	676 158	5	1 281	676 158	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas com HIV/SIDA e suas Famílias	1	20	76 781	1	20	76 781	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Toxicodependentes	1	25	0	1	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Vítimas de Violência Doméstica	3	79	208 442	3	79	208 442	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GRUPO FECHADO	4	488	563 407	4	488	563 407	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Respostas Pontuais	4	488	563 407	4	488	563 407	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VILA REAL																		
TOTAL	343	10 952	31 445 748	221	6 568	18 180 032	122	4 384	13 265 716	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INFÂNCIA E JUVENTUDE	97	3 887	9 432 033	64	2 384	5 599 457	33	1 503	3 822 576	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens	86	3 545	7 732 282	57	2 184	4 786 337	29	1 361	2 945 945	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens com Deficiência	4	130	344 056	4	130	344 056	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Crianças e Jovens em Situação de Perigo	7	212	1 355 696	3	70	469 064	4	142	896 631	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POPULAÇÃO ADULTA	242	6 930	21 808 781	153	4 049	12 375 641	89	2 881	9 433 140	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Idosas	211	6 294	18 450 770	132	3 572	9 840 151	79	2 722	8 610 619	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas Adultas com Deficiência	20	555	3 029 449	16	438	2 373 154	4	117	656 295	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sub-total Pessoas em Situação de Dependência	11	81	328 562	5	39	162 337	6	42	166 225	0	0	0	0	0	0	0	0	0

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social – Números de utentes e respostas sociais nas IPSS

RESPOSTAS SOCIAIS

- CR – Creche
- ATL – Atividades de Tempos Livres
- LIJ – Lar de Infância e Juventude
- SAD – Serviço de Apoio ao Domicílio
- CD – Centro de Dia
- CC – Centro de Convívio
- ERPI – Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
- CAO – Centro de Atividades Ocupacionais
- LRES – Lar Residencial
- LAP – Lar de Apoio

DISTRITO	INFÂNCIA			TERCEIRA IDADE					DEFICIÊNCIA			TOTAIS/ CONCELHO
	CR	ATL	LIJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP		
Aveiro	7,204	6,039	279	4,680	3,012	438	3,350	437	215	0	25,654	
Beja	1,392	696	40	2,145	568	157	2,568	95	22	0	7,683	
Braga	8,400	9,669	562	5,504	1,831	620	4,304	736	231	34	31,911	
Bragança	656	613	220	2,133	730	209	2,387	173	154	3	7,278	
Castelo Branco	1,920	1,136	61	3,318	2,131	637	2,882	688	142	18	12,933	
Coimbra	3,984	6,556	278	4,101	3,236	302	3,066	593	208	15	22,379	
Évora	1,455	906	99	1,962	1,234	2,177	2,139	164	111	0	10,247	
Faro	4,249	1,890	278	1,740	951	599	2,519	225	126	12	12,589	
Guarda	1,485	1,979	124	3,257	1,936	66	2,916	306	103	0	12,072	
Leiria	3,230	2,059	55	3,860	1,730	352	2,080	45	18	0	13,429	
Lisboa	6,955	9,174	477	5,275	4,964	2,071	5,960	1,266	1,023	95	37,280	
Portalegre	980	797	0	1,416	723	557	2,469	37	0	0	7,009	
Porto	8,129	7,827	1,088	6,730	4,996	4,115	5,476	1,701	311	108	40,481	
Santarém	2,974	3,857	36	3,788	2,901	1,225	3,142	853	206	12	19,004	
Setúbal	3,271	3,088	377	4,122	3,377	1,240	2,924	255	163	0	18,818	
Viana do Castelo	1,157	542	54	1,069	495	279	838	328	45	13	4,820	
Vila Real	1,350	197	110	2,689	621	169	1,601	214	90	24	7,065	
Viseu	2,377	2,234	87	5,001	1,464	231	3,551	263	130	8	15,366	
TOTAIS RESPPOSTAS SOCIAIS	1920	1136	61	3318	2131	637	2882	688	142	18	12983	

AVERO	INFÂNCIA			TERCEIRA IDADE				DEFICIÊNCIA			TOTAIS/ CONCELHO
	CR	ATL	LIJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP	
Águeda	615	858	31	381	290	127	395	0	0	0	2697
Albergaria-a-Velha	356	305	0	271	0	99	0	39	24	0	1094
Anadia	397	301	0	345	386	0	0	45	32	0	1506
Arouca	30	132	57	30	30	0	140	0	0	0	419
Aveiro	1285	758	5	447	364	30	393	60	38	0	3380
Castelo de Paiva	134	309	105	286	50	0	0	26	0	0	910
Espinho	46	40	0	30	36	25	24	0	0	0	201
Estarreja	305	184	0	122	125	15	258	0	0	0	1009
Ilhavo	328	30	28	134	46	0	224	50	65	0	905
Mealhada	215	568	0	212	215	24	166	35	15	0	1450
Murtosa	75	30	0	66	29	0	78	0	0	0	298
Oliveira de Azeméis	664	551	24	465	288	0	307	0	0	0	2319
Oliveira de Bairro	316	300	0	156	117	0	178	39	0	0	1106
Ovar	376	173	0	229	198	53	233	0	0	0	1262
Santa Maria da Feira	1146	804	29	739	559	20	378	20	0	0	3695
S. João da Madeira	331	195	0	66	52	8	150	40	0	0	842
Sever do Vouga	65	184	0	96	70	20	98	30	16	0	579
Vagos	354	235	0	311	70	0	181	33	25	0	1209
Vale de Cambra	146	82	0	274	87	17	147	20	0	0	773
TOTAIS RESPPOSTAS SOCIAIS	7204	6039	279	4680	3072	438	3350	437	215	0	25654

Fonte: CMS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

	INFÂNCIA			TERCEIRA IDADE					DEFICIÊNCIA			TOTAIS/ CONCELHO
	CR	ATL	LIJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP		
											CD	
BEJA												
Aljustrel	88	77	0	252	47	0	282	0	0	0	0	746
Almodôvar	37	0	0	34	6	0	59	0	0	0	0	136
Alvito	0	0	0	9	3	0	145	0	0	0	0	157
Barrancos	0	0	0	30	3	0	41	0	0	0	0	74
Beja	515	405	40	368	35	39	682	50	0	0	0	2144
Castro Verde	75	0	0	156	45	0	118	0	0	0	0	394
Cuba	37	0	0	24	6	0	156	0	0	0	0	223
Ferreira do Alentejo	81	52	0	67	57	5	217	0	0	0	0	479
Mértola	54	70	0	243	29	15	119	0	0	0	0	530
Moura	119	18	0	223	47	40	236	45	22	0	0	750
Odemira	219	74	0	372	164	0	0	0	0	0	0	829
Ourique	38	0	0	76	73	0	147	0	0	0	0	334
Serpa	70	0	0	208	33	45	280	0	0	0	0	636
Vidigueira	59	0	0	83	20	13	76	0	0	0	0	251
TOTAIS RESPÓSTAS SOCIAIS	1382	696	40	2145	568	157	2588	95	22	0	0	7683

BRAGA

Amares	86	170	0	89	28	10	61	0	0	0	0	444
Barcelos	963	913	66	464	242	64	383	136	10	0	0	3251
Braga	2202	2373	321	789	45	231	927	250	79	0	0	7217
Cabeceiras de Basto	125	0	0	249	34	20	170	36	24	0	0	658
Celorico de Basto	76	158	15	237	0	0	175	0	0	0	0	661
Esposende	489	814	0	164	166	17	163	27	0	0	0	1840
Fafe	489	359	11	307	67	0	344	0	0	34	0	1611
Guimarães	1463	1610	94	609	482	134	784	31	26	0	0	5233
Póvoa de Lanhoso	179	326	0	310	75	0	114	8	64	0	0	1076
Terras de Bouro	91	60	0	156	18	0	70	0	0	0	0	395
Vieira do Minho	38	58	0	346	22	0	151	0	0	0	0	615
Vila Nova de Famalicão	1730	2353	66	1262	596	144	591	175	12	0	0	6929
Vila Verde	318	415	20	434	20	0	268	52	16	0	0	1523
Vizela	151	60	9	88	36	0	93	21	0	0	0	488
TOTAIS RESPÓSTAS SOCIAIS	8400	9689	562	5504	1831	620	4304	736	231	34	0	31911

BRAGANÇA

Alfândega da Fé	35	0	0	174	0	0	0	80	0	0	0	0	289
Bragança	68	222	86	391	201	188	597	103	154	3	0	0	2014
Carraceda de Ansiães	43	0	0	85	0	0	94	0	0	0	0	0	222
Freixo de Espada à Cinta	35	45	0	116	35	0	169	0	0	0	0	0	400
Macedo de Cavaleiros	99	40	42	187	69	0	134	40	0	0	0	0	611
Miranda do Douro	68	0	8	113	42	0	206	0	0	0	0	0	437
Mirandela	195	145	65	433	59	0	341	30	0	0	0	0	1288
Mogadouro	33	30	0	166	51	0	119	0	0	0	0	0	389
Torre de Moncorvo	49	0	17	138	120	0	163	0	0	0	0	0	487
Vila Flor	31	131	2	134	70	20	162	0	0	0	0	0	550
Vimioso	0	0	0	53	50	0	185	0	0	0	0	0	288
Vinhais	0	0	0	143	33	0	137	0	0	0	0	0	313
TOTAIS RESPOSTAS SOCIAIS	656	613	220	2133	730	209	2387	173	154	3	0	0	7278

CASTELO BRANCO

Belmonte	85	89	0	96	72	25	130	0	0	0	0	0	497
Castelo Branco	522	107	0	559	385	397	666	635	118	18	0	0	3407
Covilhã	446	239	0	583	467	87	695	0	0	0	0	0	2517
Fundão	477	586	37	589	742	128	406	0	6	0	0	0	2951
Idanha-a-Nova	30	0	0	268	173	0	276	0	0	0	0	0	747
Oleiros	33	0	0	137	4	0	185	0	0	0	0	0	359
Penamacor	18	0	24	310	77	0	100	0	0	0	0	0	529
Proença-a-Nova	59	0	0	229	55	0	157	0	0	0	0	0	500
Sertão	209	68	0	419	110	0	146	34	18	0	0	0	1004
Vila de Rei	21	17	0	88	0	0	19	0	0	0	0	0	145
Vila Velha de Ródão	20	30	0	60	46	0	121	0	0	0	0	0	277
TOTAIS RESPOSTAS SOCIAIS	1920	1136	61	3318	2131	637	2882	688	142	18	0	0	12833

Fonte: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

	INFÂNCIA			TERCEIRA IDADE					DEFICIÊNCIA			TOTALS/ CONCELHO
	CR	ATL	LIJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP		
											CD	
COIMBRA												
Arganil	92	313	0	304	294	0	254	30	0	0	0	1287
Cantanhede	417	630	0	400	327	20	431	50	20	0	0	2295
Coimbra	1456	1735	182	895	737	135	476	10	65	0	0	5691
Condeixa-a-Nova	83	230	0	35	105	0	0	40	0	0	0	483
Figueira da Foz	608	856	44	474	364	12	175	64	0	0	0	2597
Góis	27	32	0	90	63	0	152	6	0	0	0	370
Lousã	101	342	0	220	99	0	74	111	0	0	0	947
Mira	87	108	30	107	100	0	87	0	0	0	0	519
Miranda do Corvo	33	247	0	32	98	0	124	63	44	15	0	656
Montemor-o-Velho	196	490	0	219	186	19	146	0	0	0	0	1256
Oliveira do Hospital	342	558	0	401	280	0	245	75	42	0	0	1943
Pampilhosa da Serra	45	152	0	139	48	0	169	0	2	0	0	555
Penacova	83	108	0	119	108	0	172	32	0	0	0	622
Penela	55	101	0	79	24	0	97	7	0	0	0	363
Soure	171	268	0	395	184	99	192	50	10	0	0	1369
Tábua	122	284	0	140	185	0	176	0	0	0	0	907
Vila Nova de Poiares	76	102	22	52	34	17	126	55	25	0	0	509
TOTALS RESPÓSTAS SOCIAIS	3994	6556	278	4101	3236	302	3096	593	208	15	0	22379

ÉVORA

Alandroal	48	13	0	45	41	0	97	0	0	0	0	244
Arraiolos	53	17	0	126	105	214	111	0	0	0	0	626
Borba	47	38	0	162	44	150	102	0	0	0	0	543
Estremoz	69	108	0	257	166	0	231	0	0	0	0	831
Évora	664	387	25	489	311	628	266	113	77	0	0	2984
Montemor-o-Novo	11	61	0	187	160	919	304	21	22	0	0	1885
Mora	37	50	0	101	96	39	222	0	0	0	0	545
Mourão	0	0	0	0	0	0	75	0	0	0	0	86
Portel	49	0	0	155	103	0	86	0	0	0	0	393
Redondo	55	0	0	38	37	0	77	0	0	0	0	207
Reguengos de Monsaraz	95	59	31	10	0	0	172	30	12	0	0	409
Vendas Novas	208	97	28	141	58	116	96	0	0	0	0	744
Viana do Alentejo	46	49	34	47	34	20	207	0	0	0	0	403
Vila Viçosa	73	27	15	200	68	91	73	0	0	0	0	547
TOTALS RESPÓSTAS SOCIAIS	1455	906	99	1962	1234	2177	2139	164	111	0	0	10247

FARO

Albufeira	0	354	0	48	88	61	0	162	0	39	0	752
Alcoutim	15	26	113	0	76	74	0	0	0	0	0	304
Aljezur	16	60	79	4	79	66	0	0	0	0	0	225
Castro Marim	71	119	133	0	18	50	0	0	0	0	0	391
Faro	347	870	157	82	157	238	60	70	0	12	1884	978
Lagoa	172	387	153	0	89	100	0	97	0	0	0	978
Lagos	106	258	72	29	103	0	292	45	30	0	0	985
Loulé	198	415	285	0	108	0	292	32	0	0	0	1330
Monchique	0	0	12	0	16	40	0	80	0	0	0	148
Olhão	273	436	97	60	67	0	159	38	35	0	0	1165
Portimão	230	296	103	59	31	319	0	365	0	0	0	1403
S. Brás de Alportel	92	120	20	0	74	0	0	0	0	0	0	316
Silves	325	374	129	0	110	0	183	0	0	0	0	1121
Vila Boa do Bispo	45	333	234	0	145	20	234	40	22	0	0	1073
Vila Real de Stº António	0	0	25	0	24	60	0	60	0	0	0	169
TOTALS RESPÓSTAS SOCIAIS	1890	4249	278	1740	951	599	2319	225	126	12	12589	

GUARDA

Aguar da Beira	16	47	154	0	140	15	219	23	0	0	0	614
Almeida	12	46	233	0	163	0	305	28	17	0	0	804
Celorico de Basto	86	67	252	0	108	15	165	0	0	0	0	693
Fig. Castelo Rodrigo	84	49	125	0	65	16	192	0	0	0	0	531
Fornos de Algodres	39	20	332	0	115	0	24	52	0	0	0	582
Gouveia	298	148	258	0	135	0	331	64	0	0	0	1234
Guarda	976	560	506	86	407	0	231	0	0	0	0	2766
Manteigas	113	0	35	25	17	0	72	12	0	0	0	274
Meda	49	58	188	0	62	0	107	0	0	0	0	474
Pinhel	31	76	151	0	168	20	130	6	15	0	0	597
Sabugal	73	84	224	13	167	0	637	32	30	0	0	1260
Seja	129	200	395	0	168	0	198	64	41	0	0	1195
Trancoso	40	80	199	0	97	0	159	0	0	0	0	575
Vila Nova de Foz Côa	33	50	195	0	124	0	46	25	0	0	0	473
TOTALS RESPÓSTAS SOCIAIS	1979	1485	3257	124	1936	66	2816	306	103	0	0	12072

Fonte: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

LEIRIA	INFÂNCIA			TERCEIRA IDADE					DEFICIÊNCIA			TOTALS/ CONCELHO
	CR	ATL	LUJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP		
Alcobaça	626	528	0	642	175	82	235	14	0	0	2302	
Alvaiázere	41	152	0	128	128	13	60	0	0	0	522	
Ansião	119	300	0	175	44	15	0	31	18	0	702	
Batalha	159	20	23	88	23	7	66	0	0	0	373	
Bombarral	36	0	0	0	12	0	51	0	0	0	99	
Caldas da Rainha	280	191	15	410	186	20	303	0	0	0	1405	
Castanheira de Pera	18	37	0	27	32	0	0	0	0	0	114	
Figueiró dos Vinhos	26	0	0	96	24	15	90	0	0	0	251	
Leiria	787	175	40	842	368	75	453	0	0	0	2740	
Marinha Grande	56	25	0	138	82	26	104	0	0	0	431	
Nazaré	131	14	0	105	26	0	60	0	0	0	336	
Óbidos	159	0	0	86	22	10	53	0	0	0	330	
Pedrogão	21	0	0	42	45	0	84	0	0	0	192	
Peniche	263	75	0	217	84	10	25	0	0	0	674	
Pombal	355	487	0	587	361	50	310	0	0	0	2150	
Porto de Mós	153	55	0	267	118	29	166	0	0	0	808	
TOTALS RESPPOSTAS SOCIAIS	3230	2059	55	3860	1730	352	2080	45	18	0	13429	

LISBOA

Alenquer	277	0	0	119	59	0	175	15	0	0	645
Ameadora	423	780	0	268	350	372	198	139	41	69	2640
Arruda dos Vinhos	0	0	0	185	131	0	188	0	0	0	504
Azambuja	80	50	0	0	0	0	52	25	12	0	219
Cadaval	64	0	0	150	147	0	208	0	0	0	569
Cascais	486	376	142	196	332	0	281	107	394	0	2324
Lisboa	2344	3170	311	1560	1365	318	1666	591	295	0	11610
Loures	252	602	0	350	311	860	328	0	0	0	2703
Lourinhã	74	0	0	194	178	98	265	38	0	0	847
Matra	0	70	0	225	215	0	173	51	123	0	857
Odivelas	146	330	24	301	336	0	338	0	0	0	1475
Oeiras	16	499	0	472	497	0	253	0	22	0	1799
Sintra	362	441	0	368	328	175	483	138	76	0	2381
Sobral de Monte Agraço	186	97	0	30	25	0	81	0	0	0	206
Torres Vedras	186	97	0	355	269	49	568	71	27	0	1622
Vila Franca de Xira	2165	2759	0	502	421	199	693	111	43	26	6919
TOTALS RESPPOSTAS SOCIAIS	6955	9174	477	5275	4964	2071	5960	1286	1023	95	37280

PORTALEGRE

Alter do Chão	19	0	0	19	21	46	60	0	0	0	165
Arronches	0	0	14	12	12	0	102	0	0	0	128
Avis	24	58	88	29	29	0	114	0	0	0	313
Campo Maior	41	198	47	31	31	40	78	0	0	0	435
Castelo de Vide	39	0	41	22	22	0	184	0	0	0	286
Crato	35	0	113	76	76	0	209	0	0	0	382
Elvas	257	148	188	0	188	340	352	0	0	0	1341
Fronteira	33	18	69	29	29	98	100	0	0	0	347
Gavião	24	0	94	48	48	0	191	0	0	0	357
Marvão	23	0	65	46	46	17	123	0	0	0	274
Monforte	0	0	59	32	32	0	100	0	0	0	191
Nisa	41	72	230	121	121	16	289	0	0	0	769
Ponte de Sor	113	34	231	101	101	0	245	0	0	0	724
Portalegre	287	214	114	64	64	0	189	37	0	0	905
Sousel	54	55	64	56	56	0	153	0	0	0	382
TOTAIS RESPPOSTAS SOCIAIS	990	797	1416	723	557	2489	37	0	0	0	7009

PORTO

Amarante	208	95	0	221	80	0	259	79	0	0	942
Baião	99	41	162	45	45	40	117	55	0	0	559
Felgueiras	72	307	25	180	100	0	145	40	0	0	869
Gondomar	728	444	45	520	373	376	247	127	64	0	2924
Lousada	183	180	0	122	0	257	96	0	0	0	838
Maia	809	129	45	388	274	30	476	63	10	0	2224
Marco de Canavezes	63	92	139	0	175	10	143	25	0	0	647
Matosinhos	1056	619	100	491	508	394	516	227	78	0	3889
Paços de Ferreira	195	471	0	162	227	330	95	30	0	0	1510
Paredes	195	373	0	327	212	50	189	66	0	0	1402
Penafiel	279	395	40	317	303	182	171	72	12	0	1771
Porto	1413	1974	588	1760	1397	992	774	371	112	0	9381
Póvoa do Varzim	486	396	29	183	119	396	247	90	35	50	2031
Santo Tirso	222	213	0	377	141	10	340	61	0	0	1364
Trofa	132	0	152	21	21	48	554	46	0	0	953
Valongo	260	614	0	330	226	0	171	0	0	0	1601
Vila do Conde	519	494	23	280	214	35	311	175	0	21	2072
Vila Nova de Gaia	1220	990	193	619	581	965	625	174	0	37	5404
TOTAIS RESPPOSTAS SOCIAIS	8129	7827	1088	6730	4996	4115	5476	1701	311	108	40481

Fonte: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

SANTAREM	INFÂNCIA				TERCEIRA IDADE				DEFICIÊNCIA			TOTAIS/ CONCELHO
	CR	ATL	LUJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP		
Abrantes	229	82	0	515	302	0	157	61	20	0	1366	
Alcanena	105	109	0	97	47	0	125	0	0	0	483	
Almeirim	192	82	0	127	80	0	110	48	0	0	639	
Alpiarça	46	0	0	32	17	50	0	0	0	0	145	
Benavente	179	260	0	97	110	0	128	51	24	0	849	
Cartaxo	285	390	0	183	224	0	105	0	0	0	1187	
Chamusca	45	80	0	189	157	98	56	0	0	0	625	
Constância	41	135	0	59	7	0	32	0	0	0	274	
Coruche	65	222	0	253	155	22	150	0	0	0	887	
Entroncamento	65	139	0	85	46	0	200	56	0	0	591	
Ferreira do Zézeze	90	386	0	142	46	73	157	54	0	0	948	
Golegã	33	38	0	88	47	88	105	0	0	0	389	
Mação	70	38	0	72	46	0	116	0	0	0	342	
Ourém	358	628	24	378	363	404	496	126	88	0	2885	
Rio Maior	106	0	0	78	98	25	154	76	20	0	557	
Salvaterra de Magos	178	400	0	115	166	0	180	0	0	0	1039	
Santarém	444	158	0	463	307	30	384	204	54	12	2056	
Sardoal	20	0	0	82	70	0	55	0	0	0	227	
Tomar	66	64	0	319	216	61	197	90	0	0	1013	
Torres Novas	295	646	12	387	355	374	142	87	0	0	2298	
Vila Nova da Barquinha	62	0	0	37	42	0	93	0	0	0	234	
TOTAIS RESPPOSTAS SOCIAIS	2974	3857	36	3788	2901	1225	3142	853	206	12	19004	

SETÚBAL	INFÂNCIA				TERCEIRA IDADE				DEFICIÊNCIA			TOTAIS/ CONCELHO
	CR	ATL	LUJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP		
Alcácer do Sal	124	129	0	193	160	0	203	0	0	0	809	
Alcochete	123	86	0	53	40	0	81	0	81	0	464	
Almada	0	289	40	840	730	250	413	57	28	0	2647	
Barreiro	493	288	88	294	184	190	232	82	0	0	1851	
Grândola	92	40	0	205	185	40	170	0	15	0	747	
Moita	148	286	0	236	222	89	226	0	18	0	1225	
Montijo	565	402	14	332	151	140	294	0	0	0	1888	
Palmela	382	296	25	276	238	230	114	0	21	0	1582	
Santiago do Cacém	145	27	22	398	438	0	200	0	0	0	1230	
Seixal	270	175	10	676	522	171	169	0	0	0	1993	
Sesimbra	196	231	0	166	133	130	122	0	0	0	978	
Setúbal	594	840	161	370	319	0	500	116	0	0	2900	
Sines	139	0	17	83	55	0	200	0	0	0	494	
TOTAIS RESPPOSTAS SOCIAIS	3271	3089	377	4122	3377	1240	2924	255	163	0	18818	

VIANA DO CASTELO

Arcos de Valdevez	222	138	33	189	63	0	216	0	0	0	861
Caminha	123	64	0	102	97	0	169	0	0	0	555
Melgaco	40	25	0	132	30	55	55	36	14	0	387
Morçõo	108	75	0	62	0	0	151	23	6	5	430
Paredes de Coura	60	37	0	95	41	75	30	15	0	0	363
Ponte da Barca	110	80	0	93	85	0	0	25	0	0	383
Ponte de Lima	230	60	21	249	112	84	156	39	0	0	961
Valença	0	0	0	0	17	45	0	26	0	8	96
Viana do Castelo	134	0	0	30	13	0	31	164	25	0	397
Vila Nova da Cerveira	130	63	0	117	37	20	30	0	0	0	397
TOTAIS RESPOSTAS SOCIAIS	1157	542	54	1069	495	279	838	328	45	13	4820

VILA REAL

Alijó	87	0	0	73	34	0	77	0	24	0	295
Boticas	27	0	0	117	10	89	0	40	30	0	313
Chaves	233	15	50	315	112	0	213	20	0	0	988
Mesão Frio	32	20	0	118	17	0	0	0	0	0	187
Mondim de Basto	38	0	0	145	29	0	122	0	0	0	334
Montalegre	29	0	0	200	60	0	162	0	0	0	451
Murça	25	0	0	130	0	0	99	0	0	0	254
Peso da Régua	89	55	11	0	0	0	59	0	0	0	214
Ribeira de Pena	76	40	0	353	64	0	48	0	0	0	581
Sabrosa	52	0	0	30	0	0	31	50	10	24	197
Santa Maria Penaguão	80	40	0	96	67	0	85	0	0	0	368
Valpaços	101	0	0	343	101	0	296	44	12	0	897
Vila Pouca de Aguiar	44	0	0	139	19	20	101	0	0	0	323
Vila Real	437	27	49	630	108	60	308	60	14	0	1893
TOTAIS RESPOSTAS SOCIAIS	1350	197	110	2689	621	168	1801	214	90	24	7065

Fonte: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

VISEU	INFÂNCIA			TERCEIRA IDADE				DEFICIÊNCIA			TOTAIS/ CONCELHO
	CR	ATL	LIJ	SAD	CD	CC	ERPI	CAO	L. RES	L. AP	
Armamar	60	0	0	87	16	0	133	0	0	0	296
Carragal do Sal	22	0	0	124	17	0	0	32	15	0	210
Castro Daire	49	34	0	300	30	0	110	15	0	0	538
Cinfães	16	0	0	231	20	0	111	20	0	0	388
Lamego	178	106	0	226	154	10	237	45	5	0	961
Mangualde	163	128	0	334	98	15	232	0	0	0	970
Moimenta da Beira	80	152	0	257	22	0	0	19	10	0	540
Mortágua	55	206	0	74	32	0	137	0	0	0	504
Nelas	146	40	0	152	83	0	105	0	0	0	526
Oliveira de Frades	71	22	0	88	20	0	59	60	0	0	320
Penalva do Castelo	44	37	0	230	0	60	136	0	0	0	507
Penedono	27	0	0	74	12	48	104	0	0	0	265
Resende	75	17	0	103	22	0	119	12	14	0	362
Santa Comba Dão	88	0	0	191	71	0	126	0	0	0	476
S. João das Pesqueiras	72	58	0	93	73	0	75	0	0	0	371
S. Pedro de Sul	0	0	0	265	41	0	168	0	0	0	474
Sátão	25	58	0	214	42	58	179	0	0	0	576
Sernancelhe	16	0	0	134	77	12	190	0	0	0	429
Tabuaço	27	0	0	69	36	0	123	0	0	0	255
Tarouca	32	29	0	99	52	0	63	0	10	0	285
Tondela	0	40	0	387	115	0	0	60	30	0	642
Vila Nova de Paiva	40	44	0	119	25	0	121	0	0	0	349
Viseu	1034	1246	87	934	417	0	965	0	46	0	4729
Vouzela	57	17	0	206	9	28	56	0	0	8	383
TOTAIS RESPONSTAS SOCIAIS	2377	2234	87	5001	1484	231	3551	263	130	8	15386

Fonte: CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

MISERICÓRDIASR – Respostas
B – Beneficiários

DISTRITO	MISERICÓRDIAS		TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTALS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
Açores	23	1,944	50	2,655	110	1,596	22	1,596	18	382	3	150	203	6,727
Aveiro	21	3,099	71	3,474	69	2,224	25	2,224	8	75	13	237	186	9,109
Beja	16	1,958	46	1,122	22	1,961	18	1,961	2	98	5	118	93	5,257
Braga	15	2,297	61	3,639	56	1,171	11	1,171	6	86	7	213	141	7,406
Bragança	14	2,682	82	1,688	36	815	13	815	0	0	17	331	148	5,496
Castelo Branco	26	3,091	79	1,730	37	630	11	630	1	18	4	97	132	5,566
Coimbra	21	2,596	74	1,327	30	1,172	24	1,172	3	59	4	174	135	5,328
Évora	25	2,861	71	1,041	26	2,386	24	2,386	8	363	13	188	142	6,639
Faro	23	2,824	77	2,625	50	944	22	944	1	39	15	204	165	6,636
Guarda	21	1,906	62	1,073	24	763	18	763	2	55	7	137	113	3,934
Leiria	23	2,471	61	1,468	32	2,120	21	2,120	7	125	9	222	130	6,406
Lisboa	22	3,084	70	7,630	126	2,561	39	2,561	4	407	5	99	244	13,781
Madeira	5	587	12	160	4	622	4	622	0	0	1	6	21	1,375
Portalegre	24	2,711	75	1,197	37	644	21	644	5	83	11	139	149	4,774
Porto	21	3,315	75	4,206	84	3,763	32	3,763	12	426	11	262	214	11,972
Santarém	23	2,822	72	1,305	30	759	15	759	3	75	7	92	127	4,853
Setúbal	16	3,356	62	1,939	38	3,469	17	3,469	1	40	6	136	124	8,980
Viana do Castelo	10	1,173	22	1,697	33	246	6	246	0	0	7	128	68	3,244
Vila Real	14	2,614	83	1,387	32	1,389	11	1,389	3	77	12	196	141	5,663
Viseu	23	2,580	63	2,135	49	3,819	27	3,819	6	126	8	171	153	8,831
TOTALS	386	49,571	1,288	43,478	925	33,074	381	33,074	90	2,534	165	3,300	2,829	131,984

SERVIÇOS

TERCEIRA IDADE: ERPI, CD, SAD, RESIDÊNCIAS, CATEI, CN
 INFÂNCIA: CC, CRECHE, PRE-ESCOLAR, ATL, CRECHE FAMILIAR, CAT, LIJ, ESCOLA PRIMÁRIA, CENTRO JUVENIL
 PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO: CASA ABRIGO, A. SOCIAL, RSI, C. SOCIAL, POAC, BANCO ALIMENTAR, CENTRO COMUN., HIV, CAT
 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: SAD, CAO, LAR RESID., IMP, BRAILLE, TRANSPORTE, ESCOLA EE, LAR DE APOIO, CA ANIM., CIP, RES. AUTONOMA
 CUIDADOS INTENSIVOS: SADI, UAI, UCC

Fonte: UMP – União das Misericórdias Portuguesas

Município	TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTALS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
	AÇORES											
Altares	1	107	1	42	0	0	0	0	0	0	2	149
Angra do Heroísmo	2	68	3	58	1	0	2	78	0	0	8	204
Calheta	3	77	0	0	0	0	2	24	0	0	5	101
Convo	2	18	4	52	0	0	0	0	0	0	6	70
Horta	3	205	0	0	5	110	3	45	1	53	12	413
Lajes das Flores	3	52	0	0	0	0	0	0	0	0	3	52
Lajes do Pico	3	99	4	60	2	81	1	8	0	0	10	248
Lagoa, St. António	1	42	4	84	2	759	0	0	0	0	7	885
Madalena do Pico	3	159	3	98	0	0	1	27	0	0	7	284
Divino Espírito Santo da Maia	2	65	5	123	2	170	2	60	0	0	11	418
Nordeste	4	116	16	247	0	0	0	0	0	0	20	383
Ponta Delgada	2	99	6	136	1	0	0	0	2	97	11	322
Povoação	3	90	1	25	2	23	1	15	0	0	7	153
Praia da Vitória	0	0	12	385	3	22	0	0	0	0	15	387
Ribeira Grande	2	191	19	429	2	297	1	35	0	0	24	562
São Roque do Pico	3	93	4	124	0	0	1	4	0	0	8	221
Vila de São Sebastião	2	100	1	60	2	134	0	0	0	0	5	294
Santa Cruz da Ilha das Flores	3	56	3	87	0	0	1	16	0	0	7	159
Vila Praia de Graciosa	2	51	2	70	0	0	0	0	0	0	4	121
Vila de Velas	0	0	3	120	0	0	0	0	0	0	3	120
Vila de Sta. Cruz da Graciosa	3	130	8	230	0	0	1	10	0	0	12	370
Vila do Porto	1	26	2	33	0	0	1	20	0	0	4	79
Vila Franca do Campo	2	100	9	212	0	0	1	40	0	0	12	352
SUB-TOTAL	50	1,944	110	2,655	22	1,596	18	382	3	150	203	6,727
Águeda	4	186	3	155	0	0	0	0	0	0	7	341
Albergaria-a-Velha	5	214	0	0	0	0	0	0	0	0	5	214
Anadia	4	192	2	97	1	65	0	0	0	0	7	354
Arouca	3	180	1	33	0	0	0	0	2	35	6	248
Aveiro	3	216	4	229	4	380	0	0	0	0	11	825
Castelo de Paiva	3	99	0	0	0	0	1	15	3	40	7	154
Espinho	5	193	2	128	0	0	0	0	1	10	8	331
AVEIRO												

Fonte: UMP – União das Misericórdias Portuguesas

MISERICÓRDIAS

	TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTALS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
	Estarreja	3	146	2	100	1	100	0	0	0	0	6
Ílhavo	1	98	6	301	0	0	1	7	2	65	10	471
Mealhada	5	162	4	264	3	116	0	0	1	30	13	572
Murroza	3	123	4	156	2	105	4	18	0	0	13	402
Oliveira de Azeméis	3	178	2	122	2	1.170	0	0	0	0	7	1.470
Oliveira Do Bairro	4	120	4	202	2	45	2	35	2	28	14	430
Ovar	4	272	3	205	3	58	0	0	0	0	10	535
São João da Madeira	3	170	12	665	3	100	0	0	1	19	19	564
Sangalhos	5	117	4	153	1	0	0	0	0	0	10	270
Santa Maria da Feira	2	62	0	0	0	0	0	0	0	0	2	62
Sever da Vouga	3	122	3	78	3	85	0	0	0	0	9	285
Vagos	4	90	4	251	0	0	0	0	1	10	9	351
Vale de Cambra	4	159	5	191	0	0	0	0	0	0	9	350
Vila do Couto de Cucujães	0	0	4	144	0	0	0	0	0	0	4	144
SUB-TOTAL	71	3.099	69	3.474	25	2.224	8	75	13	237	186	9.109
BEJA	4	148	3	181	2	110	1	68	0	0	10	507
Almodôvar	3	73	3	123	0	0	0	0	0	0	6	196
Alvito	3	122	0	0	0	0	0	0	0	0	3	122
Beja	0	0	2	128	0	0	0	0	0	0	2	128
Cuba	3	98	2	57	2	118	0	0	0	0	7	273
Entradas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ferreira do Alentejo	5	166	3	279	2	230	0	0	1	48	11	743
Mértola	3	329	3	151	4	944	1	30	1	27	12	1.481
N.ª Sra. Da Assunção de Messejana	3	81	1	25	1	20	0	0	0	0	5	126
Moura	3	221	0	0	0	0	0	0	0	0	3	221
Odemira	5	157	0	0	2	84	0	0	2	36	9	277
Ourique	7	185	2	70	2	213	0	0	0	0	11	468
Serpa	2	140	0	0	2	227	0	0	1	7	5	374
Vidigueira	1	65	3	108	1	15	0	0	0	0	5	188
Vila Alva	3	106	0	0	0	0	0	0	0	0	3	106
Vila de Frades	1	47	0	0	0	0	0	0	0	0	1	47
Sub-Total	46	1.958	22	1.122	18	1.961	2	98	5	118	93	5.257
Amares	3	85	4	332	1	96	0	0	0	0	8	513
Barcelos	8	309	10	654	0	0	0	0	0	0	18	963

MISERICÓRDIAS

	TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTAIS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
	Medelim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Monseito	2	83	0	0	0	0	0	0	0	0	2	83
Oleiros	2	116	2	57	0	0	0	173	0	0	4	173
Pedrógão Pequeno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Penamacor	4	85	3	36	0	0	0	0	0	0	7	121
Proença-a-Nova	2	197	3	90	0	0	0	0	0	0	5	287
Rosmanhal	3	76	0	0	0	0	0	0	0	0	3	76
São Vicente da Beira	3	87	1	16	0	0	0	0	0	0	4	103
Salvaterra do Extremo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sarzedas	3	84	0	0	0	0	0	0	0	0	3	84
Segura	1	12	0	0	0	0	0	0	0	0	1	12
Sertã	3	185	3	236	2	201	0	0	1	9	9	631
Soalheira	3	117	0	0	0	0	0	0	0	0	3	117
Sobreira Formosa	3	75	1	17	0	0	0	0	0	0	4	92
Vila de Rei	4	171	3	80	0	0	1	18	1	68	9	337
Vila Velha de Rodão	6	179	1	20	0	0	0	0	0	0	7	199
SUB-TOTAL	79	3,081	37	1,730	11	630	1	18	4	97	132	5,566
COIMBRA												
Arganil	4	214	1	60	0	0	0	0	1	24	6	288
Boão, São Mateus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Buarcos	1	29	0	0	0	0	0	0	0	0	1	29
Cantanhede	3	114	5	351	0	0	0	0	0	0	8	465
Coimbra	3	118	2	92	0	0	0	0	0	0	5	210
Condéixa-a-Nova	6	266	3	153	4	201	0	0	0	0	13	620
Galizes	2	54	1	28	1	100	2	57	0	0	6	239
Góis	5	115	1	25	0	0	0	0	0	0	6	140
Lousã	5	227	2	141	1	100	0	0	0	0	8	468
Montemor-velho	5	190	1	22	3	88	0	0	0	0	9	300
Obra da Figueira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pampilhosa da Serra	11	286	2	40	2	263	1	2	0	0	16	591
Penacova	5	116	1	30	1	0	0	0	0	0	7	146
Penela	4	152	3	76	1	39	0	0	1	19	9	285
Semide	2	54	1	26	1	28	0	0	0	0	4	108
Soure	5	202	3	98	0	0	0	0	0	0	8	300
Tábua	3	153	3	159	3	293	0	0	1	76	10	681
Tentugal	3	57	0	0	1	22	0	0	0	0	4	79

MISERICÓRDIAS

	TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTAIS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
	Castro Marim	5	120	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Estômbar	2	70	0	0	1	67	0	0	1	32	1	169
Faro	6	336	4	262	1	35	0	0	1	30	12	663
Lagoa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lagos	14	502	2	142	4	105	0	0	1	10	21	759
Loulé	3	226	0	0	0	0	0	0	1	10	4	236
Mexilhoeira Grande	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Moncarapacho	2	73	2	91	1	188	0	0	0	0	5	352
Monchique	2	24	0	0	1	11	0	0	0	0	3	35
Olhão	2	96	4	248	0	0	0	0	0	0	6	344
Portimão	3	125	4	144	1	120	0	0	2	45	10	434
São brás de Alportel	3	115	4	232	1	14	0	0	1	5	9	366
Silves	4	165	2	145	0	0	0	0	3	24	9	334
Tavira	2	96	5	248	3	169	0	0	0	0	10	513
Vila R. S. António	7	195	5	373	1	6	0	0	2	28	15	602
Vila do Bispo	5	110	3	84	2	125	0	0	1	5	11	324
SUB-TOTAL	77	2,824	50	2,625	22	944	1	39	15	204	165	6,636
GUARDA												
Aguar de Beira	3	93	2	43	1	40	1	25	1	14	8	215
Alfaiates	4	58	0	0	0	0	0	0	0	0	4	58
Almeida	3	91	2	21	1	58	0	0	0	0	6	170
Alverca da Beira	2	27	0	0	1	11	0	0	0	0	3	38
Bismula	3	47	0	0	0	0	0	0	0	0	3	47
Celorico da Beira	3	90	0	0	0	0	0	0	0	0	3	90
Figueira Castelo Rodrigo	1	59	0	0	0	0	0	0	0	0	1	59
Fornos de Algodres	1	14	0	0	0	0	0	0	1	19	2	33
Gouveia	2	62	0	0	2	76	0	0	0	0	4	138
Guarda	4	225	3	144	1	81	0	0	1	37	9	487
Linhares da Beira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manteigas	5	131	0	0	2	105	0	0	0	0	7	236
Méda	3	182	1	59	0	0	0	0	0	0	4	241
Melo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinhel	3	94	2	170	0	0	0	0	1	15	6	279
Sabugal	3	82	3	164	2	65	0	0	0	0	8	311
Seia	2	128	2	200	2	115	0	0	2	42	8	485
Soito	4	164	3	73	3	54	0	0	0	0	10	291
Trancoso	11	236	4	129	2	123	0	0	1	10	18	498

Vila Nova de Foz Côa	3	99	2	70	1	35	1	30	0	0	0	7	234
Vilar Maior	2	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	24
SUB-TOTAL	62	1,906	24	1,073	18	763	2	55	7	137	113	3,934	
Alcobaça	3	119	0	0	3	595	0	0	0	0	6	714	
Aleizerão	2	57	0	0	0	0	0	0	0	0	2	57	
Aljubarrota	2	103	3	145	0	0	0	0	0	0	5	248	
Alvaiázere	3	149	1	20	1	32	0	0	0	0	5	201	
Alvorge	2	97	2	20	0	0	3	66	0	0	7	183	
Ansião	3	101	3	165	2	260	0	0	0	0	8	526	
Atouguia da Baleia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Batalha	2	63	1	7	2	204	0	1	42	6	3	316	
Benedita	3	117	0	0	0	0	0	0	0	0	3	117	
Bombarral	1	65	1	25	3	148	0	0	3	40	8	278	
Caldas da Rainha	3	141	3	105	2	73	0	0	0	0	8	319	
Castanheira de Pera	4	107	0	0	0	0	0	0	0	0	4	107	
Figueiró dos Vinhos	4	142	2	65	3	247	3	59	2	39	14	552	
Leiria	2	99	1	33	1	105	0	0	1	40	5	277	
Lourçal	3	117	0	0	0	0	0	0	0	0	3	117	
Marinha Grande	7	223	2	194	1	140	0	1	31	11	588		
Vila de Óbidos	2	136	1	42	0	0	0	0	0	0	3	178	
Pedregão Grande	5	185	1	54	2	216	1	12	0	0	9	467	
Peniche	1	58	4	236	0	0	0	0	0	0	5	294	
Pombal	3	168	2	120	0	0	0	0	0	0	5	288	
Porto de Mós	3	121	2	130	1	100	0	0	1	30	7	381	
Redinha	2	54	0	0	0	0	0	0	0	0	2	54	
Vimeiro	1	49	3	107	0	0	0	0	0	0	4	156	
SUB-TOTAL	61	2,471	32	1,468	21	2,120	7	125	9	222	130	6,406	
Aldeia Galega da Merceana	3	148	3	85	3	205	0	0	1	30	10	468	
Alenquer	3	169	4	447	0	0	0	0	0	0	7	616	
Alhandra	3	204	0	0	1	60	0	0	0	0	4	264	
Amadora	7	409	28	1,544	3	550	0	1	30	39	2,533		
Arruda dos Vinhos	4	189	9	687	2	160	1	0	2	33	18	1,079	
Azambuja	2	62	4	356	3	260	0	0	0	0	9	678	
Cadaveil	3	140	2	133	2	73	0	0	0	0	7	346	
Cascais	10	473	30	1,549	0	0	2	364	0	0	42	2,386	
Ericeira	3	96	1	12	1	21	0	0	0	0	5	129	
Loures	0	0	1	57	2	70	0	0	0	0	3	127	
LISBOA													

Fonte: UMP – União das Misericórdias Portuguesas

MISERICÓRDIAS

	TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTALS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
Lourinhã	3	133	3	254	2	67	1	43	0	0	9	497
Matra	3	142	4	336	2	87	0	0	0	0	9	585
Martelara	3	101	1	15	0	0	0	0	0	0	4	116
Moscavide	1	25	0	0	0	0	0	0	0	0	1	25
Oeiras	2	51	29	1,663	6	280	0	0	0	0	37	1,984
Póvoa de Sto Adrião	3	60	0	0	0	0	0	0	0	0	3	60
São Roque de Lisboa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sintra	2	69	4	259	3	130	0	0	1	6	10	464
Sobral de Monte Agraço	4	166	0	0	2	152	0	0	0	0	6	318
Torres Vedras	5	165	2	154	3	222	0	0	0	0	10	541
Venda do Pinheiro	2	66	1	79	4	224	0	0	0	0	7	368
Vila Franca de Xira	4	207	0	0	0	0	0	0	0	0	4	207
SUB-TOTAL	70	3,084	126	7,630	39	2,561	4	407	5	99	244	13,781
MADERA	3	320	1	35	0	0	0	0	1	6	5	361
Funchal	5	101	1	70	2	147	0	0	0	0	8	318
Machico	2	127	1	40	0	0	0	0	0	0	3	167
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	2	39	1	15	2	475	0	0	0	0	5	529
SUB-TOTAL	12	587	4	160	4	622	0	0	1	6	21	1,375
PORTALEGRE	3	66	1	17	3	136	0	0	0	0	7	219
Alpalhão	3	78	1	13	0	0	0	0	1	3	5	94
Alter do Chão	3	93	2	66	1	32	0	0	1	21	7	212
Amieira do Tejo	3	58	0	0	0	0	0	0	0	0	3	58
Arez	2	103	0	0	0	0	0	0	0	0	2	103
Aronches	1	34	0	0	0	0	0	0	2	52	3	86
Avis	4	177	3	89	1	50	0	0	1	3	9	319
Cabeço de Vide	3	78	3	47	3	101	0	0	0	0	9	226
Campo Maior	3	137	2	141	1	10	0	0	0	0	6	288
Cano	0	0	1	14	0	0	0	0	0	0	1	14
Castelo de Vide	3	91	0	0	4	95	0	0	0	0	7	186
Vila do Crato	8	157	3	92	0	0	0	0	1	0	12	249
Elvas	1	96	0	0	0	0	0	0	0	0	1	96
Fronteira	3	135	4	118	0	0	1	15	1	5	9	273
Gáfete	3	80	0	0	1	2	0	0	0	0	4	82
Gavião	6	275	2	70	3	151	1	35	0	0	12	531
Marvão	1	94	1	40	0	0	0	0	0	0	2	134

MISERICÓRDIAS

	TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTALS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
	Cartaxo	5	177	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Chamusca	3	97	3	90	0	0	1	30	0	0	7	217
Constância	3	97	1	40	1	40	0	0	0	0	5	177
Condeixa	3	230	0	0	0	0	0	0	0	0	3	230
Entroncamento	3	127	0	0	0	0	0	0	1	14	4	141
Fátima - Ourém	2	62	1	18	0	0	0	0	0	0	3	80
Ferreira do Zêzere	4	134	3	100	0	0	0	0	0	0	7	234
Golegã	5	187	1	140	3	51	0	0	0	0	9	378
Mação	5	125	2	52	3	45	1	15	1	13	12	250
Pernes	4	114	0	0	0	0	0	0	0	0	4	114
Rio Maior	1	44	4	294	0	0	1	30	0	0	6	368
Salvaterra de Magos	4	109	0	0	0	0	0	0	0	0	4	109
Santarém	0	0	0	0	0	0	0	0	1	21	1	21
Sardoal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tomar	3	178	1	14	2	74	0	0	1	23	7	289
Torres Novas	5	241	2	66	1	50	0	0	0	0	8	357
Vila Nova da Barquinha	3	79	2	50	0	0	0	0	1	6	6	135
SUB-TOTAL	72	2.622	30	1.305	15	759	3	75	7	92	127	4.853
SETÚBAL	4	137	1	15	1	25	1	40	0	0	7	217
Alcácer do sal	3	142	0	0	1	146	0	0	0	0	4	288
Alcochete	9	386	6	345	0	0	0	0	0	0	15	741
Alhos Vedros	8	537	10	538	7	2.744	0	0	1	15	26	3.834
Almada	2	55	0	0	0	0	0	0	0	0	2	55
Azeitão	4	266	1	71	3	120	0	0	1	15	9	472
Barreiro	4	105	1	25	0	0	0	0	0	0	5	130
Canha	2	220	0	0	0	0	0	0	0	0	2	220
Grândola	3	209	4	203	1	40	0	0	0	0	8	452
Montijo	2	104	0	0	1	70	0	0	0	0	3	174
Palmela	5	342	5	261	0	0	0	0	2	66	12	669
Santiago do Cacém	0	0	5	267	2	330	0	0	0	0	7	597
Seixal	4	140	1	82	0	0	0	0	1	20	6	242
Sesimbra	6	278	0	0	0	0	0	0	1	20	7	298
Setúbal	3	323	4	132	1	14	0	0	0	0	8	469
Sines	3	102	0	0	0	0	0	0	0	0	3	102
Torão	62	3.356	38	1.939	17	3.469	1	40	6	136	124	8.960

MISERICÓRDIAS

	TERCEIRA IDADE		INFÂNCIA		PESSOAS DESFAVORECIDAS E EM RISCO		PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		CUIDADOS INTENSIVOS		TOTAIS	
	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B	R	B
	Resende	4	129	3	111	2	259	1	17	1	10	11
Sta. Comba Dão	3	106	2	89	0	0	0	0	0	0	5	205
S. Pedro do Sul	3	224	3	185	0	0	0	0	0	0	6	409
Santar	2	77	0	0	0	0	0	0	1	21	3	98
Sernancelhe	2	70	2	51	2	82	0	0	0	0	6	203
Tabuaço	2	72	1	29	0	0	0	0	0	0	3	101
Tarouca	3	110	3	112	2	155	1	10	1	15	10	402
Tondela	3	134	2	125	2	113	0	0	0	0	7	372
Vale de Besteiros	3	83	3	67	2	41	0	0	0	0	8	191
Viseu	5	392	6	534	2	122	0	0	0	0	13	1,048
Vouzela	2	78	3	65	2	47	0	0	1	31	8	221
SUB-TOTAL	63	2,580	49	2,135	27	3,819	6	126	8	171	153	8,831
TOTAL	1,268	49,571	925	43,478	381	33,074	90	2,534	165	3,300	2,829	131,984

Fonte: UMP – União das Misericórdias Portuguesas

COOPERATIVAS

FENACCOOP – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE CONSUMIDORES, FCRL

COOPERATIVAS POR DISTRITO/ZONA	NÚMERO	VALÊNCIAS						
		COMÉRCIO RETALHO	ORGANIZAÇÃO CONSUMIDORES	ALIMENTAÇÃO E COMÉRCIO POR GROSSO	AGRICULTURA BIOLÓGICA	PRODUÇÃO ELÉTRICA	COMÉRCIO JUSTO	ATIV – FINANCEIRA/ SEGUROS NÃO VIDA
BRAGA	3	2	2				1	
PORTO	4	4	4					
AVEIRO	7	7	7					
GUARDA	1	1	1					
TOTAL	15	14	14				1	
COIMBRA	1	1	1					
CASTELO BRANCO	1	1	1					
LEIRIA	4	4	4					
SANTARÉM	11	11	11					
PORTALEGRE	1	1	1					
TOTAL CENTRO	18	18	18					
TOTAL LISBOA	27	24	25		1			1
TOTAL SETÚBAL	21	20	20			1		
ÉVORA	24	24	24					
BEJA	6	6	6					
TOTAL ALENTEJO	30	30	30					
TOTAL ALGARVE	1	1	1					
TOTAL MADEIRA	2	2	2					
TOTAL AÇORES	1	1	1					
TOTAL NACIONAL	115	110	111	1	1	1	1	1

Fonte: FENACERCI – Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social, CRL

COOPERATIVAS

FENACERCI – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL FCRL

COOPERATIVAS POR DISTRITO/ZONA	NÚMERO INSTS	VALÊNCIAS								TOTAL
		APOIO DOMICILIÁRIO	EMPREGO PROTEGIDO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	UNIDADES RESIDENCIAIS	CENTRO ATIVIDADES OCUPACIONAIS	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	INTERVENÇÃO PRECOCE	OUTRAS	
NORTE	19	7	2	10	10	18	12	4	15	
CENTRO	12		3	5	9	11	11	4	8	
LISBOA	9	4	1	4	8	9	4	7	6	
SETÚBAL	5			4	5	5	5	4	4	
ALENTEJO	7			1	6	7	6	6	4	
ALGARVE	1				1	1	1	0	1	
TOTAL	53	11	6	24	39	51	39	25	38	

Fonte: FENACERCI – Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social, CRL

COOPERATIVAS

FENACHE – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO ECONÓMICA, FCR

	INSTS	VALENCIAS
COOPERATIVAS POR DISTRITO/ZONA	NÚMERO	HABITAÇÃO ECONÓMICA
NORTE	12	12
CENTRO	3	3
LISBOA	17	17
SETÚBAL	2	2
ALENTEJO	2	2
ALGARVE	3	3
TOTAL	39	39

TOTAL COOPERATIVAS	207
FENAC00P	115
FENACHE	39
FENACERCI	53

Fonte: FENACERCI – Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social, CRL

Autor, Coordenador, e Editor

José Manuel Fernandes

Deputado ao Parlamento desde 2009 e o coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos. Em 2015 assumiu a função de relator do Orçamento da União Europeia para 2016 e foi o relator do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (“Plano Juncker”). É presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Braga, presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sporting Clube de Braga e presidente honorário da ACES Europe – Federação Europeia das Cidades e Capitais de Desporto. Foi presidente da Câmara Municipal de Vila Verde (1997 – 2009). É autor dos livros “Sem Fronteiras – programas disponíveis para jovens”, “Fundos Europeus 2014 – 2020 – Manual do Autarca”, coleção “Europa – Pela Nossa Terra” e edições anuais das publicações “Pela Nossa Terra” para Minho e Trás-os-Montes.

Coautores

Eduardo Graça

É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (ISE) da Universidade de Lisboa. Exerceu, entre outras, as funções de presidente do INATEL e do INSCOOP e, desde 19 de fevereiro de 2010, é Presidente da Direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES).

Jorge Sá

Professor da Universidade de Lisboa (ISCSP). Membro do Conselho Nacional da Economia Social. Presidente do CIRIEC Portugal, vice-presidente do CIRIEC Internacional, membro de Rencontres du Mont Blanc. Doutor em Gestão (Marketing), mestre em Gestão do Desenvolvimento, licenciado em Sciences Sociales.

Filipe Simões dos Santos

Presidente da Portugal Inovação Social, iniciativa governamental criada em Janeiro de 2015 que visa a dinamização do ecossistema de inovação e empreendedorismo social. Doutoramento pela Universidade de Stanford. Foi Professor de Empreendedorismo no INSEAD e cofundador do Instituto de Empreendedorismo Social (IES-SBS) e do Laboratório de Investimento Social, bem como presidente do conselho académico do Mapa de Inovação e Empreendedorismo Social (MIES).

Carlos Azevedo

Diretor Académico do IES – Social Business School. Ex-Coordenador Geral da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto. Foi Investigador Associado do INSEAD e Investigador Assistente no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicadas (CEGEA). Presidente da Direção e fundador da ESLIDER-PORTUGAL – Rede Nacional de Líderes da Sociedade Civil. Membro da Direção da EUCLID-NETWORK – Rede Europeia de Líderes da Sociedade Civil. Membro da Direção da Associação – Mundo a Sorrir. Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da UCP – Porto. Doutorando em Economia na Universidade do Minho.

Miguel Alves Martins

É um dos cofundadores do IES-Social Business School e atualmente o seu director executivo. É professor auxiliar convidado na NOVA SBE, onde lecciona empreendedorismo social e gestão de organizações sem fins lucrativos. Tem um global executive MBA pelo INSEAD, um mestrado em economia social pelo ISCTE e um Certificado Profissional em gestão de organizações não lucrativas pela Kellogg School of Management.

Luís Alberto Silva

Nascido em Esmoriz, concelho de Ovar, em 1955, iniciou o seu percurso no Mutualismo em 1970. Licenciado nas ciências sociais, começou a trilhar o seu caminho como dirigente mutualista em 1978 e ocupa hoje o cargo de Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, e outros cargos de relevo nacional e internacional.

Filipa Pires de Almeida

Com funções de Business Impact Development no IES-Social Business School, encontra-se neste momento na operacionalização de um projeto inovador para o financiamento à Economia Social em Portugal. Passou anteriormente por instituições como o Parlamento Europeu, como Policy Advisor para assuntos económicos, Deloitte Consulting, Universidade Católica Portuguesa e Critical Software Brazil. Licenciada em Economia e Mestre em Gestão (Estratégia e Empreendedorismo) pela Universidade Católica Portuguesa.

Manuel Lemos

Presidente da União das Misericórdias Portuguesas desde 2007, é Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, Cavaleiro da Ordem Soberana Militar de Malta, Medalha de Honra da Segurança Social e Mestre Mayor da Confederação Mundial das Misericórdias. É vice-presidente do Conselho Económico e Social da República Portuguesa desde 2010 e presidente do Grupo Misericórdias Saúde. Foi presidente da Confederação Mundial das Misericórdias (2009-2012) e presidente da Administração Regional de Saúde do Porto e Comissário Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza (1990-1995), representante de Portugal nos Programas Europeus de Luta Contra a Pobreza e no Comité das Políticas Sociais da União Europeia, Membro Executivo do Comité “Poverty Alleviation” das Nações Unidas (1990-1995), presidente do Conselho de Administração do Hospitais de Santana e Alcoitão (2002 a 2005) e presidente do Conselho Geral do Hospital de S. João (1990/1992).

Lino Maia

Padre da diocese do Porto, é membro dos conselhos diocesanos Presbiteral e Pastoral. Para além de presidente da CNIS, exerce ainda funções de pároco de Aldoar, no Porto, capelão do Hospital Psiquiátrico de Magalhães Lemos, é presidente do Secretariado Diocesano de Pastoral Social e Caritativa e do Centro Social de S. Martinho de Aldoar. Venceu em 2016 o prémio Personalidade do Ano da Cooperativa António Sérgio.



AUTOR, CORRDENADOR E EDITOR

José Manuel Fernandes

COAUTORES

Eduardo Graça

Jorge Sá

Filipe Simões dos Santos

Carlos Azevedo

Filipa Pires de Almeida

Manuel Lemos

Lino Maia

Miguel Alves Martins

Luís Alberto Silva

